

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM HISTÓRIA

NO NORTE DA SAUDADE:
Esquecimento e Memória em Gustavo Barroso

Afonsina Maria Augusto Moreira

São Paulo

2006

NO NORTE DA SAUDADE:
Esquecimento e Memória em Gustavo Barroso

Afonsina Maria Augusto Moreira

Tese apresentada à Coordenação do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e à Banca Examinadora como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor(a) em História Social.

Orientadora: Dra. Estefânia Knotz Canguçu Fraga.

São Paulo
2006

Aos meus pais, Terezinha Augusto Moreira
e Afonso Mena Barreto Moreira.

In memória.

Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) pelo financiamento deste trabalho.

À Professora orientadora Estefânia Knotz Canguçu Fraga, pela erudição e sensibilidade.

Às professoras que contribuíram de modo instigante para a consecução deste estudo: Márcia D'Aléssio e Denise Bernuzzi de Sant'Anna.

À professora Maria Odila da Silva Dias pela delicadeza naquele segundo semestre do ano de 2001.

Ao professor Eduardo Bonzatto pela leitura de uma idéia inicial.

Ao José Bonifácio Câmara pela generosidade em partilhar livros raros de Gustavo Barroso. Mais um cearense residente no Rio de Janeiro, um homem sábio e bom. *In memória.*

A Madalena pela perspicácia com que conhece o acervo bibliográfico da Academia Cearense de Letras.

Aos funcionários do Museu Histórico Nacional pela prontidão.

A minha turma do doutorado pelos calorosos debates.

A minha amiga irmã Rosana. Com ela conheci muitas ribanceiras do Rio de Janeiro encantado.

A Beta e ao Helder por terem nos presenteado com a pequenina Vitória Serra Molina.

Ao Humberto meu amigo que me deu tanto amor, pelas tantas e nem sei quantas alegrias e dores compartilhadas.

Ao amigo Dmontier Barros pela confiança depositada.

A Geórgia uma amiga que se faz irmã a cada dia, mesmo que distante.

Às amigas Leda e Socorrinha “Talbinha” pela música e poesia que compartilhamos e pelas tantas a compartilhar.

Ao Antonio Luiz meu estimado amigo desde os idos da UFC. A nossa amizade é prova de que mesmo com os “rituais de passagem” é possível tecer sentimentos duradouros.

Ao Alexandre (Jesus) que chegou com tanta alegria e leveza. Afinal, “mais louco é quem me diz que não é feliz”.

La hermana Kênia Rios pela cumplicidade na vida.

Ao Professor Régis Lopes agradeço por tudo. Com você tenho aprendido a amar a História.

A Grei Augusto Moreira: Fátima, Teresa, Elena, Jacira, Afonso, Alfredo, Ademar e Ricardo.

A João Ernani Filho porque *todo cambia*.

Resumo

O tema central da presente tese é a construção de memórias em Gustavo Barroso (1888-1959). A delimitação cronológica corresponde, principalmente, à publicação em 1912 de seu livro de estréia *Terra de Sol* à época de lançamento de sua trilogia de memórias *Coração de Menino* (1939), *Liceu do Ceará* (1940) e *O Consulado da China* (1941). A questão está em perceber que a composição de memórias é um mote primordial nas práticas desse intelectual cearense que residiu no Rio de Janeiro dos 22 anos de idade até o ano de sua morte. Ele conjugou a “pesquisa etnográfica” a uma escrita memorialística. Entre a saudade da cultura popular e culto às letras, Gustavo Barroso aprimorou a “vocação nacional”. Foi preocupação analisar a relação entre o popular e o nacional em seus “estudos de folclore”. Na intenção de compreender o perfil da memória nacional desenhada no Museu Histórico Nacional (M.H.N), bem como, o lugar reservado à memória de Gustavo Barroso, seu diretor fundador, foi analisada a experiência desse Museu.

Palavras-chave: Gustavo Barroso, saudade, memória, folclore, museu.

Abstract

This study analyses the memoirs construction in Gustavo Barroso works. From 1912 (Terra de Sol) until 1941 (O Consulado da China) Gustavo Barroso wrote books marked with the autobiographical style. It tries to comprehend how the memory is the central theme of Gustavo Barroso studies. Gustavo Barroso mixed “ethnographic research” and memoir narratives in his folklore studies. He analysed the relationship between national and popular culture. This work still seeks to understand the National Memory and the Gustavo Barroso’s memory organized in National Historical Museum.

Words-key: Gustavo Barroso, homesickness, memory, folklore, museum.

Sumário

| | |
|---|-----|
| Considerações Iniciais | 9 |
| Capítulo I: | |
| Gustavo Barroso: Ausências e Saudades | |
| 1.1 Territórios da saudade entre o sertão e o litoral | 23 |
| 1.2 Motivos e motes das memórias de um “Nortista Exilado” | 57 |
| 1.3 Com quantos (res)sentimentos se faz o passar do tempo? | 75 |
| Capítulo II: | |
| Saudades do Povo | |
| 2.1 Terra de Sol: entre Deus e o Diabo | 95 |
| 2.2 Métodos, definições e polêmicas | 130 |
| 2.3 O Povo e a Pátria | 166 |
| Capítulo III: | |
| <i>O Culto da Saudade</i> no Museu Histórico Nacional | |
| 3.1 O objeto histórico preservado e exibido no Museu Histórico Nacional | 196 |
| 3.2 A palavra impressa e encadernada: os <i>Anais</i> do Museu Histórico Nacional | 242 |
| Considerações Finais | 269 |
| Anexo | 273 |
| Fontes | 282 |
| Bibliografia | 291 |

Considerações Iniciais

“...Vai me ver noutra cidade
No norte da saudade
Que eu vou ver meu bem...”¹

Gustavo Adolfo Luíz Guilherme Dodt da Cunha **Barroso** nasceu no dia 29 de dezembro de 1888, na cidade de Fortaleza. Ficou órfão de mãe com sete dias de nascido. Sua mãe, Ana Guilhermina Dodt Barroso, era neta de Gustavo Dodt, engenheiro alemão que veio trabalhar no Brasil na construção das linhas de telégrafos. Seu pai, Antônio Felino Barroso, vinha de tradicional família cearense e em declínio econômico.

Gustavo Barroso estudou primeiro no “Parténon Cearense”, a partir do ano de 1898, colégio de orientação laica, e entrou no curso secundário do Liceu do Ceará em 1899. O seu ingresso na Faculdade de Direito do Ceará datou do ano 1907, e concluiu o curso em 1912 no Rio de Janeiro.

Entre o período em que foi estudante do Liceu e do curso jurídico, o quadro político no Ceará era encabeçado pela oligarquia do governo de Nogueira Accioly. Foi nessa ambiência que Barroso desenvolveu uma série de atividades do “mundo das letras” em Fortaleza. Publicou sua primeira matéria intitulada “O Descobrimento da América” em 1906 no jornal de Fortaleza *A República*, órgão da imprensa situacionista. Mas, apesar da estréia na imprensa em um jornal ligado à oligarquia acciolyna, publicou apenas a primeira matéria nesse jornal. Barroso atuou na imprensa oposicionista a partir de 1907, escreveu para os jornais *Unitário* e *Jornal*

¹ ALBUQUERQUE, Moacyr; GIL, Gilberto e SANTANA, Perinho. No Norte da Saudade. In: GIL, Gilberto. *Disco Refavela*. Phonogran, 1977.

do Ceará. Desse modo, aos 19 anos, ele se inseriu na imprensa contrária ao governo de Nogueira Accioly. Sua postura política foi demarcada pelo oposicionismo ao acciolismo, que se caracterizou pela ação violenta àqueles comportamentos contrários ao governo.

Também, por essa época, participou de grêmios literários, grupos de estudo e de desenvolvimento da oratória, dentre eles, destacou-se o Grêmio Literário 25 de março e o grupo *Jardim de Academus*, composto de alunos da Faculdade de Direito. Diversos estudos apontaram para a intensa experiência literária no Ceará daquele século XIX, com a criação de variadas agremiações, como é o caso da Academia Francesa e da Padaria Espiritual, bem como de outros centros literários organizados também entre jovens estudantes.²

Além das atividades jornalísticas no Ceará, Barroso estreou na imprensa carioca em 1907, ainda residindo em Fortaleza. Ou seja, paralelamente ao seu exercício nos jornais de sua cidade, ele teve publicações na Revista *A Careta* a partir de 1907, dando prosseguimento na *Tico-Tico* no ano de 1908, órgãos da imprensa nacional.

Em 1910, aos 22 anos incompletos, passou a morar no Rio de Janeiro. Centro aglutinador de escritores de perfis variados e de cidades diferentes, a Capital do País era pólo político-econômico e artístico. Tinha intensa presença de expressões artísticas e intelectuais, como também, da representação política nacional, das instituições nacionais, e do mercado editorial e do jornalismo. Ora, por ser a Capital federal, os órgãos, instituições e departamentos lá endereçados eram caracterizados e rotulados de nacional e brasileiro.

² A respeito do repertório literário e da paisagem intelectual no Ceará cf. AZEVEDO, Sâncio de. *Literatura Cearense*. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1976. MOTA, Leonardo. *A Padaria Espiritual*. 2ª. ed. Fortaleza: UFC /Casa de José de Alencar, 1994. CARDOSO, Gleudson Passos. *As Repúblicas das Letras Cearenses: Literatura, Imprensa e Política (1873 - 1904)*. São Paulo: PUC, Dissertação de Mestrado, mimeo, 2000. _____. *Padaria Espiritual: biscoito fino e travoso*. Fortaleza: Museu do Ceará: SECULT, 2002, (Coleção Outras Histórias, 8).

O começo do século XX foi apresentado pelo crescimento populacional de grandes cidades, como Rio e São Paulo, decorrente da migração nacional e estrangeira. Dentre os diversos segmentos econômicos marcados pelo crescente processo de industrialização, destacou-se o jornalismo, com suas novas técnicas no processo de impressão. Assim, houve uma expansão dessa atividade, tanto no que se referiu ao número de exemplares, ao público leitor, quanto ao corpo funcional dos jornais.

Foi nessa ambiência que Gustavo Barroso deu continuidade ao seu curso jurídico na Faculdade carioca e nas atividades junto à imprensa. Dentre os jornais e revistas o autor compôs os quadros da revista *Fon-Fon* em 1910, incorporado à redação em 1916, e *do Jornal do Comércio* a partir de 1911. Foi chefe da redação desse jornal de 1914 a 1919. Quanto à situação salarial comentou o sociólogo Sérgio Miceli: “No início do século XX, o jornalismo tornava-se um ofício compatível com o status de escritor, *O Jornal do Comércio* pagava trinta, cinquenta e até sessenta mil-réis pela colaboração literária(...)”.³

Em meio às atividades na imprensa nacional, Barroso exerceu o cargo de Deputado Federal pelo Ceará no Governo de seu primo Cel. Benjamim Liberato Barroso, através da legenda do Partido Republicano, de 1915 a 1918. Foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras em 1923 e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no ano de 1931. Adquiriu prestígio no mundo das letras e, nesse mundo, fez sua trincheira.

Essa breve exposição biográfica acerca de Gustavo Barroso teve como fonte principal de informação a sua trilogia de memórias com publicação no Rio de Janeiro, quando o autor nessa cidade residia há 29 anos e contava com 51 anos de idade. *Coração de Menino* teve como primeira edição o ano de 1939, *Liceu do Ceará* data de 1940 e *O Consulado*

³ No que diz respeito ao desenvolvimento do jornalismo no começo do século XX, cf: MICELI, Sérgio. Poder, Sexo e Letras na República Velha. (Estudo Clínico dos Anatolianos) In: *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 2001, p. 54. Este livro intitulado *Intelectuais à brasileira* se constituiu em uma antologia de livros de Miceli.

da China foi editado pela primeira vez em 1941. Nesses três livros, as narrativas de Gustavo Barroso enfocaram, principalmente, o período de sua vida de menino e jovem no Ceará.⁴

Na década de 1930 Gustavo Barroso atuou no Movimento Integralista, publicando uma bibliografia com forte teor anti-semita. Em artigo sobre a presença judaica no Brasil nos anos de 1930 Marcos Chor Maio citou as seguintes considerações de autoria de Miguel Reale:

“(...) a ‘AIB não formava unidade compacta do ponto de vista doutrinário, nela atuando correntes de opinião diversificadas. Pelo menos três delas persistiram até o término do movimento: uma, a mais numerosa, liderada por Plínio Salgado, fundada na doutrina social da Igreja e na exaltação nacionalista; uma outra, que dava ênfase aos problemas jurídico-institucionais do estado; e uma terceira, mais preocupada com os valores tradicionais da história pátria, a que acrescentava um anti-semitismo de frágil mas espalhafatosa fundamentação, com Gustavo Barroso à frente’ (Reale, 1986:80).”⁵

Trabalhos recentes no âmbito das universidades focaram as produções de Gustavo Barroso relacionadas, sobretudo, ao seu pensamento integralista e anti-semita. Dentre esses autores vale ressaltar os seguintes: Antonio Rago Filho, Roney Cytrynowicz, Marco Chor Maio, Gisafran Nazareno Jucá.⁶

⁴ BARROSO, Gustavo. *Coração de Menino, Liceu do Ceará e O Consulado da China*. 3. ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000. Esses três livros de memória de Barroso foram reeditados separadamente.

⁵ MAIO, Marcos Chor. Qual anti-semitismo? Relativizando a questão judaica no Brasil dos anos 30. In: PANDOLFI, Dulce. (Org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 237.

⁶ RAGO FILHO, Antonio. *A Crítica Romântica à Miséria Brasileira: O Integralismo de Gustavo Barroso*. São Paulo: PUC, Dissertação de Mestrado, mimeo, 1989. CYTRYNOWICZ, Roney. *Integralismo e Anti-Semitismo nos Textos de Gustavo Barroso*. São

Considerarei importante a leitura destes trabalhos, pelas informações contidas acerca da obra e posicionamento integralistas de Gustavo Barroso, uma vez que o mesmo atuou como um militante intelectual junto a esse movimento, produzindo livros com temáticas referentes ao ideário do Integralismo, bem como, ministrando conferências em lugares diferentes do Brasil. Escapa às pretensões desse trabalho aprofundar a discussão acerca da experiência de Barroso junto ao Integralismo. Desse modo, no mais foram feitas algumas breves considerações a respeito dessa atividade e os conflitos vivenciados por ele na época de publicação de sua trilogia de memórias *Coração de Menino* (1939), *Liceu do Ceará* (1940) e *O Consulado da China* (1941). Também, com brevidade foi comentada a aproximação entre o discurso integralista de Barroso e seu pensamento acerca do popular-nacional desenvolvido em seus livros de “estudo do folclore” e “sociologia sertaneja”, editados anteriormente à sua militância nesse movimento. Uma outra consideração breve se relaciona com sua experiência no Museu Histórico Nacional, o perfil militar das exposições desse Museu e o pensamento integralista do autor.

Com mais de 100 livros publicados, Gustavo Barroso enveredou por temáticas e caminhos diversos: romance, contos, crônicas, poesias, ensaios, museologia, biografias, obras didáticas infantis, filologia, arqueologia, política, sociologia, história, folclore e memória. Isso foi algo característico entre os escritores daquele período, com produções textuais abundantes e diversificadas em jornais, revistas e livros.

Além dessa diversificada produção escrita, Barroso desenvolveu atividade no Museu Histórico Nacional (1922), esteve em sua direção durante 34 anos, desde o ano de sua fundação. Portanto, em 1922, assumiu o cargo de diretor do Museu Histórico, onde atuou até 1959,

Paulo: USP, Dissertação de Mestrado, mimeo, 1992. MAIO, Marcos Chor. *op. cit.*, p. 229-256. JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. Gustavo Barroso: Vida, Contexto e Idéias. In: *Cadernos do Núcleo de Documentação Cultural NUDOC*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/NUDOC, N.º 6, 1990.

exceto no período entre os anos de 1930 a 1932. Dentre os trabalhos que desenvolveram análises a partir da experiência do Museu Histórico Nacional M.H.N. há duas autoras que foram destacadas no decorrer da tese: Regina Abreu e Aline Montenegro.

A partir da análise da *Coleção de Miguel Calmon*, doada ao Museu Histórico Nacional, em 1935, pela viúva Alice da Porciúncula Calmon, Regina Abreu, nesse livro intitulado *A Fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*, compôs a trajetória, como também, variadas relações sociais e políticas desse personagem da Primeira República. Dentre os objetos estudados, encontram-se retratos, jóias, móveis e livros, tratados como principais fontes no seu estudo acerca das iniciativas de “fabricação do imortal”. Além disso, Regina Abreu teceu considerações a respeito da trajetória do Museu Histórico Nacional, apontando o papel e as práticas de Gustavo Barroso, como diretor fundador desta casa, classificada como “Museu das Elites”, principalmente, imperial e militar. Este trabalho foi importante para a análise desenvolvida no terceiro capítulo, na medida em que fornece algumas informações a respeito da História deste e neste Museu. A análise de uma coleção particular sugere um dos perfis do acervo coletado e exposto ao público. Uma das frentes de atuação de Gustavo Barroso concentrou-se neste Museu, na tentativa de definir a tradição da História Nacional, expondo objetos de uma cultura material e simbólica das elites políticas, militares e intelectuais, com intenções pedagógicas específicas.⁷

Aline Magalhães por meio de artigos publicados nos *Anais* do Museu Histórico Nacional M.H.N, como também, em sua dissertação de mestrado *Colecionando relíquias...um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937)*, trouxe uma série de reflexões acerca da escrita da história nesse Museu, destacando as “idéias barrosianas”. Nessa

⁷ ABREU, Regina. *A Fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco/Lapa, 1996.

perspectiva, analisou a experiência da Inspetoria de Monumentos Nacionais, órgão vinculado ao M.H.N, discutindo a “prática colecionista” na cidade de Ouro Preto, bem como, as disputas na política de preservação do patrimônio nacional. Analisou as “concepções barrobianas de museologia” através dos currículos e regulamentos do Curso de Museus, também ligado ao Museu Histórico. ⁸

O acesso inicial, a partir do ano de 2000, a escritos de autoria de Gustavo Barroso sobre o “folclore”, aos livros denominados de “Sociologia Sertaneja”, às narrativas de memória, bem como, à sua experiência junto ao Museu Histórico Nacional, foi, para mim, uma surpresa. Foi com estranhamento inicial que conheci as suas diversificadas atividades nos campos do saber, a sua vasta bibliografia. No período em que fiz o curso de História na Universidade Federal do Ceará, de 1993 a 1996, a memória mais corriqueira a respeito de Gustavo Barroso, como também, de sua produção bibliográfica, dizia respeito à sua experiência no Movimento Integralista. Ou seja, Barroso não foi esquecido, como temia, mas teve lembrada com maior freqüência, uma de suas tantas imagens, a de militante e intelectual integralista. Por sua vez, no meio do Instituto Histórico e da Academia Cearense de Letras a memória de Gustavo Barroso reconstruída foi, principalmente, uma memória laudatória e biográfica, com escritos homenageando o autor, apresentando-o como um intelectual com vasta produção escrita. Já nesses textos de celebração e biografia, a experiência integralista de Barroso foi quase esquecida. E

⁸ MAGALHÃES, Aline Montenegro. Ouro Preto entre antigos e modernos. A disputa em torno do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante as décadas de 1930 e 1940. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. 33. Rio de Janeiro: SPHAN, 2001. _____. O que se deve saber para escrever história nos museus? In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. 34. Rio de Janeiro: SPHAN, 2002. _____. Cultuando a saudade. Sobre antiquariado e escrita da história no Museu Histórico Nacional. In: BENCHETRIT, Sarah Fassa. BITTENCOURT, José Neves. TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. (orgs.) *História representada: o dilema dos museus*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003. _____. *Colecionando relíquias...Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937)*. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado, mimeo, 2004.

esses artigos de homenagem, foram elaborados, principalmente, a partir de sínteses biográficas.⁹

O tema central da presente tese é a construção de memórias nos escritos de Gustavo Barroso. A delimitação cronológica corresponde, principalmente, à publicação em 1912 de seu livro de estréia *Terra de Sol* à época de lançamento de sua trilogia de memórias *Coração de Menino* (1939), *Liceu do Ceará* (1940) e *O Consulado da China* (1941), uma vez que o estilo memorialístico marcou a bibliografia de Gustavo Barroso datada desse período que vai, portanto, da década de 1910 a 1940. Não se trata de um estudo exclusivo sobre esses três livros de memória. A questão está em perceber que a composição de memórias é um mote primordial em sua produção. Isso significa que há, na sua prática, uma preocupação constante em defender uma postura diante do tempo. Nesse sentido, dentre as problemáticas aqui apresentadas há a preocupação em refletir sobre o sentido que Gustavo Barroso constrói para a sua luta a favor da memória individual, regional e nacional. Como essas três dimensões se constituem em sua escrita? Como se relacionam? Como defendeu o passado? Como articulou passado e presente?

Ao passo dessa escrita de conhecimento e reconhecimento memoriosos, Gustavo Barroso também configurou e construiu um estilo em que a vivência íntima e afetiva com a cultura popular foi associada a um refinamento intelectual. A memória ativada nessa linguagem contornou caracteres de um discurso regionalista, na intenção de homogeneizar em um nome, região norte (nordeste), uma diversidade de experiências. Na maioria de seus livros, assinou junto ao seu nome

⁹ Há diversos artigos e textos biográficos acerca de Gustavo Barroso, em sua maioria de caráter laudatório e de homenagens, oriundos, em especial, da Academia Cearense de Letras e do Instituto do Ceará, bem como, de livros com vários resumos biográficos, como os dicionários. Os autores desses textos, em sua maioria, fizeram sínteses e resumos das informações dos livros de memórias de Barroso, outros comentaram sua trajetória no Rio de Janeiro também numa perspectiva biográfica. Desses textos foram colhidas informações biográficas acerca de Barroso, e alguns foram citados no decorrer do trabalho. A referência desses artigos e textos consta no item fontes.

próprio, o pseudônimo de *João do Norte*. Houve mesmo um desejo de *João do Norte* de ser identificado como um intelectual que não esqueceu o Ceará, o norte de sua escrita. Barroso, inclusive, definiu o seu primeiro livro *Terra de Sol* (1912), como um “depoimento de um nortista”. E finalizou sua “antologia do folclore” *Ao Som da Viola* (1921) dizendo que nessa obra havia muito da “alma saudosa de nortista exilado”. A sua bibliografia editada entre 1912 e 1932 e classificada na época de publicação de “estudos do folclore” e “sociologia sertaneja” foi marcada pelo estilo memorialístico, com contornos de auto-biografia.¹⁰

Foi no norte da saudade que Gustavo Barroso trilhou sua escrita. Ou melhor, é desse caminho norteado de recordações que o autor desenhou a imagem de escritor telúrico. Foi na direção do Norte que ele recontou e recriou parte de sua história.

A “defesa da memória”, tão importante para Gustavo Barroso, não era uma idéia unânime. Pelo contrário, tratava-se de uma defesa no meio de ataques. É por isso que outra problemática aqui desenvolvida enfoca a relação entre a escrita da memória e os conflitos vividos pelo escritor, diante de outros escritores e diante dos rituais que orientam as várias maneiras de escrever e de editar os escritos. No que concerne à relação entre o passado recordado e o presente de produção de memória comentou a historiadora Marina Maluf:

¹⁰ A respeito das denominações Norte e Nordeste escreveu o historiador Durval Muniz: “A região Nordeste, que surge na ‘paisagem imaginária’ do país, no final da primeira década deste século, substituindo a antiga divisão regional entre Norte e Sul, foi fundada na saudade e na tradição. (...) O termo Nordeste é usado inicialmente para designar a área de atuação da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), criada em 1919. Neste discurso institucional, o Nordeste surge como a parte do Norte sujeita a estiagens e, por essa razão, merecedora de especial atenção do poder público federal. O Nordeste é, em grande medida, filho das secas(...) O que se nota, no início da década de vinte, é que os termos Norte e Nordeste ainda são usados como sinônimos, mostrando ser esse um momento de transição, em que a própria idéia de Nordeste não havia ainda se institucionalizado(...)”. Cf. ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 1999, p. 65-68.

“(...) O esforço de reordenação das imagens passadas é condicionado pelo presente de quem se lembra. (...) Dessa forma o sujeito que se mostra ao leitor é antes o sujeito do presente e não o que é contado por ele próprio”.¹¹

Gustavo Barroso chegou a publicar mais de cem livros. Ora, isso deve ser levado em consideração: publicar um livro não é somente fazer uso de um meio de comunicação e sim criar um acontecimento no chamado “mundo das letras”, criando um poderoso objeto para erguer memórias. Mas, para Gustavo Barroso, não bastava escrever memórias, era preciso defender a própria existência do passado que estava sendo oprimido pelo presente. Então, na presente tese argumenta-se que aí está em jogo o modo pelo qual se dá sentido ao tempo, a própria maneira pela qual nos situamos nas tessituras construídas entre passado, presente e futuro.

Na análise das obras de Barroso, verificou-se uma imbricação entre a busca de uma identidade nacional e a definição do que seria popular. Aqui não houve a intenção de buscar uma definição universal do que seria o popular e o “folclórico”. Antes, buscou-se perceber como este tema apareceu na obra do pensador cearense. Uma das intenções da problemática da tese foi de refletir esses termos como componentes do objeto do próprio trabalho, como um conceito que possui uma historicidade. O interesse do estudo escapou, portanto, à pretensão de tentar definir o que é, ou o que seria, o popular e o “folclórico”. Interessou,

¹¹ MALUF, Marina. *Ruídos da Memória*. São Paulo: Siciliano, 1995, p. 31. Quanto às reflexões a respeito da memória esses foram os principais autores estudados: NORA, Pierre. Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares. In: *Projeto História*. São Paulo: Educ, 1993, Nº 10, p. 7-28. Artigos do livro: BRESCIANI, Stella e NAXAVA, Márcia. (orgs.). *Memória e (Res)sentimento. Indagações sobre uma questão sensível*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001. LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1996. LOWENTHAL, David. Como Conhecemos o Passado. In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, 1998, Nº 17. MALUF, Marina. *op. cit.*, e BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

e este é um ponto importante, compreender as formas de enunciação e definição do popular, relacionando-as com a questão central desse trabalho: as construções da memória na obra de Gustavo Barroso.¹²

Os intelectuais ocupados com a questão nacional, muito freqüentemente, forneceram uma munição teórica que, em certos casos, foi retomada, modificada e apropriada pelas formas de enunciação política. Temas como identidade nacional, arte popular, cultura popular, folclore, prestaram-se à intenção de legitimidade política. Não foram poucos os que falaram em nome do povo, que buscaram indicar-lhe uma alma, um espírito que contribuiria para a sua irmandade e coesão. Este ponto foi uma das justificativas deste trabalho: tentar compreender a historicidade de um conceito que foi amplamente utilizado para a mobilização e desagravo; para reacender os afetos e obscurecer os aguilhões.¹³

O discurso nacional tornou imprescindível a elaboração de narrativas históricas. A identificação de um passado comum foi um dos elementos constituintes do sentimento de irmandade em torno da nação, como observa Montserrat Guibernau em seus estudos sobre o nacionalismo no século XX:

“Uma cultura comum, como já acentuei, tem a capacidade de criar um sentimento de solidariedade que é derivado da consciência de formar um grupo. Um mesmo passado histórico, que inclui ‘ter sofrido, desfrutado e esperado conjuntamente’, e um projeto comum para o futuro, reforçam os elos entre os membros de uma dada comunidade.”

14

¹² Acerca dessas proposições sobre o “folclore” e a “cultura popular” foram fundamentais os seguintes trabalhos: BOLLÈME, Geneviève. *O Povo por Escrito*. São Paulo: Martins Fontes, 1988. DE CERTEAU, Michel. A Beleza do Morto. In: *A Cultura no Plural*. Campinas, SP: Papyrus, 1995, p. 55-85.

¹³ Para um maior detalhamento dos conceitos de “afeto” e “aguilhões”, cf. CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

¹⁴ GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos. O estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997, p. 86.

Gustavo Barroso se valeu de um discurso nacional-popular e da narrativa histórica. A constituição de uma memória nacional foi implementada também por meio do Museu Histórico Nacional M.H.N. Assim, uma outra problemática diz respeito à noção de história defendida por Barroso nesse Museu, uma vez que esteve à sua frente por mais de 30 anos. Desse modo, uma outra questão diz respeito à própria memória que foi construída acerca de Barroso no M.H.N.

No 1º capítulo intitulado “Gustavo Barroso: Ausências e Saudades” o intuito é de compreender os recortes realizados por Barroso para a composição de suas memórias. Fazer reflexões a respeito dos motivos, motes, inquietações e interesses do autor no período de escrita dessas narrativas, ou seja, o seu lugar quando publicou suas recordações. Analisar os sentidos impressos por Barroso para a atividade da memória, bem como, os sentidos atribuídos por ele à saudade e à passagem do tempo, do tempo passado frente ao presente e às expectativas. Assim, essas questões se complementam e se entrelaçam ao intento central em compreender enredos dessa memória.

A intenção com o 2º capítulo, “Saudades do Povo”, foi de desenvolver algumas reflexões a partir, principalmente, da “temática do folclore” em Gustavo Barroso. Foi preocupação analisar a relação entre o popular e o nacional em sua “experiência folclorista”. Entre a saudade do popular e o culto às letras, como Gustavo Barroso aprimorou a “vocação nacional”. Ele conjugou a pesquisa etnográfica a uma escrita memorialística. Ao mesmo tempo em que defendeu o caráter científico do estudo do “folclore”, enalteceu a experiência do convívio direto com essas práticas, enfatizando a inspira o na saudade como aspecto legitimador de sua produ o escrita. Ou seja, Gustavo Barroso construiu seu percurso “folclorista” em sintonia com seu depoimento de memorialista. Assim, a rela o entre

saudade e cientificidade não foi incoerente para ele. Dentre as questões apresentadas indaga-se sobre a perspectiva dos seus estudos acerca da religiosidade sertaneja e do cangaço. Bem como, de que modo o autor definiu o “folclore” e pensou seus métodos de abordagem. Observando também que essa atividade escrita foi marcada por embates, algumas polêmicas e aproximações.

No 3º capítulo “O *Culto da Saudade* no Museu Histórico Nacional”, o intuito é de analisar a relação entre o pensamento de Gustavo Barroso e a consecução do Museu Histórico Nacional. Ao Museu Histórico associou-se a função de delimitação da origem e dos princípios nacionais, interessando coligir, catalogar e preservar elementos de uma cultura altamente simbólica oriunda dos círculos políticos, intelectuais e militares, especialmente, imperiais e aristocráticos. Houve a preocupação em identificar a noção de história expressada nos objetos das exposições desse Museu. Também, na intenção de compreender essa idéia de história, bem como, o lugar reservado à memória de Gustavo Barroso, foram analisados alguns artigos dos *Anais* do Museu Histórico Nacional, com publicação iniciada em 1941.

As análises das narrativas memorialísticas, da temática do “folclore”, como também, das iniciativas concernentes ao M.H.N estão relacionadas ao interesse central desse trabalho: compreender a produção da memória nas práticas de Gustavo Barroso, uma vez que se reconhece que a “defesa da memória” foi uma aspecto marcante de sua trajetória intelectual.

CAPÍTULO I

Gustavo Barroso: Ausências e Saudades

“A imaginação é a memória que enlouqueceu”.

Mário Quintana.¹⁵

¹⁵ QUINTANA, Mário. “Imaginação...”. In: _____. *80 Anos de Poesia*. São Paulo: Globo, 1986, p.106.

1.1 Territórios da Saudade entre o Sertão e o Litoral

“(...) cada lugar pode ser alcançado de outros lugares, pelas mais variadas estradas e rotas, por quem cavalga guia rema voa”.

Italo Calvino.¹⁶

Gustavo Barroso contou, especialmente em sua trilogia memorialística *Coração de Menino* (1939), *Liceu do Ceará* (1940) e *O Consulado da China* (1941), experiências vividas em Quixeramobim, localizado no sertão central cearense, no sítio de seu pai situado no Benfica em Fortaleza, e no sítio Jurucutuoca em Mecejana, descrevendo, também, histórias de menino e jovem na capital: em casa, nas ruas, praças, na praia, nutrindo encanto profundo e permanente pelo mar e suas narrativas. Relatou sobre o seu convívio nos circuitos e círculos das letras na terra natal.

A intenção nessa primeira parte do trabalho é de compreender e delimitar territórios da saudade marcantes na composição das narrativas de Barroso. Essa questão se entrelaça ao objetivo desse primeiro capítulo de compreender tramas na construção de memórias. O reconhecimento dessas veredas se relaciona ao intuito de pensar nas intenções do autor ao publicar essas narrativas. Ao construir essa escrita quais lugares e tempos foram privilegiados? Na edificação dessa trilogia de memórias como

¹⁶ CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. 12^a. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 125.

Barroso desenhou algumas imagens a seu respeito? Porque ele esquadrinhou essas imagens? Como compôs essa escrita da saudade?

A ênfase para uma infância idílica é um traço característico das narrativas de memória. Esse foi um traço do estilo de Barroso, intentando conquistar uma satisfatória recepção do público leitor, através da exposição do tempo primaveril. A delimitação de lugares e episódios nessas narrativas foi justificada por ele como os lugares e as vivências que teriam marcado o seu modo de percepção do meio, da paisagem e das gentes, como também, a sua trajetória intelectual. Essa é uma das imagens que Gustavo Barroso desejou consolidar, de escritor saudoso e conhecedor de sua cidade natal e do modo de vida sertanejo. Além das obras de memórias, Barroso enveredou por esses temas em outros livros, discursos, conversas e cartas abordando aspectos daquele cotidiano.

Compôs as narrativas de memória grifando as primeiras experiências de sua formação, no convívio familiar, escolar, na Faculdade de Direito, no jornalismo, no circuito literário e político de Fortaleza. Barroso parecia querer levar o leitor a identificar as matrizes de sua trajetória pessoal e intelectual. Intentou legitimar seu percurso e seu lugar no ambiente intelectual como um “missionário” no registro e preservação de um passado tradicional de sua região, inserido no passado da nação.

Foi do Rio de Janeiro que Gustavo Barroso contou suas lembranças do Ceará. “O adeus a terra natal” ocorreu aos 22 anos de idade, em 15 de abril de 1910, embarcando no vapor “Olinda” para a capital federal. Quanto à sua partida, confidenciou lembrando o momento em que o navio já estava longe da cidade de Fortaleza, sendo possível ver apenas o farol do Aracati, com relâmpagos de luz diante do breu da noite distante:

“Só então compreendi, e senti o passo que dera. Deixava para trás e para sempre a melhor parte de minha vida, minha infância, minha adolescência, minha primeira mocidade, minha terra, minha família, meus amigos, meus pobres objetos pessoais, tudo com que vivera e me

habituará, a natureza em cujo seio me fizera, as paisagens aguardadas em meus olhos, a gente com quem me irmanara na mesma tradição e nos mesmos sentimentos, tudo o que amara. Ia eu enfrentar o desconhecido, as lutas em terras estranhas, as influências de outros meios, sem dinheiro e sem proteção, sozinho, sozinho, contando unicamente comigo. Que seria de mim?

Deitei-me de bruços no sofá e comecei a chorar, abafando os soluços para não acordar os outros”.¹⁷

O relato de despedida em tom lacrimoso está registrado na última página do seu derradeiro livro de memórias, *O Consulado da China*. Ou seja, a página final de seu terceiro e último livro de memórias foi dedicada ao momento da despedida, como se o seu passado memorável tivesse como marco aquela triste partida. Sua saudade foi elucidada de tristeza, como se a vida passada no Ceará tivesse sido a melhor de todas. Uma vida perdida em um passado tido como paradisíaco, porém, lembrado em variados cantos da memória, nos contos, “estudos folcloristas” e nas narrativas de suas lembranças.

Dos intuitos dessa narrativa memorialista é possível observar o desejo de aliviar e alardear a saudade. Houve a intenção de estabelecer lugares de memória e, por sua vez, escrever sua história.

Os primeiros anos de sua educação ocorreram no ambiente familiar e depois no colégio “Patérnon Cearense”, quando contava com 10 anos de idade, ou seja, a partir de 1898. A opção por essa escola laica estava relacionada ao ambiente familiar, no qual, à exceção de sua avó – que tinha o costume de orar de manhã e à noite – nem seu pai, nem suas tias primavam por um fervor religioso, segundo Gustavo Barroso. Além da importância da orientação familiar em sua formação, citou, com regularidade, o valor de sua vivência em Fortaleza. De vários relatos acerca da cidade, ele ressaltou o gosto pela praia e histórias de pescador. Com

¹⁷ BARROSO, Gustavo. *O Consulado da China*. 3ª ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000, p. 206.

freqüência, quando se referiu a episódios praieiros, enalteceu o ofício do jangadeiro, do pescador e o conhecimento relativo ao mar, a atividade de navegação e pesca. Do convívio de Barroso na cidade observou-se:

(...) “À noitinha, descia, gingando o passo, para a rua do Chafariz e ia sentar-me na sala traseira da venda do Assunção, onde se reuniam embarcações. O velho Xavier, empregado no porto, vinha conversar comigo. Líamos histórias e poesias sobre o mar e a vida de marinheiros. Um dia, ele emprestou-me o ‘Navio negreiro’ de Castro Alves. Quase fiquei maluco. Que revelação! Decorei o poema e o recitava por toda a parte.”¹⁸

Há, em outros trechos da obra do autor, comentários que enfatizaram ensinamentos adquiridos a partir dos encontros e conversas com personagens com o perfil do “velho Xavier”. À medida que narrou descobertas e preferências na cidade de Fortaleza, procurou mostrar ao leitor o alicerce de seus primeiros conhecimentos. Como uma ponta de jangada surgindo na linha do Atlântico, e aos poucos tomando forma para quem contempla da beira da praia, Barroso contornou uma imaginação do mar por meio das lembranças de conversas com marinheiros, catraieiros e pescadores. Das recordações desses idos em Fortaleza, escreveu:

“Guardarei toda a vida uma recordação imorredoura da curva branca da costa cearense entre o antigo Porto das Jangadas, hoje Praia de Iracema, e o farol do Mucuripe, passando pelo Meireles e pela Volta da Jurema. A paisagem típica: coqueiral, dunas alvas, mar muito verde e céu muito azul, continua nos meus olhos. O rolar das ondas e o ciclo

¹⁸ BARROSO, Gustavo. *Coração de Menino*. 3ª ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000, p. 84.

do aliseo no areal vivem nos meus ouvidos. As figuras humanas que conheci naquele meio movem-se ainda na minha lembrança.”¹⁹

Mesmo que numa frequência menor, se comparado aos relatos acerca do sertão, surgiu no horizonte de sua memória, a paisagem praieira. Distante desse litoral, Barroso ressignificou essa vista com um gosto saudoso. Suas descrições dos ambientes do sertão e do litoral tinham uma escrita pautada nos detalhes; detalhes de nomes, lugares, pessoas, sensações. Foi constante essa demonstração de apurado conhecimento de sua cidade e uma sagacidade como observador. Intentou legitimar o valor de sua obra, não só pelo grau de conhecimento letrado, mas também, e especialmente, pelo nível de envolvimento com os temas e personagens. Os relatos de memória foram expostos como vestígios de sua vivência pessoal.

Dando continuidade aos estudos, realizou seu curso secundário no Liceu do Ceará, a partir do ano de 1899, num prédio construído para sediar esse colégio, na Praça dos Voluntários, localizada no perímetro central de Fortaleza. Posteriormente, o estabelecimento de ensino foi transferido para um casarão situado à praça, antes denominada Fernandes Vieira e, desde a década de 1960, intitulada Praça Gustavo Barroso, no bairro do Jacarecanga, vizinho ao centro da cidade. Até hoje o Liceu está nesse endereço.²⁰

¹⁹ BARROSO, Gustavo. *Coração de Menino*. 3ª ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000, p. 147.

²⁰ Apesar da criação do Liceu do Ceará ser datada de 1845, a construção do prédio destinado a esse estabelecimento foi do ano de 1894, na Praça dos Voluntários. No local desse prédio, que foi demolido, foi construído um prédio que sediou a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará, atual sede da Polícia Civil. Em 1935 houve a transferência do Liceu para o edifício onde atualmente está endereçado. A respeito de episódios da história desse colégio, cf. GIRÃO, Blanchard. *O Liceu e o Bonde. Na Paisagem Sentimental da Fortaleza-Província*. Memórias. 2ª ed. Fortaleza: ABC, 1997. Conferir também: SABÓIA, Boanerges. *O Liceu que Conheci*. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1995.

Do período em que era estudante do primeiro ano do Liceu relatou, com constância, uma série de divertimentos, festividades e “vadiagens” na cidade:

“A tentação da vadiagem era muito grande e se multiplicava deliciosamente em outras tentações, como a luz se reflete em cambiantes nas facetas polidas dum cristal. Dificílimo evitá-las na encantadora Fortaleza do meu tempo de menino. Banhos no reservatório do Pajeú e no açudeco do Padre Pedro, onde a água ficava gelada sob as alfombras boiantes dos aguapés. Banhos de mar com mergulhos sob as vagas verdes e descabeladas no Pocinho da Praia. Pescarias de pitus nos riachos. Excursões alegres aos cajueirais da Aldeota. Passeios de bonde a Porangaba. Durante todo o ano uma sucessão de tentações. Em janeiro, açudes cheios, cobertos de pasta verde, provocando o nado e o jogo de camba-pé. Em fevereiro, o carnaval, a papanguzada e a maracatuzada nas ruas. Em março, os Judas com seus júris e sítios, as procissões e as festas de igreja, que reuniam à porta da Santa Casa, nos adros da Sé, do Rosário e do Coração de Jesus os melhores tabuleiros de doces da cidade. Em abril, os assaltos a cercados e muros para comer as primeiras atas e mangas maduras. Em maio, o mês da Maria com todas as suas novenas e todas as suas ladainhas. Em junho, Santo Antonio, São João e São Pedro, fogueiras, figos, canjicas, aluás. Em julho, os papagaios e arraias enfeitando o céu com suas cores brilhantes, empinados no alto das dunas, com os longos rabos de trapos em que alumiam as rocegas de vidro para o *jogo do ponto*. Em agosto, lures maravilhosos, embriagadores, com os banhos de mar noturnos e as idas ao Mucuripe e ao Meireles para comer saborosas peixadas. Em setembro e outubro, começavam os cajus e se assavam as castanhas. Em novembro, iniciavam-se os ensaios das Pastorinhas, dos Congos, dos Fandangos e

do Bumba-meu-boi, para os festejos tradicionais do Natal. Em dezembro, o Natal!”²¹

Fortaleza foi reconhecida por uma cartografia de festejos, costumes, jogos e brincadeiras. Também por um “calendário” que Barroso construiu com tudo a seu tempo: entre natureza e a cultura. Uma cidade desenhada com forte sentimento no *coração de menino*. O caminhar pela cidade se fez nos passeios de bonde, andando pelas ruas e pela beira do mar, lugar comum na sua narrativa. O banho de mar refrescando o corpo suado de tanta andança. As danças do maracatu e as delícias das festividades juninas. Uma recordação de julho da brincadeira de soltar arraia, misturando cores ao céu, lembrança plástica da cidade.

É importante observar que essa memória também foi expressada e reinventada no corpo. Uma memória encarnada através dos sentidos, uma memória afetiva, por vezes involuntária, mas transcrita, refeita e repensada no papel. Por vezes, esse território da saudade veio com a lembrança do banho de mar e o frescor na pele diante do sol ou do breu noturno enluarado; o cheiro do caju trazido pelos ventos de setembro e outubro, de dar água na boca; as ladainhas e novenas ouvidas no “mês de Maria”; o gosto daquele doce junino; as mangas de abril e as divertidas cores das arraias de julho. Essas lembranças sentidas deram corpo à memória da cidade da criança, parafraseando o nome de uma Praça do centro de Fortaleza.²²

²¹ BARROSO, Gustavo. *Liceu do Ceará*. 3ª ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000, p. 24-25.

²² A respeito das dimensões da memória em Proust, escreveu Jacy Seixas: “A memória involuntária, em Proust, é instável e descontínua, não vem para preencher os espaços em branco, *supõe as lacunas e constrói-se com elas*. Ela não soma nem subtrai, ela *condensa*. Neste sentido, memória voluntária e involuntária distinguem-se por procedimentos diferentes: a memória voluntária preocupa-se em ‘colocar traços no rosto de uma passante, quando no lugar de nariz, das faces e do queixo deveria apenas existir um espaço vazio onde, no máximo, viesse brincar o reflexo de nossos desejos’. Esse *espaço vazio*, no entanto, é denso, pois percorrido por tempos múltiplos, passíveis de ser atualizados pelas artimanhas da memória involuntária.” SEIXAS, Jacy Alves de.

A cidade foi desenhada nessa cartografia de brincadeiras e costumes marcados entre um tempo natural e cultural. Pela espera do tempo “maduro” das frutas, com atenção para as estações. Ou seja, entre “os festejos tradicionais do natal”, em dezembro; “o carnaval, a papanguzada e a maracatuzada” no mês de fevereiro; “os assaltos a cercados e muros para comer as primeiras atas e mangas maduras” em abril; as festas juninas; a estação dos ventos e as brincadeiras de soltar arraia.

Fortaleza também foi lembrada por Barroso a partir de marcos de cal e cimento, como a Santa Casa e as Igrejas do Rosário e Coração de Jesus. Quanto a esses marcos físicos desenhados por Gustavo Barroso no romance *Mississippi* de 1961, a escritora Caterina Sabóia elencou: “Passeio Público; teatro São Luís; Quartel; Santa Casa; hospedarias de paroaras; Cadeia Pública com sua troca de guarda ao toque do corneta e alferes de espada desembainhada; Intendência; Praça do Ferreira e o Café Java; Mercado; Sé com seu sino grande ‘tocando a trindade’; Colégio da Imaculada; Igrejas da Conceição, do Patrocínio, do Coração de Jesus, do Carmo; praça da Estação(...)”.²³

A saudade da cidade da criança foi registrada numa constância. Diante das ausências, Barroso criou uma memória lenitiva. Um lenitivo para sua nostalgia de migrante, de “nortista exilado” no Rio de Janeiro, longe daquele lugar e daquele tempo de garoto. Analisando o romance *Mississippi* a respeito da postura de Barroso quanto à ambiência de modificações físicas e sociais em Fortaleza entre os séculos XIX e XX,

Percursos de Memórias em Terras de História: Problemáticas Atuais. p. 47. In: BRESCIANI, Stella e NAXAVA, Márcia. (orgs.). *op.cit.* 2001.

²³ O período ao qual o romance *Mississippi* de Gustavo Barroso diz respeito, em especial, às décadas citadas nos seus livros de memória *Coração de Menino* e *Liceu do Ceará*, ou seja, período entre os séculos XIX e XX no Ceará. E no caso do romance, em Fortaleza. A escritora Caterina Saboya recompôs traços da Fortaleza, ou das várias Fortalezas do fim do XIX recriadas em especial na literatura. Teve como fonte principal seis romances ambientados na cidade, de autores diferenciados, publicados na capital cearense, entre esses dois séculos, a exceção do romance *Mississippi* que foi editado em 1961. OLIVEIRA, Caterina Maria de Saboya. Fortaleza: seis romances, seis visões. Fortaleza: EUFC, 2000, p. 130.

escreveu Caterina Saboya: “A cidade de Gustavo Barroso é, principalmente, aquela tomada pelo progresso que tudo leva. Porém, em que pese o toque saudosista de suas descrições, há uma aceitação resignada dessa marcha do progresso (...)”.²⁴

Ora, além do enlaçamento entre ausência e distância da capital cearense, também é possível entrelaçar a nostalgia de Barroso com as transformações urbanas na cidade de Fortaleza e na metrópole federal. A compreensão desse ambiente de mudanças na urbe é importante para a reflexão acerca do sentimento de exílio expressado por ele, não só em relação ao Rio de Janeiro, mas de sua própria cidade. O reconhecimento do processo de transformação da terra natal também levou o autor a compor seus escritos de memória, quem sabe numa tentativa de criar uma longevidade para a cidade recordada e sonhada. Essa lembrança foi gravada num tom nostálgico diante das ausências.²⁵

Foi no sentido do Norte que ele contou a história do menino. E o menino serelepe vinha na memória parecendo trazer sossego e sentido ao irrequieto escritor.

²⁴ *Idem*, p. 127.

²⁵ Quanto ao afã modernizador, projetos e iniciativas interferiram no cotidiano da cidade, no paisagismo da urbe e nas sociabilidades, numa relação, por vezes violenta, de entrelaçamento entre hábitos e inovações. Somada aos projetos de ordenação, também foi perceptível a instauração de marcos, como a Coluna da Hora na Praça do Ferreira, localizada no Centro da cidade, a instalação de iluminação pública, edificação de prédios e, por sua vez demolição de outros, principalmente em seu perímetro central. Para um aprofundamento dessas temáticas, conferir o trabalho do historiador SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. *Fortaleza: imagens da cidade*. Fortaleza: Museu do Ceará/SECULT, 2001. (Coleção Outras Histórias, 1). Ainda quanto à discussão acerca do propalado progresso em Fortaleza foram elaborados, na capital, projetos de remodelação e intervenção, na tentativa de normatizar os espaços e os comportamentos da população, com o desejo de identificar Fortaleza a um processo de “modernização”. Associado aos planos de remodelação e racionalização urbanas intensificara-se o afã de higienização das ruas e das pessoas, através de um movimento médico-sanitarista. Estes projetos e medidas de “aformoseamento” dos espaços públicos contaram com a atuação de setores políticos e intelectuais e visaram a uma certa distribuição dos corpos nos espaços em um determinado tempo, em suma, a um ideal de disciplinarização e ordenamento. Acerca destas questões, conferir o historiador: PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social 1860-1930*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1993.

Dessas ausências escreveu sua memória. Também inscreveu uma carreira de intelectual estudioso da cultura popular registrando costumes e tradições. Assim, aquilo que ganhou vida em suas obras de memória, foi estudado em outros livros editados, em especial, entre 1912 e 1932, portanto, antes das publicações de memória datadas de 1939 a 1941.

O maracatu e o papangu, o ritual de enforcar e atear fogo ao Judas, o calendário de festas juninas e os parentescos e promessas de fogueira, os ciclos do natal com os autos dos fandangos, dos congos, das pastorinhas e do bumba meu boi, tudo isso foi catalogado em livros de Barroso, como na sua “antologia do folclore” *Ao Som da Viola*, de 1921. Além de confortar, a escrita da memória foi utilizada como uma forma de legitimar sua trajetória pelos caminhos das letras.

Gustavo Barroso compôs uma imagem de escritor da memória e uma imagem de um garoto incorporado aos costumes de sua cidade, mesmo intitulado seus divertimentos de “vadiagem”, como se o tempo de garoto fosse um tempo apropriado para essas diversões e passeios.

São vários os relatos no livro *Liceu do Ceará* que retrataram sua conduta de aluno, como este:

“Antes do fim do ano, fui eliminado do Liceu por mais de vinte faltas sem justificção. O mal crescia. Em 1901, suspenso na companhia de muitos, por uma manifestação coletiva. Em 1902, eliminado sozinho, individualmente. Por que a eliminação? O Regulamento não permitia mais de vinte faltas não justificadas. As suspensões eram assim consideradas. Eu tinha mais de quinze faltas devidas a sucessivas gazetas. Uma suspensão muito justa por quinze dias encheu a medida.

Num dos corredores do Liceu, o dr. Bacorinho, endireitando o pince-nez e estufando o peito garnisé, chamara a minha atenção, porque estava rindo alto, de modo áspero. Retruquei-lhe no mesmo tom. Ameaçou dar parte. Disse-lhe que, se o fizesse, dava-lhe uma surra fora do estabelecimento. Sentindo-se desmoralizado diante dos alunos, o inspetor reagiu, avançou para mim de punhos fechados. Descasquei

uma navalha e pu-lo a correr, lívido, até a portaria, onde o negro José se levantou, protestando com energia. Disse-lhe horrores e fui embora.”

26

Além da imagem de garoto curioso e envolvido ao ambiente da cidade, Barroso não se eximiu de lembrar as repreensões que sofreu. Contou as suas danações. “Vadiagem” foi o nome que deu a certas condutas naqueles idos. A respeito do desfecho do episódio da navalha que culminou com sua eliminação daquele ano no Liceu, confidenciou o clima em sua casa:

“Em minha casa, houve o diabo. Nem é bom relembrar isso. Corramos sobre os sermões, os ralhos, as ameaças e os castigos o véu do esquecimento. Nada, absolutamente nada adiantou. Continuei mais revoltado e mais terrível do que nunca. Comigo era na navalha!”²⁷

Houve um tom de desforra e mesmo de satisfação ao relatar seu gosto pela navalha, ao contar que por pouco motivo se “coçava e espalhava”. Não perdeu a oportunidade de se mostrar como um jovem “rebelde”, e mesmo, “terrível”. Com esses relatos, Barroso intentou enaltecer a sua força de vontade e realçar sua mudança de rumo.

Ao perfil de jovem que resolvia suas pendências e pendengas “na navalha”, uma outra figura foi desenhada: um jovem perseverante quanto aos objetivos almejados, que ousava “tomar o pião na unha”, porém, respeitoso com aqueles de sua consideração, como era o caso do seu primeiro e admirado mestre Lino da Encarnação, do Colégio “Parténon Cearense”.

²⁶ BARROSO, Gustavo. *Liceu do Ceará*. 3ª ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/ Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000, p. 115.

²⁷ BARROSO, Gustavo. *Liceu do Ceará*. 3ª ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/ Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000, p. 116.

A época dessas mudanças de rumo foi relatada como o período de intensificação de suas idas pelos caminhos sertanejos a partir de 1907. A presença de seu padrinho foi tida como marcante no que ele chamou de “O Descobrimento do Sertão”, com as viagens para Quixeramobim, no sertão central do Ceará:

“Meu padrinho Antônio Leal de Miranda, revelou-me o sertão. (...) teve grande influência na minha formação espiritual. (...) Conhecedor profundo da vida sertaneja, ensinou-me a observá-lo e repetia-me contos, lendas e cantigas. Sinceramente o admirava. (...) Seguiu para o sertão no começo do ano. Voltava em abril, antes dos fins d’água. Em janeiro de 1907, pela primeira vez me levou consigo. Eu tinha estado gravemente enfermo e precisava de ar puro e de bom leite.”²⁸

O “descobrimento do sertão” foi marca significativa em seus textos. Boa parte de seus livros publicados, entre as décadas de 1910, 1920 e início de 1930, teve como temas centrais lugares, pessoas, coisas e costumes sertanejos. Com veemência, ele fez questão de enaltecer sua convivência nesse sertão como algo decisivo para a sua conduta e para o desdobramento de seus “estudos do folclore”. Daí o interesse em narrar aos leitores sua experiência naqueles tempos do Ceará. Esse recurso de escrita de memória na tentativa de respaldar um caminho intelectual se constituiu em traço comum entre escritores de sua contemporaneidade.²⁹

Do momento de descobertas e observação da natureza do sertão lembrado, registrou:

²⁸ BARROSO, Gustavo. *O Consulado da China*. 3ª ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000, p. 15.

²⁹ A respeito do recurso a uma escrita memorialista na tentativa de dar legitimidade a uma conduta intelectual entre contemporâneos de Barroso, cf. MICELI, Sérgio. Poder, Sexo e Letras na República Velha. In: _____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 2001. Essa obra se constitui em uma coletânea de livros do autor.

“Entre a colina, onde se erguia a casa grande do Condado e o rio, no meio das juremas e catingueiras, ostentava-se um castelo natural de pedra enfestonado de cardeiros. Ao entardecer, gostava de subir à sua mais alta plataforma e deitava-me encostado a um respaldo, imerso na doçura do crepúsculo. Pensava na minha vida, cercada de barreiras por todos os lados. Qual seria meu destino no mundo, pobre e só, contando unicamente comigo mesmo? Sobre a natureza desabava uma grande melancolia.

Os persas achavam que o tempo era cor de turquesa. A opinião mais geral é que é cor de cinza. Porém são grandes as dúvidas sobre a verdadeira cor do tempo. A escritora francesa Joana Ramel Cals procurou saber qual fosse. Hesitou primeiro entre o rosa e o negro; depois, entre os tons azuis; por fim, entre o verde e o rubro. Acabou afirmando que há tempo de todas as cores e todas as cores no tempo. A verdade é que o tempo reflete a cor de nossa alma. Para mim, à tarde, sobre aquele castelo natural de pedra, o tempo era lilás. Eu me perdia dentro de mim próprio e percorria em silêncio todos os escaninhos de minha alma. Instintivamente, dava início a um processo nietzscheano: construir-me a mim mesmo.

Guardo uma recordação profunda desses crepúsculos sertanejos, em que dialogava comigo próprio e contava histórias a mim mesmo”.³⁰

Essa época foi retratada como a época de importantes descobertas para sua vida. A convivência nesse lugar teria propiciado momentos de conhecimentos compartilhados no grupo e instantes de reflexão solitários, favorecidos pelo ambiente natural. Foi com persistência que ele comentou acerca dessa solidão produtiva para sua identidade.

No passado explicitado, Barroso ressaltou os instantes de reflexões sobre sua existência, a respeito de seu futuro. Reflexões fertilizadas numa

³⁰ BARROSO, Gustavo. *O Consulado da China*. 3ª ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000, p. 30-31.

lembrança abrigada no entardecer silencioso. O Barroso descrito buscou no silêncio a compreensão para seus receios, e um certo conforto para as dúvidas dos caminhos a seguir. À solidão foi relacionado um sentido criativo e construtor da compreensão de sua existência, dos medos, das indagações. Essa é uma das características do trabalho de memória, a visualização de episódios lembrados e a produção de significação e identificação no presente, quando as lembranças são figuradas.³¹

Barroso classificou esse seu comportamento passado como um “processo nietzscheano”, marcado pela criação solitária. O seu silêncio era quebrado pelo ritmo sonoro da natureza e pelo movimento compassado do seu monólogo.³²

A solidão que incomodou, quando se dizia “pobre e só”, esteve relacionada, também, à falta de recursos e amparos matérias naquele tempo. Comentários acerca de sua infância com poucos recursos foram expostos em outras páginas de suas memórias. Diante dessa infância e de suas conquistas intelectuais, Barroso quis configurar uma imagem de

³¹ A respeito dessa relação entre memória e processos de identificação escreveu LOWENTHAL: “Nossa continuidade depende inteiramente da memória; recordar experiências passadas nos liga a nossos *selves* anteriores, por mais diferente que tenhamos nos tornado. (...) Os gregos identificavam o passado esquecido com a morte; exceto por alguns poucos privilegiados, os mortos não possuíam lembranças. A perda da memória destrói a personalidade e priva a vida de significado. Conforme Gabriel Garcia Márquez intui a difícil situação de um amnésico, ‘a recordação da infância começa a se apagar de sua memória, depois o nome e a noção das coisas, e finalmente a identidade das pessoas, e até mesmo a consciência de seu próprio ser, ... até que mergulha numa espécie de imbecilidade que não tem passado’”. LOWENTHAL, David. *op.cit.* p. 83.

³² Na obra *Assim Falou Zaratustra*, Nietzsche reservou à solidão e ao silêncio papéis indispensáveis para o processo de reflexão de Zaratustra, e a imagem desse lugar da solidão foi o pico de uma montanha, longe da cidade, e bem próximo de um ambiente natural. A solidão foi então imprescindível para o frescor do pensamento e para a criação e apuro das reflexões. A caminhada de Zaratustra foi marcada por despedidas tanto da cidade, da sua pátria, quanto dos discípulos. A solidão foi indispensável condição para a criação de sua obra, de seus pensamentos e para o aprimoramento dos seus próprios discípulos, uma vez que os impeliu a seguirem outros caminhos. Desse modo, do item intitulado *Do caminho do criador*, da primeira parte desse livro, assim falou o personagem Zaratustra: “Solitário, tu segues o caminho que te conduz a ti mesmo! E o teu caminho passa por diante de ti (...)”. O rumo desse caminho teve como metáfora o ponto mais alto da montanha. Em Gustavo Barroso, o lugar de sua solidão foi o pico da plataforma de pedras no sertão do Ceará. NIETZSCHE, Friedrich. *Assim falou Zaratustra*. São Paulo: Martin Claret, 2003, p. 22-23.

menino e homem persistente e “vacionado”. Essa solidão foi transcrita numa contemporaneidade de censuras políticas e disputas na área da política patrimonial e preservacionista, afetando a atuação dele. Essa ambiência de escrita das memórias, ou seja, motes e motivações dessas narrativas estão analisados no tópico seguinte.

Ainda quanto a um dos personagens de suas lembranças, assim se referiu Barroso:

“O velho Jurema foi o meu grande mestre de sertanice e de folclore. Tinha um modo seguro e rápido de apertar a minha mão que me agradava. Não gosto dos homens que dão a mão molemente ou fugidamente, que não sabem reagir ao aperto da minha. Tenho horror a essas mãos de sapo. Se as convenções sociais não me obrigassem a compactuar com certas cousas, jamais falaria com indivíduos de mãos flácidas. Suas almas devem ser como essas palmas frias, viscosas e sem vida, incapazes de uma ação nobre e desinteressada. Quando por acaso aperto uma dessas mãos, experimento a sensação de que palpei um batráquio e lembro-me do aperto de mão sadio e brusco do velho sertanejo.”³³

O sertanejo foi tratado como um mestre, alguém de sua admiração e apreço. Ficou da lembrança do gesto do aperto de mão a possibilidade de reconhecer o caráter e interesses dos homens. Nobre e desinteressado era o “mestre Jurema” lá do sertão do Ceará. Batráquio e de alma fria, aqueles homens de mão flácida do seu circuito na cidade. Essa sensação de força e de segurança transmitida pelo mestre sertanejo foi uma imagem cara, elaborada por Barroso e por autores estudiosos de temas regionais.

Para além de uma força física naquele gesto, Barroso se referiu a uma força de caráter e de comportamento. Em variados trechos de sua obra em que se dedicou ao estudo do modo de vida no sertão, esse aspecto

³³ BARROSO, Gustavo. *O Consulado da China*. 3ª ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000, p. 66-67.

de força moral foi apresentado como um elemento identitário de seus personagens, como um aspecto da própria identidade do autor e, importante para a caracterização do perfil do brasileiro. A narrativa memorialista esteve presente nos seus “estudos de folclore”. Assim, por meio desses variados textos, o autor propôs buscar as raízes de sua trajetória, querendo legitimar seu lugar como “escritor folclorista”, familiar aos temas. Enfim, houve uma aproximação entre a experiência e a escrita recortada e recontada com o nome de “folclore”.

No período em que o sertão foi descortinado, Barroso concluiu o curso secundário do Liceu, e ingressou na Faculdade de Direito do Ceará. A fundação do Curso Jurídico em Fortaleza data de 1903, e em 1907 Barroso iniciou sua vida de estudante universitário, de bacharel em Direito.

Cursou o Liceu e a Faculdade de Direito num ambiente de troca de favores políticos e intelectuais. A Faculdade tinha um quadro docente composto, em larga proporção, de familiares, apadrinhados e amigos políticos da grei Pompeu-Accioly.³⁴

³⁴ Em estudo sobre o pensamento geográfico no Brasil da segunda metade do século dezenove, a partir, principalmente, dos escritos do Senador Pompeu, o geógrafo Fernandes Sousa traçou a genealogia dos Pompeus. Observou a presença intensa dessa família junto a instituições educacionais do Ceará. Thomas Pompeu de Sousa Brasil assumiu o cargo de primeiro Diretor do Liceu do Ceará em 1845. E seu filho, seu homônimo, foi um dos fundadores da Faculdade de Direito do Ceará em 1903. SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. *Senador Pompeu: Um Geógrafo do Poder no Brasil do Império*. São Paulo: USP, Dissertação de Mestrado, mimeo, 1997.

Maria de Lourdes Janotti, em seu *O Coronelismo: Uma Política de Compromisso* ilustra a força oligárquica com o exemplo cearense de patrimonialismo na Primeira República e de confusão das dimensões públicas e privadas. A autora esboça o seguinte quadro:

Presidente do Estado: Nogueira Acioli

Secretário do Interior: José Acioli

Diretor de Secção: Lindolfo Pinto (sobrinho de Acioli)

Deputados Estaduais: Benjamin Acioli, Raimundo Borges e Jorge de Souza (genros do Presidente), Jovino Pinto, José Pinto, Pinto Brandão, Padre Vicente Pinto (primos do Presidente), Antonio Gadelha (cunhado de um filho de Acioli).

- Academia de Direito:

Diretor: Nogueira Acioli

Vice-Diretor: Tomaz Pompeu (cunhado de Acioli)

Lente de Direito Internacional: Tomaz Acioli

Lente de Direito Civil: Antonio Acioli

Lente de Economia Política: Tomaz Pompeu

O círculo de professores de Gustavo Barroso, no Liceu do Ceará e na Faculdade de Direito, era formado por nomes expressivos da intelectualidade alencarina. Para além do campo do magistério, muitos desses intelectuais compunham o Instituto do Ceará, a Academia Cearense de Letras e os quadros da Igreja Católica, bem como, da política institucional. Pensando nessa diversidade de ocupações, foi interessante verificar o perfil do quadro docente no Liceu, lembrado por Barroso:

“Os nomes dos professores do Liceu eram de estarrecer um fedelho como eu. Havia cônegos e monsenhores, um dos quais várias vezes recusara a mitra. Havia oficiais do Exército doutorados em ciências físicas e matemáticas, com anêles de turquesa estrelados de ouro. Alguns lentes eram deputados estaduais ou federais, outros haviam sido e outros iam ser. Este fora senador. Este outro era ainda. Aquele pertencera ao parlamento do Império. Os meninos ficavam boquiabertos.”³⁵

Entre esses professores foi possível destacar: Thomaz Pompeu de Sousa Brasil (filho), Antônio Augusto de Vasconcelos, Virgílio Augusto de Moraes, Virgílio Brígido e Eduardo Studart. De modo geral, o debate entre esses intelectuais, nos primeiros anos do século XX, foi marcado pela preocupação em delinear as possíveis particularidades do Ceará e pela busca de uma caracterização do perfil do cearense na formação da identidade nacional.

Os debates desenvolvidos em torno da busca de um traço de identidade valeram-se, em larga medida, da (re)apropriação de temas,

Lente de Medicina Legal: Jorge de Souza (genro de Acioli)

-Liceu do Ceará:

Professores: Tomaz Acioli, Benjamin Acioli, Jorge de Souza.

Cf. JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *O Coronelismo: Uma Política de Compromisso*. 8^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 65.

³⁵ BARROSO, Gustavo. *Liceu do Ceará*. 3^a ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/ Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000, p. 18-19.

métodos, problemas e discussões das teorias sociais do século XIX, ajustadas e reformuladas por segmentos intelectuais do Ceará e, de um modo geral, do Brasil, diante de uma realidade de miscigenação e de “País novo”.³⁶

O circuito desse debate, certamente extrapolou o ambiente do Instituto do Ceará, marcou as produções e as atuações desses intelectuais em variados lugares do “mundo das letras”, inclusive nas práticas docentes tanto no Liceu, quanto na Faculdade de Direito. Foi nesse ambiente intelectual que Barroso vivenciou sua experiência de estudante.

37

Em meio à vida estudantil Gustavo Barroso se fez presente em agremiações, revistas e sociedades destinadas ao desenvolvimento da escrita, bem como, da oratória. Para a compreensão desta ambiência literária no Ceará, é interessante destacar a criação de variadas agremiações beletristas desde 1870. Nos primeiros anos do novo século, o século XX, mais de 15 agremiações haviam sido fundadas no Estado.³⁸

³⁶ No Ceará este debate esteve acirrado, principalmente, entre aqueles denominados “cientificistas” e os “católicos”. A primeira vertente, dos “cientificistas”, compôs seu discurso acerca das definições do caráter do cearense partindo da premissa do meio como fator principal dessa delimitação. Nessa perspectiva, o cearense era caracterizado como forte. Já a segunda vertente apegou-se a uma leitura do positivismo, associou ao discurso católico a idéia de neutralidade da ciência. “Positivistas” no método, mas católicos na ação prática, recorriam à discussão do meio para compor um tipo cearense em que as vicissitudes desse meio teriam obrigado o homem a um sacrifício constante para sobreviver diante da avareza da natureza, e isso de acordo com essa vertente. Para um maior detalhamento desse debate intelectual em Fortaleza, dos círculos que orbitavam entre a Igreja, a Oligarquia e outros circuitos intelectuais, conferir o historiador: AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. *Intelectuais e Política no Instituto do Ceará (1887-1920)*. São Paulo: PUC, Dissertação de Mestrado, mimeo, 2002. Conferir ainda: AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. *Barão de Studart: memória da distinção*. Fortaleza: Museu do Ceará: SECULT, 2002. (Coleção Outras Histórias, 9). Em relação à diferenciada reapropriação das teorias sociais européias do século XIX no Brasil, cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

³⁷ O termo “mundo das letras” é usado no decorrer do texto. No que concerne a esse conceito, e à sua relação com a problemática da cidade conferir o trabalho de: RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Barroso enfatizou sua participação no ambiente beletrista de Fortaleza. E essa ênfase pode ser pensada como uma intenção do autor em respaldar sua experiência como sujeito literário envolvido nesse universo beletrista desde seus primeiros anos de juventude.

Na Faculdade de Direito, entre 1907 e 1909, compôs o grupo de estudo “*Jardim de Academus*”. De acordo com seus relatos, nesse grupo foram estudados: “Demócrito e Aristóteles, Santo Agostinho e Santo Tomás, Espinosa e Comte, Kant e Schopenhauer, os antigos e modernos”.³⁹ Comenta, ainda, o seu gosto pela poesia de autores como Gonçalves Dias, Castro Alves e Olavo Bilac.

A exposição de autores, clássicos antigos e modernos, poetas brasileiros foi recorrente nos textos de Barroso. A frequência dessa indicação foi um indício das pretensões do autor de ter reconhecido um lastro intelectual legitimador de uma prática da escrita e de pensamento. Houve mesmo uma intenção de reverenciar sua virtude no “mundo das Letras” ao citar autores clássicos, ao longo de sua obra. Além do mais, ao indicar essas leituras na adolescência, e por seu turno, o envolvimento no ambiente letrado daquela Fortaleza lembrada, entou uma certa precocidade no intuito de ratificar a carreira de escritor. Da sua descoberta dos caminhos das Letras ainda na capital cearense, ele comentou: “Colaborei em quase todas as revistas literárias que brotavam e morriam como cogumelos”.⁴⁰

Além dessa atuação no cenário das Letras, também desenvolveu atividade como cenógrafo. Tornou-se aprendiz do arquiteto e pintor

³⁸ Acerca da ambiência literária e intelectual no Ceará, conferir o historiador: CARDOSO, Gleudson Passos. *As Repúblicas das Letras Cearenses: Literatura, Imprensa e Política (1873 – 1904)*. São Paulo: PUC, Dissertação de Mestrado, mimeo, 2000. _____. *Padaria Espiritual: biscoito fino e travoso*. Fortaleza: Museu do Ceará: SECULT, 2002, (Coleção Outras Histórias, 8).

³⁹ BARROSO, Gustavo. *O Consulado da China*. 3ª ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar /Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000, p. 145.

⁴⁰ BARROSO, Gustavo. *O Consulado da China*. 3ª ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000, p. 184.

Herculano Ramos, esposo de sua prima Amélia de Aguiar, nos trabalhos do Teatro José de Alencar. Com o registro de sua iniciação em ramos da restauração pode-se pensar no anseio de Barroso de ter reconhecida a atuação no campo da política de preservação patrimonial, em especial de Ouro Preto, por meio da Inspetoria de Monumentos Nacionais fundada em 1934, órgão vinculado ao Museu Histórico Nacional, uma vez que o autor apontou sua participação nesse ramo, na pintura, desenho e acabamentos do prédio do Teatro José de Alencar de Fortaleza, inaugurado em 1910.⁴¹

A estréia de Barroso na imprensa de Fortaleza se deu no jornal *A República*, em outubro de 1906, que era atrelado à oligarquia acciolyna. Mas ele ressaltou que logo assumiu uma postura política de oposição ao governo de Nogueira Accioly.⁴² Por esse período, marcado pelo mando e desmando destes oligarcas intelectuais (ou intelectuais oligarcas?), Gustavo Barroso desenvolveu atividades jornalísticas no *Unitário*, no *Jornal do Ceará* e para o jornal *O Figaça*, na Faculdade de Direito.⁴³ Assinou com os pseudônimos de *Nautilus* e *João do Norte*:

⁴¹ BARROSO, Gustavo. *O Consulado da China*. 3ª ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000, p. 128-129.

⁴² Genro do senador Pompeu, o oligarca Nogueira Accioly assumiu o governo cearense nos mandatos de 1896-1900, 1904-1908 e 1908-1912, pelo Partido Republicano Federal. Essa política oligárquica é caracterizada pelo autoritarismo, nepotismo e corrupção. Ou seja, dentre as iniciativas referentes a essa política destacam-se: perseguição violenta à oposição e a manifestações da população, fraude em processos eleitorais, relação de apadrinhamento e favoritismo, acordos com o coronelismo do sertão cearense, combate aos opositores via imprensa, em especial, via o jornal *A República* e a alternância de nomes na ocupação do poder de comparsas políticos. Pensando a respeito dessas características das relações oligárquicas no Ceará no começo do século XX, vale salientar os seus resquícios na atualidade. Acerca do ambiente político da oligarquia acciolyna, cf. ANDRADE, João Mendes de. A Oligarquia Acciolyna e a Política de Governadores. In: SOUZA, Simone. (Org.) *História de Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995, p. 213-233.

⁴³ O jornal *A República* resultou da fusão de outros dois órgãos de imprensa, *O Libertador*, e o *Estado do Ceará*, ambos do Centro Republicano e da União Republicana. Essas duas agremiações políticas também foram fundidas ao Partido Republicano Federalista. Assim, *A República*, fundado em 1892, pertenceu a uma Sociedade chamada Ceará Libertador, órgão do Partido Federalista. Desde seu nascimento *A República* foi um jornal ligado à oligarquia acciolyna. Circulou por 20 anos quando em 1912 teve seus equipamentos vendidos para o jornal *Folha do Povo*, oficialmente vinculado ao governo de Franco Rabelo,

“Comecei minha carreira jornalística em 1906 com um artigo na ‘República’ de Fortaleza. Em 1907, passei a fazer reportagens para o ‘Unitário’, jornal combativo de João Brígido dos Santos, famoso no jornalismo, na advocacia e na política do Estado. Foi o meu primeiro mestre na imprensa e meu amigo até 1914, quando se tornou meu inimigo, atribuindo-me cousas feitas por outros. A política nos ajuntou e nos separou. Recebi admiráveis lições sobre as realidades do mundo na sua convivência.”⁴⁴

Dedicou muitas páginas de suas obras de memória à sua carreira nos jornais cearenses e nacionais. Uma das intenções certamente esteve relacionada ao desejo de dar um passado legítimo à sua profissão de jornalista no Rio de Janeiro, já que principiada por volta dos 18 anos de idade em Fortaleza. Na escrita de sua recordação, houve o objetivo de ser conhecido e lembrado como um assíduo atuante na imprensa desde o seu tempo no Ceará; de registrar suas experiências em lugares diferentes desse círculo das Letras. O intuito de ser reconhecido e associado à imagem de letrado associou-se ao valor e ao poder creditado à expressão escrita oriunda, em especial, do jornalismo.

No circuito de convivência quando cursou a Faculdade de Direito do Ceará, Barroso fez parte de um grupo que teve como ponto de encontro os bancos do Passeio Público, praça situada no perímetro central da cidade:

opositor do governo de Nogueira Accioly. Já os jornais *Unitário* e *Jornal do Ceará*, desde suas fundações, respectivamente, 1903 e 1904, foram marcados pela acirrada oposição ao governo oligárquico de Nogueira Accioly. Ambos tiveram nas suas redações o jornalista João Brígido, conhecido pela ferrenha e contundente oposição ao Comendador Accioly e ao seu sucessor Pedro Borges, no exercício de administração do Estado do Ceará. A respeito da história da imprensa no Ceará, cf. NOBRE, Geraldo. *Introdução à História do Jornalismo Cearense*. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1975. STUDART, Barão. *Annaes da Imprensa Cearense*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908. _____. *Comemorando o 1º Centenário do Jornalismo Cearense. (Imprensa, Jornais, Ligeiras Notas) (Extracto do livro ‘Geographia do Ceara’)*. Fortaleza: Typografia Minerva, 1924.

⁴⁴ BARROSO, Gustavo. *O Consulado da China*. 3ª ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000, p. 167.

“Éramos, sem exceção, oposicionistas e atuávamos sempre com a idéia de fazer mal ao governo. Acadêmicos de Direito, preparatorianos, comerciantes e outros, todos estavam envenenados pelo espírito de divisão e de análise do século XIX.”⁴⁵ Dentre seus posicionamentos políticos e leituras marcantes desse momento e desse seu convívio destacou: (...) “me instilava o ódio da burguesia e o amor do proletariado, num grande anseio de justiça social que até hoje ainda se não acalmou em meu espírito; (...) Deu-me a ler Bakunine e Lasalle, Proudhon e Karl Marx, muito influenciando em minha formação mental.”⁴⁶

Houve o intento de ser conhecido como aquele jovem atuante na imprensa e no meio intelectual com postura de oposição política à tradição oligárquica *acciolyna*; como um jovem inquieto, estudioso da principal literatura de crítica ao modo de produção do capitalismo. Devido a suas posições políticas de oposição, especialmente difundidas na imprensa, destacou um dos motivos que o levaram a ir embora de Fortaleza:

“Marcado pela gente do governo, ameaçado de relho pelo órgão oficial em letra de forma, esperava ser surrado qualquer noite pela polícia. Tomei providências para evitar isso. Disseminados pela cidade, os Consulados ofereciam-me asilo a cada passo. (...) Isso forçou-me a andar a noite quase sempre disfarçado. Tornei-me um mestre em percorrer as ruas como mendigo, embarcação ou capanga policial. (...) Meus disfarças permitiam-me andar pela cidade toda e divertir-me à noite, nas barbas da polícia *aciolina*. (..) Assim, ia eu trabalhar na redação do jornal e fazer reportagens, escapando da surra clássica, à noite ou ao escurecer(...).”⁴⁷

⁴⁵ BARROSO, Gustavo. *O Consulado da China*. 3ª ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000, p. 147.

⁴⁶ BARROSO, Gustavo. *O Consulado da China*. 3ª ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000, p. 148.

Ele quis que sua profissão de escritor estivesse, freqüentemente, nas páginas de sua história de vida. Em meio a uma série de atividades, entre ser bacharel em Direito, os exercícios literários, desenhista, redator, cenógrafo, Barroso contou de sua inicial carreira em jornais e revistas do Rio de Janeiro, mas não deixou de lamentar a sua ausência no sertão, reforçando aquela sua imagem de jovem encantado pelos caminhos sertanejos:

“Se eu pudesse, gastaria o ano inteiro errando do sertão a Jurucutuoca e da Jurucutuoca à serra de Baturité. Mas precisava estudar e ganhar a vida. Ganhava-a, dando aulas noturnas a meninos dos cursos primários e secundários, e retocando de dia os retratos da Fotografia Bandière, à Praça do Ferreira, no prédio onde fora antes o Café Peri. (...)

(...) Continuei a fazer desenhos e aquarelas. Enviava caricaturas e trabalhos literários ilustrados a jornais e revistas do Rio de Janeiro, que os publicavam às vezes com relevo. A ‘Careta’ estampou vários contos humorísticos meus, como ‘O Tônico’, ‘O Chicote do Babau’, ‘Meu Professor’, entre 1907 e 1910, os quais figuram no livro ‘Casa de Maribondos’. De fins de 1908 a princípios de 1909, a primeira página do ‘Tico-Tico’ foi tomada pela história ‘O Anel Mágico’, ‘texto e ilustrações de João do Norte’, que fez as delícias da meninada daquele tempo, segundo o depoimento pessoal de Luís da Câmara Cascudo. Uma vez por outra, ‘O Malho’ inseria minhas caricaturas contra o governo do Acióli, uma das quais duramente feriu os freqüentadores das rodas palacianas, pois o Ceará figurava como um cavalo magro

⁴⁷ Os Consulados eram as Repúblicas de Estudante. Uma dessas repúblicas deu nome ao terceiro livro de memórias de Barroso *O Consulado da China*. A esse respeito Barroso expôs: “Organizei uma república de estudantes, ligada a outras, como nunca houve no mundo. Chamava-se CONSULADO DA CHINA e ficava na rua Major Facundo”. BARROSO, Gustavo. *O Consulado da China*. 3ª ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000, p. 189 e 198 a 201.

amarrado a um toco e sugado pelos partidários do Presidente transformados em morcegos.”⁴⁸

Quando Barroso foi morar no Rio de Janeiro, já tinha publicações na *A Careta*, *Tico-Tico*, *O Malho* e *Fon-Fon*. A partir de 1916, residindo no Rio há seis anos, tornou-se redator da revista *Fon-Fon*. Nesse período, a atividade de jornalista estava em voga. A ocupação de cargos nas redações de jornais e revistas era algo disputado por esses intelectuais polígrafos.⁴⁹

Em Fortaleza, no *Jornal do Ceará*, ele atuou até 1910, quando um de seus artigos sofreu interferência, o que foi utilizado como argumento para afastar-se daquele órgão e deixar sua cidade:

“Ao raiar o ano de 1910, deixei a redação do ‘Jornal do Ceará’. Escrevera um artigo de fundo sob o título *A derrocada*, mostrando a triste situação a que chegara o país no regime do avacalhamento e da corrupção. Manuel Sátiro, que substituíra o velho Agapito dos Santos, seu sogro, então ausente, na direção do órgão oposicionista, entendeu

⁴⁸ BARROSO, Gustavo. *O Consulado da China*. 3ª ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000, p. 125-126. O escritor cearense Mozart Soriano Aderaldo assinou as notas da segunda e terceira edições dos três livros de memória de Gustavo Barroso. Assim, quanto à localização do Café Peri e a Fotografia Bandière, descritos por Barroso nessa citação, Mozart Aderaldo deu a seguinte explicação, a partir de pesquisa do Almanaque do Estado do Ceará, referente ao ano de 1901: “Na p. 123 da aludida publicação encontra-se a indicação de que uma torrefação de café, pertencente a Álvaro Miranda e denominada café Peri, se instalava no nº 28 da praça do Ferreira.” E comentou que um mapa da Praça do Ferreira “localiza o nº 28 do quadrado: após a Farmácia Galeno (antigo nº 24 da Praça e atual nº 566 da Rua Major Facundo) e a Farmácia Central (nº 26 antigo e atual nº 576) instalava-se a Farmácia Normal (nº 28 antigo e atual nº 584)”. Idem, p. 125.

⁴⁹ A respeito da importância da carreira jornalística e do desenvolvimento técnico da imprensa nas primeiras décadas do século XX no Rio de Janeiro, associado ao processo de mercantilização urbano, do aumento de seu público leitor e do maior envolvimento intelectual nessa atividade jornalística, com jornais de perfis variados, foi destacado o seguinte trecho do historiador Nicolau Sevcenko: “O desenvolvimento do ‘novo jornalismo’ representa, contudo, o fenômeno mais marcante na área cultural, com profundas repercussões sobre o comportamento do grupo intelectual. Novas técnicas de impressão e edição permitiram o barateamento extremo da imprensa. O acabamento mais apurado e o tratamento literário e simples da matéria tenderam a tornar obrigatório o seu consumo cotidiano pelas camadas alfabetizadas da cidade”. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 94.

de fazer-lhe algumas modificações, enxertando-lhe trechos elogiosos à candidatura do Marechal Hermes da Fonseca. Não concordei. Discutimos. Ele não quis que o artigo saísse e em tese, como o havia escrito, sim com as referências pessoais ao futuro presidente. Recusei-me a ceder e preferi retirar-me.”⁵⁰

Alegando as restrições de sua atividade na imprensa, e as perseguições decorrente de sua postura política, deixou o *Jornal do Ceará*, órgão do jornalismo opositor. Esses foram os motivos expostos por ele para a sua migração, em abril de 1910. Desejando consolidar uma imagem de homem saudoso de sua terra, argumentou ter partido a contra gosto. Com o recurso da imagem de exilado, desterrado de sua cidade, Gustavo Barroso traçou uma imagem de escritor permanentemente saudoso e insatisfeito.

Residindo no Rio de Janeiro, passou a freqüentar a casa do professor e escritor Coelho Neto, vindo a conviver com os círculos literários deste influente intelectual.⁵¹ Nessas visitas, contou histórias do sertão, das praias, de seus personagens, das famílias..., expressou a sua saudade da terra natal. A partir desses contatos, dessas conversas e de artigos publicados no *Jornal do Brasil*, na seção literária dominical, foi incentivado a produzir um livro.⁵² Em variados momentos de seus escritos, Barroso

⁵⁰ BARROSO, Gustavo. *O Consulado da China*. Memórias. 3ª ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000, p. 204.

⁵¹ Dentre várias funções, Coelho Neto foi professor de Literatura do Colégio Pedro II, de História das Artes e Literatura Dramática da Escola Dramática Municipal do Rio, além de ter ocupado cargos de diretoria. Escritor de revistas e jornais; secretário de governo do Estado; paraninfo e mestre de cerimônias e, renomado e prestigiado literato, com publicações anuais que chegavam a onze livros. Na capital do País, cafés, confeitarias, livrarias e editoras, eram atraentes circuitos intelectuais, aglutinando os variados grupos literários que se formavam com escritores de diferentes matizes de pensamento e posição política, ansiosos por uma maior influência ou por um prestígio que escapasse à fronteira dos seus pares. Sobre os circuitos intelectuais durante a “Belle Époque”, cf. SEVCENKO, Nicolau. *op. cit.*

⁵² LIMA, Herman. *Poeira do Tempo*. Memórias. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967, p. 60.

contou ter sido a sua ambiência no Ceará uma das principais “fontes de inspiração” para sua obra.

Assinando com o pseudônimo de *João do Norte*, publicou seu primeiro livro, intitulado *Terra de Sol*, com o subtítulo *natureza e costumes do Norte*. Dentre os nomes homenageados na dedicatória desta obra de estréia, esteve o de Coelho Neto. Conquistou elogios de intelectuais como Sílvio Romero e Alceu de Amoroso Lima. Foi enfatizado o seu caráter de obra de arte; o perfil de uma nascente “sociologia sertaneja”, estruturada a partir dos seguintes temas: *o meio, os animais, o homem, a arte e a lenda*.

De 1912 a 2004, essa obra foi reeditada sete vezes, sendo a segunda, um ano após a primeira edição, portanto em 1913. Esse livro foi considerado, por vários contemporâneos seus, como o trabalho que consagrou a reputação de Gustavo Barroso no “mundo das Letras” na capital da República.

A sua estréia literária foi comentada de modo entusiástico por estudiosos daquela época que enxergaram no autor cearense um auspicioso interlocutor, um “vocacionado” e também (pre)ocupado com a “realidade brasileira”. De acordo com Sílvio Romero: “*Terra do Sol* tem, para mim, duplo interêsse, como obra de arte e como documento étnico social de vasta região do meu querido Norte. Hei de utilizá-lo oportunamente”.⁵³

Alceu de Amoroso Lima levou em conta o epíteto de Gustavo Barroso, “o autor de *Terra do Sol*”, e comentou:

“Foi, realmente, um escritor solar, telúrico, apesar de seus praieiros, e tropical, que vinha, então, representar essa reação nacionalista contra o Simbolismo, que, em parte, caracterizou êsse período de

⁵³ LIMA, Herman. *Poeira do Tempo*. Memórias. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967, p. 56.

transição pré-modernista, anunciado pelo regionalismo de Afonso Arinos e de Coelho Neto, na última década do século passado.”⁵⁴

A construção do nordeste como lugar de saudades foi uma prática comum entre contemporâneos de Gustavo Barroso. Cidades como o Rio de Janeiro eram pólos intelectuais, congregando escritores de rincões diversos do País. A ausência desses homens das Letras das cidades onde nasceram e vivenciaram as primeiras experiências, foi um dos motivos alegados para a elaboração de narrativas de saudade e de discursos regionais. Uma vez distante de um convívio familiar, a escrita dessas recordações e reconstrução de imagens de um passado imaginado poderia contribuir para uma retomada de referências e, portanto, possibilitar processos de identificação.

É plausível pensar na intenção de escritores em legitimar a trajetória profissional e intelectual por meio de narrativas de memória. Esse Norte de saudades, assim chamado pelo menos no período em que as memórias de Barroso foram circunscritas, ou seja, entre o século XIX e XX, foi construído e desenhado numa cartografia memorial. Assim, foram escritos e divulgados traços da maneira de viver das gentes de recônditos lugares por meio dessas narrativas.⁵⁵

Ele intentou passar a imagem de jovem solitário que conquistou lugares no meio intelectual da capital do país, à custa de muita dificuldade, e essa imagem foi explicitada em trabalhos de memória, bem

⁵⁴ LIMA, Alceu de Amoroso. (Tristão de Athayde). *Companheiros de Viagem*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971, p. 136-138.

⁵⁵ Quanto aos intelectuais que participaram dessa construção a partir de narrativas de memória, romances, poesia, música e pintura Durval Muniz citou: José Lins do Rego, Jorge de Lima, Manuel Bandeira, Raquel de Queiroz, dentre outros. Cf. ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 1999. Dentre essas narrativas de memória construtoras da região, Miceli destacou os seguintes escritores: Humberto de Campos, Gilberto de Lima, Juarez Távora, João Barros e Gustavo Barroso. Cf. MICELI, Sergio. *op. cit.*

como, de sínteses biográficas escritas sobre ele.⁵⁶ Tendo em vista a propalada dedicação do escritor Gustavo Barroso ao Ceará foi mister pensar nas imagens construídas a seu respeito no “mundo das letras” de sua terra natal, tanto entre seus contemporâneos, quanto de escritores de outras épocas. Assim, se recorreu, basicamente, à Revista da Academia Cearense de Letras – ACL e do Instituto do Ceará, bem como, uma bibliografia de autores cearenses. O caráter biográfico marcou esses estudos, composto de trabalhos referentes às comemorações, saudações e homenagens, contemporâneas e póstumas, feitas a Barroso. Também foram observados verbetes e comentários de dicionários, antologias e livros de memórias.

Barroso atuou no *Jornal do Comércio*, órgão do Rio de Janeiro, assumindo a chefia de sua redação entre 1914 e 1919. Na revista *Fon-Fon*, foi incorporado à sua redação em 1916. Também desenvolveu atividade no magistério, lecionou Desenho, Geografia e História, no Ginásio de Petrópolis, e concluiu o curso de Direito em 1912.⁵⁷ Despontando no meio jornalístico no Rio de Janeiro, retornou ao Ceará em 1914 para assumir o cargo de secretário do Interior e da Justiça do governo do seu primo, Coronel Liberato Barroso, opositor ao acciolismo, remontando a “velhas práticas” da política cearense. Ingressou no Partido Republicano Federal e, em 1915 foi eleito deputado federal pelo Ceará, concluindo o mandato em 1918.

O cearense Herman Lima nascido em 1897, médico e literato, comentou em suas narrativas de memória que, quando jovem em Fortaleza era “muito familiarizado sempre com as revistas do Rio”. Esta circulação de órgãos da imprensa nacional na capital cearense propiciou o acesso a artigos do (e sobre o) autor da elogiada obra *Terra de Sol*, bem como a

⁵⁶ LIMA, Herman. Gustavo Barroso. In: *Revista da Academia Cearense de Letras*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, ano LXIV, nº 29, 1960, p. 5-29.

⁵⁷ SILVEIRA, Aureliano Diamantino. Gustavo Barroso. In: *Elogios Acadêmicos*. Rio de Janeiro: Academia Cearense de Ciências, Letras e Artes do Rio de Janeiro, Vol. II, 1988.

resenhas que eram publicadas nas revistas *Fon-Fon* e *Careta*. Acerca deste retorno temporário de Gustavo Barroso à terra natal e da sua admiração pelo Ceará, assim narrou Herman Lima:

“Os ídolos de nossa geração não eram Elvis Presley nem Frank Sinatra. Todos nós, que tínhamos no mais remoto do peito alguma aspiração de vitória, sonhávamos caladamente em seguir um dia os passos daqueles que lá fora, na Metrópole, como Gustavo, tinham aberto caminho sôzinhos e desajudados, na *selva selvaggia* de tôdas as agruras da cidade grande. Daí, a satisfação íntima com que celebrávamos a volta de um triunfador como êle, aos vinte e seis anos autor festejado de um livro que todos exaltavam, redator do *Jornal do Comércio*, redator do *Fon-Fon!*”⁵⁸

Comentou das dificuldades passadas por Barroso no Rio de Janeiro até a conquista de lugar de destaque no meio letrado através de intensa atividade na imprensa, tornando-se redator da *Fon-Fon* e do *Jornal do Comércio* e, com a publicação de *Terra de Sol* consagrada entre autores como João Ribeiro e Silvio Romero. Essa imagem de escritor exemplar que sozinho e com muita dificuldade conquistou o reconhecimento na capital do País foi corriqueiramente perceptível entre os escritores cearenses.

Quando dos 70 anos de Barroso, o cearense Manuel Albano Amora teceu os seguintes comentários na *Revista* da Academia Cearense de Letras:

“Gustavo Barroso é considerando um dos maiores cearenses vivos. A projeção de sua personalidade cultural transpôs as nossas fronteiras e ganhou mundo, impondo-se à admiração internacional.

A sua obra, pelo número, pelo mérito intrínseco e multiplicidade dos seus aspectos, vale por definitiva consagração. Raramente, uma bagagem literária abrange tantos setores como a do nosso ilustre

⁵⁸ LIMA, Herman. *Poeira do Tempo*. Memórias. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967, p. 60.

conterrâneo. Na História, Biografia, Arqueologia, Museologia, Economia e Finanças, Folclore, Lexiologia, Literatura Histórica, Didática e Infantil, Política, Ensaio, Contos, Romances, Poesia e Teatro – dá provas tão inconcussas de esplendor mental.”⁵⁹

Em vários artigos e livros em que Gustavo Barroso foi citado, a sua intensa e diversificada produção bibliográfica foi enfatizada. Dentre as obras mais freqüentemente citadas, houve o destaque aos estudos classificados como “Sociologia Sertaneja” e “Folclore”. Do discurso do cearense Denizard Macedo ainda em comemoração aos 70 anos de Gustavo Barroso:

“O nosso ilustre conterrâneo Gustavo Barroso vê a passagem nesse ano da graça de 1958 do seu setuagésimo aniversário, cheio de vida e de espírito, mercê de deus, porque poucos cearenses souberam tão alto elevar o nome da sua terra e da sua gente como êsse patricio que, distante da sua província, continua a amá-la enternecida e comoventemente, nessa época de desamor e desapêgo às coisas que nobilitam o berço e a grei a que temos a ventura de pertencer.”⁶⁰

Esse pronunciamento fez parte das comemorações do aniversário de Barroso, em Fortaleza, na Casa de Juvenal Galeno, a 2 de setembro de 1959, contando com a presença do aniversariante e de vários intelectuais da cidade. O teor laudatório dessa fala de Denizard Macedo marcou os demais discursos. Na *Revista* do Instituto do Ceará escreveu Luís Sucupira:

⁵⁹ AMORA, Manuel Albano. Os 70 anos de Gustavo Barroso. In: *Revista da Academia Cearense de Letras*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, nº 28, 1959, p. 354.

⁶⁰ MACEDO, Denizard. Gustavo Barroso. Escritor militar. In: *Revista da Academia Cearense de Letras*. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, Ano XCII, Nº 47, 1987. Essa matéria também foi publicada nos *Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. 10. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949, p. 312-313.

“Mas o que distinguia Gustavo Barroso nesse turbilhão de vantagens e de êxitos, de vitórias e de lauréis, de glórias e de esplendor, era o acirrado, arraigado, profundo, imenso amor pelo Ceará. Seu primeiro livro assinala apenas o comêço da manifestação dêsse culto que havia de penetrar todos os seus pensamentos e amalgamar tôdas as suas vivências. Para êle o Ceará não era apenas a terra do seu berço, era o cerne, era o lenho da sua constituição física, mental, moral e afetiva. A paixão pelas coisas cearenses, pela gente cearense, pela alma cearense intumescia-lhe as veias, penetrava nos seus ossos, vibrava nas suas idéias, cantava nas suas recordações, gritava nos seus impulsos bairristas e explodia em têrmos de saudade, de esperança e de amor, nas suas conversas tão cheias de encantamento, em que não se sabia o que mais admirar, se a fluência da palavra, se a leveza da frase, se o enlevo do assunto.”⁶¹

Gustavo Barroso foi aclamado, repetidas vezes, nesse círculo das letras do Ceará como um telúrico escritor e amante inveterado de sua terra natal. Em diversos textos com caráter biográfico foram ressaltados episódios de sua infância e primeiros anos de juventude no Ceará, bem como, sua vida no Rio de Janeiro, sendo levado em conta aspectos de sua formação familiar, escolar e universitária, como também, seu envolvimento em associações beletristas e junto ao Museu Histórico Nacional. Foi argumentado com freqüência que o seu convívio entre o ambiente marítimo e sertanejo cearense teria sido fundamental para a consecução de sua obra. Como já foi citado, isso foi defendido pelo próprio Barroso. Assim, nesses círculos das letras no Ceará a memória que foi construída sobre Gustavo Barroso referendou aquelas imagens tão caras a esse intelectual.

⁶¹ SUCUPIRA, Luís. Gustavo Barroso. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, Ano LXXX, Tomo LXXX, 1966, p. 217-218.

Conhecer a bibliografia de Gustavo Barroso sobre temas de “folclore”, “Sociologia Sertaneja”, bem como, de narrativas de memória, enfim, essa diversidade temática, foi uma surpresa. Uma vez que a imagem principal que chegou a respeito dele, no meio universitário no Ceará das últimas décadas, foi a de um escritor integralista e anti-semita, com enfoque da trajetória intelectual e política do autor privilegiando essa memória de intelectual militante do movimento integralista, e, por sua vez, a sua bibliografia a respeito dessa temática. Diante do que foi uma descoberta, pensou-se no limite da expectativa de Barroso. Nos limites do desejo de ser reconhecido a partir de uma memória de saudoso escritor dedicado ao estudo e registro do modo de vida, do “folclore”, do homem do sertão e do litoral cearenses. Escritor de memória e de história regional e nacional. Também desejou ser reconhecido como um intelectual precursor na atividade de preservação de um passado, via Museu Histórico, Inspetoria de Monumentos Nacionais e Curso de Museologia, órgãos pioneiros no Brasil. Assim, se a imagem que foi enaltecida no circuito da Academia de Letras e do Instituto do Ceará na época do autor, bem como, nos últimos anos privilegiou aquela memória desejada por ele, no ambiente universitário de Fortaleza das três últimas décadas a memória mais comumente conhecida diz respeito à sua atuação no movimento integralista.

Agradecendo às homenagens na Academia Cearense de Letras – ACL em 1953, Barroso ressaltou a importância de suas experiências no Ceará de infância e adolescência no contorno de seus caminhos:

“Tenho eu 20 anos de Ceará e 43 de mundo a fora. Mas esses vinte anos colocados na balança pesam duzentas vezes mais, porque a intensidade desse diálogo foi maior que a dispersão que se operou. Naqueles vinte anos há uma concentração de afetos, de sentimentos, de compreensão entre mim e a terra. E nesses quarenta e três anos há

uma dispersão por outros rumos, outras gentes, outras terras, outras personalidades.”⁶²

Essa mensagem publicada na revista da ACL demonstrou o seu desejo de ter identificada a sua vida com o Ceará. Como se o rumo desse norte, que na época dessa mensagem já era Nordeste, fosse o sentido de sua vida, norteada pela memória e pela escrita de sua história. Esse vínculo, comentado pelo escritor, consolidou laços afetivos, sentidos e recordados freqüentemente. Quando escreveu sobre essa concentração de afetos pareceu se referir a sentimentos de pertencimento. Na enaltecida composição de suas características e identificações, o autor desejou demarcar a importância desse convívio, durante os seus vinte primeiros anos, no Estado cearense. A escrita de memórias foi tecida como um lugar de elo do migrante com essa lembrança da época das primeiras descobertas.

David Lowenthal, em artigo sobre as possibilidades e caminhos para o estudo do passado, fez o seguinte comentário acerca da função do recordar:

“Relembrar o passado é crucial para o nosso sentido de identidade: saber o que fomos confirma o que somos. Nossa continuidade depende inteiramente da memória; recordar experiências passadas nos liga a nossos *selves* anteriores, por mais diferentes que tenhamos nos tornado”.⁶³

A recordação em Barroso foi sendo transcrita num clima de descontentamentos; a partir de ausências e saudade da capital cearense e dos idos de garoto; das modificações processadas na terra natal e na

⁶² BARROSO, Gustavo. *Visões do Passado*. In: *Revista da Academia Cearense de Letras*. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1953, p. 128-129.

⁶³ LOWENTHAL, David. *op. cit*, p. 83.

capital federal; numa ambiência de disputas políticas, patrimoniais; enfim, diante de inquietações referentes a sentimentos de pertencimento e identificações... A sua relação com o tempo recordado foi apresentada como algo intenso na partida para outros lugares, num convívio com outras pessoas. Era como se a escrita tivesse fortalecido o sentimento de identidade entre o *João do Norte* e a terra, o “nortista exilado” e o norte saudoso. A própria dispersão pelo mundo e a mudança das coisas impulsionaram essa vontade de pertencimento e longevidade, fazendo da narrativa de memórias, da atividade escrita, territórios de refúgios, quem sabe, fortalezas.

1.2 Motivos e Motes das Memórias de um “Nortista Exilado”

Da lonjura do Rio de Janeiro do final dos anos de 1930 Gustavo Barroso narrou suas memórias num tom saudoso do Ceará litorâneo e sertanejo. Do desejo de regresso escreveu:

“Conta um autor antigo que Plutarco nasceu em Cheronéia e correu o mundo; mas, na intensidade de sua glória, não quis deixar a terra onde nascera. Deixei-a, e, ao lembrar-me de seus aspectos, invade-me uma saudade dolorosa, porque não posso fazer como Plutarco, tanto as cousas mudaram” (...).⁶⁴

O sentimento de saudade em Gustavo Barroso identificou-se ao sofrimento e a dor? Não uma dor decorrente daquele seu passado recordado, mas pela certeza da mudança das coisas, das pessoas, do tempo e dos lugares. Com essas constatações o autor se expressou como um “nortista exilado”. Ao fazer a comparação com o grego Plutarco, Barroso pareceu ajuizar o seu presente, de escrita das memórias, como um momento glorioso. No período de publicação dessa escrita, além de manter sua carreira jornalística, também contava com uma extensa bibliografia. Além disso, estava na direção do Museu Histórico Nacional desde sua fundação, em 1922. Mas, mesmo diante dessa “glória”, Barroso se manifestou com descontentamento, como se a paga por essas vitórias tivesse custado a ele o distanciamento de sua terra. Plutarco, filósofo e pensador grego, viveu entre 45 e 125 d.C, e mesmo tendo ido ministrar

⁶⁴ BARROSO, Gustavo. *O Consulado da China*. 3ª ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000, p. 94.

aulas em Roma, retornou à Grécia tornando-se sacerdote. E quanto a Barroso, esse expressou o impedimento em regressar. O seu tempo de menino havia passado e transfigurado nas lembranças. O Ceará do seu convívio havia mudado. A cidade e as pessoas já não eram as mesmas. Ele já não era o mesmo de antes. Sem esquecer daqueles desafetos políticos em Fortaleza que teriam, segundo ele, impulsionado sua partida.

Ele quis repassar para os leitores uma imagem de que estava vivendo na glória, mas para dizer que sua glória estava ligada ao sacrifício, demonstrou uma insatisfação, tanto por essa sua ausência, quanto pela transformação das coisas. Foi através da atividade escrita que ele buscou dirimir a angústia gerada pela transformação. Diante desse desconforto compôs uma imagem de sua cidade, na tentativa de recriar e preservar uma memória. O apreço pelo seu Ceará de garoto e a insatisfação num presente de lembrança foi registrado nas páginas desses livros de memória repetidas vezes. Uma das intenções de Gustavo Barroso foi construir uma imagem de intelectual familiarizado com as temáticas abordadas nos seus livros, em especial, nas obras intituladas de “Sociologia Sertaneja” e “estudos folclóricos”. Uma imagem de escritor, assinalado por *João do Norte*, desterrado do sentimento de pertencimento, de sua terra natal.

Junto a essa imagem de insatisfação é instigante compreender as modificações naquele período de elaboração de suas memórias. Porque o desolamento diante da mudança das coisas? Afinal, como é possível compreender a contextura dessas transformações?

Quanto ao lugar de produção de memória, a historiadora Marina Maluf teceu as seguintes observações:

“O ‘lugar’ onde o relato é produzido é de evidente relevância, e como não há lugar no mundo que não esteja mergulhado na linguagem e na cultura, de qualquer lugar que se fale – e qualquer que seja a intenção do escrevente –, não há como erradicar o ponto de vista, a incerteza, a contradição e a parcialidade da narrativa. Toda palavra reflete uma

perspectiva particular esculpida por fatores sócio-culturais, políticos e pessoais. (...) O esforço genuíno de rememoração autobiográfica mais do que guiado é dominado pelo ponto de vista do narrador no ato de escrever. É ele quem impõe aos fatos passados uma ordenação comandada pelo presente – e é essa ordenação que faz com que o próprio passado se torne inteligível e significativo: os fatos que outrora estavam em processo de desenvolvimento são vistos no agora da escrita em seu pleno resultado”.⁶⁵

É premissa importante refletir acerca dos fatores motivadores dessa escrita, para além desse sentimento saudoso. O intuito central nesse segundo tópico é de compreender o lugar de produção da trilogia de memórias de Gustavo Barroso, o presente de suas publicações. Ou seja, interpretar motivações e inquietações de Barroso no momento de composição e publicação dessas memórias. Assim, estudar a ambiência da escrita dessa trilogia possibilitou compreender interesses, motes e motivos do autor quando produziu e publicou suas narrativas.

Ele deixou registradas em textos diversos as suas mais variadas ocupações e atividades intelectuais exercidas, principalmente, no Rio de Janeiro, querendo demonstrar a conquista de um lugar de glórias. Mas, se Barroso vivia na glória, então por que escrever memórias?

Para a compreensão desses questionamentos se faz necessário o conhecimento de passos de sua trajetória. Ou seja, compreendendo que a tessitura das memórias é entrelaçada de vários tempos, foi preciso esquadrihar o lugar de produção do culto à memória e à saudade em Gustavo Barroso. Sendo assim, foi importante o destaque de suas principais atividades ao constituir residência na capital federal.

O autor desenvolveu sua trajetória intelectual em muitos lugares do “Mundo das Letras”. Paralelamente à carreira na imprensa nacional, produziu uma diversa bibliografia. Enveredou pelos caminhos da

⁶⁵ MALUF, Marina. *op. cit.*, p. 34.

museologia, história, folclore, memória, filologia, arqueologia, traduções, com obras em estilos diversos: poesia, romance, obras didáticas infantis, ensaios, crônica, contos, crônicas e biografias. Esse aspecto polígrafo foi algo perceptível entre escritores contemporâneos a ele, com produções discursivas abundantes, e em ramos diferentes do saber.⁶⁶

De 1922 a 1959, com um intervalo entre os anos de 1930 e 1932, Barroso dirigiu o Museu Histórico Nacional – M.H.N. O momento que marcou o surgimento desse Museu, em 1922 no Rio de Janeiro, correspondeu às comemorações do centenário da “Independência Política” do país em relação à Casa Imperial de Orleans e Bragança. Na tradição dos museus no Brasil, o M.H.N. se diferenciou dos “museus etnográficos” do século XIX no Brasil, ou seja, o Museu Nacional, o Museu Paulista e o Museu Paraense Emílio Goeldi.⁶⁷

O Museu Histórico foi pensado como lugar reservado para guardar e expor objetos que retratassem tradições e uma história pátria com caráter pedagógico. À escrita da história associaram-se iniciativas de preservação de suportes materiais emblemáticos para esta nação, relacionados a nomes e feitos destacados no meio político e militar. A “missão nacional” de Gustavo Barroso foi praticada, sobretudo, na sua atuação como diretor fundador do Museu Histórico Nacional, cujo perfil foi baseado na identificação de uma história das elites, tidas como responsáveis pela criação da nação. Assim, muitos dos objetos preservados e expostos

⁶⁶ Nas primeiras décadas do século XX houve um maior crescimento urbano e industrial, e por sua vez, do mercado editorial e também do público leitor. Cidades como Rio de Janeiro e São Paulo se tornaram centros de confluência de atividade intelectual e artística. Revistas e jornais foram lugares de atuação da intelectualidade, preocupada e ocupada com a identificação dos problemas e soluções do Brasil, e também em demarcar seu campo de trabalho. Para mais detalhes acerca do crescimento desse mercado editorial, bem como, dos textos a respeito dos rumos do país entre esses intelectuais polígrafos, cf. SEVCENCO, Nicolau. *op.cit.*, 1999. Conferir também a historiadora: LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: Um Diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: UNESP, 1999.

⁶⁷ Conferir SCHWARCZ, Lilia Moritz. *op.cit.* Esse é um trabalho referencial para a compreensão acerca dos “museus etnográficos” do século XIX no Brasil.

pertenceram às elites. A origem da nação foi buscada a partir das iniciativas destes homens e houve um destaque especial para a história militar. A ênfase aos objetos do período imperial em plena comemoração republicana foi um demonstrativo da relação entre passado e presente materializado no M.H.N a partir de uma idéia de permanência histórica. Ou seja, a República foi pensada menos como uma ruptura e mais como uma continuidade de uma História nacional, com marcante presença de uma memória do Império.⁶⁸

A especialização profissional foi mais flagrante na década de 1930, com a organização de instituições, bem como ocupação de postos e funções por um quadro intelectual profissionalizado e incentivado pelo governo federal. Nessa ambiência, Gustavo Barroso fez parte de instituições compostas por aqueles chamados de “intelectuais do patrimônio”. Compôs a Inspetoria de Monumentos Nacionais, criada em 1934 e ligada ao M.H.N.⁶⁹ Nesta perspectiva de profissionalização, no Museu Histórico foi fundado o primeiro Curso de Museus no Brasil, em março de 1932, coordenado por Barroso e destinado a formar especialistas no exercício de estudo, preservação e defesa do patrimônio nacional.

A historiadora Aline Magalhães realizou profícuo trabalho acerca da Inspetoria de Monumentos Nacionais – I.M.N. no intuito de “analisar as atividades da Inspetoria na restauração e preservação de monumentos da cidade de Ouro Preto, a partir do estudo dos objetivos envolvidos em sua criação e da metodologia proposta para as intervenções”. Nessa

⁶⁸ Com atenção direcionada para estudo dos objetos da “Coleção Miguel Calmon”, doados pela viúva Alice da Porciúncula Calmon, bem como, para a política de aquisição desses objetos, Regina Abreu analisou aspectos da construção de memória de membros das elites no Museu Histórico, no caso da família de Miguel Calmon. Esse foi um livro importante para a compreensão dessas idéias de história oriundas do M.H.N. e de seu diretor Gustavo Barroso. ABREU, Regina. *A Fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

⁶⁹ Em artigo intitulado *A Defesa do nosso Passado*, Gustavo Barroso fez comentários acerca da criação da Inspetoria de Monumentos Históricos, bem como, da campanha, da qual fez parte, de restauração da Cidade de Ouro Preto, definida como monumento nacional. BARROSO, Gustavo. *A Defesa do nosso Passado*. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 4. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p. 579.

perspectiva, a autora desenvolveu reflexões acerca da construção do passado no Museu Histórico Nacional e, por sua vez, nas “idéias barrobianas”. Esse foi um estudo relevante para a compreensão das relações entre a Inspetoria, Museu Histórico e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Referindo-se à relação de subordinação da I.M.N. ao Museu Histórico, escreveu: “Somente ao Museu caberia a autoridade para autenticar os objetos artísticos históricos que lhe fossem apresentados (...)”.⁷⁰

As duas iniciativas, tanto a fundação do primeiro Curso de Museus, quanto a criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais, foram lembradas, com frequência, nas páginas dos *Anais* do M.H.N. com edição primeira em 1940, publicada em 1941. Houve, desse modo, a intenção de ressaltar o perfil precursor do Museu Histórico no Brasil:

“Finalmente, obedecendo ao movimento de opinião que assim se gerara, o governo federal criou a Inspetoria de Monumentos Nacionais, entregando-a à direção do museu histórico e encarregando-a, embora com poucos recursos monetários, dos serviços de conservação, restauração e defesa de Ouro Preto. Também a declarou Monumento Nacional. Dessa sorte, a velha capital mineira não teve mais que recuar a invasão do mau gosto e do modernismo, continuando a guardar a sua fisionomia típica de outrora.”⁷¹

Além do registro desse pioneirismo quanto à política de preservação, através da criação dessa Inspetoria de Monumentos Nacionais, também foi apontado, nesses *Anais*, a origem do Serviço de Patrimônio Histórico e

⁷⁰ MAGALHÃES, Aline Montenegro. O que se deve saber para escrever história nos museus? In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 34. Rio de Janeiro: M.H.N, 2002, p. 107-130. _____ *Colecionando relíquias...* Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934 – 1937). Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado, mimeo, 2004, p. 57 e 76.

⁷¹ BARROSO, Gustavo. A Força de Tiradentes. História e Tradição. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, p. 344.

Artístico Nacional - SPHAN, como um sucessor dos trabalhos iniciados pela Inspetoria de Monumentos. Outros órgãos de preservação foram fundados no governo de Getúlio Vargas, como foi o caso do Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, e do Museu Imperial, em Petrópolis.⁷²

O intuito de criar uma memória de pioneirismo da Inspetoria foi uma das estratégias no reconhecimento de uma memória das ações do Museu Histórico no porvir.

Gustavo Barroso teve uma militância intelectual no Movimento Integralista e, mesmo com o isolamento político imposto aos integralistas com o Estado Novo, permaneceu na direção do M.H.N. Na busca por uma maior legitimidade, o governo de Getúlio Vargas objetivou a uma maior aproximação com os intelectuais, delegou postos de comando e decisão em repartições, institutos, escolas e outros lugares de produção do saber. No que se refere à política cultural da Era Vargas, comentou o sociólogo Sérgio Miceli:

“Fazendo um retrospecto das principais clivagens ideológicas vigentes nas décadas de 1920 e 1930, poder-se-á constatar que quase todos os matizes do espectro foram pinçados do processo de expansão do aparelhamento estatal: militantes em organizações de esquerda,

⁷² A respeito da fundação do Museu da Inconfidência: BARROSO, Gustavo. A Força de Tiradentes. História e Tradição. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, p. 345 e 347. Quanto ao Museu de Petrópolis: Museu Histórico Nacional. Museu Imperial. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 5. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1955, p. 172. Ainda quanto a essa reorientação na proteção ao Patrimônio com o surgimento de outras instituições, além do MHN e da IMN, cf. MAGALHÃES, Aline Montenegro. *op. cit.*, 2004. No que diz respeito ao SPHAN ver o trabalho de Márcia Chuva que elaborou estudo quanto às proposições referentes à delimitação e composição do patrimônio nacional no processo de fundação, estruturação e atuação desse órgão. Ou seja, por meio da criação desse órgão, foi analisado o campo de batalha para o conhecimento e formulação de traços e contornos na formação da nação. Em torno das disputas na ocupação desses lugares de poder ligados ao Estado, o SPHAN foi um órgão autônomo em relação ao M.H.N. diferentemente da Inspetoria e do Curso de Museus. Além dessa autonomia do SPHAN, no ano de sua fundação em 1937, a Inspetoria de Monumentos Nacionais foi extinta. CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os Arquitetos da Memória: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40)*. Niterói: UFF, Tese de Doutorado, mimeo, 1998.

quadros da cúpula integralista, porta-vozes da reação católica, figuras pertencentes à intelectualidade tradicional e os praticantes das novas especialidades. Passada a crise dos ‘anos cruciais’, muito embora nenhum agrupamento ideológico ou facção partidária se destaque como beneficiário exclusivo do regime (...) os ganhos posicionais de maior vulto favoreceram os quadros a serviço do movimento integralista e da reação católica (...).”⁷³

Sérgio Miceli traçou um panorama da trajetória profissional e política de vários intelectuais de matizes e matrizes diferentes entre os anos de 1920 e 1945 no Brasil, com sínteses biográficas desses “homens das Letras”. Comentou a respeito do movimento integralista e daqueles escritores engajados nesse partido que, no período da República Velha, se destacaram com seus romances regionalistas e na atividade polígrafa na imprensa de centros como o Rio de Janeiro. Alguns ingressaram jovens na Academia Brasileira de Letras. Em meio a essas sínteses fez uma resumida exposição biográfica acerca de Gustavo Barroso enquadrando-o entre aqueles “intelectuais reacionários” e atuantes junto ao Partido Integralista. Então, uma das “estratégias de reconversão” no governo Vargas foi a inserção de intelectuais em variados lugares do saber.

Gustavo Barroso continuou exercendo suas funções como diretor do Museu Histórico Nacional, estando ausente dessa instituição entre os anos de 1930 e 1932. No quinto volume dos *Anais*, correspondente ao ano de 1944, editado em 1955, observa-se uma narrativa retrospectiva das ações encampadas por essa instituição:

⁷³ MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil. op. cit.*, p. 218-219. Miceli traçou um quadro com o nome dos intelectuais e das respectivas ocupações antes da década de 1930 e, no governo Vargas. Fez, inclusive, uma síntese biográfica a respeito de Gustavo Barroso destacando sua atividade na imprensa, suas ocupações políticas e na direção do Museu Histórico Nacional, definindo seu lugar entre os “intelectuais reacionários”.

“Já é tempo do Museu Histórico Nacional documentar, para conhecimento público e perpétua memória da verdade, sua constante e devotada atenção na defesa do patrimônio histórico e artístico do país e no culto de sua tradição. Da diretoria do Museu partiu a idéia de defender os nossos monumentos nacionais; por ela durante anos seguidos se bateu o seu diretor e, depois de ter criado o órgão encarregado dessa defesa, de 1934 a 1937 o *dirigiu gratuitamente, não recebendo dos cofres públicos nem sequer passagens para ir fiscalizar em Minas gerais as obras a seu cargo.* (...) Foi essa Inspetoria de Monumentos Nacionais que o Ministro Capanema transformou em Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ampliando seus quadros e atribuições.”⁷⁴

Nos textos desse volume foi explicitado o desejo de firmar uma memória precursora por intermédio de uma retrospectiva das variadas ações vinculadas ao M.H.N. A imagem desbravadora foi também direcionada para a figura de seu diretor Gustavo Barroso, como um “intelectual missionário” na defesa de um passado nacional educativo, através da preservação de objetos e bens imóveis selecionados como valorosos para a História nacional.

Quanto à ação de preservação oriunda da Inspetoria de Monumentos Nacionais escreveu a historiadora Aline Magalhães:

“A classificação dos monumentos como históricos ou artísticos estava subordinada ao valor tradicional que esses vestígios do passado deveriam ter. Ou seja, não era qualquer obra de arte antiga ou edificação em ruína que deveria receber o *status* de patrimônio nacional, mas aquele que se referisse direta ou indiretamente ao passado construído no Museu Histórico Nacional: do Estado, do

⁷⁴ BARROSO, Gustavo. Documentário da Ação do Museu Histórico Nacional na Defesa do Patrimônio Tradicional do Brasil. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 5. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1955, p. 5.

exército e da nobreza brasileira, herdeiros da civilização européia trazida pelos portugueses (...).⁷⁵

Ora, na materialização de um passado nacional, nas primeiras décadas do M.H.N., foram privilegiados os objetos relacionados a personalidades das elites. O pronunciamento de Gustavo Barroso em 1922, a respeito da fundação do Museu, foi significativo para essa compreensão. Assim, referindo-se a essa iniciativa de criação por parte do Presidente Epitácio Pessoa, Barroso comentou: “Ele o iniciou, revogando o banimento da Família Imperial e fazendo com que viessem repousar na pátria querida as cinzas daqueles que, durante meio século de bondade, dirigira seus destinos”.⁷⁶ As primeiras exposições foram pautadas pela valorização das elites como principais sujeitos de uma história pátria. E ao passo dessa tentativa de exclusão de outros segmentos no registro dessa memória, Gustavo Barroso produziu, especialmente, entre 1912 e 1931, uma bibliografia direcionada ao estudo de manifestações populares na caracterização de elementos identitários. Também elaborou um projeto de criação de um “Museu Ergológico” em 1942. Assim, de um lado havia o Museu Histórico e, do outro, a proposta desse “Museu do Folclore”.

Mesmo diante da experiência do autor (pre)ocupado com a temática do “folclore”, ao Museu Histórico Nacional coube preservar, de modo enfático, uma memória de substratos imperiais e relacionados a segmentos militares e políticos ligados ao Estado, como será visto no terceiro capítulo. Essa observação é importante, uma vez que foi um dos aspectos de contraposição entre segmentos intelectuais do SPHAN e do M.H.N. Os primeiros defendiam na política de preservação do patrimônio a presença

⁷⁵ MAGALHÃES, Aline Montenegro. *op. cit.*, 2004, p. 113.

⁷⁶ Essa entrevista de Barroso concedida *A Pátria* em 24 de agosto de 1922 foi publicada por: DUMANS, Adolpho. O Museu Histórico Nacional Através de seus 19 anos de Existência. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941, p. 212.

de outras manifestações na produção da memória nacional, caracterizadas como populares e associadas não só aos europeus, mas também a índios e negros.⁷⁷

O “Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” substituiu a “Inspetoria de Monumentos Nacionais” em 1937. Em páginas dos *Anais*, com um tom de denúncia, foi explicitada a situação dessa Inspetoria atuando com poucos recursos, diferentemente do SPHAN. Quanto a essa desvantagem se fez uso do argumento de que o SPHAN contava com uma considerável verba para a consecução de seus atributos desde o seu nascimento.

Essa perda de espaço na política de sedimentação e soerguimento de uma memória da nação, certamente, impulsionou a necessidade da escrita de uma memória retrospectiva do Museu e, por sua vez, da Inspetoria. O desejo de ver perpetuada uma “memória da verdade” foi um flagrante da insatisfação quanto ao lugar do Museu Histórico. Com a criação do SPHAN, do Museu da Inconfidência e do Museu de Petrópolis, recursos, atribuições e funções foram redistribuídos. Os próprios objetos guardados e expostos no Museu Histórico Nacional, por ordem do governo federal, tiveram que ser remanejados entre os museus e órgãos afins.

Na primeira edição dos *Anais* há uma lista dos objetos transferidos para o Museu Imperial, com álbuns de fotografia, vestimentas, pinturas e objetos símbolos do Império.⁷⁸ Vale lembrar que Barroso defendeu o “culto

⁷⁷ A respeito das aproximações, diferenciações e disputas entre a I.M.N. e o SPHAN, entre “antigos e modernos” cf. MAGALHÃES, Aline. Ouro Preto entre Antigos e Modernos. A disputa em torno do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante as décadas de 1930 e 1940. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 33. Rio de Janeiro: M.H.N, 2001, p. 189-208. Conferir também: CHUVA, Márcia. *op. cit.*

⁷⁸ A respeito dessas listas de objetos transferidos, cf: Museu Histórico. Relação dos Objetos Transferidos do Museu Histórico Nacional para o Museu Imperial. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941, p. 257-259. Também: Museu Histórico Nacional. Museu Imperial. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 5. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1955, p. 172-173. Quanto aos objetos doados ao Museu Histórico, cf. DUMANS, Adolpho. O Museu Histórico Nacional Através dos seus 19 Anos de Existência. (Relação das Valiosas Doações do senhor Presidente da República ao Museu Histórico Nacional 1930-1940.) In: *Anais do Museu Histórico*

da saudade” imperial no Museu, durante as comemorações republicanas na década de 1920. Então, essa perda da tutoria de objetos concernentes à tradição imperial se constituiu em um indicativo das insatisfações oriundas do M.H.N. Os motes e motivações da escrita da memória, tanto do Museu quanto do seu diretor fundador, têm como forte indício o descontentamento diante das diferenças e disputas.⁷⁹

Há também, nos *Anais* de 1941, uma lista de objetos doados pelo Presidente Getúlio Vargas ao Museu Histórico. Além disso, foi registrada uma série de atividades delegadas ao diretor Gustavo Barroso pelos representantes do governo federal, como, por exemplo, a participação na comissão de seleção e feitura dos símbolos nacionais, como foi o caso da bandeira nacional. Também Barroso foi designado para a elaboração do projeto do Museu Imperial. A exposição dessas delegações ao diretor do Museu através dos *Anais* pareceu ser uma tentativa de demonstrar não ter havido uma grande perda do respaldo do Museu, representado pelo seu diretor, junto aos lugares de poder político nacional. Era, também, uma estratégia do governo federal para distribuir e descentralizar o poder de tutelar a política patrimonial, e ao mesmo tempo, manter a tutela diante das iniciativas do Museu Histórico. O lugar desse Museu para a política cultural varguista pode ser compreendido a partir do valor creditado a um passado reinterpretado para a escrita nacional e interpretação da realidade brasileira. Se, por um lado, houve a tentativa de cooptar a

Nacional, vol. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941, p. 227-230. Dos objetos doados tem-se: moedas, medalhões, cópias de decretos oficiais, dentre outros, referentes em especial a experiências políticas, econômicas e militares oficiais.

⁷⁹ Acerca da escrita de memórias, Marina Maluf destacou: “Não sem razão Ecléa Bosi escreveu que o trabalho da lembrança não é um afastar-se para reviver o passado tal como ele se deu, como se pudéssemos guardar em estado puro, intocável, as lembranças guardadas de experiências vividas. Tal qual o historiador cujo trabalho é o de reconstruir significações pretéritas a partir de seus condicionantes presentes, a relembração é uma reconstrução orientada pela vida atual, pelo lugar social e pela imaginação daquele que lembra. Nada é esquecido ou lembrado no trabalho de recriação do passado que não diga respeito a uma necessidade presente daquele que registra. Se lembramos é porque a situação presente nos induz a lembrar.” MALUF, Marina. *op. cit.*, p. 31.

intelectualidade, por outro, parte desses segmentos intelectuais conquistou importantes lugares do saber e do poder naquelas décadas de 1930 e 1940. Esses profissionais eram tidos como imprescindíveis para o funcionamento do Estado nacional, bem como, para a concretização do “espírito nacional”.⁸⁰

Dentre os temas relatados nas memórias de Gustavo Barroso, o cotidiano sertanejo do seu tempo de garoto foi constantemente lembrado. Dos ensinamentos do sertão, Barroso comentou acerca de uma “lição de moral” aprendida: O “velho Caetano” conversava com os filhos acerca de um episódio em que alguém fez comentário a seu respeito. Um dos filhos ao ameaçar vingar tal falatório encontrou resistência de Caetano, que disse: “– Não faça isso, Tonho! O melhor é não ligar a *mais menor* importância. Não se esqueça nunca que na vida não se deve pregar rabo em nambu!” E Barroso diante perguntou o significado disso. Daí respondeu o velho Caetano: “A nambu é cotó, é sura de natureza. Deus Nosso Senhor fez ela mesmo sem rabo, de maneira que, se vosmicê quiser pregar rabo nela, ou o rabo não segura e vosmicê perde seu tempo, ou segura e o pobre bicho fica todo desconforme (...)”.⁸¹

Há uma característica comum no texto de Barroso: o diálogo entre ele e seus personagens. Esse diálogo foi construído em suas narrativas constantemente. Foi algo que compôs seu estilo, demarcou seu trabalho de

⁸⁰ Dentre as iniciativas relacionadas a essa experiência, tem-se a Revista *Cultura Política*. Essa Revista foi criada em 1941 compondo uma das cinco seções do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, instituído pelo Decreto 1915, de 27 de dezembro de 1939. O DIP tinha a função de promover e propagandear o projeto do Estado Novo. O corpo editorial da Revista *Cultura Política* foi estruturado com nomes da intelectualidade que atuavam em diferentes campos políticos, sendo argumentado pelo diretor da *Cultura Política* Almir de Andrade que o objetivo dessa Revista era agregar expressivos intelectuais com competência para informar e formar uma consciência nacional e favorecer o “apoio aos ideais do Estado Novo”. Acerca das concepções de História elaboradas em diferentes lugares das letras nas décadas de 1930 e 1940, como foi o caso da Revista *Cultura Política*, e da complexa relação entre segmentos intelectuais e o Estado Novo cf. GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores. A política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

⁸¹ BARROSO, Gustavo. *O Consulado da China*. 3ª ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000, p. 47.

escritor. Como se as narrativas fossem várias: a de Barroso e de seus personagens. Gustavo Barroso foi um perspicaz observador e arguto escritor. Apresentou-se como escritor da saudade e íntimo de seus personagens.

Quanto ao estilo de seus escritos de memória se verificou uma narração como se fosse o garoto comentando os episódios na medida em que vivia. Como se o texto tivesse saído de um diário. Noutros momentos ele retomou a narrativa nostálgica, de quem de longe lembrou e sentiu saudade. Era um diálogo entre um presente e um passado, entre a imaginação e a memória. Entre um Barroso adulto e um Gustavo menino.

A respeito da conclusão daquele seu diálogo com o “velho Caetano” Barroso fez um comentário de teor comum entre suas narrativas:

“Nunca mais esqueci a lição sertaneja. Dela nasce meu impávido silêncio diante dos ataques e calúnias de certos indivíduos *suros e cotós*. Podem atirar-me pedras e lama às mancheias. Tracei meu caminho e por ele seguirei sem empurrar ninguém, mas sem deixar que me empurrem e sem me desviar uma linha. As pedras têm ferido mais as mãos que as pegaram do que a mim que não conseguiram atingir. A lama até hoje, graças a Deus! não me alcançou, mas sujou as mãos que a apanharam”.⁸²

Gustavo Barroso moldou em seus escritos a imagem de memorioso, pela minúcia da descrição de lugares, eventos e pessoas. Imagem de jovem envolvido numa ambiência de um sertão que teria marcado sua conduta moral diante de desafetos e, ensinado lições. Lições de conduta diante dos percalços de sua caminhada pedregosa. Uma das “pedras” do seu caminho pode ser relacionada àquelas circunstâncias no Museu Histórico Nacional

⁸² BARROSO, Gustavo. *O Consulado da China*. 3ª ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000, p. 48.

- MHN, em que a Inspeção de Monumentos Nacionais foi substituída pelo SPHAN e, com aquelas bifurcações do cenário museal.

Nos primeiros números dos *Anais* do M.H.N, há o desejo de perenizar uma memória desse Museu e do próprio Gustavo Barroso. Entre os artigos em que houve defesa e queixa encontra-se o seguinte depoimento de Barroso: “(...) entreguei Ouro Preto quase toda restaurada ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que substituiu a minha primitiva, humilde e gratuita Inspeção”.⁸³ Noutras páginas, foi feito comentário quanto às obras da Inspeção perante a escassez de incentivos financeiros. Diante dessas limitações, houve um constante enaltecimento às conquistas da Inspeção de Monumentos Nacionais em Ouro Preto, primeira cidade brasileira tombada como patrimônio nacional. Além disso, Barroso, entre tantas páginas, se colocou como um “missionário da memória”, uma vez que argumentou ter trabalhado gratuitamente pela preservação de coisas do passado. Houve uma intenção de perenizar uma idéia de “intelectual da memória”, tanto de um passado nacional, quanto de uma trajetória pessoal. Houve o intuito de perpetuar uma imagem de escritor da saudade, exilado do seu Norte.

Das comemorações do centenário de nascimento de Gustavo Barroso em 1988, foi publicada uma série de textos em sua homenagem na *revista* da Academia Cearense de Letras. Do depoimento do amigo e historiador Raimundo Girão acerca da repercussão da trajetória integralista de Barroso, destacou-se:

“Num instante de desalento, deixou Gustavo escrito: ‘O Ceará não se lembra de mim. O oficialismo honra-me com o seu desdém, com a sua antipatia. (...) Tenho absoluta certeza que, um dia, quando se apagarem com o tempo as paixões de caráter pessoal e político, ser-me-á feita a devida justiça. Eu só procurei honrar e enaltecer a minha

⁸³ BARROSO, Gustavo. A Defesa do Nosso Passado. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 4. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p. 585.

terra.’ A sua participação no movimento integralista, que depois repudiou seria a causa dessa falta de compreensão.”⁸⁴

Correspondendo a um período posterior à escrita de suas memórias, esse trecho de Gustavo Barroso publicado primeiro na década de 1950 indicou o seu descontentamento diante de diferenças políticas, certamente relacionadas à ambiência de 1930 e 1940. Estudando a relação entre intelectualidade e Estado, comentou Daniel Pécaut:

“Sabe-se que o integralismo terminou na confusão. Acreditando-se chamado a desempenhar um papel importante com a transformação do regime em Estado Novo, mas de fato obrigado a converter-se numa simples ‘Associação Brasileira de Cultura’, em consequência da interdição de todos os partidos políticos da qual esperava escapar, em 1938 o integralismo lançou-se em uma desastrosa tentativa de golpe, cujo único resultado foi sua dissolução.”⁸⁵

O desolamento de Barroso quando escreveu memórias e proferiu textos como aquele em que disse que o Ceará não mais lembrava dele esteve relacionado com divergências, dissensões e censuras políticas, em especial, no final da década de 1930, decorrentes de sua militância intelectual no Integralismo.

Somado a esses fatores, as mudanças de rumo da política de salvaguarda de coisas e objetos do passado, marcaram a arena em que discursos aguerridos foram tecidos. É importante reconhecer que esses foram motes da narrativa de memória de Gustavo Barroso.

A atuação de Barroso no M.H.N. perdurou 35 anos, até o ano de sua morte, em 1959. Então, tendo em vista o lugar do Museu Histórico em seu

⁸⁴ GIRÃO, Raimundo. A minha saudade de Gustavo Barroso. In. *Revista da Academia Cearense de Letras*. Fortaleza: ACL, Ano XCII, Nº 47, 1987-1988, p. 34-35.

⁸⁵ PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil. Entre o povo e a Nação*. São Paulo: Ática, 1990, p. 80.

percurso intelectual, é plausível associar seu descontentamento e seu pesar às tantas “nambus” encontradas no caminho: as discordâncias no campo da política e da ação patrimonial, uma vez que outros agentes surgiram para dirigir e compor os quadros dessas novas instituições, bem como, assumir muitos dos direitos e das responsabilidades do exercício de preservação e dos recursos destinados a esses órgãos. Foi um campo de disputas quanto à caracterização do passado preservado, ou melhor, quanto aos objetos e edificações selecionados e expostos como patrimônio da nação.

Em correspondência de Barroso ao Pe. Azarias Sobreira datada de 26 de fevereiro de 1956 lê-se:

“O juízo definitivo sobre o que tenho feito na nossa vida cultural não o espero dos meus contemporâneos, e sim dos que vierem mais tarde e possam tudo contemplar azulado nas distâncias do tempo. Se alguma coisa fiz que tenha valor, ela sobrenadará. Se não, tudo se afundará no silêncio mortal do esquecimento. Estou beirando os setenta anos e a dura experiência da vida, de desilusão em desilusão, me foi ensinando o nenhum valor dos galardões acadêmicos, oficiais, populares, nacionais e estrangeiros. Uso-os por obrigação social.”⁸⁶

É preciso frisar que ele escreveu essa carta aos 68 anos de idade e, seu primeiro livro da trilogia de memória foi publicado em 1939, quando Barroso tinha 51 anos. Os “galardões” desprezados por ele aos 68 anos, talvez fossem as glórias que se dedicou a conquistar ao se comparar ao grego Plutarco, tido por Gustavo Barroso como um escritor glorioso. Ora, Barroso ambicionou a longevidade de suas ações, do seu nome e a valorização das suas idéias no devir. Na época em que escreveu essa carta,

⁸⁶ SOBREIRA, Azarias. Gustavo Barroso – Fascinante Individualidade. In. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará. Ano LXXV, Tomo LXXV, V. 75, 1963, p.113.

fez ponderações quanto à importância de sua obra, quando condicionou sua perenidade a sua possível importância. Assim, a aceitação e longevidade das idéias assinadas por ele, dependeriam do próprio mérito desse saber. Desse modo, os limites da posteridade de sua obra não se encontrariam somente em fatores como, por exemplo, a relação com o editor, a interpretação do público leitor e dos críticos, as variações da moda e da língua, as contendas patrimoniais pelo poder de construção de um passado nacional e as diferenças políticas decorrentes de sua experiência integralista. Esses limites também estavam relacionados a fatores concernentes ao próprio valor das muitas idéias e temáticas publicizadas. Nessa carta, fez um apanhado de sua vida, das suas conquistas nos meios acadêmico e político. Mas, essas honrarias nesses seus 68 anos, foram destacadas com o peso das convenções. A glória maior para o velho Barroso foi esperada menos naquele presente e mais num tempo de esperanças.

Observou-se o receio de ter esquecidas as trajetórias de memorialista e escritor polígrafo, bem como a experiência do Museu Histórico Nacional e de seu diretor fundador, com as diferenças políticas e com o aparecimento de outros agentes e outras instituições patrimoniais também apoiadas pelo governo de Getúlio Vargas. A identificação de pioneirismo das ações do Museu Histórico foi exposta visando angariar legitimidade, uma vez que a experiência foi enaltecida como critério de competência intelectual. Houve inquietude diante das disputas pela constituição e preservação de um passado nacional. O campo de produção de memória se constituiu como um lugar de contendas e pendengas. Os motivos e motes que impulsionaram Gustavo Barroso a escrever, podem ser compreendidos a partir de insatisfações e inquietações políticas, intelectuais, profissionais e pessoais. Essas memórias foram trincheiras diante das mudanças, transformações, ausências, saudades... Enfim, diante do esquecimento.

1.3 Com quantos ressentimentos se faz o passar do tempo?

“...Já não somos os mesmos que antes tínhamos sido...”

Pablo Neruda.⁸⁷

Passados 29 anos daquela sua triste partida do Ceará, Gustavo Barroso iniciou a publicação de sua trilogia de memórias, portanto, aos 51 anos de idade. No decurso de sua obra remete o leitor a motivações afetivas, tidas como significativas para sua trajetória intelectual. No que diz respeito à sua saudade e à sua primeira viagem pelo sertão cearense em 1907, quando tinha 18 anos, comentou sobre o trajeto de chegada às fazendas de seu padrinho localizadas em Quixeramobim:

“A casa do Taboleiro Grande bem à beira da estrada era caiada de branco. Apeamo-nos no seu terreiro já com o escuro da noite. Antes de dormir, sentei-me num banco ao ar livre e acendi o cachimbo. As estrelas pestanejavam no negrume do céu. Cães uivavam às sombras das árvores agitadas pelo vento. Miríades de insetos zumbiam na treva densa. De quando a quando, a risadinha irônica duma coruja à cata de alimento cortava a noite. Quantas noites iguais àquela de então por diante eu iria passar a cavalo, sozinho, varando as caatingas do sertão de minha terra! Quantas! Pensando nessa noite em que me ia ser revelada uma nova face da vida, meus olhos enchem-se ainda de água que lentamente escorre pelo rosto e chega aos lábios com um gosto

⁸⁷ NERUDA, Pablo. Puedo escribir los versos. In: *20 Poemas de Amor e Uma Canção Desesperada*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1980, p. 67.

amargo. Saudade duma época de aventuras despreocupadas e cheia de ilusões!”⁸⁸

A latência dessa saudade foi inscrita freqüentemente sob forma de lamento. Esse passado foi explicitado como melhor que o presente, mesmo quando a lembrança tinha um tom de mágoa e desabafo, argumentando seu valor como lição. A escrita da saudade veio com um ressentido sabor, quem sabe, com pausas entre as letras borradas. O silêncio noturno foi compassado por clarões e zumbidos no seu recordar. Em face dessa saudade amargurada, qual o sentido que Barroso deu ao tempo? Ao fazer um retrospecto de sua vida o autor não esqueceu de lembrar daquele presente de conquistas e “glórias”. Mesmo assim, houve insatisfação ao se referir às décadas de 1930 e 1940 grifadas por preocupações, disputas, crises e ausências. Afinal, a saudade vem com a sensação da ausência, da falta. Mediante essa saudade ressentida como Gustavo Barroso deu sentido ao passar do tempo?

Em 1932 foi publicado no Rio de Janeiro o livro *Luz e Pó* de Gustavo Barroso. Essa obra foi produzida sob forma de aforismos, desse modo, por meio de pensamentos e reflexões sintéticos, próprios desse estilo, Barroso enveredou por vários temas. Dentre os aforismos acerca do tema “*A História*” assim resumiu o autor:

“Tudo para nós é passado. Sobre ele arquitetamos as aspirações e saudades de que vivemos. E quando os sábios examinam as palafitas, arrancam dos entulhos milenares as Troias carbonizadas ou colecionam as reliquias dos trogloditas, agem impelidos pelo seu subconsciente, ávidos de saber o misterio das origens para explicar as incertezas do presente e melhorar a sorte do futuro.(...)”⁸⁹

⁸⁸ BARROSO, Gustavo. *O Consulado da China*. 3ª ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000, p. 19.

⁸⁹ BARROSO, Gustavo. *Luz e Pó*. Rio de Janeiro: Renascença Editora, 1932, p. 202.

Na relação entre passado, presente e futuro, Barroso incorporou uma linha de pensamento que definiu o passado como fonte de explicação do presente e construtor do futuro. No que diz respeito aos sentidos dados ao passado escreveu o historiador Manoel Salgado Guimarães:

“Desta forma, esta cultura histórica atrela inevitavelmente passado, presente e futuro, remetendo-nos para o passado como lugar por excelência de definição de um sentido original, razão explicativa da própria existência do presente. Por este procedimento que veio a se consagrar após longa e acirrada disputa pela significação do passado, o presente estaria de certa maneira contido no passado de forma prefigurada.”⁹⁰

A partir dos escritos de Gustavo Barroso, o passado adquiriu o sentido de fonte, origem para outras épocas e, à História foi incorporado o valor pedagógico. O recurso a uma escrita memorialista, dentre tantos motivos, foi uma tentativa de dirimir a distância decorrente da aceleração da passagem do tempo e suas implicações. Houve o desejo de amenizar as angústias e o mal estar diante das transformações, incertezas, insatisfações. A escrita foi uma tentativa de reatualizar o passado no devir, com forte teor nostálgico.

No texto de abertura do livro *Luz e Pó* destacaram-se os seguintes trechos:

“Ha gente que vive no presente e gente que vive no passado. Para uns, somente vale o tempo que se foi, em que a distancia esfuma as chatices e o esmorecimento das paixões dá um tom delicioso a todas as cousas. Então, tudo era belo e bom, gentil e puro, nobre e

⁹⁰ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. (Org.). *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 11.

desinteressado. O que lhe sucedeu nada vale e nem merece as honras da comparação senão para que ressalte sua inferioridade. Para outros, o presente é tudo e tudo mais é nada. Os séculos de outrora são escuros e frios. Os povos, bárbaros. As usanças, detestáveis. A falta de conforto, horripilante. O presente trouxe todos os gózos e todas as vantagens, todas as bondades, todas as belezas e todos os progressos.

Entretanto, não vive quem vive do passado e não vive quem vive só no presente. A vida verdadeira, completa, integral dum individuo é como uma árvore. Tem raízes e tem folhas. Mergulha aquelas no que foi. Agita estas no que é. E procura crescer para atingir ainda o que será.

Não ha homem verdadeiramente digno dêsse nome sem olhar para trás, sem contemplar o que o rodêa e sem fitar o que ha de vir. A personalidade moral e mental do individuo vem do que passou e caminha para o que surgirá. Projêta-se com a simpatía e o estudo nas idades mortas, observa os fátos que se desenrolam em sua presença (...) e sorri com a calma de quem sabe ver além de casca aparente das cousas.

(...) Louvemos o esforço e o trabalho. Reconheçamos a evolução das cousas e dos seres. (...)

É preciso ser equilibradamente humano, amando a vida no que ela dá de puro e impuro, de nobre e ignobil, de grande e pequeno, de máu e de bom. (...) Porque Aquêle que, no misterio insondavel das essencias e energias, organizou tudo o que vemos, tudo o que sentimos e tudo o que não vemos nem sentimos assim o ordena por uma razão lógica, embora indecifrável. E tudo nada mais é do que a instavel, impermanente manifestação do Eterno Absoluto na Eterna Relatividade.

Na mais alta ordem do pensamento, não ha nada inútil ou prejudicial. Tudo deve corresponder a uma finalidade incognoscível, que podemos admitir como emanada duma organização perfeita e aceitar como se apresenta, sem perder tempo em querer discutir, quando temos de obedecer. Coração na verdade humano o que sorri em

face dos aspétos suaves ou cruéis da existência. Voz de verdade humana a que não vibra em revolta, mas ecoa em palavras de consolo, de prudencia e de perdão. Espirito em verdade humano o que se interessa, ao mesmo tempo, pela mais antiga das teologias e pela mais moderna das invenções radiotelegráficas, pois ambas proveem do mesmo berço em que ele por sua vez nasceu. Tal sintonização, integrando o homem, não só na humanidade, mas no planeta, dá-lhe a vida interior que, quanto mais intensa e mais profunda, maior felicidade concede ao que a possui. Vivamos dentro de nós mesmos; em presença do universo, erijamos a torre de marfim do nosso microcósmo; e desafiemos desta sorte o pessimismo e a dor.

Lembra-te, homem, que és pó e em pó te tornarás; porem lembra-te, ao mesmo tempo, que és luz e luz tornarás a ser. Porque a luz e o pó nascêram no mesmo dia e da mesma semente.”⁹¹

Dentre tantas possibilidades de análise desse longo trecho de Barroso, algumas questões foram aqui esboçadas. Inicialmente é sublinhado que o caráter de um livro de aforismo é pautado por máximas, axiomas, ditados, enfim, sentenças morais. Assim sendo, por meio de lições o autor transcorreu sobre temas vários. O destaque aqui foi para aqueles que possibilitaram mais diretamente uma reflexão sobre o tempo.

A metáfora da árvore para pensar no sentido dado ao curso do tempo remete a uma perspectiva em que o passado é o alicerce para a edificação do vir-a-ser. A demarcação desse processo foi constituída a partir de um princípio, um meio e um fim. O passado foi delimitado pelo que foi, o que existiu, o que passou, o que já aconteceu. O presente por aquilo que rodeia, o caminho entre o passado e o futuro. Entre o que ocorreu, as atribuições e o incerto, Gustavo Barroso traçou uma linha temporal. Uma vez que ao passado foi vinculado o atributo de raiz, este foi constituído como a base ou mesmo o lugar da tradição, assim, o pensamento do autor

⁹¹ BARROSO, Gustavo. *Luz e Pó*. Rio de Janeiro: Renascença Editora, 1932, p. 7- 9.

acerca desse transcurso adquiriu um sentido tradicionalista. Mediante esse olhar tradicionalista, como ele teceu o fio condutor desse decurso? Essa delimitação significou o reconhecimento de um processo de rupturas ou de continuidades com o passado? É possível argumentar que Barroso lançou mão de uma perspectiva teleológica para justificar e apaziguar receios e anseios, mediante a insegurança do devir e os descontentamentos do presente? Ao argumentar que “Tudo deve corresponder a uma finalidade incognoscível(..)” estaria o autor indicando uma idéia de destino frente ao tempo? Mas é bom lembrar que ao mesmo tempo em que citou essa “finalidade incognoscível” também ressaltou a “razão logica”. Pergunta-se se estaria Barroso na defesa de uma perspectiva metafísica ao sublinhar: “Porque Aquêlê que, no misterio insondavel das essencias e energias, organizou tudo o que vemos, tudo o que sentimos e tudo o que não vemos nem sentimos assim o ordena (...)”. Ora, diante do esforço de compreensão da vida, das alegrias e tristezas..., diante de questionamentos essenciais, do “misterio insondavel”, Gustavo Barroso concluiu que é tudo obra do “Eterno Absoluto”. Mas logo em seguida argumentou “E tudo nada mais é do que a instavel, impermanente manifestação do Eterno Absoluto na Eterna Relatividade.” Sendo assim, a leitura do transcurso do tempo foi inspirada num olhar metafísico e/ou numa postura cientificista? Parece haver aqui uma ambigüidade, algo característico no século XIX. Ou seja, a recorrência tanto a elementos da Filosofia da História quanto da História científica, orientada por preceitos das ciências naturais. Essa ambivalência também foi perceptível nas reapropriações dessas teorias na explicitação de uma realidade e história brasileiras.⁹² Vale lembrar que o clima intelectual da mocidade de Gustavo Barroso em Fortaleza já era misturado no tenso equilíbrio entre cientificismo e catolicismo. Essas duas vertentes marcaram o debate

⁹² Acerca da discussão teórica entre metafísica e cientificismo no ambiente europeu cf. REIS, José Carlos. *História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

acerca da delimitação de elementos identitários do cearense, compondo o debate maior a respeito da identidade nacional. O circuito intelectual da Cidade foi formado, em boa parte, por professores de Barroso tanto do Liceu quanto da Faculdade de Direito do Ceará.⁹³

Indaga-se, ainda mais, se seria possível pensar na relação entre a experiência de Barroso no movimento integralista e esse discurso de 1932: “Entretanto, não vive quem vive do passado e não vive quem vive só no presente. A vida verdadeira, completa, integral dum individuo é como uma arvore.”

A respeito daquele tempo de conhecimento do sertão lembrou Barroso:

“Nesse tempo, gostava muito de andar sozinho a cavalo, sobretudo à noite. A solidão era para mim a maior das sensações. Porque minha mocidade, à espera do que ia acontecer, tecia, com os fios de ouro da imaginação, os mais lindos cenários da fantasia. Hoje, o que mais me importa é o que já passou e o que se está passando. Não sonho mais: olho para trás. A mocidade vive no futuro, a maturidade no presente, a velhice no passado.”⁹⁴

Nos dizeres de Barroso, a importância da descoberta desse sertão lembrado foi associada ao seu processo de reconhecimento. Foi um momento sugerido como espaço de criação e compreensão de suas

⁹³ Quando a essas vertentes cf. AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. *Intelectuais e Política no Instituto do Ceará (1887-1920)*. op.cit., 2002. Conferir ainda: AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. *Barão de Studart: memória da distinção*. op. cit., 2002. Raimunda Oliveira teve como proposta central em seu trabalho estudar as características do sertanejo a partir de livros de contos e romances do Gustavo Barroso, tais como *Praias e Várzeas* (1915) e *Alma Sertaneja*. *Contos Trágicos e Sentimentais do sertão* (1923), localizando nas teorias sociais do século XIX e no romantismo as principais matrizes de seu pensamento. OLIVEIRA, Raimunda Rodrigues. *Gustavo Barroso: A Tragédia Sertaneja. A Criação do Personagem Popular*. Fortaleza: UFC, Dissertação de Mestrado, mimeo, 2004.

⁹⁴ BARROSO, Gustavo. *O Consulado da China*. 3ª ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000, p. 47.

emoções, produtor de identificação. Mas esse processo de autoconhecimento diz respeito também ao período de elaboração da narrativa memorial, pois foi o olhar do adulto Gustavo Barroso que desenhou essa imagem do garoto.

Essa reflexão despontada nos escritos do autor teve forte conotação de sofrimento. Não é que as lembranças tenham sido de um passado descontente. Pelo contrário, as suas lembranças remeteram a um tempo e a um lugar de sonhos e descobertas fantásticas, um tempo recordado nos escritos de memória. Assim, o passado foi incansavelmente defendido como melhor que o presente. Do tema “Presente e Passado”, do livro *Luz e Pó*, foi extraído esse aforismo:

“Na vida do homem, só o passado não morre. O presente é tão rápido e momentâneo que não tem existência própria. É um lampejo. O futuro é desconhecido. Só o passado é a vida, é o imutável alicerce da vida.”⁹⁵

O pesar de Gustavo Barroso teve vínculo com sua compreensão acerca da passagem do tempo, dos limites entre o passado, o presente e o futuro. O seu descontentamento foi pautado pela aceleração da vida presente e das incertezas do futuro. O tempo descrito por ele é um tempo da linearidade, um tempo de determinantes cronológicos. A compreensão da mudança e do fim das coisas, lugares e pessoas levou Barroso a criar lugares de memórias. Argumentando que “o passado não morre”, a ele foi atribuído o lugar daquilo que houve, assim fez a defesa de criação de lugares de memória. Desse modo, o passado foi delimitado como o tempo em que o fato ocorreu, daí tê-lo como “imutável alicerce”. Esses lugares tanto estiveram relacionados à escrita, quanto às suas atividades de preservação de objetos demarcadores de um passado nacional.

⁹⁵ BARROSO, Gustavo. *Luz e Pó*. Rio de Janeiro: Renascença Editora, 1932, p. 134.

Quando sistematizou a ação, a direção e a relação com o tempo a partir de pressupostos lineares, afirmando que a “mocidade vive do futuro, a maturidade no presente, a velhice no passado” impôs limites à relação entre um antes e o depois. Essa compreensão ocidentalizada da passagem do tempo gerou ressentimentos no autor ao ponto de sublinhar que não mais se permitia projetar desejos.⁹⁶

Contudo a recordação de seus 18 anos de idade como um bom tempo para sonhar com o futuro foi impressa quando contava com 53 anos. Ora, foi na escrita de memórias que o autor compôs o passado. Dentre tantos motivos dessa composição é flagrante o sonho de projeção e a defesa do respeito ao passado no presente. A memória identifica esquecimentos e ausências para serem referências no presente e no futuro. No que se refere à memória e ao esquecimento sublinhou Manuel Salgado:

“(…) todo exercício de lembrança, procede a escolhas a partir de um jogo complexo em que lembrar supõe necessariamente o esquecer. O esquecer entendido não como ato de ‘falta de lembrança’ mas como procedimento social que se inscreve em toda cultura histórica.”⁹⁷

Com a recriação de imagens Barroso defendeu seu lugar no presente e no porvir. Então, aos 53 anos ele sonhava e sonhava com a longevidade de sua memória. E escreveu:

“Tomava parte com fervor na vida de minha cidade natal. Vivia em comunhão íntima com ela. Nada do que ali se passava me deixava indiferente, porque a amava com todas as forças de minha alma. Emigrei forçado pela necessidade e muitas vezes me tenho arrependido,

⁹⁶ O sentido dado ao passado adquiriu feição diferenciada em épocas, sociedades e ramos do saber. Quando a esses sentidos entre sociedades quentes e frias, entre antigos e modernos conferir, em especial, os capítulos Antigo/Moderno e Passado/Presente do livro: LE GOFF, Jacques. *op.cit.*, 1996, p. 167- 231.

⁹⁷ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. *op. cit.* p. 10.

apesar do que chamam *minhas vitórias* e que muito invejam. Continuo a amar o Ceará como naquele tempo, apesar de incompreensões e mesquinhas, *quoiqu'on dise*. Alguns despeitados de quem me apiedo, porque os coitadinhos nada conseguiram na vida, insistem sempre na calúnia de atribuir-me falar mal de minha terra. Meus escritos os desmentem e isso basta como resposta. Os que, por maldade, fazem coro com eles só merecem desprezo. Em verdade, excetuando alguns amigos, entre os quais os moços do *Grêmio Gustavo Barroso* e o grupo do Salão Juvenal Galeno, com minha amiga Henriqueta Galeno à frente, o Ceará não se lembra de mim. O oficialismo honra-me com seu desdém ou sua antipatia. Somente Magalhães Peixoto, quando Presidente do Estado, me penhorou com suas homenagens. Respondo a isso com o magnífico pensamento de Siqueira Campos, gravado em bronze no pedestal de sua herma, em Copacabana: 'À Pátria tudo se deve dar. À Pátria nada se deve pedir, nem mesmo compreensão.' Tenho absoluta certeza que, um dia, quando se apagarem com o tempo as paixões de caráter pessoal e político, ser-me-á feita a devida justiça. Eu só procurei honrar e enaltecer a minha terra.”⁹⁸

A passagem do tempo também tinha seu aspecto positivo no discurso de Barroso: uma expectativa de não ser esquecido. Mesmo diante da criação do *Grêmio Gustavo Barroso* em Fortaleza e do reconhecimento de personalidades do mundo das letras do Ceará, Barroso não se mostrou contente, nem satisfeito quanto às homenagens que julgou merecer. Era no futuro que ele via a esperança de ter legitimada uma imagem de intelectual que amou sua terra, sua Pátria. Então, ao passar do tempo foi atribuído um valor de justiça, um lugar de julgamento. Mas para que nesse futuro houvesse o reconhecimento desejado era preciso criar lugares de celebração, e um desses lugares correspondeu à escrita de suas memórias. Diante da conclusão “tudo se deve fazer pela Pátria e nada dela

⁹⁸ BARROSO, Gustavo. *O Consulado da China*. 3ª ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000, p. 130.

esperar”, percebe-se que havia em Barroso uma espera. Uma esperança de ser perenizado como escritor que não deixou fenecer seu amor pelo Ceará e pelo seu País. Assim, sua produção escrita foi direcionada para tornar conhecido seu Estado, a história de um passado popular e nacional, e ter o reconhecimento dessa missão na posteridade. Se Barroso recordou o pretérito como o melhor tempo de sua vida, ao futuro caberia a decifração de sua memória amada, era o tempo da esperança, mas também do medo, da incerteza.

Além de lenitivo, as memórias de Gustavo Barroso também tiveram como traço proliferar e mesmo alardear essa saudade. Esperança de que não fosse *olvidada* a sua vida, sua obra, sua memória, suas praias, seu sertão, seu quintal, sua nação, sua pessoa. À memória cabia identificar ausências no intuito de torná-las referências.

Em 1933, portanto, 23 anos após sua partida de Fortaleza, num encontro de amigos, Barroso fez comentários que foram registrados por vários escritores em textos póstumos. Em tom de homenagem, muitos desses textos, foram publicados em *revistas* da Academia Cearense de Letras e do Instituto do Ceará. Nesses artigos laudatórios a memória mais corriqueiramente construída a respeito de Barroso foi a de um escritor polígrafo e saudoso de sua terra natal. Mesmo não sendo um texto extraído dos livros de memória de Gustavo Barroso, esse seu discurso, registrado pelo conterrâneo Herman Lima, foi um indício dos vários lugares onde suas memórias foram registradas. Assim falou Barroso:

“Meus olhos voltam-se para dentro, para o meu microcosmo, a perscrutar minha própria alma... E como uma quaresmeira se cobre de flores violetas, eu floresço em saudades da minha infância e da minha adolescência na terra nordestina, mãe de prodígios. No meio dos ruídos e pressas da vida urbana, que o dinamismo dos corpos e das almas agita, penso no meu sertão. Vêm-me lampejos do sol que arde nas várzeas escaldantes e entra-me pelos ouvidos, dominando o rumor

febril das ruas, o alto canto das graúnas pela extensão sussurrante dos carnaubais... Invoco a brancura das estradas sinuosas sob o luar melancólico, no perfume das noites de maio. (...)

Mas o meu sertão está longe e o meu cavalo de campo morreu...”⁹⁹

A partir das centelhas manifestadas em seu corpo Gustavo Barroso constatou, ressentido, a lonjura daquele sertão memorável. A sua saudade foi triste não pelas lembranças, mas por estar longe delas. Com desgosto admitiu a morte de seu cavalo, a inevitabilidade da mudança, da passagem dos dias, dos anos... Mesmo um retorno de Gustavo Barroso ao Ceará não seria suficiente para revivê-lo, pois, nem ele nem o Ceará já não eram os mesmos daquela infância e adolescência, e nem mesmo aquele seu cavalo lá estaria.

Perante as inevitáveis mudanças naqueles 23 anos residindo no Rio de Janeiro era preciso registrar uma história de vida, gravar os pensamentos no papel para, se possível, não ter esquecidas suas idéias. A ausência de um mundo desejado levou Barroso a recontar esse mundo através das memórias. Diante da mudança e do fenecimento ele escreveu.

Foi uma saudade doída de um lugar que não pode ser vivido novamente e de um tempo de sonho e quimera. Foi com amargor que Barroso constatou o impossível retorno de um passado que pulsava nas suas lembranças como um lugar ideal, idealizado em sua imaginação e vibrante em suas memórias. Nesse sentido, a memória carrega um sofrimento sem fim, um problema sem solução: nunca será possível retornar ao passado lembrado. O tempo torna-se uma fonte de ausências, o presente transforma-se em um inventário de perdas.

Nas suas lembranças foram recriados sons e cores: o sonoro canto da graúna veio para abstrair o burburinho ardente da cidade grande. O som do vento nas árvores do sertão chegou quase como sussurro aos seus

⁹⁹ LIMA, Herman. *Poeira do Tempo*. Memórias. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967, p. 27-28.

ouvidos aliviando os ruídos das ruas agitadas. A sua alma e seu corpo febris pareceram sossegar diante da memória dos aromas e das cores daquela sua época de florescimento.¹⁰⁰ Assim, diante da insatisfação daquele seu presente de rumor urbano no Rio de Janeiro, a recordação lhe trouxe bem-estar. Como se o passado fosse rerepresentado como uma época melhor do que o presente, e, o tempo passado no sertão fosse um tempo melhor, pautado pelos ritmos naturais distante do artificial barulho da cidade. No ano de 1932, escreveu o seguinte aforismo:

“O nosso tempo é sempre o pior de todos os tempos. O passado, porque está longe, se nos afigura uma delícia. O futuro, porque é mistério, nos acena com a esperança. Quanto ao presente, este é a realidade e toda realidade desagrada.”¹⁰¹

Mesmo diante da descoberta de tantos mundos, o mundo dos sonhos e desejos de Gustavo Barroso foi descrito com freqüência como sendo o Ceará. Como se o lugar melhor do mundo estivesse no passado lembrado e longe. Um passado lembrado como o momento de suas descobertas e seus primeiros conhecimentos sobre o mundo. Barroso enfatizou seu vínculo, diante da distância e da ausência, com sua terra daquele tempo de garoto e também daquele passado da vida popular, presente em suas memórias e em seus “estudos de folclore”.

Esse sentido dado à vida e ao passar do tempo, privilegiando o passado em detrimento dos desagrvos do presente e das inseguranças quanto ao futuro, ou seja, diante de um processo de modernização, remete à reflexão do historiador Jacques Le Goff ao tratar do século XIX europeu:

¹⁰⁰ No que se refere às várias dimensões da memória, como a memória voluntária e a involuntária, ou seja, intencional e a espontânea e afetiva, ver: SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de Memória em Terras de História: Problemáticas Atuais. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia. (Orgs). *op.cit.*

¹⁰¹ BARROSO, Gustavo. *Luz e Pó*. Rio de Janeiro: Renascença Editora, 1932, p. 134.

“A aceleração da história, por outro lado, levou as massas dos países industrializados a ligarem-se nostálgicamente às suas raízes: daí a moda *retrô*, o gosto pela história e pela arqueologia, o interesse pelo folclore, o entusiasmo pela fotografia, criação de memórias e recordações, o prestígio da noção de patrimônio.”¹⁰²

Essa relação em que o passado é melhor que o presente e base para o futuro foi um traço perceptível em Gustavo Barroso, tanto em suas obras de memória, nos “estudos do folclore”, quanto em suas ações na “política de preservação” de uma memória nacional junto ao Museu Histórico Nacional. É possível pensar esses elementos no Brasil, a partir especialmente do começo do século XX, em cidades como o Rio de Janeiro, pólo econômico-político e intelectual.¹⁰³

Constantemente ele expressou sua saudade no tom de tristeza, mas não uma tristeza pelo que foi recordado, mas por ter ciência da passagem do tempo, das mudanças ocorridas com o tempo, na cidade, bem como, nele próprio. O tom de tristeza se expressou por compreender que esse seu mundo querido e único só estava vivo em sua saudade. O lugar ideal desse reencontro estava em sua memória, por constatar o impossível retorno, a morte de seu cavalo. O sentido do tempo linear distancia um “antes” do “depois”, demarca o passado como o lugar do que já foi. Diante da ausência, da distância, do fenecimento e das mudanças era preciso consagrar um lugar de celebração e, por sua vez, cultivar a saudade, criar lugares para perenizar uma memória.¹⁰⁴ Assim, houve todo um exercício

¹⁰² LE GOFF, Jacques. *Passado/Presente. op. cit.*p. 220.

¹⁰³ Sobre a particularidade desse processo modernizador no Brasil cf. SEVCENCO, Nicolau. *op.cit.* 1999.

¹⁰⁴ No que diz respeito a esse desejo de perenidade por meio de lugares de memória escreveu Pierre Nora: “Porque, se é verdade que a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para – o ouro é a única memória do

de reelaboração de uma narrativa de recordações em constante mimetização, visando lembrar o Ceará e também, ser lembrado.

Bem no início do primeiro livro *Coração de Menino* (1939) ele registrou a seguinte epígrafe de sua autoria:

“Neste livro somente conto a verdade. Os arranjos e atavios literários envolvem-na só para diminuir-lhe a intensidade ou para torná-la mais acessível ao leitor atual. Como a distância azula as serranias e as uniformiza, fazendo desaparecer anfractos e despenhadeiros, é possível que a saudade também azuleça homens e cousas na distância do tempo. Mas a saudade é a maior testemunha da verdade”.¹⁰⁵

Gustavo Barroso expressou a saudade como um indício fiel para o conhecimento do passado. Então, para o autor, esse passado era verossímil por ter permanecido no horizonte sentimental. Mas a saudade, além de ter sido percebida como testemunho da veracidade dos relatos, como prova da sobrevivência de um passado da recordação, também testemunharia o esquecimento, com a distância e a ausência de tempos e lugares, azulando paisagens e suavizando diferenças. Cultivar a memória é, também, uma maneira de denunciar os esquecimentos, identificar acontecimentos e valores esquecidos (ou pouco lembrados) para serem uma referência para o presente e o futuro. Para a delimitação do passado, eram indispensáveis os relatos inspirados na saudade, que, mais do que indícios, vestígios eram tidos como a própria verdade testemunhada.

Ao relacionar saudade e verdade Barroso intentou legitimar suas obras de memória, e por sua vez, o passado recortado. Ao rotular como

dinheiro – prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações.” NORA, Pierre. *op. cit.*, p. 22.

¹⁰⁵ BARROSO, Gustavo. *Coração de Menino*. 3ª ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000, p. 9.

verdadeiros esses livros de memória, o autor quis referendar as suas intenções e motivações ao elaborar esses textos, pois respaldadas pela memória. Dentre essas intenções, quis reafirmar sua trajetória intelectual: sua produção bibliográfica e sua atuação na política de preservação de um passado nacional através das atividades no Museu Histórico Nacional. Contando sua história de vida através de textos de memória Barroso identificou as matrizes de sua formação, na tentativa de dar legitimidade à sua vida intelectual, alicerçada nos círculos beletristas desde sua tenra idade. Desse modo, ao passado foi indicado um sentido de continuidade em relação ao presente e ao futuro, dele Barroso traçou lições, ensinamentos e base para sua vocação intelectual.

Essa louvação ao passado por intermédio do sentimento de saudade é um princípio básico do ser romântico. Foi mesmo um aspecto caro à expectativa do autor, de ser conhecido, lembrado como um cultor do pretérito e da vida popular. No pensamento romântico do século XIX percebe-se, de modo geral, uma idealização quanto ao ausente, ao passado e uma ênfase às emoções. Gustavo Barroso incorporou traços românticos ao expressar o passado como o lugar ideal, o lugar dos sonhos e desejos, ao definir a saudade como o maior “testemunho da verdade”, por ter dado destaque aos sentimentos para a legitimação do seu saber. Assim, sendo um lugar desejado, o passado foi manifestado a partir de sentimentos saudosistas e nostálgicos. No que diz respeito a relação entre culto ao passado e gosto pela cultura popular na Europa do século XIX escreveu o historiador Jacques Le Goff:

“O gosto romântico pelo passado, que alimenta os movimentos nacionalistas europeus do século XIX e foi incrementado pelos nacionalismos, incidiu também sobre a antiguidade jurídica e filosófica e a cultura popular. O melhor exemplo desta tendência é, sem dúvida,

a obra dos irmãos Jakob e Wilhelm Grimm, autores dos célebres *Contos para crianças e famílias*(...).”¹⁰⁶

Foi recorrente em Barroso a inspiração nessas experiências européias no estudo do popular-nacional.

Ora, Gustavo Barroso abriu a sua trilogia memorial com aquela epígrafe. Deixou explicitado o desejo de legitimar o valor do livro como um testemunho do passado. Diante do seu desejo de ficar para a posteridade, através de seu pensamento, de seus escritos, Barroso tentou criar uma aura afetiva para a sua idéia de verdade. Tentou direcionar o olhar do leitor para uma idéia de testemunho do passado incontestado porque inspirado numa familiaridade saudosa. Quis referendar esse lugar de memória como a expressão e materialização de um passado verdadeiro com valor para ser lido e reconhecido numa posteridade.

Referindo-se à atividade de memorar, comentou Barroso:

“Eu não a tinha toda na lembrança, porém conservava nitidamente quadros, cenas, episódios isolados. Aliás, é toda assim fragmentária a nossa memória da vida. Ninguém é capaz de desenrolar de ponta a ponta o filme de sua existência. Rememora trechos com maior ou menor intensidade.”¹⁰⁷

¹⁰⁶ LE GOFF, Jacques. *Passado/Presente*. *op.cit.* p. 219. Ainda quanto a relação entre passado e vida popular entre românticos e folcloristas comentou Ortiz: “Como os românticos, os folcloristas cultivam a tradição.(...) O antiquário tinha um afã colecionador, o folclorista, respaldado pelo Positivismo, cria o museu das tradições populares. Como diz Michel de Certeau, ele se contenta em mirar a ‘beleza do morto’, pois o que lhe interessa é o passado em vias de extinção. (...) O tom nostálgico é revelador; trata-se de lutar contra o tempo. O esforço colecionador identifica-se à idéia de salvação; a missão é agora congelar o passado, recuperando-o como patrimônio histórico.” Para um aprofundamento das características comuns do pensamento romântico no século XIX no Brasil, cf. ORTIZ, Renato. *Românticos e Folcloristas. Cultura Popular*. São Paulo: Olho d’Água, 1992, p. 39-40.

¹⁰⁷ BARROSO, Gustavo. *Coração de Menino*. 3ª ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000, p. 52.

O entendimento do autor quanto ao pretérito expresso na memória era de um passado constituído de partes, com variações no exercício de lembrar. Portanto, haveria diferenciação de ênfase entre os temas recordados. Esses temas recortados para a escrita de suas memórias tinham relação com sua saudade, mas também com seus interesses no momento de publicação: de ser reconhecido como um intelectual da saudade, da memória, do “folclore”, do Museu e da nação.

Essas variações de intensidade decorrem do próprio caráter seletivo da memória, propiciando uma ordenação do caótico cenário das diversas imagens da vida. Assim, o esquecimento é uma condição para a lembrança. Nessa perspectiva, a sensação e a percepção dessa ausência e a distância de pessoas, lugares, tempos, coisas e acontecimentos compõem a escrita da memória. A memória identifica ausências e sua ambição é transformar ausências em presenças. Essa era a ambição de Gustavo Barroso: identificar a falta de passado no presente e, com isso, fazer do presente um lugar de respeito diante dos mortos, das transformações.¹⁰⁸

A escrita dessas memórias foi apresentada, por Barroso, como decorrente do seu momento presente de distância e ausência do Ceará. Barroso deu sentido à sua narrativa a partir dessa ausência que era germinadora da saudade e de uma escrita de memória. Além de um lenitivo, essa escrita foi um recurso do autor para a afirmação da sua marca textual e da produção de sua história.

Esse sentimento saudoso foi entrelaçado à vontade de construir, propagar e difundir visões do passado e consolidar uma identidade pessoal e intelectual. Desejo de deixar para o devir a imagem de escritor telúrico. Escritor inspirado no norte da saudade. A escrita de suas memórias, além

¹⁰⁸ Quanto ao aspecto fragmentário da memória escreveu David Lowenthal: “De fato, lembrar mais do que uma pequena fração do nosso passado consumiria um tempo absurdamente enorme. (...) ‘levaríamos uma vida inteira para registrar uma vida inteira’, observa Charles Rycroft, ‘e qualquer um que tentasse escrever um relato detalhado de sua vida seria apanhado num retrocesso infinito, sendo obrigado a despender tempo e palavras na descrição da elaboração de sua autobiografia.” LOWENTHAL, David. *op. cit.*, p. 95

de lenitivo, foi um meio para contar sua própria história, para legitimar sua carreira de intelectual atuante na preservação de um passado nacional, popular e pessoal. Barroso teve a expectativa de construir um Gustavo Barroso da saudade, de uma saudade imaginada, uma terra natal dos sonhos, num intuito de deixar suas experiências na memória e na imaginação da posteridade. Frente ao passar do tempo e à mudança das coisas e pessoas ele ressignificou seus ressentimentos, alegando e defendendo seus feitos no presente, ansioso pelo devir. Diante do temor da irremediável morte, do imprescindível esquecimento, ele urdiu suas memórias como se fossem epitáfios.

CAPÍTULO II

Saudades do Povo

*“Foi no sertão que aprendi a amar o folclore para
mais tarde escrever sôbre ele.”*

Gustavo Barroso.¹⁰⁹

*“Que este livro tenha ao menos a sorte dos
coriscos do sertão: se o esquecimento o sepultar,
cada anno pelo seu proprio valor dê um passo
para ser conhecido. Porque nelle ha muito da
minha alma saudosa de nortista exilado.”*

Gustavo Barroso.¹¹⁰

¹⁰⁹ Entrevista de Gustavo Barroso à Revista Vida Literária de abril de 1939. In: LIMA, Herman. *Poeira do Tempo*. Memórias. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967, p. 66.

¹¹⁰ Barroso está se referindo ao livro *Ao Som da Viola*, esse trecho está citado em sua última página. BARROSO, Gustavo. *Ao Som da Viola (Folk-Lore)*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, 1921, p. 733.

2.1 Terra de Sol: entre Deus e o Diabo

História, memória, museologia, sociologia, ficção e folclore foram denominações feitas à extensa bibliografia de Gustavo Barroso. Foi comum encontrar nas obras de sua autoria a lista de seus demais livros com essas classificações, incluindo as obras no prelo. Esse recurso de divulgar a bibliografia nas páginas recém publicadas e incorporá-la nas respectivas áreas de conhecimento foi comum entre escritores da contemporaneidade do autor. É citado, como exemplo, a listagem contida no livro *Luz e Pó* (1932):

“Sociologia Sertaneja: Terra de sol, Heróis e bandidos, Almas de lama e de aço. Contos e Novelas Regionais: Praias e várzeas, Mosquita muerta (ed. espanhola), Mula sem cabeça, Alma sertaneja, Mapirunga (ed. inglesa). Contos e Novelas: A ronda dos seculos, Pergaminhos, Antes do bolschevismo, Em el tiempo de los zares (ed. espanhola), Livro dos milagres, O bracelete de safiras. Romances: Tição do inferno, A senhora de Pangim. História: Tradições militares, Uniformes do exercito, Catálogo geral do Museu Historico, O Brasil em face do Prata. Literatura infantil: O anél das maravilhas, Apólogos orientais. Ensaios: A balata, Idéas e palavras, Coração da Europa, Inteligencia das cousas, Discurso de recepção, A ortografia oficial. Folclore: Ao som da viola, Casa de Maribondos, O sertão e o mundo, Através dos folclores, Mythes: contes et légendes des indiens du Brésil (ed. francesa), As colunas do Templo. Traduções: Fausto, Tratado de Paz, Comedias e proverbios. Viagens: O Ramo de Oliveira. Literatura Didática: Lições de moral, Vocabulario das crianças. Literatura Histórica: A guerra do

Lopez, A guerra do Flores, A guerra do Rosas, A guerra do Vidéu, A guerra de Artigas. Erudição: Aquem da Atlantida, Luz e Pó.”¹¹¹

Terra de Sol (1912), não foi somente o primeiro livro publicado, mas a primeira abordagem sistematizada sobre um tema que iria ocupar largo espaço na obra de Gustavo Barroso: o folclore. Além disso, é o seu trabalho que ganhou maior número de edições, evidenciando que as questões tratadas possuíam leitores.¹¹²

Na época de sua primeira publicação foi definido como obra de “sociologia sertaneja”, pelo próprio autor e escritores seus contemporâneos. Composto de 274 páginas, o livro se originou de uma série de artigos publicados no *Jornal do Brasil*, nas páginas do suplemento literário dominical. Em 1957, Gustavo Barroso, comentaria que outros livros seus seriam desdobramentos dessa obra de estréia, tido pelo autor como “um programa de estudos”.¹¹³

Terra de Sol: Natureza e Costumes do Norte (1912) é estruturado a partir dos cinco capítulos: *O Meio*, *Os Animaes*, *O Homem*, *A Arte* e, por fim, *A Lenda*. No capítulo *O Homem*, houve uma divisão tipológica da população sertaneja: *Typos Anormâes* (cangaceiros e curandeiros) e *Typos Normâes* (sertanejos, fazendeiros e vaqueiros). Esse livro se constituiu num estudo acerca do modo de vida no sertão cearense: atividades econômicas, festividades, crenças, enfim, costumes observados e narrados por Barroso. Ele foi um intermediário entre uma linguagem oral e uma escrita moldada

¹¹¹ BARROSO, Gustavo. *Luz e Pó*. Rio de Janeiro: Renascença Editora, 1932, p. 2.

¹¹² Foram sete edições de *Terra de Sol (natureza e costumes do Norte)*: as cinco primeiras publicadas no Rio de Janeiro e as duas últimas em Fortaleza: 1ª edição (1912) e a 2ª edição (1913) por Benjamin de Aguilã Editor, 3ª edição (1930) pela livraria Francisco Alves, a 5ª edição (1956) pela livraria São José, a 6ª edição (1962) pela Imprensa Universitária do Ceará e a 7ª em 2004 pelas edições UFC e Casa José de Alencar.

¹¹³ Essa definição acerca do livro *Terra de Sol* como “um programa de estudos” foi retirada de uma carta de Barroso endereçada ao Pe. Azarias Sobreira, em 24 de maio de 1957. SOBREIRA, Azarias. Gustavo Barroso: Fascinante Individualidade. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: IHCE, Tomo LXXV, Ano LXXV, Vol. 75, 1963, p. 117.

em acordo com as normas da língua oficial. Um traço do estilo desse estudo é o diálogo entre o escritor e as personagens, como se o autor fosse alguém que, além de estudar e observar, também tivesse vivenciado aquele cotidiano. Essa intimidade com o tema estudado foi constantemente citada e demonstrada em vários outros livros. Barroso quis dar maior legitimidade ao seu trabalho intelectual ao se colocar como um escritor “inspirado” na saudade e na vivência das temáticas transcritas para o papel. Esse estilo memorialístico demarcou um caráter autobiográfico de muitos dos seus livros. Na medida em que Barroso se posicionou como um testemunho intentou garantir um estatuto de verdade aos seus escritos.

Cinco anos depois da publicação de *Terra de Sol*, ou seja, em 1917, é impresso *Heróis e Bandidos*, com 278 páginas. Trata-se de uma obra que aprofunda pesquisas sobre o que ele chamava de “typo anormal”: o cangaceiro. Apontado como livro de “sociologia sertaneja”, é dividido em duas partes: na primeira parte faz um estudo acerca das causas do banditismo, propondo solução para o fenômeno do cangaço. Na segunda parte, relata os tipos característicos, identificando, a partir de cada um, as causas e motivos que os levaram a se tornar cangaceiros.¹¹⁴

Em forma de crônicas e artigos o livro *Idéas e Palavras*, com 256 páginas, de 1917, foi classificado como obra de crônica. Os temas são variados: Lendas; Tradições; Índios e Negros; Da História e Religião e Arte, dentre outros. Aí, também, se vêem considerações sobre o folclore.¹¹⁵

Já os livros *Ao Som da Viola* (1921), *O Sertão e o Mundo* (1923) e *Através dos Folk-Lores* (1927) foram definidos como obras de “estudo do folclore”, também no período de publicação e em outros livros de Barroso.

116

¹¹⁴ BARROSO, Gustavo. *Heróis e Bandidos. (Os Cangaceiros de Nordeste)*. 1º milheiro. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves: 1917.

¹¹⁵ BARROSO, Gustavo. *Idéas e Palavras*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurílio, 1917.

De 1921, *Ao Som da Viola (Folk-Lore)* é uma extensa obra de Barroso com 733 páginas divididas em três partes: *Folk-Lore Tradicional*, com variados ciclos; *Folk-Lore Repentista* e uma última parte agregando, *Histórias, Fábulas, Lendas e Superstições*. Câmara Cascudo a considerou como a primeira antologia do folclore publicada no Brasil.¹¹⁷ Nesse trabalho de pesquisa e documentação, Barroso registrou as mais variadas manifestações do que ele intitulou de expressão do folclore. Nas primeiras páginas, apresentou sua argumentação sobre o folclore, pautado nas idéias de alma, espírito e alicerce das tradições do povo. Registrou um estudo teórico sobre o significado do termo folclore, num primeiro momento e, expôs, em sua maior parte, um apanhado diversificado das manifestações definidas como folclóricas: dos cantos, canções, poesias, lendas, fábulas divididas a partir de ciclos temáticos.

Já o livro *O Sertão e o Mundo*, com 301 páginas, classificado em sua época de publicação (1923) como “estudo de folclore comparado”, foi elaborado a partir da tese da ancestralidade das manifestações folclóricas. O intuito central de Barroso foi pensar nas analogias entre o que foi considerado folclórico no sertão e seus vestígios em outros lugares e em tempos distantes, a começar pelo título *O Sertão e o Mundo*, que sugere esse recurso às comparações, às analogias entre o sertão e outros lugares.

Assim, Gustavo Barroso fez comparações entre o folclore no sertão e no Oriente, no Sertão e na China, por exemplo. São apresentações e estudos acerca de manifestações tidas como folclóricas e pensadas a partir de suas ancestralidades e adaptabilidades ao convívio e ambiente sertanejos. Os temas variam da música, festividades juninas, reisados,

¹¹⁶ BARROSO, Gustavo. *Ao Som da Viola (Folk-Lore)*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, 1921; *O Sertão e o Mundo*. Rio de Janeiro: Editora – Livraria Leite Ribeiro, 1923; *Através dos Folk-Lores*. São Paulo, Cayeiras e Rio de Janeiro: Comp. Melhoramentos de São Paulo, 1927.

¹¹⁷ CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Rio de Janeiro: Edições De Ouro, 1954.

enfim os muitos personagens de lendas e parlendas, como o lobis-homem, mula sem cabeça, bumba meu boi, o Judas, dentre outros.

O livro *Através dos Folk-Lores*, editado em 1927, com 193 páginas, se constituiu em uma coletânea de temáticas destacadas do sertão expostas a partir de analogias e suas adaptações.

Em 1930, publicou *Almas de Lama e Aço*, com 124 páginas, retornando ao tema do cangaço. Retomou as discussões de *Heróis e Bandidos* (1917) apontando as causas, as diferentes motivações e as diversas tipologias, relatando a trajetória de cangaceiros conhecidos como Antonio Silvino e Lampião, como indica no próprio subtítulo de *Almas de Lama e de Aço: Lampeão e outros cangaceiros*.¹¹⁸

Em sua obra *As Colunas do Templo* (1932), com 356 páginas, elaborou um estudo mais teórico acerca do tema do folclore, da literatura oral e popular: expôs com mais detalhes as escolas de estudo do folclore, em especial na Europa, e sua opção eclética. Também demonstrou temas a partir de analogias. Essa obra foi denominada de “estudo de erudição”. O subtítulo é uma síntese de sua proposta de estudo: *Erudição, História, Crítica e Filologia*. Elaborou uma síntese acerca do surgimento da denominação *Folk-Lore*, sistematizou e sintetizou seus métodos e seus posicionamentos diante dessa temática. Apontou as escolas européias e respectivos métodos de abordagem. Retomou o método de elaboração e exposição a partir dos ciclos temáticos, da idéia de analogias, semelhanças e adaptações das manifestações folclóricas de variados lugares e em épocas diferentes. Apontou, como uma de suas preocupações principais, o estudo das metamorfoses dessas manifestações, ou seja, sua ancestralidade somada à especificidade, o que teria de universal e ao mesmo tempo de particular. Dentre temáticas diversas, estudou lendas e

¹¹⁸ BARROSO, Gustavo. *Almas de Lama e de Aço. (Lampeão e outros cangaceiros)*. S. Paulo-Cayceiras-Rio: Comp. Melhoramentos de S. Paulo, 1930.

personagens nessa perspectiva de identificar suas possíveis origens e particularidades. ¹¹⁹

Produzido em forma de aforismos, *Luz e Pó*, de 1932, é um livro de pensamentos. São vários os assuntos desenvolvidos sob forma de máximas, de verbetes. Dentre eles foi possível resumir: o tema da eternidade da arte e da perenidade do homem; a mestiçagem; o valor dos livros e dos pensamentos; o homem e o esquecimento; a tradição e a necessidade de criação de museus e do culto à saudade; a relação entre igreja e ciência; trabalho e riqueza; definições sobre a História; desprezo e morte moral; o homem e os mistérios do universo, das almas e dos espíritos; o folclore e as histórias ouvidas em sua infância, dentre tantos outros verbetes.¹²⁰

Essas obras, rapidamente citadas, compõem a fonte de análise principal desse segundo capítulo. A intenção com essa breve apresentação foi de dar um panorama dos “estudos de folclore” de Gustavo Barroso. Nesses livros que de alguma maneira tratam do “folclore” ou da “sociologia sertaneja”, percebe-se que há dois temas recorrentes: a religiosidade e a violência. Temas que aparecem em *Terra de Sol* (1912) como os “typos anormâes”, ou seja, os cangaceiros e curandeiros. Na identificação dessa tipologia Barroso fez, no livro de estréia, um estudo descritivo do cangaço apontando a seguinte classificação:

“O bandido, o salteador, o degenerado tórvo, de faculdades deprimidas, o chefe político vingativo e máu, o criminoso romantico, mixto de generosidade e selvageria, crueldade e nobreza, o chefe de familia pundonorosa, susceptivel, barbara, o foragido, todos são ‘cangaceiros’ (...)”.¹²¹

¹¹⁹ BARROSO, Gustavo. *As Colunas do Templo: Erudição, Folclore, História, Crítica e Filologia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932.

¹²⁰ BARROSO, Gustavo. *Luz e Pó*. Rio de Janeiro: Renascença, 1932.

Utilizou tais denominações na identificação dos mais variados perfis do cangaceiro. Fez essa classificação a partir do rastreamento de causas motivadoras. No livro *Heróis e Bandidos* (1917) se deteve nas causas esboçadas em *Terra de Sol* (1912) que foram vinculadas tanto a aspectos sociais quanto ao meio e à raça. O combate ao meio agreste do sertão cearense foi tido como responsável pelas características de coragem e resistência. Da formação resultante do contato entre o branco, em especial, do português, do índio e, em menor proporção, do negro, várias aspectos foram vislumbrados como, por exemplo, “o pundonor”, “as inclinações cavalheirescas” do primeiro, “a deslealdade” e “ferocidade” associadas ao indígena, “a ignorância” e “resistência” vinculadas ao negro. Assim, no reconhecimento dessas causas, Barroso recorreu a preceitos das teorias sociais do século XIX europeu, conferindo ao meio e à raça um valor preponderante na caracterização do sertanejo. Mas, além disso, também construiu seu estudo a partir de fatores sociais:

“O habitante do sertão está, assim, murado num ambiente onde não ha o menor desenvolvimento, ignorando quasi por completo a civilização moderna, em contacto diario com as tradições unicas da raça e do meio, revendo o passado em todas as manifestações da vida, enchendo-se de preconceitos doutros tempos, procurando imitar os antepassados e praticar hoje acções compatíveis com o estado social de seculos atraz. Demais, a luta feroz desse homem desprezado pelo poder publico, insulado, contra a natureza armada com todas as armas dá-lhe grande pretensão de superioridade e torna indomavel a altivez do caracter, poucas vezes máu e sempre pessimamente educado.”¹²²

¹²¹ BARROSO, Gustavo. *Terra de Sol*. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguilã Editor, 1912, p. 152.

¹²² BARROSO, Gustavo. *Heróis e Bandidos. (Os Cangaceiros de Nordeste)*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1917, p. 27.

Desenhou um quadro explicativo do que ele chamou de “insulamento do sertão” dando ênfase aos aspectos sociais que teriam contribuído para o fenômeno do cangaço. Citou a escassez de meios de comunicação, no caso, as estradas de ferro, de pouca penetração nos sertões e, a situação educacional:

“Porque, depois que o jesuita foi expulso, ninguém ensinou mais coisa alguma ao sertão. Ao tempo da monarquia, eram pouco numerosas as escolas publicas. As da Republica não são também em grande numero e a politicagem impede que produzam beneficios reaes, removendo professoras, afim de servir antiphatias de potentados, pagando-as mal e com atrazo, quase não provendo os estabelecimentos de material escolar e não fiscalizando o ensino. Os Estados, chamando a si as rendas dos municipios, obrigaram-nos a fechar as escolas municipaes. Algumas de menos. A frequencia das classes é difficil; as distancias grandes e exíguas as conduções. Os meninos dos povoados aproveitam alguma coisa. Os dos arredores, pobres, precisando ajudar os paes da labuta diaria ou madraçando, porque não os obrigam a aprender, impedidos de frequentar a aula todo o dia pela extensão da caminhada, pouco ou nada adiantam. Ha sem exagero uma proporção de 97% de analphabetos!”¹²³

Treze anos após a publicação de *Heróis e Bandidos* (1917) Gustavo Barroso lançou *Almas de Lama e de Aço* onde, além de referendar as idéias de *Terra de Sol* e do seu primeiro livro sobre o cangaço, propôs:

“É necessário e urgente dar trabalho organizado ás populações do interior nordestino, dar-lhes onde, como e em que empregar suas energias. Para isso, sanê-se o sertão, captem-se as aguas fugidias e irriguem-se as terras ferazes que a sêcca torna inuteis. O problema é,

¹²³ BARROSO, Gustavo. *Heróis e Bandidos. (Os Cangaceiros de Nordeste)*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1917, p. 36-37.

antes de tudo, talvez, de natureza economica. Dêm-se-lhes communicações, transportes, instrucção e justiça. Somente um conjunto de medidas dessa ordem acabará de vez com os cangaceiros, productos de uma causalidade complexa que unicamente uma serie complexa de providencias poderá extinguir. ¹²⁴

Compondo ainda os “typos anormâes” descritos em *Terra de Sol* (1912) o autor destacou os curandeiros. Argumentou que a experiência de reza era algo comum naquelas cercanias, intitulado-a de credice e tecendo a seguinte conclusão: “Pobre gente que espera a salvação de um gesto de embrutecido mestiço, que se diz sabedor do segredo dos milagres e affirma o que não pôde adivinhar!” ¹²⁵ Os motivos dessa procura eram variados:

“(...) para curar bicheiras dos gados e doenças dos homens; para encontrar objectos perdidos ou adivinhar auctores de furtos mysteriosos; para salvar pessoas mordidas de cobra, levantar espinhélas cahidas, fazer passar dôres atrozes de dentes, achar lugares bons para cavar cacimbas e ‘curar’ ou ‘fechar’ corpos ás facadas, ás balas, á água e ás presas afiadas das serpentes.” ¹²⁶

De acordo com Barroso a crença de “fechar” o corpo por meio de rezas era algo comum entre os cangaceiros, segundo ele “(...) não há cangaceiro que não seja ‘curado’”.¹²⁷ Associada a essa prática de

¹²⁴ BARROSO, Gustavo. *Almas de Lama e de Aço. (Lampeão e outros cangaceiros)*. S. Paulo-Cayeiras-Rio: Comp. Melhoramentos de S. Paulo, 1930, p.14-15.

¹²⁵ BARROSO, Gustavo. *Terra de Sol*. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguilã Editor, 1912, p. 165.

¹²⁶ BARROSO, Gustavo. *Terra de Sol*. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguilã Editor, 1912, p. 155.

¹²⁷ BARROSO, Gustavo. *Terra de Sol*. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguilã Editor, 1912, p. 161.

benzedura o autor também demonstrou a recorrência às plantas utilizadas no preparo de chás e cozimentos, sendo mais comum a cidreira, mangerioba, jucá, malva, mastruço, dentre outras. Contudo, às orações e às “rezas fortes” estava reservado um importante papel nessas práticas intituladas de feitiçaria.

O autor adjetivou esses rezadores de charlatões, definindo suas práticas e também sua procura, como algo de “ignorancia”. Levando-se em conta que chamou esses personagens de “embrutecidos”, é possível indicar que a ignorância apregoada tem a ver com a falta de instrução letrada, ou melhor, com a ausência de um certo refinamento. O olhar de Barroso é do homem letrado, apartado daqueles costumes, tanto que classificou essas práticas como “crendices”. Veja-se o comentário de Barroso:

“A moral religiosa foi abafada pelas mais absurdas crendices e abusões que corromperam o culto, pela ignorancia que conduz os espiritos a todos os fanatismos e fa-los descambar para os mais grosseiros fetichismos ou deixa-os a meio caminho dessa decadencia, no periodo da crença em fantasmas e genios. (...) No Cariry, houve padres que benzeram os cacetes dos capamgas antes das brigas. O padre Macario, vigario de Santa Maria, na Parahyba, era chefe de cangaceiros. (...) Muito bandoleiro mergulha o punhal na agua benta das pias. Os ‘romeiros’ trazem nos chapéus pencas de medalhas entre as quaes uma que tem, no verso, a imagem de Nossa Senhora, no reverso, a figura do Padre Cícero.(...)”¹²⁸

Esse olhar de Barroso que vê a religiosidade popular corrompendo o culto converge para o discurso oficial da Igreja Católica. De acordo com o historiador Régis Lopes:

¹²⁸ BARROSO, Gustavo. *Heróis e Bandidos. (Os Cangaceiros de Nordeste)*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1917, p. 87- 88.

“(...) o Pe. Cícero dos devotos está em desacordo com a Igreja Oficial porque o leigo não devia nem podia possuir o poder de definir os lugares do sagrado. A imagem ‘popular’ do Pe. Cícero nasceu num período em que a política de ‘Romanização’ caminhava com toda energia. Uma época de desconfiança em relação aos problemas do ‘fanatismo’ e à falta de ‘educação religiosa’. (...) A preocupação do clero romanizado não estava somente em fiscalizar o conteúdo dos ensinamentos ou crenças. Um ponto de fundamental importância era definir quem poderia transmitir esses conteúdos, quem teria a competência para guiar os rebanhos de Deus e definir o que é ou não é pecado, o que pode ou não pertencer à Igreja, o que vale ou não vale. De acordo com a política romana, somente os membros da hierarquia clerical poderiam falar sobre o sagrado.”¹²⁹

Além da benção a religiosidade sertaneja também foi contada por Barroso por meio de outras manifestações de fé, como o catolicismo popular. Nesses livros em que tratou do tema do cangaço, Gustavo Barroso abordou a religiosidade utilizando argumentos similares na identificação das causas e soluções:

¹²⁹ RAMOS, Francisco Régis Lopes Ramos. *O verbo encantado: a construção do Pe. Cícero no imaginário dos devotos*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998, p. 125. Nesse trabalho em que estuda o imaginário dos romeiros sobre Padre Cícero, através de depoimentos e cartas dos devotos, bem como, da Literatura de Cordel e de retratos e imagens diversas, o historiador Régis Lopes comentou: “Em geral, as imagens oficiais do Pe. Cícero não circulam no universo dos fiéis. Seus retratos com as autoridades da época - que motivam grande interesse para pesquisadores ou membros de uma elite intelectualizada - não marcam presença no imaginário das devoções. As imagens que despertam admiração do religioso se configuram com características próprias. Antes de tudo, percebe-se que o ‘Padrinho’ se acha no meio de um ambiente celestial, envolto de nuvens e anjos. Às vezes, os limites se diluem e as perspectivas, em certo sentido, se entrelaçam. O retrato do Pe. Cícero como prefeito de Juazeiro em 1911, por exemplo, transita entre visões sagradas e profanas. Representa o poderoso político: é um retrato oficial, que por muito tempo ficou pregado nas paredes da prefeitura. Por outro lado, é uma das imagens mais populares entre os fiéis. Sua expressão facial mostra-se ambivalente, como ambivalente foi a sua vida. Um homem do céu e da terra. Um homem do céu e da terra; da Igreja e expulso por ela; venerado por ‘coronéis’ e despossuídos; Prefeito de Juazeiro e Taumaturgo; força de conformismo e de esperança; latifundiário membro da oligarquia Accioly (que, em 1911, assinou o antológico ‘Pacto dos Coronéis’) e centro das utopias de igualdade social a partir da fraternidade bíblica; santo da proteção e da punição. Impulso de vida e morte...” Idem, p. 118-119.

“Nessa sociedade rudimentar, retardada, o padre é quasi sempre um centralizador de forças, de ideias, de inclinações. (...) Dahi a extensão a que chegou, em varias localidades do Cariri, no Ceará, com o padre Pinto e o padre Cicero.

Esses homens são fatalmente necessarios ao sertão. Num meio dominado pela anarchia, qualquer desses padres representa uma base, um poder central, uma influencia até certo ponto moderadora, uma autoridade moral onde não ha nenhuma. E, si fanatizam, si exploram, a culpa não cabe á população sertaneja, que carece de escolas, de hygiene, de agua, de vias de communição; porém aos governos estadoaes e ao seu supremo mentor – o governo geral ou federal. (...)

O que acontece hoje no Joaseiro do padre Cicero, por exemplo, necessariamente se filia ao que outróra se passou nessas regiões centraes do Nordeste: – explosões de mysticismo, nucleos de fanatismo rude geradores de ociosidades perniciosas e de tartufismos grosseiros, alguns dos quaes se têm prolongado através da politicagem estadual até o ambiente da politica federal.”¹³⁰

Barroso definiu a fé no Padre Cícero como manifestação de fanatismo e corrupção do culto, causados pelo o que ele intitulou de “ignorancia”. Mais uma vez esse termo soa como sinônimo de falta de instrução e, no limite, analfabetismo. Pode-se pensar, também, que Gustavo Barroso volta às idéias de diferentes tipos de inteligência: uma forma racional de encarar os problemas e estágios intermediários de crença em deuses, mitos, forças metafísicas, etc. A “inteligência inteligente” operando com métodos, conceitos, generalizações e especializações precisas. As “inteligências místicas” jogando com questões absolutas e essenciais e encontrando para estas respostas astrológicas, animistas, alquímicas.

¹³⁰ BARROSO, Gustavo. *Almas de Lama e de Aço. (Lampeão e outros cangaceiros)*. S. Paulo-Cayeras-Rio: Comp. Melhoramentos de S. Paulo, 1930, p. 32-33-16.

Ora, como se percebe, Barroso estudou o cangaço e a religiosidade apontando medidas para acabar com o problema, sugerindo ou mesmo exigindo soluções governamentais. Frequentemente o autor identificou a falta de educação formal como uma das causas dessas manifestações da vida popular.

A “missão” intelectual e política de redescobrimento da nação nas primeiras décadas do século XX não ignorou as tradições populares, tidas como o próprio espírito nacional, o alicerce do sentimento de irmandade. A preocupação com a tradição, os usos e costumes sinalizou para a tarefa de sistematização da cultura popular, através de catalogação, elaboração de séries e fixação destas “produções do espírito e da alma”. O popular foi identificado ao puro e essencial, e seu lugar de sobrevivência foi direcionado às pequenas cidades, e, principalmente ao sertão, enquanto que as grandes cidades foram relacionadas ao processo de aceleração e mudança:

“Para bem conhecer alma e vida das populações brasileiras, tanto das praias como do interior, é necessario estudar seu rico e interessante folclore. Em todas as manifestações dêste, aqui como em qualquer outra parte, forçosamente a terra colabora com o homem. E, analisando as formas, procurando as fontes, anotando as analogias, verificar-se-á como nesse folclore está contida a essencia mesma do caráter do povo mestiço, especialmente de português e de indio, que habita os nossos oito milhões de quilometros quadrados.

No litoral, o folclore é muito mais pobre do que no sertão. Algumas dansas, alguns cantos, lendas e superstições vivem entre os pescadores disseminados pela costa. Nas pequenas cidades banhadas pelo mar, a isso se misturam as manifestações de procedencia sertaneja. Nas grandes cidades, o cosmopolitismo quase tudo invade. De maneira que,

em verdade, é o sertão quem guarda maior patrimonio das crendices, historias, cantigas e tradições.”¹³¹

Face à possibilidade do desaparecimento, Barroso considerou fundamental coligir, comparar e estabelecer classificações para, a partir daí, tornar pública essas tradições. Ao passo em que defendeu esse discurso de positividade do sertão frente à cidade também identificou as causas e as conseqüências de seu insulamento a partir de aspectos negativos, apontando um plano de medidas para a resolução dos problemas do fenômeno do cangaço e do “fanatismo” religioso. Mas, o campo e a cidade, nessa quadra republicana, despertavam outro tipo de atenção, seus focos de potencial rebeldia ou explosão social. Gustavo Barroso não deixava de perceber os contrastes sociais que poderiam redundar em “anormalidades”, o cangaço, o fanatismo. Nos centros urbanos e industriais mais desenvolvidos eram os socialistas, cooperativistas ou anarquistas que, potencialmente, poderiam protestar contra a situação econômica e social. No campo, os valores da “propriedade” e da “pessoa” encontravam outros tipos de enfrentamentos.

Lançando um olhar hierarquizante Barroso foi classificando o que era popular, folclórico. Mesmo com um propalado sentimento saudoso, de quem tinha intimidade com a vida popular, houve distanciamento diante desses temas estudados. Além disso, classificar expressões como “populares”, “folclóricas”, implicou em delimitar o que elas eram, mas também o que não eram, no caso, “erudita”. Dizer que determinadas manifestações populares eram resultado de “ignorância” foi uma cobrança pelo letramento, pelo saber formal como o único aceitável. Dar nome, criar categorias, classificar para analisar aspectos do cotidiano acarretou imobilizar e separar essas manifestações desse próprio cotidiano, ainda

¹³¹ BARROSO, Gustavo. *As Colunas do Templo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932, p. 322.

mais, quando fez referência ao popular como expressões da alma, do espírito, puras e autênticas da nacionalidade, que começavam a ser esquecidas.¹³²

Utilizando como fonte a canção e a poesia produzidas pelo sertanejo Barroso fez essa constatação encontrada em *Terra de Sol* (1912), *Heróis e Bandidos* (1917) e *Almas de Lama e de Aço* (1930):

“A tradição mantem o culto pela bravura e mesmo pelo crime. (...) Na epoca actual, estamos a vêr a feitura dum verdadeiro romancero dos ‘apaches’, isto é, dos gatunos e rufiões. Feitos de bandidos sanguinarios ou românticos (...) a vida vagabunda e feroz dos Silvinos e Brilhantes, são os assumptos predilectos dos cantadores nos sambas e enluarados terreiros de vendas. O matuto vive dentro de um cyclo de canções de gestas, que reproduzem, augmentando-os, os feitos ancestraes.”¹³³

Mas apesar de propor medidas para acabar com esses fenômenos, o autor constatou que esses temas foram comumente tratados na poesia popular. Assim sendo, Barroso registrou uma série de versos coligidos do cancionero popular do sertão nordestino que contavam histórias de fé e valentia. Dentre as tantas poesias registradas por ele tem-se, por exemplo, a gesta intitulada *História do bandoleiro Lampeão*:

¹³² Mas mesmo diante dessas considerações e limitações a obra de Gustavo Barroso é valorosa como fonte de análise, por possibilitar conhecimento de experiências culturais. A compreensão desses limites não invalida sua produção escrita, mas indica uma perspectiva de trabalho e as implicações de estudos acerca do que se convencionou chamar de popular e folclórico. Há um importante trabalho, organizado a partir de artigos, que analisou várias obras e aspectos da experiência de Câmara Cascudo, inclusive apontando reflexões sobre a importância na atualidade de estudos folclóricos. Cf. SILVA, Marcos. (Org.) *Dicionário Crítico Câmara Cascudo*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

¹³³ BARROSO, Gustavo. *Heróis e Bandidos. (Os Cangaceiros de Nordeste)*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1917, 47-48.

Eu nasci em Mato Grande
e alli mesmo me criei;
meu pae era um velho calmo
e eu muito cedo mostrei
que era um coração de fera.
Provas de bom nunca dei.

A primeira questão que tive
ainda me lembro com quem,
com um rapaz meu visinho,
que nunca fez mal a ninguem.
Si fôr vivo ainda mostra
as cicatrizes que tem.

Logo aos dez annos de idade,
comecei a minha vida,
já possuía um punhal,
e bem perto da partida
deixei meus Paes sem remorso,
e não tive mais guarida.

Em Santa Luzia do Norte,
encontrei um companheiro,
que tratou de me expor
quanto soffre um forasteiro;
depois, tambem lhe contei
qual foi meu passo primeiro.

Este me acompanhou
muito activo e bem valente,
nunca entrou numa luta
que só a um fizesse frente,
pois elle brigava muito

e bebia sangue quente!

Elle possuia um riffle
que nunca perdeu um tiro,
naquelle sertão não houve
quem enfrentasse João Birro,
pois este era o seu nome,
filho do velho Ciliro.

Seguimos para Viçosa,
numa manhã de verão,
ambos bem prevenidos
de comida e munição.
Passamos alli tres dias
Sem ter uma alteração.

No sabbado, fomos á feira,
mas tive uma discussão.
Eu disse logo ao cabôclo:
– Quem está aqui é Lampeão!
Si quizer ver, ameace,
mostre a mim o seu braço!

O cabôclo veio a mim,
bati a mão ao punhal,
gritei para elle: – Avance!
Você hoje toma sal!
Com duas ou tres furadas,
o cabôclo gemeu – Qual!...

Ahi fui cercado logo
por um cabo e dois soldados.
O companheiro fugiu,

o que me encheu de cuidados.
Todos elles de carabina,
vinham mesmo avexados.

Trabalhei quasi uma hora,
me vi um pouco enrascado,
com menos de dez minutos
deixei deitado um soldado.
Tentei correr, mas não pude:
continuei no riscado!...

O cabo gritou á força:
– Peguemos este ladrão!
Este individuo parece
ser o tal de Lampeão.
Eu disse: – Sou elle mesmo!
E augmentou a confusão.

Eu apressei os manejos,
arranquei minha pistola,
atirei logo na força
e foi mesmo uma carambola.
O chumbo pegou de córte
que só fez rasgar a gola...

Mas ficaram atordoados
Com similhante perigo,
e o cabo, acreditando
que já estava ferido,
avancei com meu punhal,
logo ouvi mais um gemido!

Depois de tanta peleja,

a força foi recuando,
eu também dei o meu fóra,
pois já estava tardando.
Saí numa disparada
E a força ficou me olhando.

Alli eu não quiz ficar,
nem procurar companheiro,
pois elle me deixou só,
antes de vêr o berreiro,
me deu trabalho e foi muito;
precisou ser mais ligeiro...

Saí dalli com vontade
de ir á feira da Matinha,
bem perto do meu logar
a caça era mesquinha,
pois o povo muito manso
medo de mim tudo tinha.

Mas alli sempre apparecem
alguns valentões de fóra.
Eu já estava prevenido
pra brigar em qualquer hora,
não perguntava com quem,
pois commigo não demora.

Eram dez horas do dia,
quando a feira estava cheia,
um soldado pisou no pé
de uma mulata feia.
O marido se doeu,
elle ameaçou cadeia.

Foi quando chegando eu vinha,
o homem me foi olhando,
no cós da calça do homem,
o soldado ia pegando.
Elle ficou cabisbaixo.
o soldado foi empurrando...

Ahi, eu disse ao soldado:
– Mas por que essa prisão?
O soldado foi seguindo
Sem me prestar atenção.
Eu puz a mão no punhal
pra promover minha acção

Elle teve que parar,
perguntando-se quem era.
Disse-lhe que mostraria
si estava á minha espera,
que o homem não ia preso
por aquillo que não fizera.

Elle disse que o prendeu
e ninguém mais soltava.
Avancei, tomei o preso,
porque nada me faltava.
Fiz tudo isso com calma,
pois com raiva não estava.

No dia seguinte, fui
a um povoado vizinho,
encontrei um conhecido
que mora em Carrapatinho,

conversei muito com elle
sobre meu tio Xiquinho.

Dizendo-me que alli
se deu um grande barulho:
quizeram matar meu tio,
pensei logo no embrulho,
indaguei quem fôram elles,
preparei meu Cascabulho.

Cascabulho era o nome
dum riffle que possuía,
nunca houve uma distancia
que não fizesse a folia,
com elle estava guardado
e só a Deus eu temia.

Partindo na terça-feira,
com grande satisfação,
fui á casa de meu tio
lhe pedir sua benção,
e com calma indaguei
quem foi o tal valentão.

Mas o velho, sem querer,
me pediu pra não matar,
porque depois era preciso
elle dalli se mudar.
Eu disse a elle – Meu tio,
a surra tenho que dar!

Foi um tal de Mané Giboia,
que mora um pouco afastado.

Esperei-o no caminho
da casa do seu cunhado,
vinha armado de facão,
com uma pistola do lado.

Quando elle me avistou,
foi logo me conhecendo,
preparei-me logo alli
e fui pra elle dizendo:
– Saiba que estou na aldeia,
onde você está vivendo!...

Elle ahi não teve duvida,
me deixou, saiu correndo,
foi chamar o seu cunhado...
Eu disse: – acaba morrendo,
sei que hoje eu me vingo
e, depois, não me arrependo!

Não tardou nem dez minutos
mode a luta começar,
vieram os dois contra mim,
ouvi a garrucha soar
e nem um caroço de chumbo
foi capaz de me pegar.

Só com o salto que dei
o meu punhal vi entrar;
o outro com o facão
queria me decepar.
Então, usei da pistola
para melhor manobrar.

Atirei contra o primeiro,
pois era quem me devia,
deixando o outro de lado,
para vêr o que faria,
este avançou novamente,
dizendo que não temia.

A luta era terrível
e bastante demorada,
visto isso, resolvi
dar a ultima arrancada:
chegando junto delle,
vibrei-lhe uma punhalada!”¹³⁴

Mesmo com seu olhar de homem das letras, a fonte poética foi usada por Gustavo Barroso em seus “estudos de folclore” e de “sociologia sertaneja”. Por meio dela, ele traçou alguns aspectos acerca do cangaço, daí a importância dessa fonte em seus estudos. A poesia foi apontada por Barroso como uma das expressões de comunicação no sertão, nela, o cantador registraria temas do cotidiano sertanejo.

Gustavo Barroso, estudando as formas de expressão dessa vida popular, concluiu que a relevância do verso para a narrativa oral foi justificada por sua característica em propiciar uma eficiente memorização e, por sua vez, recordação dos episódios versados. Tendo em vista a relação entre oralidade e memória, o recurso a essa poesia no sertão se valeu, por exemplo, do gênero mnemônico, por facilitar a memorização, e por sua vez, a transmissão. O autor comentou que através da memória oral, manifestada a partir de versos, o sertanejo guardou e transmitiu episódios ao longo de sua vida, com registro de temas do passado e do

¹³⁴ BARROSO, Gustavo. *Almas de Lama e de Aço. (Lampeão e outros cangaceiros)*. S. Paulo-Cayeiros-Rio: Comp. Melhoramentos de S. Paulo, 1930, p. 99-107.

presente, tanto de sua localidade, quanto de âmbito regional e nacional. Portanto, os temas da colonização até fatos mais recentes eram citados na poesia, como as lutas entre colonizadores e índios, os desafios com o meio físico e com os animais selvagens, a escravidão negra, a mestiçagem, as festividades religiosas e sua diversidade de crenças, a temática da seca e a vida de personagens como o vaqueiro e o cangaceiro. Enfim, uma variedade de tradições, costumes, personagens recordados na memória oral. A ela foi destinado o papel de depositária das tradições, e Barroso assumiu a missão de perpetuar nos seus livros essa memória.

Ele observou que a cultura oral foi comum entre povos arcaicos. E essa constatação enalteceu, segundo Barroso, a expressão oral do sertão e, por seu turno, o seu trabalho com a fonte popular.

Fez referência ao termo francês *colportage* se referindo ao formato e ao acesso a literatura oral de folhetim, comparado ao modelo francês da *Literatura de Colportage*. Esses folhetins eram de amplo acesso, com formato pequeno, facilitando seu transporte. Com isso defendeu que, dentre outros motivos, essa literatura era formadora de opiniões, uma vez que de fácil acesso, e por registrar a fala de cantadores e poetas locais.¹³⁵ À medida que estabeleceu a aproximação entre experiências da literatura oral, popular do sertão, com a experiência francesa da *Literatura de Colportage*, demonstrou a importância dessas expressões. E também, valorizou o material estudado, sugerindo, por sua vez, a uma maior credibilidade aos seus “estudos do folclore”. Expôs, algumas vezes, observações quanto ao livro mais comumente espalhado pelo sertão nordestino. Dentre as obras, as mais presentes eram aquelas da *História de Carlos Magno e dos Doze Pares de França*, adaptada à poesia e aos folhetins sertanejos.¹³⁶ No estabelecimento de relações entre uma

¹³⁵ BARROSO, Gustavo. *Ao Som da Viola*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, 1921, p. 558.

¹³⁶ BARROSO, Gustavo. *Terra de Sol*. Rio de Janeiro. Benjamin de Aguilã Editor. 1912, p. 184.

literatura francesa e a literatura popular sertaneja Barroso foi localizando aproximações e parentescos. O ciclo carolíngio francês, dos séculos XVII e XVIII, caracterizou-se como uma literatura em prosa inspirada nos versos dos romances medievais de cavalaria. Na reapropriação sertaneja houve uma aproximação com esse romance do medievo, uma vez que expresso em verso.¹³⁷ Em variadas páginas relacionou à “fonte folclórica” o valor de fonte inspiradora de uma literatura escrita renomada. Na medida em que traçou essas transmutações e aproximações entre a oralidade e a escrita, maior credibilidade depositou à fonte popular e a seus textos acerca da vida popular.

Então, com esse acesso e com o perfil informativo de temas locais e nacionais Barroso ressaltou a importância dessa literatura, podendo inclusive, não só informar, mas difamar personalidades da vida política, como glorificar personagens do cangaço.¹³⁸

Barroso teve como objetivo central no livro *O Sertão e o Mundo* estabelecer analogias de variados temas da cultura popular percebidos no ambiente sertanejo. No item em que teceu comparações entre o Sertão e a Sérvia, assim fez menção ao valor do “folclore”:

“Mas, tanto lá como cá, o folk-lore commum, impessoal, o acervo de poemas de amor, ou de luta, nascido espontaneamente de genio colectivo da população, impregnado de seus sentimentos bons, ou maus, das suas paixões, dominantes, das suas aspirações incontidas, das suas dôres profundas, do seu mysticismo infinito e das suas

¹³⁷ Martine Kunz em seu estudo *Cordel: A Voz do Verso* identificou o percurso de adaptação no sertão da prosa novelística do século XVIII francês, novelística essa que teve como fonte os poemas épicos medievais. Assim, em seu estudo a autora perscrutou o rastro dessa adaptação, em que, por intermédio dessa literatura em prosa do ciclo carolíngio, o poeta do sertão se aproximou da fonte medieval através do verso. KUNZ, Martine. *Cordel: A voz do verso*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secult-CE, 2001 (Coleção Outras Histórias- 6) e FERREIRA, Jerusa Pires. *Cavalaria em Cordel: o passo das águas mortas*. 2ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1993.

¹³⁸ BARROSO, Gustavo. *Ao Som da Viola*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, 1921, p. 558.

crenças e ideias, foi o único refúgio e a única consolação da sua alma, aqui abandonada e sofredora, na Servia opprimida e torturada.”¹³⁹

Ele reconheceu o folclore como o lócus de refúgio da alma. Diante da miséria, tida como decorrente da seca e do abandono político; de sentimentos de amor e paixão; de desejos e idealizações; da manifestação de fé; o folclore foi apontado como lenitivo diante de tanta dor. A alma aqui foi tida como sinônimo de sentimento. A expressão popular foi comparada a uma manifestação de fé, adquiriu um valor de religião ou crença, por seu papel de aliviar dores profundas. Mas a expressão desses sentimentos populares foi registrada por Barroso também a partir do tom satírico, próprio da poesia popular. Assim, além de refúgio e consolação, ao folclore foi associada uma noção de válvula de escape. Dentre os assuntos ironizados na poesia registrada por ele tem-se o da vacina obrigatória e o da cobrança de impostos. Das poesias em sátira publicadas por Barroso tem-se *O Procurador do Imposto* de autoria do poeta paraibano Manoel Vieira do Paraíso:

“Vamos todos, meus senhores,
Nossos defeitos evitar,
Emquanto a misericórdia
Nos convida a abraçar,
Pois adiante ella se ausenta
De quem hoje a desprezar.

Apresenta o narrante facto,
Que a ninguem se afigura,
A morte bem desgraçada
Que teve uma creatura,

¹³⁹ BARROSO, Gustavo. *O Sertão e o Mundo*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, 1923, p. 14-15.

Segundo a ella assistio

A freira Joanna Me Esquece,
Nessa mesma occasião,
Igualmente com o frade
Teve a mesma visão.
Ambos ficaram espantados,
Mudaram até de feição.

No anno de zero e oito,
A vinte do mez de agosto,
Ou dentro de Mamanguape,
Ou perto do seu encosto,
Morreu bem desesperado
Um procurador de imposto!

Esse infeliz exercia,
Com procedimento vil,
Sendo mesmo alem de tudo
Bem traiçoeiro e subtil
O logar em que de pragas
Recebem-se vinte mil!

Esse homem era odiado
De negociante e matuto.
Collectava gente á força
Com muito grande insulto.
Tinha o coração de fera
E pratica de bicho bruto!

A's dez horas da manhã,
Esse infame agonisou.
Sé chamando pelo diabo,

Com quem depois se achou.
A's onze horas e meia
Veio a morte e o levou.

Na noite do mesmo dia,
A tal freira e o tal frade
Tiveram em sonho o mysterio
Que estavam na Eternidade,
Vendo os castigos tocantes
Contra a usura e a maldade.

Viram a alma do procurador
Que a Deus se apresentava!
Viram o anjo da sua guarda
Que as costas lhe mostrava!
Ouviram a voz do Eterno,
Que a alma condenava!

Então, falava São Pedro,
Que do céu é o chaveiro:
– Ide já para o Inferno,
Usurario, interesseiro!
Procurador de imposto
Não quero no meu terreiro! (...) ¹⁴⁰

Como se observa, a cobrança de impostos e a força policial foram temas ironizados nessas duas últimas poesias coligidas por Barroso. E essa relação de antipatia foi encontrada em outras poesias. Já o cangaceiro foi, no geral, enaltecido como herói, por sua “valentia” e “coragem”, e também por sua contraposição aos poderosos, aos cobradores

¹⁴⁰ BARROSO, Gustavo. *Ao Som da Viola*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, 1921, p. 484-487.

de imposto, e em especial, à polícia. É comum encontrar nessa poética o misto de admiração e medo a respeito do cangaço. Quanto às narrativas da poética popular a respeito do cangaço, em especial acerca de Lampião, escreveu o historiador Régis Lopes Ramos:

“Nas narrativas populares, Lampião é marcado por complexidades mais ou menos específicas: ora é visto como herói injustiçado, ora é visto como assassino de injustificável crueldade. O cangaço aparece dentro de uma grande (com)fusão de imagens, em que a síntese explicativa quase sempre está ausente.

Assim como Antônio Silvino, Lampião também é tido como herói, um ‘destemido justiceiro’, cuja missão foi vingar a morte do pai. Percebe-se que sua vida no cangaço não foi uma opção escolhida livremente e sim uma imposição das circunstâncias: diante das injustiças, Virgulino entrou em um caminho sem volta. Por outro lado, não é sempre que os poetas aceitam as crueldades do capitão Virgulino. (...) Justo ou injusto? Puro ou pecador? Herói ou bandido? Nas metáforas da poética popular, tais perguntas recebem respostas positivas e negativas. Há um enigmático misto de simpatia e reprovação quando os folhetos falam sobre esses ‘homens honrados’”.¹⁴¹

Com freqüência Gustavo Barroso argumentou e exemplificou a forte presença do cangaço na poesia sertaneja, inclusive, compondo o “Cyclo Heroico” do “Folk-Lore Tradicional” registrado no livro *Ao Som da Viola* (1921), onde aparece uma série de canções em verso sobre a vida de cangaceiros. Pelo próprio nome do Ciclo e pela própria definição de Barroso, esses personagens foram assim caracterizados: “(...)certos de que

¹⁴¹ RAMOS, Francisco Régis Lopes. Narrativas em fogo cruzado: Padre Cícero, Lampião e a Guerra de 14. In: *Revista Trajetos*. Vol. 2, Nº 3. Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2002, p. 165. (Dossiê: História, Memória e Oralidade.)

muita vez são mais bandidos que heróis, porém quasi sempre mais heróis que bandidos.”¹⁴² Em suas narrativas de memória assim descreveu:

“Ao penetrar na garganta das serrotas, avistei logo numa volta do caminho, lá em cima, três cavaleiros que o desciam. O luar chispava no metal de suas armas. Defrontamo-nos num cotovelo brusco da estrada. Eram três sertanejos vigorosos e tostados, de chapéus de couro, cartucheiras a tiracolo, longas pajeús no cinturão, cada qual com seu rifle Winchester, calibre 44, de dezoito balas, pousado na lua da sela. Sem perneiras ou botas, pés calçados de sapatos de sola da terra ou de alpercatas. Lenços coloridos ao pescoço.

– Boa-noite, moço!

– Boa-noite! Respondi.

Um deles, de face escura, barba rala e olhos claros, encostou o cavalo no meu e perguntou:

– Vosmicê terá fogo aí?

– Tenho.

Entreguei-lhe a caixa de fósforo que trazia. Acendeu o cachimbo curto e passou-a aos companheiros que acenderam os cigarros de papel amarelo. O que me pedira o lume indagou com voz pausada:

– Vosmicê de onde vem, moço, que mal pergunto?

– Do Condado, fazenda do capitão Miranda.

– Vosmicê é filho dele?

– Não, senhor, afilhado.

– E para onde se bota?

– Pra o Juá. Vou tomar o trem da manhã.

– Ah! Vosmicê é do Forte?

– Nascido e criado em Fortaleza.

– De que família?

– Barroso.

– Barroso do Curu?

¹⁴² BARROSO, Gustavo. *Heróis e Bandidos. (Os Cangaceiros de Nordeste)*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1917, p. 97.

– Não. Nem do Curu, nem do Canindé. Barroso do Aracati.
O homem quis restituir-me os fósforos. Recusei-os:
– Sigo para a estação e lá facilmente posso comprar outra caixa. Os senhores vão de viagem e precisam mais de fogo do que eu.
O desconhecido agradeceu e indagou:
– Vosmicê não tem medo de andar sozinho por este mundo, de noite?
– Não. Não faço mal a ninguém e não carrego dinheiro.
– Quer que um dos meus homens o acompanhe até o juá?
– Obrigado. Não é preciso.
Então, estendendo-me a mão por cima do pescoço do cavalo e apertando a minha, o sertanejo despediu-se com estas palavras:
– Vá com Deus, moço! Se algum dia precisar de alguma cousa, não se esqueça, estou às suas ordens. Sou o Zé Dantas.
Os cangaceiros partiram. Fiquei estarrecido na solidão enluarada do sertão de minha terra. O cavalo, cansado de esperar que desse de rédeas ou o cutucasse com a espora, começou a andar por si. O encontro mais emocionante que jamais tive!”¹⁴³

Apesar do tom dessa narrativa ter um misto de medo e admiração, o que prevalece é a admiração ao relatar esse episódio em que tomou parte com uns cangaceiros. Observa-se uma ambigüidade entre a admiração e a proposta de eliminação do cangaço por parte de Barroso.

Ainda a partir de suas memórias é interessante perceber como foi a sua orientação religiosa. Apesar de ter contado que na sua formação familiar e escolar no “Patérnon Cearense” prevaleceu uma orientação laica, cogitou que sua avó era uma mulher religiosa, com o hábito de rezar pela manhã e a noite e, também, com o costume de fazer experiências perceptíveis na tradição popular. No que diz respeito a isso escreveu:

¹⁴³ BARROSO, Gustavo. *O Consulado da China*. 3ª ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar/Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000, p. 19-22.

“Em dezembro, todos os anos, minha avó fazia a experiência chamada de Santa Luzia, pondo uma pedra de sal sobre o nome de cada mês escrito num papelão e expondo-o ao sereno da noite. Pela manhã, as pedras de sal que estivessem mais ou menos derretidas indicariam maiores ou menores chuvas no mês sobre que se achassem.”¹⁴⁴

A sua experiência religiosa no circuito familiar, por meio de sua avó, tinha suas similitudes com a experiência de religiosidade do sertão do Ceará, relatada nos seus livros. Na obra antológico *Ao Som da Viola* (1921) comentou que as “experiências com chuva” eram comuns entre os sertanejos:

“Eu conheci em Baturité, ao pé da serra do mesmo nome, no Ceará, um plantador de canna, que em vez de amarrar a imagem de Santo Antonio, afim de obter chuvas, fazia peor. Quando o anno era declaradamente de bom inverno, elle soltava duzias e mais duzias de foguetes, de rojões, demonstrando publicamente a sua alegria. A’s vezes não chovera na redondeza. Entretanto, os vizinhos ouviam o roncar e o pipocar da foguetaria. E todo mundo dizia logo:

– Isso foi o compadre Fulano que já recebeu noticias de chuva no sertão!

Tambem, quando Santo Antonio não dava a chuva em tempo opportuno, elle ficava furioso e vingava-se do thaumaturgo. Agarrava a sua imagem, amarrava-a á vara dum dos maiores foguetes que tinha preparados para commemorar o inverno, e soltava-o nos ares. (...) Enquanto viveu esse individuo, essa ‘experiencia’ do foguete foi, para a gente do pé da serra, o que são, para o povo sertanejo em geral, as ‘experiencias’ de Santa Luzia e de S. José.”¹⁴⁵

¹⁴⁴ BARROSO, Gustavo. *Coração de Menino*. 3ª ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar/Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000, p. 50.

Por meio de “estudos de folclore” Barroso registrou várias dessas crenças se colocando não só como um estudioso das tradições, mas como alguém que teria vivenciado com familiaridade essas experiências. Ainda no livro *Ao Som da Viola* (1921) coligiu uma série de orações encontradas no sertão, tidas como herdeiras das mais “antigas tradições da humanidade”. Inclusive, argumenta que é “infinita o numero de orações e ensalmos fetichistas. Dariam na sua totalidade um grande livro.” Dentre elas destaca-se a “Oração Forte Contra os Espiritos e Avantesmas”:

“Jesus vae commigo
E eu vou com Jesus!
Jesus vae commigo
No meu coração
E ha de livrar-me
De toda afflicção!
De toda afflicção,
De toda agonia,
Livrae-me, Jesus,
José e Maria!
José e Maria!
E Sant’Anna também,
E São Joaquim
Para sempre, Amem!”¹⁴⁶

Reconheceu a persistência e a recorrência dessas práticas no sertão, inclusive, sendo temas e expressões da cultura popular. Em paralelo a isso constatou que é a “ignorância” a responsável pelo o que ele chamou de

¹⁴⁵ BARROSO, Gustavo. *Ao Som da Viola (Folk-Lore)*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, 1921, p. 722.

¹⁴⁶ BARROSO, Gustavo. *Ao Som da Viola (Folk-Lore)*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, 1921, p. 526-527.

corrupção do culto. Então, diante da constatação das causas motivadoras, a solução encontrada por ele é semelhante àquela do caso do cangaço. Ou seja, instruir o sertanejo. Desse modo, apesar de fazer algumas descrições com familiaridade, tentando aproximar o mundo oral do escrito, a postura erudita prevalece no discurso de Gustavo Barroso.

Se por um lado ele apontou as causas e propôs soluções para acabar com a fé e a violência, por outro, as utilizou como fonte de seus estudos. Ou seja, em seus livros de “estudo do folclore” e “sociologia sertaneja” abordou a vida popular a partir de fontes tais como os contos, cantos, fábulas, lendas, orações e poesias. Na intenção de contar a história dos rincões da nação e, por sua vez, tornar conhecida a tradição popular do sertão o autor publicou uma série de livros utilizando como fonte as expressões populares.

Gustavo Barroso propôs acabar com aspectos da vida sertaneja que são mote de tantas poesias e cantorias, sendo por sua vez as fontes de seus estudos, estando, inclusive citados em suas memórias. No livro *Almas de Lama e de Aço* (1930), é muito claro: propõe medidas para dirimir, ou mesmo, acabar com o “fanatismo” e com a violência. Ao mesmo tempo, se vê que o “fanático” e o cangaceiro são produtos e produtores de cantorias, cordéis, narrativas, poesias... Além do mais, define o cangaceiro com duplo sentido, ao tratá-lo ora como herói, ora como bandido, bem ao gosto da poesia popular. Há um certo romantismo do autor em paralelo a um discurso de disciplinarização das condutas. Além disso, se por um lado assume um discurso tradicionalista acerca da vida sertaneja, por outro, apregoa o desenvolvimento, ao constatar que no sertão se ignora “quasi por completo a civilização moderna”, sendo essa “ignorância” apontada como uma das causas da violência e do “fanatismo”.¹⁴⁷ Ou seja, o “insulamento do sertão” ora é elogiado tendo em vista o distanciamento do

¹⁴⁷ BARROSO, Gustavo. *Heróis e Bandidos. (Os Cangaceiros de Nordeste)*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1917, p. 27.

artificialismo da cidade, ora é criticado ao constatar que essa situação insular é um dos responsáveis pela falta de meios de comunicação, como por exemplo, as estradas de ferro, e a carência de escolas. Portanto, Gustavo Barroso é um homem das letras que, estudando a tradição oral, através dos “estudos de folclore” e “sociologia sertaneja”, se arroga o direito, ou mesmo a missão, de indicar soluções diante da constatação de “97% de analfabetos” no sertão nordestino.

2.2 Métodos, definições e polêmicas

Gustavo Barroso desenhou os procedimentos e métodos de análise do exercício de escritor da cultura popular, enaltecendo o caráter científico de seus trabalhos em consonância com uma escrita memorialística. Para ele, a relação familiar com o povo era tida como um fator de positividade na demarcação de seu lugar como “folclorista”, como se essa proximidade desse credibilidade à sua coleta e classificação. Porém, a persistente intenção de aproximação do autor com o tema estudado foi consolidada a partir de distinções e separações, pois foi Barroso quem escreveu sobre a vida popular, inclusive transpondo, muitas vezes, a experiência oral a partir de regras de uma linguagem escrita, culta e formal. Como afirma Geneviève Bollème: “A questão do povo, da cultura popular, é quase sempre, com efeito, um discurso sobre o povo, para o povo, voltado para o povo, pronunciado sempre por pessoas instruídas.”¹⁴⁸

Barroso citou em seus livros escritores estudiosos das manifestações populares. Além de ser uma demonstração das fontes bibliográficas utilizadas, isso pode ser pensado como uma das estratégias de consolidar um lastro intelectual. Assim, fez alusão a escritores brasileiros, que teriam contribuído para o aprofundamento de seus “estudos folcloristas”: considerou João Ribeiro “o maior mestre do folclore nacional”, por sua bibliografia e dedicação.¹⁴⁹ Comentando a obra “*O Folk-Lore no Brasil*” de Basílio de Magalhães, classificou-a como o trabalho mais completo a respeito da “gênese, a evolução e a riqueza desse estudo entre nós,

¹⁴⁸ BOLLÈME, Geneviève. *op.cit.*, p. 56.

¹⁴⁹ BARROSO, Gustavo. *As Colunas do Templo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932, p. 22.

apreciado dum ponto de vista geral, elevado e completo.”¹⁵⁰ Citou Silvio Romero como o primeiro folclorista que sentiu a “necessidade da sistematização dos estudos feitos e a fazer.”¹⁵¹

A recorrência de Barroso a esses autores, além de ter se constituído em demonstrativo de seu universo de leitura, foi também, uma demonstração das particularidades de suas análises, fosse pelo ineditismo de temas, fosse pelo o que ele tratou como pioneirismo no método. Em *Ao Som da Viola* (1921), escreveu: “Fiel ao nosso programma de não darmos neste volume o que já tenha sido publicado, estamparemos alguns desafios inteiramente ineditos, para completa elucidação do character dessa feição admiravel da poesia popular sertaneja.”¹⁵² Em diversas páginas, lembrou a premissa desse estudo, de registrar as manifestações inéditas do “estudo do folclore” no Brasil. Assim, ao registrar temas já investigado fez a devida referência bibliográfica.

Na consecução de sua obra Gustavo Barroso demarcou os procedimentos metodológicos:

“No decurso de minhas variadas e constantes leituras, tenho notado que nenhum povo possui crenças ou superstições proprias e todos têm variantes de crenças e superstições geraes, que se originaram talvez duma fonte commum, mysteriosa e antiquissima, de onde certamente irradiaram as suas primeiras fórmulas, salvo se identicas condições e circumstancias produzem aqui ou alli identicas manifestações da arte popular.

Dahi não existir no sertão do nordeste, que com tanto carinho, posso dizer, sempre tenho estudado, uma unica crendice popular que

¹⁵⁰ BARROSO, Gustavo. *As Colunas do Templo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932, p. 63.

¹⁵¹ BARROSO, Gustavo. *As Colunas do Templo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932, p. 21.

¹⁵² BARROSO, Gustavo. *Ao Som da Viola*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, 1921, p. 566.

não tenha sua correspondente ou irmã na vida de outros povos inteiramente afastados de seu convívio actual e aos quaes só se liga por uma recuada e intrincada ascendencia.

Varias vezes tenho mostrado essas similitudes folk-lorísticas, de maneira que as minhas idéas sobre o assumpto são conhecidas.”¹⁵³

Com freqüência, Barroso mencionou a *ancestralidade folclórica* usando termos como: possíveis origens, fonte comum, antiga e misteriosa. Ao tratar a “fonte folclórica” como algo comum em tantas sociedades, o seu estudo foi elaborado a partir do reconhecimento das similitudes de maior longevidade possível. Esse método de *rastreamento da ancestralidade* em outros lugares e em períodos recuados foi um recurso de variados escritores anteriores e contemporâneos a ele.¹⁵⁴

Barroso escreveu, repetidas vezes, que os temas verificados no sertão do Nordeste tinham seus correspondentes no passado: “Tudo é muito velho no mundo e às vezes a novidade consiste em procurar a velhice das coisas (...).”¹⁵⁵ Argumentou que desde épocas antigas havia a produção de obras inspiradas na tradição popular, oral, mas a sistematização dos estudos, com a observação da ascendência era algo recente.

¹⁵³ BARROSO, Gustavo. *Ao Som da Viola*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, 1921, p. 719.

¹⁵⁴ Quanto ao caráter universal e à *ancestralidade do folclore* escreveu, na década de 1950, o “folclorista e musicólogo” Renato Almeida: “O fato folclórico é universal. As manifestações da sabedoria e da arte do povo, seu modo de pensar, de sentir e de agir são de forma tão semelhantes que Bastian sublinhou a ‘espantosa monotonia das idéias fundamentais da humanidade no mundo inteiro’. Não há mito, conto ou provérbio, não há crença, arte ou técnica que não se vá encontrar, em formas e expressões diferentes, mas de fundo igual, em todas as partes do mundo. (...) Assim as essências folclóricas de um povo não são rigorosamente nacionais, embora o modo de informá-las seja sempre peculiar a cada cultura. (...) Há que concluir que, sendo a mais regional na sua exterioridade, o folclore é a forma universal de cultura. (Almeida, 1953^a: 338)”. Esse trecho foi extraído do livro de Luís Vilhena que apesar de ter delimitado seu trabalho entre as décadas de 1940 e 1960, desenvolveu um estudo acerca das principais características dessa trajetória no Brasil, fazendo menção aos métodos de abordagem do folclore em épocas variadas. VILHENA, Luís Rodolfo. *op. cit.*, p. 279.

¹⁵⁵ BARROSO, Gustavo. *Ao Som da Viola*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, 1921, p. 536.

Na constatação das similitudes ancestrais escreveu:

No continente europeu, essas aproximações e analogias já teem sido feitas por especialistas francêses, alemães, ingleses, espanhóis, eslavos e outros. Muitos teem mesmo rastreado as manifestações das musas populares entre os mais antigos povos e ido de indagação em indagação até remotas fontes orientais, de onde quasi todas dimanam. (...) O mesmo se pôde fazer no Brasil, onde se encontra, por exemplo, um conto sertanejo em que um petiz atêa fogo á casa do padraсто, usa de metáforas no modo de falar e declara chamar-se *ninguém*, astúcia que, no poema homerico, Ulisses empregou contra Polifemo.”¹⁵⁶

Em acordo com a busca de parentescos longínquos, dos traços universais, a recorrência a analogias visou identificar particularidades. Barroso considerou que “O estudo das analogias é o mais interessante no folclore.”¹⁵⁷ E o seu livro *O Sertão e o Mundo*, publicado em 1923, pelo próprio título já indica a importância desse procedimento das comparações. Barroso teceu uma série de analogias entre episódios do sertão, concernentes a festas, danças, crenças, parlendas, lendas, fábulas, cantos, poesias, simpatias, histórias contadas a ele e recordadas, e episódios de vários lugares como a Sérvia, a China, enfim, e ao “oriente longinquo e mysterioso”, citado com freqüência.

Do livro *O Sertão e o Mundo* foram destacados esses trechos:

“Uma das coisas mais interessantes para os que se occupam de folk-lore são as analogias entre as manifestações intellectuaes populares de todas as raças. Ellas são tantas e tão fortes, que bem se poderia afirmar terem todos os folk-lores uma origem commum, hoje

¹⁵⁶ BARROSO, Gustavo. *As Colunas do Templo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932, p. 324.

¹⁵⁷ BARROSO, Gustavo. *As Colunas do Templo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932, p. 19.

em dia perdida na noite profunda dos tempos. Poder-se-ia mesmo afirmar que essa fonte original ficou no oriente longinquo e misterioso, de onde têm saído todas as invenções, todas as conquistas, quer as das armas, quer as do saber. (...)

Essas relações entre o sertão e o oriente vieram dos nossos colonizadores, que as herdaram, por certo, de seus antepassados latinos, iberos, godos, suevos e sobretudo árabes. Dia a dia, nos meus desvaliosos estudos comparativos sobre o assumpto, vou trabalhosamente as encontrando. (...)

Desta maneira se está vendo, claramente, como são muito mais profundas do que parecem á primeira vista as raizes do folk-lore brasileiro.”¹⁵⁸

A história contada no item intitulado *O Oriente e o Sertão*, de onde foram extraídos esses trechos, mencionou um episódio apontado como bem conhecido no sertão. Em resumo, o conto diz respeito a um vaqueiro em busca de um animal perdido. Em suas andanças indagou a outro vaqueiro por notícias do sumido animal, e assim foi desenvolvido e apresentado o diálogo, quando a resposta foi dada: “– Ah! Já sei o que anda procurando. É uma bêsta (egua) castanha escura, torta (cega) do olho direito, de saia (rabo) comprida.” E então o primeiro vaqueiro indagou: “– Vio o animal? – Não, retorquiou o outro, mas está pastando ali, ao pé daquelle serrote, sem duvida. Póde ir buscal-o lá.”¹⁵⁹ Uma terceira pessoa que ouviu o diálogo indagou como o sertanejo sabia do paradeiro do animal sem tê-lo visto, tendo obtido a seguinte resposta:

“– Andando de tarde pela catinga, vi rastos dum animal de fóra do pasto. Espiei-os com atenção e reparei que o pasto da vereda por onde

¹⁵⁸ BARROSO, Gustavo. *O Sertão e o Mundo*. Rio de Janeiro: Editora Livraria Leite Ribeiro, 1923, p. 25-38.

¹⁵⁹ BARROSO, Gustavo. *O Sertão e o Mundo*. Rio de Janeiro: Editora Livraria Leite Ribeiro, 1923, p. 26-27.

seguiam estava comido sómente do lado esquerdo, o que mostrava que era torto do olho direito, e nas tiriricas rasteiras estavam enganchados muitos fios de cabelo castanho-escuros, logo o rabo era comprido e o animal dessa côr.”¹⁶⁰

Dentre tantos episódios e contos registrados no livro *O Sertão e o Mundo*, foi destacada essa história para exemplificar como o autor trabalhou com os métodos de analogia e ancestralidade em suas fontes de pesquisa.¹⁶¹ Ao contar essa história de astuta observação de um personagem do sertão, Barroso rastreou sua ascendência, também como um astuto observador. Ou seja, após o registro desses diálogos, Barroso rastreou as possíveis ascendências:

“À cata da verdadeira fonte oriental do conto, fui parar no Extremo Oriente e dar nas paginas celeberrimas do *Tripitaka* chinez, collecção dos apólogos e narrações feitas pelo Budha aos seus discípulos. Comparando as varias edições do *Tripitaka*, a chinesa, a coreana e a de Tokio, o sr. Eduardo Chavannes, professor do Collegio de França e membro do Instituto, traduziu os *quinhentos contos e apólogos* em francez, com judiciosos commentarios. Nessa obra notavel, está o conto em questão, sob duas formas tambem. (*Cinq cents contes et apologues, extraits du Tripitaka Chinois*, Paris, Leroux, 1910, 3 vols.) (...) Desta

¹⁶⁰ BARROSO, Gustavo. *O Sertão e o Mundo*. Rio de Janeiro: Editora Livraria Leite Ribeiro, 1923, p. 27. É interessante observar que variantes desta narrativa podem ser encontradas, por exemplo, logo nas páginas iniciais do livro *O Nome da Rosa* de autoria de Umberto Eco. ECO, Umberto. *O Nome da Rosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

¹⁶¹ O estudo comparativo para identificar semelhanças e apropriações entre manifestações do folclore no Brasil e noutras partes do mundo foi um dos vértices de sua análise, bem como, de escritores contemporâneos a ele. Ao analisar os principais traços da produção folclorista desde o século XIX europeu às experiências no Brasil, num artigo de 1945, escreveu Florestan Fernandes quanto ao método da analogia: “(...) é nesse setor que se vão apurar um pouco mais os instrumentos de trabalho disponíveis, principalmente em torno do método comparativo que, compreende-se, é o mais usado.” FERNANDES, Florestan. *O Folclore em Questão*. 2ª Edição. São Paulo: HUCITEC, 1989, p.47.

maneira se está vendo, claramente, como são muito mais profundas do que parecem á primeira vista as raízes do folk-lore brasileiro.”¹⁶²

Eis um exemplo dos tantos estudos de Gustavo Barroso a respeito da enfatizada ancestralidade de contos, lendas, fábulas relacionados ao sertão do Nordeste brasileiro. Ainda a esse respeito, Barros fez alusão, em sua “antologia do folclore”, *Ao Som da Viola*, às “Trovas de Amor e de Amigo” e às Emboladas compondo o “folk-lore repentista”. Das “Trovas de Amor e de Amigo” do sertão nordestino coligiu 100 quadras, apontadas como inéditas: “(...)Ellas não estão na grande obra de Sylvio Romero, no ‘Cancioneiro’ interessante de Rodrigues de Carvalho, nos trabalhos de Koseritz, nas ‘Mil Trovas’ de C. Góes nem nas ‘Trovas Populares’ de Afranio Peixoto.”¹⁶³ Vejam-se algumas dessas “Trovas de Amor”:

2

No mundo não ha quem pinte,
Havendo tantos pintores,
A joia do teu retrato,
Teus olhos tão matadores.

6

Ai! amor, por ti eu parto!
Por ti, amor! voltarei.
Quanto amor levo p’r’o mar,
Na terra quanto deixei!

7

Quizera ser encantado,
Menina, p’ra te roubar
E te deixar escondida

¹⁶² BARROSO, Gustavo. *O Sertão e o Mundo*. Rio de Janeiro: Editora Livraria Leite Ribeiro, 1923, p. 25-38.

¹⁶³ BARROSO, Gustavo. *Ao Som da Viola*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, 1921, p. 583-584.

No fundo escuro do mar!

9

Menina, minha menina,
Da minha veneração,
Na barra do teu vestido
Arrastas meu coração.

12

Os olhos do meu bemzinho
São duas pedras de brilhantes;
De dia são duas joias;
De noite dois diamantes.

13

Em cima daquela serra
Tem um pé de *fulô* preta.
Quando dois christãos se amam,
Apparece quem se metta.

22

Pega lá esta chave de ouro
E tranca a nossa esperança.
Pega lá, torna a trancar
Nosso amor por segurança.

24

Arrenego de quem diz
Que nosso amor se acabou.
Elle agora está mais firme
Do que quando começou.”¹⁶⁴

Nessa parte em que registrou essas Quadras, nomeou o poeta do sertão de “rude rapsodo” comparando a sua expressão poética com a poesia dos menestréis e trovadores. Desse modo, refez o percurso da

¹⁶⁴ BARROSO, Gustavo. *Ao Som da Viola*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, 1921, p. 584-603.

ancestralidade folclórica, método comum no estudo dessa temática desde a criação de sua alcunha no século XIX, na Inglaterra, até os dias de hoje, com especificidades de abordagem. Ele construiu essa trajetória regressa passando pelos menestrelis e trovadores medievais, chegando até aos rapsodos da Grécia Antiga, personagens, às vezes compositores, que cantavam e ou recitavam poesias. Também classificando as Quadras poéticas do sertão com o título de “Trovas de Amor e de Amigo”. A analogia entre experiências poéticas do sertão nordestino, do medievo e da antiguidade, foi e é comumente refeita.¹⁶⁵

Além dos autores estrangeiros e brasileiros estudiosos mais diretos da cultura popular e contemporâneos de Barroso, houve o recurso a autores apontados como renomados, a exemplo de Voltaire. Contudo, se valeu das fontes orais recolhidas do sertão. Algumas apontadas constantemente como decorrentes de sua vivência nesses lugares. Foi com repetição que Barroso comentou essa sua familiaridade com os “temas de folclore”, argumentando ter sido a “saudade” daquelas vivências, a inspiração maior para a consecução de sua “obra folclorista”.

O autor definiu o folclore, e no caso os poemas coligidos no sertão, como manifestações espontâneas e anônimas. Ao se reportar ao caráter de autoria coletiva, ele expôs uma tendência comum aos “estudos do folclore” em sua ambiência e em debates posteriores, como os realizados no movimento folclorista da década de 1950 no Brasil. Um dos principais objetivos desse movimento foi de demarcar o campo de seus estudos, identificar o seu objeto de análise, no intuito de conquistar o *status* de saber científico e reconhecimento no ambiente das Ciências Sociais. Esse

¹⁶⁵ O estudo de Martine Kunz sobre a literatura de cordel é um exemplo desses trabalhos atuais. Há um capítulo específico em que analisa o percurso do ciclo carolíngio até sua adaptação aos folhetos no sertão nordeste brasileiro: “O processo que vai da gesta ou das gestas francesas até a História do Imperador Carlos Magno e daí ao folheto nordestino, constitui um itinerário pontuado de retomadas, ampliações, resumos, enfeites, traduções, comentários, textos e vozes, prosas e versos, países e continentes.” KUNZ, Martine. Cordel: a voz do verso. Fortaleza: Museu do Ceará/SECULT-Ce, 2001, (Coleção Outras Histórias - 6), p. 76-77.

interesse de inserção no ambiente acadêmico de ensino superior esteve em pauta desde o período de fundação dos primeiros cursos de Ciências Sociais na década de 1930 no Brasil. A partir dos congressos realizados nos anos de 1950 foi elaborado pela Comissão Nacional do Folclore um documento definidor dos pré-requisitos do “fato folclórico”. Nessa *Carta do folclore brasileiro*, decorrente do I Congresso Brasileiro do Folclore de 1951, um dos elementos de classificação do “objeto folclórico” foi o seu caráter de anonimato, mas não havia rigidez quanto a essa característica, pois a autoria também poderia ser identificada.¹⁶⁶

A defesa de Barroso, quanto ao anonimato e coletividade dessas manifestações poéticas, se relacionou com um outro aspecto concernente à cultura popular: a tradição oral como meio e modo de transmissão desses fatos. O autor identificou essa tradição como o veículo principal de difusão da poesia sertaneja, podendo impossibilitar a identificação autoral. Mesmo propondo a autoria em algumas canções e em alguns desafios, destacou o caráter autoral coletivo, impessoal e anônimo. Segundo Barroso, a característica de ancestralidade fortaleceu a idéia do anonimato. Mas, a depender do tipo de “manifestação folclórica”, Barroso indicou autoria. Às vezes, nos desafios apontava o nome do poeta. Noutras vezes, o reconhecimento autoral foi explicitado na própria poesia, quando o poeta citava seu nome nos versos.

A sistematização dos “temas do folclore” foi rastreada pelo autor a partir do próprio sentido e origem inglesa desse termo *folk-lore*, escrito, assim mesmo, em seu livro de 1927, *Através dos Folk-Lores*. No livro *As Colunas do Templo* desenvolveu um estudo acerca dessa conceituação.

¹⁶⁶ Uma das pautas centrais desse Congresso foi a discussão acerca da “natureza do fato folclórico”, uma vez que um dos principais debates em voga diz respeito ao reconhecimento do folclore como uma das ciências sociais e, por sua vez, do lugar do folclorista no circuito dos intelectuais científicos. Como resultado dessas discussões foi redigida essa *Carta* contendo propostas tais como: o reconhecimento desse estudo como integrante das ciências antropológicas e culturais e a definição desse fato abarcando tanto os aspectos definidos como espirituais quanto os materiais da vida popular. A respeito de todos os pontos dessa carta cf. VILHENA, Luís Rodolfo. *op. cit.*, p. 140.

Relatou a origem e o significado desse termo: “(...) A expressão inglesa *folklore*, de *folk* – povo e *lore* – estudo, foi elaborada em 1846 por W. J. Thoms.”¹⁶⁷

De acordo com Barroso, ficou traduzido que o estudo do folclore era o estudo do povo. Uma de suas preocupações foi a de delimitar as manifestações definidas como expressões do folclore:

“O folk-lore abraça vastissimo quadro da vida popular. Póde-se mesmo dizer que é toda ella: construcções aldeãs, marcas de propriedade em coisas e bichos, objectos uteis, arte rustica, psychologia das gentes, costumes, ornatos, vestes, alimentos, ceremonias, regras juridicas, jogos, folguêdos, brinquêdos infantis, instrumentos, religião, mythos, lendas, superstições, medicina, canções, provérbios, inscrições, musicas, danças, autos, pastoraes, contos, facécias, anedotas, linguajar, denominações de toda especie. Perdoae a enumeração longa. Mas tudo isso é folk-lore, de acordo com o maravilhoso indice que traçou o eminente sr. Hoffmann-Krayer, presidente da *Societé des traditions populaires* de Basiléa, que no dizer do erudito Van Gennep, é das maiores autoridades contemporâneas no assumpto.”¹⁶⁸

¹⁶⁷ BARROSO, Gustavo. *As Colunas do Templo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932, p. 9. Quanto à ambiência de discussão acerca do folclore no século XIX europeu, Florestan Fernandes comentou nesse parágrafo: “O folclore, como forma de conhecimento ‘científico’, é uma das mais audaciosas aventuras do século XIX. Ele nasceu de uma necessidade da filosofia positiva de Augusto Comte e do evolucionismo inglês de Darwin e Herbert Spencer; e, também, de uma necessidade histórica da burguesia. Pois, ele se propõe um problema essencialmente prático: determinar o conhecimento peculiar ao *povo*, através dos elementos materiais e imateriais que constituíam a sua *cultura*. Ou seja, o folclore propunha-se estudar os modos de ser, de pensar e de agir peculiares ao ‘povo’, por meio de fatos de natureza ergológica, como técnicas de trabalhar a roça, ou manipular metais, de transporte ou de esculpir objetos etc., e de natureza não material, como as lendas, as superstições, as danças, as adivinhas, os provérbios etc.” FERNANDES, Florestan. *op. cit.*, p. 38.

¹⁶⁸ BARROSO, Gustavo. *Através dos Folk-Lores*. São Paulo, Cayeiras, Rio de Janeiro: Comp. Melhoramentos de São Paulo, 1927, p. 6.

O termo folclore foi definido por Barroso como semelhante à expressão popular, o lócus de manifestação da vida popular, além de significar o próprio material estudado, definindo uma área de estudo. Ou melhor, a ambivalência do termo folclore de nomear tanto o estudo, quanto o material estudado, caracterizou a experiência folclorista de modo geral, uma vez que foi marcante desde sua origem, com a criação da expressão inglesa, *folk-lore*. Assim, o folclore foi delimitado como o estudo dessas experiências. Numa outra passagem fez uma complementação: “Reunindo a esta palavra *lore*, conhecimento, sciencia, modernamente se creou a consagrada expressão *folk-lore*, que designa o estudo do povo nas suas manifestações tradicionais, ou espontaneas.”¹⁶⁹

Ao definir o folclore como “toda a vida popular”, o autor valorizou o seu tema, e por sua vez, o seu trabalho intelectual. Com essa definição também ficou perceptível que Barroso pensou como semelhantes o folclore e a cultura popular. O “estudo do folclore”, como ampla expressão dessa vida popular, foi enfatizado em seus livros publicados de 1912 a 1932. Com essas publicações Barroso teve como intuito tornar conhecidas, através da escrita, as tradições populares expressadas, em especial, pela oralidade.

Mesmo que repetindo algumas temáticas, foi selecionado outro trecho quanto ao campo de “estudo do folclore”:

“lendas historicas, contos, fabulas e apólogos, canções e cantigas, trovas, superstições, tradições religiosas e científicas, adivinhações, ditados e provérbios. Ainda poderemos acrescentar á lista: crenças, magia, medicina popular, instituições, ritos, industrias, festas, jogos, brinquedos, construções rusticas, artes locais, costumes, roupas,

¹⁶⁹ BARROSO, Gustavo. *Através dos Folk-Lores*. São Paulo, Cayeiras, Rio de Janeiro: Comp. Melhoramentos de São Paulo, 1927, p. 5.

utensílios, teatro popular, danças, anedotas, inscrições, linguajar, nomes. Tudo isso é folclore.”¹⁷⁰

Essa exposição tão diversificada foi uma tendência dos escritores brasileiros dedicados ao assunto, tendo em vista a própria definição do folclore como sendo a experiência popular ou o “saber do povo”. É importante compreender que Barroso definiu o folclore e a cultura popular como similares. Luís da Câmara Cascudo (1898-1986) coligiu em seus estudos acerca da cultura popular uma variedade de experiências: culinária, moradia, vestuário, oralidade, gesto, lembranças... registrando manifestações da cultura material e não-material.¹⁷¹ O livro de Gustavo Barroso *Ao Som da Viola* (1921), publicado em 1921, foi considerado no *Dicionário do Folclore Brasileiro*, organizado por Câmara Cascudo, como “a primeira antologia do folclore publicada no Brasil”, como já citado.¹⁷² Na obra *Terra de Sol* (1912), Barroso expôs um quadro geral da vida no sertão cearense abordando temáticas tais como crenças, orações, festas, práticas de trabalho, moradia, dentre tantas outras, expressas em contos, lendas, parlendas, poesias e fábulas. *Terra de Sol* (1912) foi, inclusive, apontado como um programa de estudos pelo próprio autor. Muitos temas presentes nesse livro foram retomados nos subseqüentes. Com esse perfil de programa de estudo e de “antologia do folclore”, expressões as mais variadas foram registradas nessas obras. O objetivo de Barroso em outros

¹⁷⁰ BARROSO, Gustavo. *As Colunas do Templo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932, p.18.

¹⁷¹ No *Dicionário Crítico Câmara Cascudo* há uma série de artigos que abordam a experiência de Cascudo a partir de suas obras como seus contos, dicionário do folclore, bem como, das temáticas registradas por ele como, por exemplo: alimentação, gesto e literatura oral. Cf. SILVA, Marcos. (Org.) *op. cit.*

¹⁷² A respeito de Barroso, Câmara Cascudo, ao resumir suas “obras de folclore”, expressou que *Ao Som da Viola* de 1921 foi “a primeira antologia folclórica publicada no Brasil”. Ainda de acordo com Câmara Cascudo Gustavo Barroso “Foi um mestre incontestável do folclore brasileiro”. CASCUDO, Luís da Câmara. *op. cit.*, 1954, p. 442.

livros como *As Colunas do Templo* (1932), *O Sertão e o Mundo* (1923) e *Através dos Folk-Lores* (1927), também foi o de abarcar essa vastidão temática.

Diante da amplitude dos assuntos concernentes aos “estudos folclóricos”, Barroso propôs o método de classificação a partir de ciclos temáticos e concêntricos:

“(...) em primeiro lugar os grandes ciclos de temas em torno de assuntos principais como a penetração do país, a vida pastoril, o contáto com o selvagem; depois, os ciclos médios em volta de cada tema particular; por fim, os pequenos ciclos em redor de cada elemento dos ciclos secundários.”¹⁷³

Ao propor o método do ciclo temático, intentou consolidar esse recurso de pesquisa do parentesco ancestral. Daí dividir em ciclos, pois num mesmo ciclo se encontravam contribuições indígenas, negras e brancas, bem como, miscigenadas, distribuídas com intensidades diferentes. Apesar de recorrer em variados momentos às contribuições de brancos, negros e índios na identificação de origens de temas, a percepção das “fontes folclóricas” não foi limitada em ver sua origem nessas três fontes. O autor rastreou a sua ascendência mais além, ou seja, nos propalados e repetidos fundos comuns no Oriente profundo e misterioso.

Assim, Barroso propõe que, para o melhor êxito na busca de suas fontes ancestrais, o método mais eficaz de organização seria o da classificação das “expressões folclóricas” em ciclos temáticos. Ao traçar a contribuição dessas três vertentes, propôs o rastreamento das manifestações folclóricas entre povos e tempos distantes, e esse foi um ponto básico de sua proposta. Ou seja, fazer o estudo de “temas do

¹⁷³ BARROSO, Gustavo. *As Colunas do Templo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932, p. 22-23.

folclore” intentando rastrear seus vestígios mais remotos, que poderiam ser anteriores à época de colonização quinhentista.

Num item intitulado *A Melhor Classificação* o autor enfatizou a proposta dos ciclos temáticos e comentou : “(...) é a única plausível, curial e útil ao folclore brasileiro.”¹⁷⁴ Essa conclusão foi precedida por uma análise em que argumentou sobre a dificuldade em sistematizar a classificação dos temas do folclore “pela proveniência indígena, africana ou lusa.” Para efeito de melhor entendimento de sua proposta, eis a distribuição organizada por Barroso a partir dos ciclos temáticos:

“Entre outros cyclos parece que ha no sertão, bem determinados, o cyclo dos Bandeirantes, reunindo todas as lendas de penetração; o do Natal, agrupando todas as commemorações dessa data religiosa, e já tradicional antes de ser religiosa; o dos Vaqueiros, guardando os poemas derivados da vida pastoril, como as vaquejadas, a luta contra o gado ‘amontado’ ou contra as fêras que devoram as rezes; o dos Cangaceiros, cyclo heroico, feixe de todas as admiraveis canções de ‘gesta’ que correm os sertões, em nada inferiores ás ‘gestas’ medievas da Europa; e o dos caboclos, resumindo as opiniões a respeito dos descendentes do indio fugidio e incapaz de ser escravizado; emfim, um Romance da Raposa quase tão vasto como o europeu, tendo identico fundo satyrico e referindo-se aos animaes do meio, como o outro, nelles personificando typos moraes da humanidade.”¹⁷⁵

Os ciclos foram agrupados a partir de temas como ocupação, comemoração religiosa, e as histórias de personagens do sertão como o criador de gado, o cangaceiro e o caboclo. Na medida em que relatou as temáticas coligidas, expôs suas origens a partir de negros, brancos e

¹⁷⁴ BARROSO, Gustavo. *As Colunas do Templo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932, p. 33.

¹⁷⁵ BARROSO, Gustavo. *Ao Som da Viola*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, 1921, p. 19.

índios, demonstrando o nível de presença de cada um. Também indicou manifestações em que a origem era mestiça. Um exemplo disso pode ser verificado a partir da organização do Ciclo de Natal. Estruturado a partir de Autos, o autor assim fez a identificação: o Auto dos Fandangos, das Pastorinhas, da Caridade, de origem portuguesa; o Auto dos Pagês de origem indígena; o Auto dos Congos, de origem africana e o Auto do Bumba meu Boi originário da fusão dessas três fontes. Contudo, a alusão à origem a partir de brancos, negros e índios foi complementada por estudos em que rastreou as origens mais distantes, passando pelo período medieval e chegando à antiguidade.

Os “estudos folcloristas” deram relevo, no campo das Ciências Humanas, aos conceitos de cultura. Mas isso, não como mera oposição ao conceito-chave do século XIX que era o de raça. Há contradições, mas há também correlações entre essas idéias. Gustavo Barroso fala de expressões tipicamente “brancas”, “negras” ou “indígenas” e também naquelas miscigenadas. Mas, procura, pela comparação, rastrear um possível fundo mítico comum a várias expressões em diferentes partes do globo. Enfim, ele deu ênfase ao “estudo do folclore” a partir da análise da ancestralidade das temáticas, de suas analogias e das suas adaptações. Subsiste, porém, mesmo nessa visão culturalista do Brasil um certo escalonamento entre as fontes populares, folclóricas e eruditas. Umas se elevam, outras se rebaixam, algumas se diluem, outras se sofisticam.

As discussões sobre “o popular” são emaranhadas às idéias do “erudito” e do “folclórico”. Há teses que defendem processos de diluição ou rebaixamento de expressões eruditas. Há outros que insistem na elevação de fontes populares aos graus de arte refinada. Há ainda os que destacam os movimentos de circulação/circularidade, bem como os que chamam atenção para os intermediários, ou indivíduos que transitam entre os

universos da “letra” e da “voz”, de uma cultura autoral e assinada e outra supostamente ancestral e anônima. ¹⁷⁶

Coligindo manifestações da cultura popular como, histórias, fábulas, lendas e crenças Gustavo Barroso se preocupou em demonstrar ao leitor o valor desse mundo poético, defendendo que a “poesia é a mais completa manifestação artística do sertão”. ¹⁷⁷ No que diz respeito à relação entre literatura oral e literatura erudita expôs:

“A literatura popular é tão velha quanto a humanidade e, desde as mais remotas eras, os homens contam uns aos outros quasi as mesmas historias. Elas atravessaram, não os seculos, mas os milenios, nas asas da tradição oral, aqui perdendo um elemento, ali ganhando outro, acolá se enfeitando com muitas adições novas ao ponto de se tornar difícil problema o reconhecimento exato da narração primitiva. E os poetas e prosadores, bebendo inspiração nessa fonte limpida, perene, inesgotavel das tradições do povo, realizaram obras eternas pela beleza e pelo sentimento, desde a *Odisséa* de Homero ao *D. Juan* de Byron, desde o *Tripitaka* budista ao *Fausto* de Goethe, desde o *Gargantuá* de Rabelais aos poemas de Chaucer e desde as *Mil e uma noites* á *Divina Comedia*.” ¹⁷⁸

Apesar da constatação da antiguidade da literatura popular e de sua utilização por autores diversos, Barroso informou que o desenvolvimento de estudos sistematizados a partir do reconhecimento de sua

¹⁷⁶ Mikhail Bakhtin trabalha com a idéia da circularidade no estudo sobre a “cultura cômica popular” no medievo e no Renascimento por meio da literatura de François Rabelais que, por sua vez, utilizou as tradições populares como fonte para sua obra. BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: O contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec/Edunb, 1999.

¹⁷⁷ BARROSO, Gustavo. *Terra do Sol*. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguilá Editor, 1912, p. 221.

¹⁷⁸ BARROSO, Gustavo. *As Colunas do Templo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932, p. 7.

ancestralidade e das analogias era moderno. Reportou-se, especialmente, aos trabalhos dos irmãos Grimm na Alemanha. Reconheceu em vários escritores a recorrência aos motivos populares, dentre eles destacou: Homero, Dante, Shakespeare, Cervantes, Byron, Goethe, Hugo, Anatole, Rabelais.¹⁷⁹ Nessa perspectiva, ele considerou que as tradições populares foram readaptadas em obras literárias e que a genialidade de tais autores consistiu na utilização do “tema folclórico” e, por sua vez, “nas variações dos floreios”.¹⁸⁰ Seguindo esse pensamento concluiu: “(...)Assim, não foi também Rabelais o inventor de *Gargantua*. Os temas do povo são, desta sorte, berço das obras de gênio.” E Gustavo Barroso incluiu seu nome entre os escritores que utilizaram as tradições populares como tema de estudo. Ao considerar a literatura popular como matéria prima de obras literárias eruditas Barroso ponderou:

(...) “O folk-lore guarda, mas não sublinha. Essa segunda parte compete á arte. E eis por que sobre o alicerce da lenda popular se erguem, luminosas, as torres ebúrneas que o gênio constróe. Que valeriam todos os temas antigos e plebeus sem o brilho que lhes deram Rabelais, Goethe, ou Byron?”¹⁸¹

Apesar de afirmar o valor das expressões populares, em especial da poesia oral, nesse trecho fez distinção entre folclore e arte. Mas nos livros *Terra de Sol* (1912) e *Ao Som da Viola* (1921) usou expressões tais como “arte popular” e “a mais completa manifestações artísticas do sertão”

¹⁷⁹ Mikhail Bakhtin fez um estudo sobre a “cultura cômica popular” no medievo e no Renascimento por meio da literatura de François Rabelais que, por sua vez, utilizou as tradições populares como fonte para sua obra. BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: O contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec/Edunb, 1999.

¹⁸⁰ BARROSO, Gustavo. *Através dos Folk-Lores*. São Paulo, Cayeiras, Rio de Janeiro: Comp. Melhoramentos de São Paulo, 1927, p. 71-72.

¹⁸¹ BARROSO, Gustavo. *Através dos Folk-Lores*. São Paulo, Cayeiras, Rio de Janeiro: Comp. Melhoramentos de São Paulo, 1927, p. 69.

referindo-se à literatura oral.¹⁸² Contudo, arte aqui foi identificada à erudição e ao letramento. Desse modo, Barroso transitou entre contradições. Mesmo reconhecendo a importância da tradição oral na transmissão das lendas, parlendas, cantos, contos, fábulas, costumes, seu enaltecimento foi confiado à literatura letrada. Com essa argumentação Barroso quis dar uma maior relevância aos seus estudos, uma vez que a acentuação da importância das tradições do povo foi vinculada à atividade literária, ou seja, aos recursos letrados. Portanto, o valor artístico das tradições populares foi condicionado ao burilamento e ao florilégio literário de escritores.

Barroso define a literatura popular como “fonte limpida, perene, inesgotável.” Contudo, a cultura popular precisaria da arte erudita para preservar-se. O que está em jogo é a noção de que o que repousa na oralidade é mais fácil de ser adulterado do que aquilo que está escrito, e que o valor artístico dessa cultura dependeria da atividade literária. Visão elitista, na medida em que as antologias de folclore forem vistas como “o” folclore, ou como um guia em busca das origens perdidas.

Gustavo Barroso expôs a discussão de escolas européias onde foi desenvolvida uma série de argumentações a respeito do transcurso de “manifestações folclóricas”, como também, sua relação com a experiência erudita. Além de definir o método de classificação dos “títulos folclóricos” a partir de ciclos temáticos, bem como, do reconhecimento da ascendência, analogias e adaptações, identificando um procedimento científico aos seus estudos, Barroso acrescentou a discussão dessas escolas propondo a atualidade e aprofundamento teórico dos “estudos de folclore”.¹⁸³

¹⁸² BARROSO, Gustavo. *Ao Som da Viola. (Folk-Lore)*. Rio de Janeiro: livraria Leite Ribeiro, 1921, p. 719 e *Terra de Sol*. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguiar-Editor. 1912, p. 221.

¹⁸³ Expôs, principalmente, nos livros *O Sertão e o Mundo*, (1923) e *As Colunas do Templo*, (1932), uma síntese dessas escolas do “estudo folclorista” oriundas da Europa, e por sua vez, apontou o seu posicionamento. Vários estudiosos foram congregados à *Escola Mitológica ou Ariana*, sendo destacados os irmãos Grimm. Barroso considerou os méritos

dessa Escola por ter propiciado o agrupamento de estudiosos, bem como, pela proposição de um método para a identificação das fontes do folclore. A origem de manifestações folclóricas similares foi explicada a partir de uma “comunidade de origem das populações européas”. Essas manifestações foram tratadas como vestígios de lembranças “religiosas e mythológicas”, ou seja, de mitos comuns. Outra Escola foi a *Orientalista ou Histórica*, com ênfase no escritor Gastão Paris que vinculou a origem das expressões folclóricas à Ásia e afirmou que o seu transcurso para a Europa teria ocorrido no medievo através da transmissão de experiências literárias e populares. Tendo a frente o inglês Andrew Lang, tem-se a Escola *Antropológica*. Esse autor identificou vários títulos do folclore na África, na Ásia, na Oceania, na Europa e na América. O reconhecimento desses temas entre povos distantes e de origem diferenciada, levou Lang a desenvolver uma proposição em seu livro datado de 1886, *Myth, ritual and religion*. Nessa proposição defendeu que a existência das histórias, dos contos e poesias similares, era explicada a partir da presença de hábitos e idéias comuns entre povos de lugares diversos e afastados. Assim, as semelhanças folclóricas não foram definidas como efeitos de mitologias comuns, mas de “coincidências acidentais”. A Escola *Ritualista* foi defendida por Barroso como “a mais moderna escola do folclore”. Dentre os intelectuais dessa escola foram destacados Gédéon Huet e P. Saintyves. No desenvolvimento das análises comparativas das expressões do folclore a tese proposta se pautou na identificação das origens dessas manifestações a partir dos rituais religiosos dos templos da antiguidade, transmitidos através da forma poética. Barroso fez referência à prática de Joseph Bédier em recorrer aos vários argumentos dessas escolas. Assim, considerou essa prática de recorrência às teses das quatro escolas e se arrogou a idéia de nomeação de uma quinta escola, intitulada *Eclética*. Na defesa dessa proposta, observando estar “mais ou menos convencido”, ele expôs que “(...) certos contos devem provir de mitos, outros devem representar fatos históricos ou serem transmissões literárias, outros não passarão de coincidências acidentais e outros de meros rituais ou de tradições esotéricas antiquíssimas.” (*As Colunas do Templo*. 1932, p. 13.) Ou seja, a depender do caso, do tema, a explicação quanto ao seu percurso e origem poderia ser diferenciada. Mesmo defendendo uma prática eclética o autor se colocou como favorável à Escola *Ritualista*: “(...) E, desde que se queira admitir uma escola, abandonando-se o ecletismo, que é tentador e aconselhável, não se pôde deixar de reconhecer no ritualismo vantagens extraordinárias. Ha nele logica, unidade, disciplina e muita verdade.” (*As Colunas do Templo*. 1932, p. 224.) Daí Barroso ter escrito que estava mais ou menos convencido do ecletismo, uma que vez teceu elogio à Escola *Ritualista*, inclusive, apontando-a como a mais moderna das escolas. Em todo caso, os seus estudos se deram a partir da recorrência a essas opiniões, ou seja, tanto se baseando no ecletismo, quanto referendando a Escola *Ritualista*. O registro dessas escolas foi, por parte do autor, uma demonstração do seu aprimoramento teórico a respeito do trato com o material folclórico, interessado nas discussões primeiras e, também, nas mais atuais desenvolvidas entre escritores europeus no começo do século XX. Essa atualidade foi explicitada com o destaque para a Escola *Ritualista*, apontada como “definitivamente determinada de 1919 a 1923 com os trabalhos de Saintyves(...)”. (*As Colunas do Templo*. 1932, p. 222.) A exposição das propostas dessas escolas foi uma demarcação de seu interesse com a sistematização dos métodos de estudo do “tema folclórico”. Inclusive, na medida que narrou episódios do “folclore”, se reportou às possibilidades propostas pelas escolas, na identificação da ascendência e na explicitação das semelhanças. Ainda se referindo ao folclorista Joseph Bédier, Barroso expôs que segundo esse autor “(...) jamais poderemos saber a verdadeira origem dos contos (...)”, sendo mais interessante rastrear como se espalharam, como se adaptaram e persistiram em lugares diversos ao longo do tempo. Mesmo com essa observação, Barroso se preocupou com a ancestralidade, com o reconhecimento das fontes remotas do “folclore”, ainda que pensadas enquanto possibilidades. Com atenção a Bédier o autor pareceu estar mais interessado na defesa do método da analogia, do que na crítica ao rastro das origens, uma vez que considerou, logo na página seguinte àquele comentário, que o estudo das analogias era o “mais

No capítulo *Os Fundamentos da Poesia Brasileira*, do livro *As Colunas do Templo*, (1932), citou um autor que estudou o valor da poesia na antiguidade grega, fazendo conexão com a tese da Escola *Ritualista* quanto à ancestralidade e origem dessa expressão em verso. Portanto, do livro *Le monde primitif*, de 1772, do francês Court de Gebelin, Barroso destacou as seguintes constatações quanto ao valor da poesia na Grécia antiga:

“(...) Nos primeiros tempos da Grécia, a poesia, consagrada ao serviço dos altares, somente saía do recinto dos templos para a instrução dos povos. (...) Oráculos, dogmas, preceitos morais, leis religiosas e civis, ensinamentos de toda a natureza sobre os trabalhos do corpo e as operações do espirito, tudo, enfim, que se considerava uma emanção, ordem ou benefício da Divindade, tudo era escrito em verso. Dava-se a essa lingua sagrada o nome de poesia, isto é, linguagem dos deuses(...)”¹⁸⁴

Analisando tais conclusões, quanto ao percurso da poesia, infere:

“Escapos á fiscalização dos templos, depois da morte e desmoralização dos misterios e iniciações da antiguidade, caídos no dominio publico, os rituais produziram, dispersos em mil povos variados, quase toda a riqueza folclorica do mundo atual.(...) A poesia popular, pois, nos seus fundamentos não nasce do povo. Ela desce do

interessante no folclore.” A partir da observação das analogias, propôs indicar os aspectos, não só ancestrais e comuns, mas, principalmente, os elementos de adaptação e peculiaridade da temática folclórica. Foi por considerar o estudo da vida popular como indispensável para a elaboração de um saber nacional, que Barroso defendeu a importância das adaptações e apropriações folclóricas a partir do estudo comparativo. BARROSO, Gustavo. *O Sertão e o Mundo*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, 1923. _____. *As Colunas do Templo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932.

¹⁸⁴ BARROSO, Gustavo. *As Colunas do Templo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932, p. 222.

erudito até o povo, batize-se com a água do sentimento e da expressão do povo, ficando após apta a correr o mundo como poesia popular.”¹⁸⁵

Partindo da tese do fundo comum do “folclore” fez menção à antiguidade, e em especial aos templos antigos, tidos como berço da poesia enquanto linguagem sagrada dos iniciados. Nessa perspectiva, Barroso explicitou uma relação entre literatura erudita e popular baseando-se na proposta da Escola *Ritualista*, ao sugerir que os fundamentos primeiros e mais remotos, ou seja, as origens da poesia foram identificadas numa experiência templária dos tempos antigos. Ponderou que com o enfraquecimento dos mistérios e com o domínio público dessas experiências, foi originado o “acervo folclórico” da humanidade. Desse modo, defendeu a tese de que a poesia nasceu da experiência erudita, para, somente depois, ser disseminada no meio do povo, sendo por este adaptada, ganhando feições de poesia popular.

Diante da constatação de que a mais remota origem da poesia foi localizada na experiência erudita dos templos antigos Barroso escreveu que: “(...) a poesia erudita e a popular nascem e se desenvolvem paralelamente, quase sempre se interpenetrando.”¹⁸⁶ Vinculou essa observação à Escola *Antropológica*. Ao expor a proposta do desenvolvimento concomitante da poesia erudita e popular, Barroso não se

¹⁸⁵ BARROSO, Gustavo. *As Colunas do Templo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932, p. 223-224. Penso que Gustavo Barroso não chegou a ler Giambattista Vico, mas talvez tenha tido contato com algumas idéias deste napolitano incorporadas em vários autores posteriores à publicação, em 1744, da edição definitiva de *A Ciência Nova*. Nesta obra, Vico inova ao acreditar que a imaginação e a intuição seriam úteis e indispensáveis à razão e ao entendimento. Ia além, colocando a figura do poeta (exemplificada em Homero) como tocado pelos raios da metafísica, ou seja, como, mesmo indiretamente, ouvindo a luz divina. Dizia, ainda, que a primeira linguagem humana foi o seu corpo e seus gestos; que as letras e os fonemas nasceram juntos e que a poesia antecedeu a prosa, pois quando de um tempo em que uma palavra designaria um “mar” de coisas, ou como a fala própria à Idade dos Heróis, o mítico se traduzindo no poético. VICO, Giambattista. *A Ciência Nova*. (1744). Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1999.

¹⁸⁶ BARROSO, Gustavo. *As Colunas do Templo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932, p. 196.

opôs a tal constatação, ou melhor, reconheceu a plausibilidade de sua explicação.

Ao estudar a origem da poesia numa escala local e mais recente, ou seja, no sertão nordestino brasileiro, Barroso definiu como classicismo sertanejo as formas poéticas coligidas do sertão identificadas como “xácaras, quadras, motes, glosas e adivinhas”. De acordo com ele essas expressões contaram com a colaboração letrada e foram trazidas pelos jesuítas, através dos seminários no período colonial, especialmente. Segundo o autor, a origem dessas formas poéticas decorreu, em especial, do europeu, através da primeira formação nos seminários jesuítas. Assim, a fonte primeira dessas poesias foi localizada na experiência religiosa, sendo adaptada à poesia oral. Por seu turno, essa poesia popular foi fonte de inspiração e de pesquisa de estudiosos dos usos e costumes da vida popular no Brasil, a exemplo do próprio Barroso.

Dentre as principais hipóteses de Barroso a respeito da origem mais remota da poesia e da relação entre literatura erudita e popular, duas proposições foram percebidas: a primeira inspirada na Escola *Ritualista*, identificando a origem da poesia da humanidade a partir dos templos da antiguidade, ou seja, de uma experiência erudita, e a segunda orientada pela Escola *Antropológica*, constatando que a poesia popular e a poesia erudita não só haviam nascido paralelamente, mas se interpenetrado. A observância dessas duas possibilidades de abordagem foi justificada por Barroso a partir de seu discurso eclético diante das escolas, e em especial, por seu interesse pela Escola *Ritualista*. Ressaltando uma origem erudita ou expondo uma relação de desenvolvimento paralelos entre o popular e o erudito, o autor definiu o folclore como sinônimo de tradição popular, ou seja, poesia oral, crenças, festas, moradia, vestimenta e trabalho. E essa definição tanto foi apresentada nos livros em que abordou o “folclore”, quanto na sua proposta de 1942 do “Museu Ergológico”, citado no 3º capítulo deste trabalho.

Diante dessas formulações e definições, está em jogo a formulação destes conceitos. Foram, principalmente, os “eruditos” que definiram a si próprios, mas também, quem seriam os “populares” e os “folclóricos”. O “popular”, pôde, portanto, ser definido exteriormente a partir de idealizações que o pinta positiva ou negativamente. Mesmo ainda perseverando a memória e a afetividade em relação a esta cultura, através do estilo memorialístico, Gustavo Barroso era doutor, tinha saído para estudar fora, era homem de Academias, livros e jornais. O próprio ideal cientificista já deveria servir de aviso de que o “folclore” era assunto para iniciados e estudiosos.

Em certo sentido, os “estudos folclóricos” tendem à evasão e ao alheamento, pois pensam sua identidade pelos pólos do passado e do futuro. O presente aparece, reiteradas vezes, como o momento em que perigam as perdas e as adulterações. Daí, certo cuidado preservacionista que idealiza o “popular” como um ritual fechado sobre coisas passadas. O zelo preservacionista coloca o intelectual no centro, seja das instituições, seja na avaliação dos temas adequados ou não. O interesse pelo “popular” corresponde à invenção do “exótico”, do “pitoresco” e se ramifica para as idealizações políticas do “povão” e do “Zé-povinho”. As pesquisas de campo são uma via de mão única. Eruditos autores indo ao encontro de populares atores.

O mundo da escrita foi um mundo de defesas e combates. Em variadas páginas Gustavo Barroso expôs sua proposta de trabalho e, ao mesmo tempo, respondeu a críticas feitas a seus estudos:

“Muita gente entende que ser folclorista é andar á matroca por aqui e por ali, apanhando refrões, cantigas e relatos a trouxe-mouxe. Não. Isso não basta. É necessário saber transcrever o que se ouve com fidelidade, sem exageros e sem mentiras, escrever com propriedade e

clareza, evitar exibicionismos e ter ampla cultura geral, afim de poder separar o joio do trigo, estabelecendo as analogias precisas.”(...) ¹⁸⁷

O exercício (seu estilo) de registrar suas lembranças nas páginas de “estudos folclóricos” e regionais não poderia ser feito à deriva. Para além de juntar e registrar, Barroso considerou necessário saber separar, selecionar, classificar, a fim de fazer as devidas comparações. No rastreamento das parencas, das similitudes de expressões tidas como folclóricas, cabia ao estudioso um arguto olhar observador, de atento ouvinte. Na realização de coletas, comparações e descrições foi exigido, além do exercício de campo, um acurado conhecimento. O “folclorista” também teria que ser preciso. Em *As Colunas do Templo* (1932), ele afirmou que, desde 1911, através de artigo publicado no *Jornal do Comércio*, essas propostas haviam sido defendidas. Nessa linha de argumentação, Barroso citou seu livro *Ao Som da Viola* (1921), onde a proposta de catalogação dos “temas folclóricos” por meio de ciclos temáticos foi apresentada. Nesses dois livros, se reportou a autores que utilizaram o método do ciclo temático, argumentando que “Todo o ‘folklore’ europeu tem sido catalogado e estudado dessa maneira.(...)”.¹⁸⁸ A intenção de Barroso, ao salientar no livro *As Colunas do Templo* as datas e lugares onde defendeu, pela primeira vez, a proposta do ciclo temático, foi de demarcar o seu lugar como escritor precursor. Quanto ao uso dessa classificação escreveu:

“Embora sem citar o seu autor, o meu colega Amadeu Amaral aproveitou-a em artigos publicados no *Estado de S. Paulo* ha alguns

¹⁸⁷ BARROSO, Gustavo. *As Colunas do Templo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932, p. 278-279.

¹⁸⁸ Dentre os autores, foram citados Lowce, Kroeber, Gaston Paris e Van Gennep com estudos acerca de experiências na Europa, América Setentrional, África, Ásia... BARROSO, Gustavo. *Ao Som da Viola*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, 1921, p. 17 e *As Colunas do Templo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932.

anos. E, mais recentemente, um concorrente a premios da Academia traçava estes ciclos ao nosso folclore, como originais: ciclo costeiro, de penetração e de mineração.”¹⁸⁹

Ainda na demarcação de sua contribuição com a proposta do ciclo temático nos “estudos do folclore” no Brasil, assim argumentou, em seu livro de 1923, *Ao Som da Viola*: “(...) A classificação terá, ao menos, o methodo da originalidade e de abrir um caminho ainda não desbravado na matta do nosso ‘folk-lore’.”¹⁹⁰

No que diz respeito ao escritor Amadeu Amaral comentou o historiador Nicolau Sevcenko:

“Uma figura-chave nessa área do chamado ‘novo folk-lore’ era Amadeu Amaral, um dos fundadores da Sociedade de Cultura Artística, que organizava muitos dos concertos de Guiomar Novaes, colaborador na fundação também da Liga Nacionalista e na criação da *Revista do Brasil*. Um dos projetos que mais o apaixonava era a criação da Associação Paulista de Estudos Populares. O que distinguiria, segundo ele, de outras instituições ou pesquisadores que estudaram ou estudavam a cultura popular brasileira, seria o intuito preclaro de definir um padrão eminentemente científico aos estudos, em vez do caráter saudosista, complacente e laudatório que eles vinham denotando até então.”¹⁹¹

A observância de críticas e defesas na obra de Barroso possibilitou compreender o circuito de debates a respeito dos procedimentos do

¹⁸⁹ BARROSO, Gustavo. *As Colunas do Templo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932, p. 23.

¹⁹⁰ BARROSO, Gustavo. *Ao Som da Viola*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, 1921, p. 19.

¹⁹¹ SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 252.

“exercício folclorista”, trazendo para a discussão questões como: a prática de coleta e catalogação do “material folclórico”, a relação entre estudo e pesquisa, bem como, o debate acerca do valor de cientificidade desse conhecimento.¹⁹²

A polêmica com Amadeu Amaral, uma das principais expressões dos “estudos folclóricos” de São Paulo nos anos de 1920, se constituiu em peça importante na identificação da “temática folclórica” naquela ambiência. Veja-se o emaranhado das conceituações: em princípio, a própria distinção entre uma cultura erudita e outra popular. Na primeira, contando a condição autoral, o “gênio genioso”, escalas de inspiração ao plágio, regras metódicas, etc. Na segunda, apreciando-se os valores de anonimato, o “gênio do povo” (seu espírito), a voz da ancestralidade, seus totens e tabus. O cerne da questão não é tanto que essas idéias fossem “eruditas”, mas também o fato de sua repercussão como modelo e os meios para a sua divulgação.

No capítulo “*Os Mitos Ameríndios*” do livro *As Colunas do Templo* (1932), Barroso acusou o escritor Osvaldo Orico de ter copiado trechos de seu livro *O Sertão e o Mundo* (1923) numa tese apresentada para concurso da Escola Normal. Nas comparações entre esses dois textos localizou passagens concluindo que trechos dessa tese haviam sido copiados daquele livro. Desse modo, lançou a seguinte provocação: “(...) Pergunto, pois, ao leitor se não praticou um ato de ingratidão esse sr. Osvaldo Orico fazendo de mim, neste ponto, *celui qui souffle et qu’on oublie?* (...)”¹⁹³ E

¹⁹² Concernente aos anos 20 paulista, destacou-se a seguinte síntese de Nicolau Sevcenko: “O que se via em São Paulo nesse momento era uma correria sôfrega para escavar raízes tradicionais e restabelecer uma ‘memória’ de tinturas coloniais; um empenho pelo resgate e identificação com uma cultura popular, mormente de recorte ‘sertanejo’; uma busca das áreas periféricas ao centro, à procura dos espaços livres para corridas e esportes, do público para as façanhas e da animação popular para o Carnaval e as novas celebrações; e um curioso modernismo parisiense, que ensinava a desprezar a velha Europa moribunda e a amar a pujança da América e a ‘magia dos trópicos’.” SEVCENKO, Nicolau. *op. cit.*, 1992, p.255.

assim concluiu: (...) Era muito melhor ter posto a minha pagina, honestamente, entre aspas...”¹⁹⁴

Referindo-se ao livro *O Sertão e o Mundo* (1923) defendeu: “(...)Além disso, depois da publicação do meu livro, os estudos de folclore progrediram muito.” E continuou: “(...) eu sou como lord Byron: posso deixar que me furem o relógio calado, mas grito quando me surrupiam as idéas.”¹⁹⁵ Nessas páginas, ficou mais explícito o viés conflitivo de seus escritos na defesa de sua obra. Por intermédio de textos ele respondeu e lançou críticas, tentou se diferenciar de outros escritores e defendeu temas e métodos de estudo. Enfim, dentre as intenções de Barroso, uma delas foi deflagrar tensões e diferenças entre ele, seus críticos e outros “estudiosos do folclore”.

Quanto à elaboração da expressão *Folk-Lore*, na Inglaterra do século XIX, o autor argumentou: “Estava lançada a semente dum novo e interessante ramo dos conhecimentos humanos, duma verdadeira ciência feita de retalhos de muitas ciências e exigindo uma soma real e vasta de saber”.¹⁹⁶ Nessa página, fez o recorte de quais áreas do conhecimento deveriam compor a prática folclorista: filologia, história, filosofia, etnografia, geografia e a sociologia. Ao referendar a aproximação desses ramos, quis reafirmar a utilidade e credibilidade dos “estudos folclóricos” a partir de um discurso pautado no saber científico. O debate quanto ao valor científico de produções voltadas para o “folclore” foi freqüente entre os estudiosos do “folclore” e aqueles oriundos do círculo das Letras, acadêmico, universitário, em especial das Ciências Sociais. Ou seja, esse

¹⁹³ BARROSO, Gustavo. *As Colunas do Templo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932, p. 232.

¹⁹⁴ BARROSO, Gustavo. *As Colunas do Templo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932, p. 239.

¹⁹⁵ BARROSO, Gustavo. *As Colunas do Templo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932, p. 233 e 236.

¹⁹⁶ BARROSO, Gustavo. *As Colunas do Templo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932, p. 9.

debate a respeito da instituição científica dos “estudos do folclore” no Brasil foi desenvolvido desde o começo do século XX, passando pelo período de institucionalização dos cursos de nível superior na década de 1930, chegando até a década de 1950 com a realização de Congressos Nacionais do Folclore.¹⁹⁷

No que concerne ao território de debates acerca do “estudo do folclore” como prática científica Luís Rodolfo Vilhena fez a seguinte análise, a partir do estudo de artigos de Édison Carneiro:

“A atuação de Amadeu Amaral é apresentada como uma resposta ao seu diagnóstico de que a produção folclorística brasileira de seu tempo padeceria de ‘três males principais’: o ‘sentimentalismo’, as ‘teorizações precoces’ e o ‘diletantismo erudito’; crítica que é articulada à defesa de uma visão integrada e orgânica da cultura popular”.¹⁹⁸

Ao lado de Amadeu Amaral, outro importante estudioso do “folclore” desse período foi o paulista Mário de Andrade que realizou uma série de “viagens etnográficas” ao Norte e ao Nordeste entre os anos 1927 e 1929 para a pesquisa e coleta da vida popular, tida como “acervo de brasilidade”.¹⁹⁹

¹⁹⁷ FERNANDES, Florestan. *op. cit.* Cf. VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Funarte: FGV, 1997.

¹⁹⁸ Édison Carneiro foi o primeiro diretor da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro - CDFB fundada em 1958. Carneiro citou a participação dos escritores Mário de Andrade e Amadeu Amaral na defesa de uma postura científica no estudo do folclore, em oposição ao que foi intitulado como concepção literária e diletante de outros folcloristas seus contemporâneos. Para o detalhamento dessa discussão entre trabalho folclórico literário e científico, bem como, a respeito da CDFB, cf. VILHENA, Luís Rodolfo. *op. cit.* p. 75-115.

¹⁹⁹ Na atmosfera da década de 1920 em São Paulo “(...) tanto Amadeu Amaral quanto Mário de Andrade podem ser definidos como ‘literatos’ que, interessando-se pelo folclore e reconhecendo o seu ‘amadorismo’ no tema, clamam pelo desenvolvimento de uma atmosfera mais objetiva e científica para esses estudos. Por outro lado, essa não é uma preocupação exclusiva desses dois autores ou apenas do campo do folclore. Ela, na verdade, dá continuidade à defesa da superação das visões da realidade brasileira criticadas como romantizadas e idealizadas em favor de um exame objetivo dos problemas

Em estudo acerca da noção de patrimônio em Mário de Andrade, o historiador Antonio Gilberto Ramos Nogueira apontou que tanto Andrade quanto Amadeu Amaral defenderam um rigor de cientificidade ao trabalho de coleta folclorista, enaltecendo o papel dos pesquisadores. Quanto a essa defesa, vale a pena citar esse trecho de Mário de Andrade:

“(...) A Etnografia brasileira vai mal. Faz-se necessário que ela tome imediatamente uma orientação prática baseada em normas severamente científicas. Nós não precisamos de teóricos, os teóricos virão a seu tempo. Nós precisamos de moços pesquisadores, que vão à casa do povo recolher com seriedade e de maneira completa o que esse povo guarda e rapidamente esquece, desnordeado pelo progresso invasor (Andrade, in: *Jornal Síntese*, 1936).”²⁰⁰

Coloca-se o problema social dos intelectuais: formam uma espécie de elite, um corpo técnico e profissional com procedimentos e rigores próprios, com um certo ideal de cientificidade. Por outro lado, percebem que o fosso entre ricos e pobres aumentava e que caberia aos pesquisadores e estudiosos trabalharem no sentido de difusão, educação e esclarecimento. As elites intelectuais não coincidem, necessariamente, com as altas classes políticas e econômicas: preservar expressões artísticas, então, não implicaria em manter inalteradas as situações econômicas e sociais. De um lado, cobra-se dos intelectuais certa “neutralidade” na observação ou catalogação de suas matérias; de outro, espera-se a sua ação nacional e social.

As primeiras lutas do movimento modernista foram no sentido de tentar afirmar a nova arte (sintomaticamente chamada futurista) frente ao

da nossa sociedade e nossa cultura, perspectiva que se inicia com a ‘geração de 1870’, que tem seu representante paradigmático em Sílvio Romero.” VILHENA, Luís Rodolfo. *op. cit.*, p. 132.

²⁰⁰ NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. *Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005, p. 261.

academicismo e à escola parnasiana. Tratava-se, portanto, de uma luta entre o moderno e o arcaico. A partir de meados da década de 1920, a questão da brasilidade tornou-se lema importante para os intelectuais, com versões à “esquerda” e à “direita”. Mário de Andrade, seja em parte considerável de sua obra, seja como Diretor do Departamento de Cultura de São Paulo entre 1935 e 1938 foi um dos que mais meditaram sobre as particularidades e problemas de nossa identidade. A esse respeito escreveu Antonio Gilberto:

“A busca do registro dessa experiência nacional e a constituição de um acervo de brasilidade levaram os modernistas e, em particular, Mário de Andrade a se dedicarem de forma intensa às pesquisas do folclore e da cultura popular. Nesta obsessiva tarefa de conhecer e entender a realidade brasileira, encontram-se suas viagens pelo interior do Brasil. Nas andanças pelo País, o Mário-colecionador, o Mário-musicólogo, o Mário-pesquisador, o Mário-descobridor, o Mário-poeta e o Mário-viajante vão ao encontro do Brasil autêntico, dos lugares de memória nacional. Especificamente, a ‘Viagem de Descoberta do Brasil’ de 1924, a Minas Gerais, e as ‘Viagens Etnográficas’ de 1927, 1928 e 1929, ao norte e nordeste do País, representam, no contexto do Modernismo, a síntese do pensamento brasileiro na construção de uma cultura nacional. Tais preocupações revelam a importância das tradições como mediadoras da questão nacional.(...)”²⁰¹

Tanto Mário de Andrade quanto Gustavo Barroso trataram o folclore e a cultura popular como similares. Mário de Andrade abordou o material folclórico a partir de fontes tangíveis e não tangíveis, dando ênfase, em seus estudos, à expressão musical. Defendeu o rigor científico para a pesquisa folclórica, desenvolvendo um diálogo entre a fonte popular e a bibliográfica. Para ele a relação direta com o povo foi tida como

²⁰¹ NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. *op. cit.* p. 64-65.

imprescindível para o exercício de coleta e registro do “material folclórico”, daí suas viagens para Minas Gerais, bem como, para as regiões Norte e Nordeste do país na década de 1920. Assim, o trabalho de pesquisa na “atividade folclorista” foi apontado como fundamental em acordo com um rigor no método de recolhimento e registro.

Em artigo publicado no dia 5 de maio de 1940, no *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, Mário de Andrade teceu a seguinte crítica ao livro de memórias *Coração de Menino* (1939) de Gustavo Barroso:

“Este primeiro volume nos mostra o sr. Gustavo Barroso aos seis anos, indo para a escola do professor Lino da Encarnação. Por tudo o que se conta, percebe-se muito bem que o sr. Gustavo Barroso foi um bom menino, estudioso, tirando suas distinções no colégio, fumando escondido, amando a pátria. Numa pequena advertência, nos garante o escritor que dirá somente a verdade, apenas cuidando de envolvê-la nos arranjos e atavios literários para lhe diminuir a intensidade. Talvez seja este o grave erro estético cometido pelo sr. Gustavo Barroso. Eu creio que qualquer espécie de elemento literário é criado justamente para aumentar a intensidade dos casos, das pessoas e dos sentimentos. O sr. Gustavo Barroso, ao que parece, teve uma infância branda. Nada mais natural e de acertada literatura que ele usar todos os atavios e arranjos literários que intensificassem essa brandura. Em vez: o artista como que abrandou a brandura, tornando-a morna e frequentemente de insuportável sabor didático. No livro há meninos que falam assim: ‘Paulo, não foi o Jonas quem atirou a castanhola. Fui eu. Queria mexer com o Barroso. A pontaria infelizmente foi má. Perdoas-me?’. A avó do sr. Gustavo Barroso fala deste jeito: ‘Temos muitas queixas dessas parentas com quem não nos damos há muitos anos. Para nós, não existem. Não debes mais passar por lá, evitando-as sem macriação. Mas se por acaso as encontrares de novo em qualquer parte e falarem contigo, sê amável e discreto.’ O capítulo dos cigarros é exemplar neste gênero. Basta dizer que depois de uma longa fala do pai, proibindo fumar ao menino de seis anos porque ‘o tabaco contém um veneno

chamado nicotina, por ter sido descoberto pelo sábio francês Nicot’, etc., é o próprio sr. Barroso a terminar as suas considerações com esta máxima, de que nem o marquês de Maricá foi capaz: ‘Quando os homens deixarem de fumar, os meninos não fumarão mais.’ Como se vê, o abrandamento que o sr. Gustavo Barroso usou neste livro atinge a própria substância intelectual. Assim não há literatura que resista.”²⁰²

Levando-se em conta que a escrita memorialística marcou o estilo de Gustavo Barroso, considera-se que a crítica de Mário de Andrade tocou num ponto importante do discurso do autor, uma vez que questionou o estilo de Barroso identificando nele um teor de ensinamento, ou melhor, um “insuportável sabor didático” que punha à prova, no limite, o valor de verdade daquela narrativa. A forma de depoimento orientou a abordagem de Gustavo Barroso, tanto na trilogia de memórias *Coração de Menino* (1939), *Liceu do Ceará* (1940) e *O Consulado da China* (1941), quanto nos “estudos de folclore” e “sociologia sertaneja”, numa intenção de passar ao leitor um estatuto de verdade desses livros, como se o fato de ter tido contato direto com o tema estudado legitimasse seu texto. Daí Barroso ter argumentado na abertura de *Coração de Menino* (1939): “Neste livro somente conto a verdade. Os arranjos e atavios literários envolvem-na só para diminuir-lhe a intensidade ou para torná-la mais acessível ao leitor atual.(...)”²⁰³ Desse modo, Mário de Andrade ao criticar o estilo empregado em *Coração de Menino* (1939) questionou não só este livro, mas a própria obra de Gustavo Barroso, uma vez que a produção dessa narrativa de lembranças teve como uma das intenções legitimar a trajetória intelectual do autor de *Terra do Sol* (1912) e de seus estudos sobre a cultura popular. Assim, as críticas que recaíssem sobre seu primeiro livro de memórias

²⁰² ANDRADE, Mário Raul Moraes de. Noticiário. In: *Vida Literária*. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1993, p. 184-187.

²⁰³ BARROSO, Gustavo. *Coração de Menino*. 3ª ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000, p. 9.

poderiam atingir as experiências que Barroso quis enaltecer em suas recordações.

Em 1932, quando Gustavo Barroso já havia publicado mais da metade de seus livros sobre “folclore”, assim esclareceu:

“A elle tenho dedicado grande parte do meu tempo e do meu esforço, produzindo alguns livros, cujo unico merito talvez seja sómente apreciar a materia de pontos de vista ainda não aproveitados no Brasil. Dos modernissimos no assumpto, méro compilador, ou melhor, repetidor de cantos do sertão, já me acoimou de simples folklorista de gabinete. Ao invés de atirar-me pecha, como pretendia, fez-me, sem querer, elogio immenso.

Ouvir o povo, tomar nota das suas manifestações e reproduzil-as em livro faz qualquer individuo. Si tanto, basta para isso saber ler e escrever. Mas reunir taes producções, agrupal-as, catalogal-as, serial-as, esmiurçar-lhes variantes e analogias, réplicas e origens, na vida de outros povos, no seio de outras raças, no coração de outros continentes, percorrendo os seculos pelos livros e documentos tradicionais, isso, em verdade, nem todos poderão fazer. Tarefa semelhante requer acurado estudo, erudição, paciencia, tempo, cuidado, probidade intellectual, conhecimento de linguas estranhas e sobretudo rico material bibliographico. Ademais, quem realiza essa obra de gabinete póde ir colher as producções demologicas quando queira se entregar a esse trabalho, tal como o fiz ha poucos lustros, no Ceará, emquanto que o catador, respigador e ajuntador de trovas ou racontos não poderá executar o serviço de gabinete quando lhe der na veneta, Este fia mais fino.”²⁰⁴

A expressão “folclorista de gabinete” indica traço importante da intelectualidade brasileira, qual seja, a alocação institucional de escritores.

²⁰⁴ BARROSO, Gustavo. *Através dos Folk-Lores*. São Paulo, Cayeiras e Rio de Janeiro: Comp. Melhoramentos de São Paulo, 1927, p. 5-6.

Gustavo Barroso, desde 1922, no Museu Histórico Nacional, ou Mário de Andrade no Departamento de Cultura de São Paulo entre 1935 e 1938. Gustavo Barroso comenta que, talvez, a intenção de chamá-lo de “folclorista de gabinete” fosse ofendê-lo, como se ele estivesse distante das pesquisas de campo. Ao que ele retrucava, dizendo que no gabinete teria condições de ler “filosoficamente” os “materiais etnográficos” recolhidos em suas pesquisas. Barroso enfatizou os critérios e condições exigidos ao “estudioso do folclore”, delimitando e defendendo seu lugar nesse circuito. Além de um minucioso exercício de classificação e registro, também foi recomendada uma imprescindível retidão intelectual. E mais, Barroso foi insistente na demonstração da íntima relação com os temas explorados. Desse modo, ele fazia a defesa de seu “exercício folclorista” anunciando a familiaridade com os temas abordados, o valor da pesquisa de campo e a importância do refinamento intelectual, do “serviço de gabinete”, tido como indispensável à experiência de “estudo do folclore”. Também defendeu o valor de cientificidade do “trabalho folclorista” apontando métodos de análise e classificação.

As críticas que, tanto Gustavo Barroso, quanto Mário de Andrade ouviram recaíam sobre o que poderia ser visto como regionalismo em suas obras, um “nordestinismo” no primeiro e um “paulistismo” no segundo. Vê-se, portanto, que a busca por uma identidade nacional enredava-se na trama nacionalismo- estrangeirismo- regionalismo.

Apesar de Gustavo Barroso apontar o caráter de universalidade da “fonte folclórica” por meio do rastreamento da ancestralidade, também defendeu suas características de especificidades ao identificar as adaptações. Inclusive, considerou de suma importância o reconhecimento da peculiaridade da manifestação popular. Desse modo, o estudo regional complementou o discurso nacional, uma vez que visou favorecer ao conhecimento do modo de vida de populações afastadas das grandes cidades marcadas pelo cosmopolitismo. Assim, a identificação de traços nacionais significou definir aspectos comuns ao ser brasileiro, bem como,

os elementos diferenciadores diante do estrangeiro. Daí a importância que Gustavo Barroso empregou ao rastreamento das adaptações, das particularidades da fonte popular para a elaboração do projeto de brasilidade.

2.3 O Povo e a Pátria

No período de publicação dos livros de Gustavo Barroso de “sociologia sertaneja” e “estudo do folclore” um dos temas em voga dizia respeito ao estudo da vida popular em consonância com o projeto de interpretação da vida nacional, uma vez que a elaboração de um saber sobre o Brasil tornou imprescindível o conhecimento, a classificação e o registro de experiências tidas como populares. Experiências definidas como o alicerce, a base de uma cultura nacional.

Além de perceber semelhanças estruturais nos temas populares, indicando a ascendência e as analogias, Gustavo Barroso se interessou em apontar as suas particularidades, apropriações e adaptações no sertão nordestino, no intuito de produzir um saber sobre características locais, regionais e nacionais. Nesse sentido, citou: “Os contos se assemelham à teia de Penelope: têm sido feitos e refeitos muitas vezes. Cada povo, cada nação borda-os de novo ao seu gosto; entretanto, o tecido básico ficou sempre o mesmo.”²⁰⁵ A alusão à teia de Penélope da *Odisséia* de Homero, é um indicativo das reflexões de Gustavo Barroso no estudo das permanências e adaptações dos contos e temas populares. E ainda:

“Na demografia, na demopsicologia, um dos fenômenos mais curiosos não é o vôo dos contos e lendas de continente a continente, genialmente adivinhado pelos irmãos Grimm, porém a maneira rápida e completa por que tomam a coloração local. É um verdadeiro mimetismo literário popular.”²⁰⁶

²⁰⁵ BARROSO, Gustavo. *O Sertão e o Mundo*. Rio de Janeiro: Editora Livraria Leite Ribeiro, 1923, p. 177. Barroso extraiu essa citação do escritor Edmond Pilon.

Perceber a antiguidade, a ancestralidade na cultura popular foi tão imprescindível quanto reconhecer a sua vitalidade. Ou seja, além dos aspectos universais Barroso se preocupou com as peculiaridades:

“O que soffre é a influencia do meio em que se manifesta e das adulterações que elle lhe impõe. Esta ou aquella tradição deste ou daquelle povo apparece no sertão de Nordeste com aspecto e sabor da terra e da gente que o repete, aspecto e sabor esses que dia a dia mais e mais se tornam característicos.”²⁰⁷

No período de publicação de seus estudos sobre a cultura popular um dos temas principais debatidos dizia respeito ao lugar do povo como um dos pilares da nacionalidade. Um dos objetivos em voga foi a elaboração de um saber sobre a vida popular:

“As nossas lendas e tradições, a nossa poesia popular e as nossas canções heroicas são manifestações da alma da nossa raça no tempo e no espaço. Elas representam epocas de nossa vida e faces da nossa existencia. Elas são, no fundo, a voz ardente ou triste, entuziasmada ou amorosa, saudosa ou plangente, desta patria linda e querida, cujo seio nos dá forças e cujo sol nos alumia.

Amemos o nosso folclore.”²⁰⁸

Ao compor seus livros Barroso também ensejou demarcar seu lugar como intelectual preocupado com a escrita de um projeto nacional-popular. Definiu o folclore como sendo as “manifestações da alma da nossa

²⁰⁶ BARROSO, Gustavo. *As Colunas do Templo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932, p. 256.

²⁰⁷ BARROSO, Gustavo. *Ao Som da Viola*. Rio de Janeiro: Editora Livraria Leite Ribeiro, 1921, p. 14.

²⁰⁸ BARROSO, Gustavo. *As Colunas do Templo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932, p. 38.

raça”. Ora, essas lendas, parlendas, canções, poesias, tradições, fábulas foram classificadas por ele como sendo a própria voz da pátria, ou seja, como se a voz do popular fosse a voz da nação, ou como se um saber sobre essa pátria tivesse o aval de falar em nome do povo. Essa foi uma estratégia comum de legitimação do discurso nacional-popular. Nesse discurso o folclore foi definido como uma importante expressão do povo, daí a justificativa para seu estudo, uma vez que para se conhecer o Brasil foi indispensável registrar as experiências populares. Como já foi dito, Barroso definiu o folclore como semelhante à cultura popular.²⁰⁹ Diante do ideal nacional de irmandade e reconhecimento coletivo, Barroso conclamou o leitor a amar o folclore, aqui como sinônimo de tradição popular, ou mesmo, oração patriótica:

“O folclore é um dos estudos mais uteis. Ele dá o gosto dos livros e das buscas minuciosas. Ensina a ter método e paciência. Obriga a adquirir uma instrução seria, a versar linguas, a obter conhecimentos variadíssimos. Faz penetrar na alma dos povos e no espírito das raças. Acostuma a amar o que é nosso, a querer às nossas tradições, a sentir como a nossa nação sente. Pelo folclore, diz Alfredo Apell, nós vemos não só que o povo foi quem forneceu a materia prima das obras famosas dos genios literarios e artisticos como a sua alma, cheia de humilde idealismo, constitúe a base moral da humanidade. Ele não é

²⁰⁹ A respeito da formação nacional (na Europa) e da recorrência aos costumes para o reconhecimento de um passado comum escreveu Montserrat Guibernau: Duas implicações principais e provenientes disso possuem uma importância particular para a análise do nacionalismo. Primeiramente, uma cultura comum favorece a criação de laços de solidariedade entre os membros de uma dada comunidade e permite-lhes imaginar a comunidade a que pertencem como separada e distinta das outras. A solidariedade, então, se baseia na consciência de formar um grupo, sendo os estranhos considerados estrangeiros e ‘inimigos’ potenciais. Em segundo lugar, os indivíduos que ingressam numa cultura carregam emocionalmente certos símbolos, valores, crenças e costumes, interiorizando-os e concebendo-os como parte deles próprios. A carga emocional que os indivíduos investem em sua terra, língua, símbolos e crenças, enquanto desenvolvem sua identidade, facilita a difusão do nacionalismo.” Cf. GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p. 85-86.

passatempo sem valor e sim um estudo científico em que a filologia, a história, a filosofia, a etnografia, a geografia e a sociologia se dão as mãos para resultados os mais curiosos e interessantes, os mais úteis e os mais belos.”²¹⁰

Paciência e erudição foram critérios citados, com constância, para aquele que se arrogasse o nome de folclorista. Nessa defesa, propôs que a consecução desses estudos deveria dispor de conhecimento de vários ramos do saber. Além do mais, a recorrência a uma narrativa memorial foi flagrante, sendo uma das características de seu estilo, também comum entre seus contemporâneos. Mas, quando Gustavo Barroso argumentou que o “estudo do folclore” não era um passatempo e sim um dos mais úteis estudos também fez alusão à relação do popular com a temática da nacionalidade. O discurso nacional foi construído a partir de interpretações intelectuais, e foram essas interpretações que deram unidade às experiências fragmentadas. O popular foi tido como uma das colunas da nacionalidade, nessa perspectiva, suas práticas foram tidas como merecedoras de registro. A consecução de um conhecimento sobre o Brasil, dos seus rincões distantes, tornou imprescindível o registro de saberes acerca da vida popular. O folclore foi pensado pelo autor como lugar de sobrevivência da alma desse povo, do “espírito de uma raça”, bem como, testemunho das tradições. E essa tradição do povo foi um dos sustentáculos da narrativa nacional. Assim, à idéia de folclore estariam relacionadas outras idéias como alma, essência, permanência de um fundo comum entre vários povos de lugares e tempos diferentes, mas também, a idéia de adaptação e transmutação, o que demarcou sua face local.

Gustavo Barroso se inspirou tanto em motivações políticas quanto em motivações afetivas na consecução de seu estudo sobre a vida popular. A saudade foi freqüentemente comentada como uma das responsáveis por

²¹⁰ BARROSO, Gustavo. *As Colunas do Templo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932, p. 19.

seu estudo regional, das tradições populares, vistas, ouvidas e vivenciadas no sertão e no litoral. Assim, entre a saudade e o culto ao letramento, o autor compôs sua “vocação nacional”. Registrando suas lembranças, copiando suas observa es Barroso deu contornos   sua obra. Essa rela o intelectual com um projeto de brasilidade esteve na pauta naquelas primeiras décadas do século XX. Houve uma mobiliza o intelectual de ocupa o de cargos públicos e postos do mundo das letras a partir do reconhecimento do valor do trabalho intelectual na afirma o de uma história nacional. A contemporaneidade de Gustavo Barroso, em especial, entre as décadas de 1920 a 1940 foi estudada, com freq ncia, como um período de intensifica o das rela es entre Estado e intelectualidade na implementa o de projetos de interpreta o dos traços de brasilidade e na administra o, por profissionais especializados, dos setores e órgãos desse Estado. Esse quadro foi intensificado no governo varguista. Assim, a política de “redescobrimento do Brasil” reservava ao saber especializado um lugar de relevo na consecua o eficiente de uma política nacionalizante.²¹¹

²¹¹ A respeito dessa política cultural, bem como, da rela o entre intelectualidade e Estado escreveu o historiador João Ernani: “Getúlio Vargas, pelo b - -b  no bacharelismo e pela vivência parlamentar, era hábil no trato e domínio das letras da política e da política das letras. Excertos dos principais escritos de Vargas, como os volumes de *A Nova Política do Brasil*, repercutiam e amplificavam-se em discursos e pronunciamentos, convertendo-se em peça de propaganda e catecismo cívico. Extratos, premissas, encadeamentos explicativos... reverberavam um mar de cita es e rodapés espraiados pelos vários escalões burocráticos e pela várias publica es subvencionadas ou mais próximas ao regime. Justificava-se que, a partir daquele presente, ter-se-ia ultimado o processo de profissionaliza o do escritor e do artista e que os desejos de inova o est tica coincidiriam com os interesses de uma renova o política. De sincronias ou coincidências a obra de propaganda convertia compromissos e pactua es. Daí, a valoriza o de 30 como mo(vi)mento efetivamente ‘revolucionário’, com uma axialidade regeneradora alargada para a vida cotidiana entre as classes e para o panorama artístico e intelectual. Nos discursos de Getúlio Vargas e nas publica es editadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), esta maneira de encarar a questão cultural operava como um ‘ritornelo’, uma lógica auto-referente e autojustificativa, que camuflava os conflitos e interesses de políticos e artistas, transferindo-os para as idea es de Política e Arte e que, sob o lema mais ou menos consensual da ‘brasilidade’, buscou fazer transitar, ao redor da órbita do Estado, autores ou correntes ansiosos por converter seu prestígio intelectual em potencial de interven o pública ou em porto-seguro, frente às dificuldades de sobreviver das letras (que não fossem as de câmbio), nas

Na implementação da escrita nacional Gustavo Barroso enveredou pelas trilhas da memória e da tradição popular.

Foi no Rio de Janeiro que Barroso recriou e redescobriu aqueles caminhos do sertão, que lhes foram apresentados pelo seu padrinho nos idos de 1907.²¹² A escrita balizada e inspirada na saudade foi uma marca do exercício intelectual da época de Gustavo Barroso. Ele fez parte dessa “invenção do nordeste” baseada numa literatura de memória. Diante da política de nacionalização e dessa invenção, escreveu o historiador Durval Muniz:

“O Nordeste surge como reação às estratégias de nacionalização que esse dispositivo da nacionalidade e essa formação discursiva nacional-popular põem em funcionamento; por isso não expressa mais os simples interesses particularistas dos indivíduos, das famílias ou dos grupos oligárquicos estaduais. (...) A necessidade de reterritorialização leva a um exaustivo levantamento da natureza, bem como da história econômica e social da área, ao lado de todo um esforço de elaboração de uma memória social, cultural e artística que pudesse servir de base para sua instituição como região.”²¹³

Na década de 1920 o Nordeste ainda era chamado de Norte, ou melhor, as duas denominações eram utilizadas. Um dos lugares de

circunstâncias em que, por mais que se identificasse uma efervescência editorial, persistia a queixa de que os debates encerravam-se no círculo restrito de seus pares, ou que imperariam imitações e pastiches de grandes obras estrangeiras, ou que vigorariam modismos e inovações inconseqüentes, ou que as ‘panelinhas’ literárias roubavam a audiência uma das outras, ou, que enfim, e conforme os números do censo de 1920, dos 30.635.605 brasileiros, 23.142.248 serial analfabetos.” FURTADO FILHO, João Ernani. *Modernismo Café-com-leite: Intelectuais, Arte e Política, 1922-1945*. In: *Revista Trajetos*. Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2005, p. 87-88.

²¹² Os relatos acerca do que Barroso intitulou de “O descobrimento do sertão” foram registrados, especialmente, no seu terceiro livro de memórias. BARROSO, Gustavo. *O Consulado da China*. 3ª ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000.

²¹³ ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz de. *op. cit.*, p. 67.

elaboração do discurso regional foi localizado nos trabalhos literários, folcloristas e de feição memorialista, comuns naquele tempo.²¹⁴ Gustavo Barroso, em suas narrativas de recordações, escreveu:

Se eu não amasse o Ceará, não conservaria de memória a maioria dos fatos que ocorreram durante os anos em que lá vivi, sobretudo os três últimos antes de minha partida definitiva. Recordo a passagem, em 1907, de Juvenal Pacheco, tipo clássico do repórter carioca, entrevistando o Presidente do Estado e colhendo dados para o 'Jornal do Comércio' sobre as condições do Norte. Era então, moda *descobrir* o Norte. (...) Longe estava de adivinhar que em breve seríamos colegas naquele grande órgão da capital do país e que a ele daria minha primeira entrevista como Diretor do Museu Histórico Nacional.”²¹⁵

Morando no Rio de Janeiro quando publicou sua bibliografia, incluindo suas memórias, o próprio Gustavo Barroso seria um “descobridor do Norte”. Essa descoberta da região foi manifestada também numa literatura tida como regionalista, nos escritos nostálgicos e memorialistas, oriundos, principalmente de escritores migrantes e residentes em cidades como São Paulo, e em especial o Rio de Janeiro, centros político-econômicos e pólos intelectuais, artísticos e editoriais. Como foi enfatizado, Gustavo Barroso enveredou por esse caminho da saudade tanto em suas narrativas de memórias, quanto nos livros classificados de “sociologia sertaneja” e “estudos do folclore”. Enfocando

²¹⁴ Durval Muniz analisou como foram elaboradas práticas que deram origem à região Nordeste. No recorte dos objetivos do seu livro destacou a intenção de estudar “o Nordeste como uma identificação espacial, construída em um preciso momento histórico, final da primeira década deste século e na segunda década, como produto do entrecruzamento de práticas e discursos ‘regionalistas’.” Comentando limites dessa noção de identidade, expôs: “Existe uma realidade múltipla de vidas, histórias, práticas e costumes no que hoje chamamos Nordeste. É o apagamento desta multiplicidade, no entanto, que permitiu se pensar esta unidade imagético-discursiva.” ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz de. *op. cit.*, p. 22 e 66.

²¹⁵ BARROSO, Gustavo. *O Consulado da China*. 3ª ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000, p. 130.

essas temáticas escreveu artigos para a imprensa nacional que foram ajuntados e publicados em alguns de seus livros, a exemplo de *Terra de Sol* (1912). Dentre suas obras foram destacadas: *Terra de Sol* (1912), *Ao Som da Viola* (1921), *O Sertão e o Mundo* (1923), *Através dos Folk-Lore* (1927), *As Colunas do Templo* (1932) e outras, publicadas entre 1912 e 1932. Assim, por meio de obras com teor de pesquisa, estudo e memória Barroso construiu um Ceará e apresentou essa idéia ao público leitor. Concomitante a esse descobrimento percebeu-se a intenção do autor de consolidar uma imagem de intelectual entrelaçado ao seu passado e à sua terra, de escritor da saudade do Norte “exilado” no Sul.

Um dos argumentos de Barroso para a sua atividade escrita foi a ausência, a distância e a modificação daquele Ceará lembrado. Esse movimento de invenção da região Nordeste também foi um movimento de invenção de trajetórias intelectuais, demarcando estilos de escrita nessa época. O sentimento de conservação de um passado memorável foi algo comum na contemporaneidade de Gustavo Barroso. Em variados textos dele houve esse contentamento quanto ao passado recordado. Mas houve um intenso pesar, um descontentamento quando constatou a passagem do tempo, a mudança e o fenecimento das coisas, lugares e pessoas. Essa contrariedade foi um traço comum entre intelectuais do seu tempo que se dedicaram à temática regional, tanto através de narrativas de memória nostálgicas, quanto estudos folcloristas. Diante do processo modernizador a sociabilidade das cidades, as relações econômicas, políticas, culturais foram sendo alteradas. Isso foi flagrante em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo e, de modo mais incipiente em cidades do Nordeste, como foi o caso de Fortaleza.²¹⁶ Na invenção do Nordeste a temática da tradição sertaneja foi privilegiada sob a argumentação de que o bulício cosmopolita não havia chegado nessas áreas. Entre um olhar memorialista e uma

²¹⁶ Acerca dessa ambiência de modernização, cf. SEVCENKO, Nicolau. *op.cit.*, 1992. A respeito da modificação da sociabilidade urbana em face desse processo em Fortaleza, cf. SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. *op. cit*

ideação do popular a temática regional na década de 1920 foi entrelaçada ao discurso de reconhecimento e demarcação da identidade nacional.

O sertão que foi reinventado e apresentado nas memórias e nos estudos regionais de Barroso foi o sertão da fartura da chuva, mas também, foi o da seca. Sertão da terra e da água que sangravam. Da dor e do sofrimento do sertanejo, tido como um forte em decorrência da luta com esse meio, que por sua vez, foi pensado como determinante das características dessa gente. A miséria foi explicada também a partir das condições naturais da caatinga, com os períodos de chuva e de estiagem.

O sertão dos vaqueiros, agricultores, rezadores, cangaceiros, cantadores e poetas. Do repentista com seus desafios e louvações na sonoridade das violas. De festividades, vaquejadas e adjuntos: mutirões da colheita e de construções de moradias. Das casas de taipa e das casas avarandadas. Sertão da pecuária extensiva e do roçado. Das lendas classificadas como naturais e sobrenaturais. Das fábulas. Dos animais mais comuns, como o gado, cavalo, cachorro e avoantes. Das crenças e superstições. Enfim, o sertão de variados costumes e tradições. Das artes e dos artefatos. Os sertões vividos também nas histórias contadas pelos sertanejos. E todas essas temáticas foram enfocadas nos livros de Gustavo Barroso, demarcando as características da região Nordeste.

Essas descobertas, segundo Barroso, se deram entre caminhadas, convívios, conversas, participação nesse cotidiano de rezas, festas e trabalho. Entre poesias e cantos. Como já foi exposto, Barroso tocou no folclore através da memória. Em sua trilogia de memória *Coração de Menino*, *Liceu do Ceará* e *O Consulado da China*, editados no Rio de Janeiro entre 1939 e 1941, as experiências recordadas foram identificadas como ensinamentos e inspirações para seus “estudos de folclore” e “sociologia sertaneja”. Por outro lado, o recurso a uma escrita de memória também foi uma constante nesses estudos, na medida em que recorreu a uma narrativa de recordação para relatar episódios populares. Várias

temáticas que foram catalogadas nessas obras foram também apresentadas em sua trilogia de memórias.

Gustavo Barroso lembrou e transcreveu histórias vividas, vistas, contadas a ele no sertão do Ceará:

“À noite, eu armava minha rede na alpendrada, junto à porta da cozinha, onde a velha se sentava num tamborete, cachimbando. Fazia-se falar e muitas vezes pegava no sono ao som monótono de sua voz(...).

Desta história, a Maria da Paz passava para outra, algumas provindas da mais remota antiguidade e dos mais distantes povos, mas rebocadas de novo ao gosto do sertão.(...)”²¹⁷

Corriqueiramente reportou o leitor à familiaridade com os temas estudados, recorrendo a frases como estas: “reproduzo neste livro ajudado da memória e de notas que me forneceram pessoas do lugar e às vezes os próprios cantadores”; “Eu limito-me a transcrever a que ouvi”; “vou tentar descrever-a neste artigo, ajudado das lembranças que me ficaram de tel-a ouvido contar na meninice”; “escutando dos lábios das velhas mucamas”; “o que me ensinou um velho vaqueiro do escaldante sertão da minha terra”; “a que vou dar aqui é a que se cantava, quando eu era menino, em Fortaleza (...) e ainda hoje me resôam na memória os sons dolentes”; “mas é tudo o que me ficou na memória das representações a que assisti, há vinte anos, quando menino”; “contou-me curiosa aventura que tivera”.²¹⁸ Esse recurso do autor, essa imagem de escritor íntimo das temáticas enfocadas se constituiu num caro desejo de conhecimento e reconhecimento de sua trajetória de telúrico intelectual. Por meio de frases

²¹⁷ BARROSO, Gustavo. *O Consulado da China*. 3ª ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000, p. 27.

²¹⁸ BARROSO, Gustavo. *Ao Som da Viola (Folk-Lore)*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, 1921, p. 40, 655; *O Sertão e o Mundo*. Rio de Janeiro: Editora – a Livraria Leite Ribeiro, 1923, p. 51, 113, 158, 189, 205; *As Colunas do Templo: Erudição, Folclore, História, Crítica e Filologia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932, p. 55.

como essas Barroso teve a intenção de estabelecer aproximação entre o mundo oral e o mundo escrito, na medida em que a sua atividade literária foi impregnada por uma escrita memorialística. Inclusive, comentou, amiúde, que a saudade foi a sua grande inspiração.

Foram várias as páginas em que Barroso citou episódios em que um personagem de suas lembranças contava-lhe histórias. Em tantas outras o autor dialogou com os personagens ou participou de episódios delimitados como populares.

Com uma indelével saudade Barroso fez uso das recordações para legitimar seu poder de escrever sobre o povo. A respeito do valor de sua vivência no Ceará e da consecução de seus escritos, observou-se:

“Meus primeiros vinte anos repartidos entre as praias e os sertões do Ceará deram-me também essa vantagem de ter bebido nas fontes das almas rústicas todos os elementos com que compus minha desvaliosa, porém já bastante longa, obra de folclorista. E o ter entrado nas grutas encantadas encheu-me o espírito duma emoção que ainda hoje transparece nos meus escritos regionais.”²¹⁹

Houve a intenção de tornar pertinente os seus escritos intitulados de “sociologia sertaneja” e “estudos de folclore” a partir de uma relação afetiva com temas, lugares e pessoas, ou melhor, a partir de sua saudade. Esse foi um traço de seu estilo: transpassar para o leitor uma proximidade sentimental com as temáticas enfocadas. Ele quis demarcar o seu lugar no circuito da escrita como alguém que viveu essa experiência para além da formação letrada, da atividade de pesquisa de campo e do aprofundamento teórico. Por mais importante que fosse a explicitação do grau de erudição nos círculos do saber, o discurso de Barroso se revestiu de toda uma aura emocionante, de quem relatava não só uma fonte estudada, mas um

²¹⁹ BARROSO, Gustavo. *As Colunas do Templo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932, p. 278.

acontecimento visto, vivido, experimentado e memorado. Em muitas páginas indicou essa relação pessoal, demarcando o estilo de sua escrita, com tons memoriais e saudosos e sugerindo uma minimização da distância entre quem fazia “folclore” e quem o estudava. Essa foi uma característica da produção de coleções folcloristas, uma produção de narrativas com aspectos de memória e de ficção, de registro de lembranças e de material observado e coletado. Essa relação de familiaridade com manifestações denominadas folclóricas foi algo presente no exercício de seus contemporâneos.²²⁰

Portanto, o estilo memorialístico marcou a produção escrita de Barroso. Um das características dessa narrativa consiste em estabelecer um estatuto de verdade ao mundo da escrita, na medida em que o relato é de quem viu, ouviu, enfim, viveu. Quanto a isso, mais uma vez se observa essa epígrafe do autor publicada em seu primeiro livro de memória *Coração de Menino* (1939): “Mas a saudade é a maior testemunha da verdade”. Assim, o relato a partir da vivência é utilizado para confirmar o estatuto de verdadeiro. Desse modo, essas obras podem ser identificadas como uma autobiografia, ou seja, como obras de memória biográfica. Outra característica desse estilo é a tentativa de criar aproximação com a oralidade, na medida em que o texto é de quem viu, portanto, testemunhou. Assim, o estilo memorialístico presente em seus “estudos de folclore” e “sociologia sertaneja”, além de propor um valor de verdade a essas obras, também sugeriu uma aproximação com as expressões populares.

²²⁰ No livro *A Invenção do Nordeste*, Durval Muniz desenvolveu uma análise acerca de variados meios de construção das imagens da região do Nordeste, passando pelas primeiras décadas do século XX, portanto período correspondente à escrita de Gustavo Barroso acerca do folclore. Dentre as temáticas expostas nos estudos direcionados a essa região, em complemento ao discurso nacional, estiveram em pauta os costumes, tradições, aquilo classificado como folclórico. Muitas obras que abordaram essas temáticas tinham cunho memorialista e relação nostálgica com o passado. Cf. ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz de. *op. cit.*

O desejo de mostrar aproximação com a fonte classificada como popular ou folclórica por meio do estilo memorialístico não impediu a separação, a hierarquia e diferenciação entre essa fonte (manifestada na maior parte das vezes pela oralidade) e o registro escrito. Há essa tensão em Gustavo Barroso, se aproximando e se distanciando da oralidade. Ao fazer a catalogação, classificação e registro demarcou-se a distinção entre a experiência popular e a erudita, a oral e a escrita. Ao se rogar o direito, e mesmo o dever, de falar, ou melhor, escrever sobre a “vida do povo”, o afastamento foi um pressuposto, uma vez que transcreveu experiências diversas e em constante movimento e transformação com o nome de popular ou folclórico. Ou seja, definir manifestações múltiplas da vida a partir desses conceitos foi também limitar o que elas não eram, ou seja, erudita e letrada. Arrancá-las do cotidiano, escrevê-las e circunscrevê-las foi um ato de distanciar aquilo que a escrita quis unir.²²¹

Na página final de seu primeiro livro, *Terra de Sol: Natureza e Costumes do Norte* (1912), publicado quando o autor contava com 24 anos de idade, intitulou esse estudo como um depoimento:

“...Mas nesse tempo, quando o Brazil rico e poderoso, marchar na vanguarda das nações, ocupando o lugar que lhe compete entre os paizis mais fortes e mais progressistas, perdida já será a memoria deste livro que não é mais do que a narração veridica dos usos, dos costumes, dos sentimentos e das tradições do Ceará e suas zonas limitrofhes, da Terra de Sol; que não é – e nem pretende ser mais do que o depoimento de um nortista...”²²²

²²¹ A respeito de reflexões acerca dos conceitos de popular e povo, foram fundamentais essas obras: BOLLÈME, Geneviève. *op. cit.* e DE CERTEAU, Michel. A Beleza do Morto. In: *A Cultura no Plural*. Campinas, SP: Papirus, 1995, p. 55-85 e CHARTIER, Roger. Cultura Popular: Revisitando um conceito historiográfico. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Vol. 06, N.º 16, 1993

²²² BARROSO, Gustavo. *Terra de Sol*. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguilã – Editor, 1912, p. 273.

Ao focar temas “dos usos, dos costumes, dos sentimentos e das tradições” do Norte (Nordeste), o autor incorporou na sua atividade de escritor memorialista e regional a preocupação de consecução do projeto nacional. Esse projeto de nação foi baseado na compreensão de que a realização da idéia de nação “progressista” seria concretizada “nesse tempo” do futuro. Projeto esse balizado no reconhecimento e registro de diversas experiências e saberes da “vida popular”, tida pelo autor, como semelhante ao folclore. Essas experiências denominadas como populares, folclóricas foram qualificadas como fundamentais na compreensão dos traços de brasilidade, por expressarem “o sentimento do povo” e os elementos particulares constituintes da vida nacional. Ou seja, se observou a discussão quanto à idéia de nação num plano da expectativa. Essa proposição de futuro para a viabilização do Brasil, tido como país jovem, foi algo constante nos debates intelectuais, inclusive entre escritores contemporâneos de Gustavo Barroso.²²³

Experiências fragmentadas e diversificadas foram enquadradas pelos discursos nacionais, pelo discurso de Gustavo Barroso como populares e folclóricas. Mas nem toda experiência desse povo era tida como útil ao preceito nacional, daí o papel intelectual na classificação do que era folclórico, por meio de seleção e da escrita. Caberia ao intelectual, o compromisso de escrever os aspectos que fundamentassem uma unidade nacional. Ou seja, diante da variedade e das diferenças de vivências, tornar convincente uma coesão nacional. Um dos caminhos de Barroso se deu através dos estudos da cultura popular.

Nessa intenção de classificação de expressões propulsoras de um sentimento de irmandade nacional, Barroso identificou no povo, e por sua vez na cultura popular, idéias como alma, espírito, essência. Essas idéias remeteram a outras, como pureza e originalidade. Em complemento ao valor essencial destinado à cultura popular, outra discussão foi

²²³ Dentre a bibliografia acerca dessa expectativa, cf. PÉCAUT, Daniel. *op.cit.*

desenvolvida nos estudos do autor: relação entre sertão e cidade. O sertão foi identificado como o lugar onde as tradições estavam guardadas e as cidades litorâneas foram divididas em dois tipos: aquelas onde as tradições litorâneas se misturavam com as sertanejas, e as grandes cidades, onde as misturas ocorriam por conta do propalado cosmopolitismo. Partindo dessa consideração, Barroso identificou o folclore do sertão como sendo mais rico que o do litoral. Assim, a maior valorização de uma manifestação folclórica se relacionou com o ideal de uma defendida pureza, supostamente distante do superficialismo e influências de fora, de centros urbanos.

O discurso de Gustavo Barroso acerca do nacional-popular passou também pelo viés do pensamento integralista, uma vez que o mesmo foi um intelectual militante desse movimento.²²⁴ Acerca do duplo nacionalismo e cosmopolitismo registrou Barroso:

“O cosmopolitismo, isto é, a influência estrangeira, é um mal de morte para o nosso Nacionalismo. Combatê-lo é o nosso dever. (...) Os brasileiros da cidade não conhecem os pensadores, os escritores, os poetas nacionais. Eles se envergonham do caboclo e do negro da nossa terra. Eles adquiriram hábitos cosmopolitas. Eles não conhecem todas as dificuldades e todos os heroísmos, todos os sofrimentos e todas as aspirações, o sonho, a energia, a coragem do povo brasileiro. Vivem a cobri-lo de baldões e de ironias. A amesquinhar as raças de que proviemos. Vivem a engrandecer tudo o que é de fora, desprezando todas as iniciativas nacionais. (...) Levantamo-nos, num grande movimento nacionalista, para afirmar o valor do Brasil e de tudo o que

²²⁴ Dentre as obras de Barroso acerca do seu pensamento integralista e anti-semita destacam-se: BARROSO, Gustavo. *O integralismo em marcha*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933; *O que o integralista deve saber*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1935; *A palavra e o pensamento integralista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1935; *Judaísmo, maçonaria e comunismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1937; *História secreta do Brasil*. Primeira parte. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937; *História secreta do Brasil*. Segunda parte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1937 e *História secreta do Brasil*. Terceira parte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1938.

é útil e belo, no caráter e nos costumes brasileiros; para unir todos os brasileiros num só espírito; o tapuio amazonico, o nordestino, o sertanejo das províncias nortistas e centrais, os caiçaras e piraquaras, vaqueiros, calús, capichabas, calungas, paroaras, garimpeiros, os boiadeiros e tropeiros de Minas, Goiaz, Mato Grosso; colonos, sitiante, agregados, pequenos artífices de São Paulo; hervateiros do Paraná e Santa Catarina; gaúchos dos pampas (...).”²²⁵

Esse trecho foi publicado no livro de sua autoria *O que o integralista deve saber*, lançado no ano de 1935. Ele é o quinto ponto da “Doutrina Integralista” firmada por Plínio Salgado, um dos principais expoentes do Integralismo. Uma das características desse movimento diz respeito a uma exacerbação do conteúdo nacionalista. Assim, o elogio ao campo, no caso, ao sertão foi alteado, em detrimento das grandes cidades.²²⁶

²²⁵ BARROSO, Gustavo. *O que o integralista deve saber*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1935, p. 21-22. Os intelectuais do Movimento Integralista “Preconizavam um autoritarismo mobilizador, mas, quer se trate do corporativismo ou do Estado integral, sua doutrina se inclinava no sentido de um autoritarismo desmobilizador, o mesmo que o regime construía (...)” Daniel Pécaut. *op. cit.*, p. 81.

²²⁶ Para um aprofundamento acerca do pensamento integralista e anti-semita conjugados à discussão nacionalista em Gustavo Barroso conferir os seguintes trabalhos: RAGO FILHO, Antonio. *A Crítica Romântica à Miséria Brasileira: O Integralismo de Gustavo Barroso*. São Paulo: PUC, Dissertação de Mestrado, mimeo, 1989. CYTRYNOWICZ, Roney. *Integralismo e Anti-Semitismo nos Textos de Gustavo Barroso*. São Paulo: USP, Dissertação de Mestrado, mimeo, 1992. MAIO, Marcos Chor. Qual anti-semitismo? Relativizando a questão judaica no Brasil dos anos 30. In: PANDOLFI, Dulce. (Org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 229-256. JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. Gustavo Barroso: Vida, Contexto e Idéias. In: *Cadernos do Núcleo de Documentação Cultural- NUDOC*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/NUDOC, N.º 6, 1990.

Antonio Rago Filho, em sua dissertação de mestrado em História intitulado *A Crítica Romântica à Miséria Brasileira: O Integralismo de Gustavo Barroso*, teve como objetivo central o estudo das idéias de Gustavo Barroso referentes, principalmente, ao pensamento anti-semita, indicando as especificidades deste ideário a partir da doutrina integralista. As pistas para se pensar nas particularidades deste anti-semitismo foram encontradas em uma postura de “oposição romântica ao capitalismo”, por parte de Gustavo Barroso. Antonio Rago deu destaque, em seu trabalho, às produções integralistas de Barroso, como é o caso dos livros: *O que o Integralista Deve Saber* de 1935, *Integralismo e Catolicismo*, de 1937, *Judaísmo, Maçonaria e Comunismo* do ano de 1937, *Sinagoga Paulista* de 1937 e *História Militar do Brasil* publicado em 1935, dentre outros. Na dissertação de mestrado em História *Integralismo e Anti-Semitismo nos Textos de Gustavo Barroso*, Roney Cytrynowicz buscou destacar os temas centrais das obras de Barroso produzidas no período de 1932 e 1937, anos que marcaram a existência do

A respeito do discurso integralista de Barroso conjugando sertão e nação vale a pena ver esse trecho de sua autoria:

“(...) O espírito bandeirante guardado no fundo dos sertões acorda e reconquista o que deixou para trás nas mãos infieis do cosmopolitismo do litoral. Nós, Integralistas, somos os Anhangueras redivivos que retornam da Grande Perigração! (...) Escutai, brasileiros, o passo das bandeiras que voltam redivivas nos seus descendentes! Paroaras, maranhôtos, piauizeiros; cabeças-chatas, gerimuns e sertanejos; garimpeiros, jagunços e capichabas; matutos, tabaréus e caipiras; cariocas, barrigas-verdes e gaúchos, carne da mesma carne, sangue do mesmo sangue, osso do mesmo osso de Currupira-Bandeirante, marchemos unidos e fortes á sombra esvoaçante da mesma bandeira, irmanados no mesmo ideal, para a conquista do mesmo destino! ²²⁷

Publicando esse discurso em 1935, portanto, posteriormente aos seus “estudos de folclore” depreende-se que o pensamento integralista de Barroso teve como um dos alicerces a sua produção acerca da cultura popular na definição do que seria nacional. O ideal de pureza e de originalidade dos elementos populares definidos como constituintes da

Partido Integralista, indicando como principais temas: o anti-semitismo e a idéia de “conspiração judaica mundial”. Também analisou as diferenciações entre o pensamento de intelectuais como Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso, no que referiu ao anti-semitismo e à questão racial, aproximando a postura de Barroso ao nazismo alemão e ao repúdio ao mundo industrial. Marcos Chor Maio, em seu artigo intitulado *Qual anti-semitismo? Relativizando a questão judaica no Brasil dos anos 30*, fez uma análise acerca da crescente presença judaica no Brasil, realizando também, um balanço da produção literária sobre a questão judaica na década de 1930. Dentre as várias vertentes estudadas por Chor Maio, foi abordada a questão anti-semita em Gustavo Barroso. Em um diálogo com o trabalho já citado de Roney Cytrynowicz, argumentou que tal pensamento teve forte inspiração nas correntes totalitárias européias. O historiador Gisafran Nazareno Jucá, em seu artigo *Gustavo Barroso: Vida, Contexto e Idéias*, teve como proposta central examinar o anti-semitismo, bem como, a relação existente entre judaísmo-maçonaria, e a própria idéia de História, a partir das obras de Gustavo Barroso, situando-as em seu contexto de produção. Para tanto, deu relevância a escritos de Barroso como: *A Palavra e o Pensamento Integralista* de 1935, *Integralismo e Catolicismo* do ano de 1937, *História Secreta do Brasil* de 1937 e *Terra de Sol*, de 1912.

²²⁷ BARROSO, Gustavo. *A Palavra e o Pensamento Integralista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1935, p. 15-16.

nacionalidade foi um aspecto mantido nos escritos de sua autoria, definindo o sertão como o lugar de reserva de uma cultura nacional, em contraposição à urbe maculada. De acordo com Barroso, as raízes da brasilidade seriam identificadas na cultura do homem do sertão, cabendo ao intelectual registrá-la para evitar o seu esquecimento, uma vez que facilmente seria adulterada pela tradição oral, ou mesmo por uma influência do meio urbano. Além disso, para que essa cultura assumisse uma feição nacional caberia ao intelectual selecioná-la e classificá-la.

Ora, Gustavo Barroso propõe uma aproximação com a cultura popular na medida em que se coloca como um testemunho da mesma, alguém que viu e, enfim, viveu essas tradições. Mas, por outro lado, ao circunscrevê-las ao mundo da escrita, nos moldes de uma cultura letrada, tirou-lhes do próprio dinamismo do cotidiano. Assim, ao invés de garantir sua vida, fez foi condená-las à morte. Quanto mais se outorgou o direito de identificar a beleza dessa cultura mais ela perdeu a sua vitalidade.²²⁸

Mas Barroso também pensou no “insulamento do sertão” de modo negativo, ao constatar que o sertanejo encontrava-se distante do desenvolvimento, ou seja, carente de meios de transporte e de escolas. Inclusive, como já foi visto, nos estudos em que abordou a temática do cangaço e do “fanatismo religioso” *Terra de Sol* (1912), *Heróis e Bandidos* (1917) e *Almas de Lama e de Aço* (1930) concluiu que essa situação de isolamento seria uma das responsáveis pela existência do cangaceiro e do “fanático religioso”.

O tema da composição racial perpassou os livros de Barroso já comentados. Assim, a consecução da obra nacional passou também pela classificação do tipo de mestiçagem dessas “populações brasileiras”. No livro *Terra de Sol* (1912), ele enfocou, em especial, o sertão cearense. Quanto à composição da população do Ceará pensou como resultado

²²⁸ A respeito da relação entre cultura popular e mundo das letras escreveu Michel De Certeau: “A idealização do ‘popular’ é tanto mais fácil quanto se efetua sob forma do monólogo.” DE CERTEAU, Michel. *A Beleza do Morto*. *op. cit.*, 1995, p. 59.

principal, da presença branca, ou seja, do português, e do indígena, com menor presença negra. A defesa para tal conclusão esteve pautada no argumento de que: “(...) O Ceará foi a primeira Província que libertou seus escravos, tendo-os já, de resto, em pequena quantidade. E os seus fazendeiros medrosos do abolicionismo vendêram os que puderam para o Sul(...)”.²²⁹ Apesar de reconhecer a presença negra na formação do cearense do sertão, defendeu que as presenças branca e indígena foram mais intensas, uma vez que as misturas entre negro e índio, ou entre negro e português haviam sido proporcionalmente menores que a mistura entre índios e brancos.

Em sua obra de antologia do folclore *Ao Som da Viola*, de 1921, registrou uma grande variedade de manifestações classificadas como folclóricas, e muitas agrupadas em ciclos temáticos. Identificou possíveis ancestralidades dessas expressões, inclusive fazendo alusão à origem branca, a partir do português, ao índio e ao negro, e também como resultado do processo de miscigenação. No item intitulado *Africa e Bahia*, do livro *As Colunas do Templo* (1932), Barroso fez a seguinte observação:

“Falta no nosso país um estudo profundo e consciencioso da influencia africana. Ela é maior do que parece. Não somente o indigena deixou uma terminologia na corografia, na fauna e na flora do Brasil. O negro tambem.”²³⁰

Essa observação acerca do estudo da presença negra se expandiu para o estudo no país, ou seja, não ficou limitado ao sertão cearense. Desde o movimento abolicionista, a temática passou a fazer parte de modo mais presente nos estudos acerca da composição racial brasileira. De

²²⁹ BARROSO, Gustavo. *Terra de Sol*. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguilã Editor, 1912, p. 170.

²³⁰ BARROSO, Gustavo. *As Colunas do Templo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932, p. 248.

modo geral, as explicações elaboradas no final do século XIX e primeiras décadas do século XX acerca da composição racial se apropriaram das teorias sociais européias datadas do século dezanove. De modo resumido, essas teorias foram pautadas em três correntes principais: darwinismo social, positivismo de Comte e evolucionismo de Spencer. O aspecto unificador dessas teorias dizia respeito ao tema da evolução e do progresso, numa perspectiva eurocêntrica. A apropriação no Brasil dessas teorias foi baseada no recurso de duas categorias interpretativas da sociedade brasileira. Assim, meio e raça foram aspectos incorporados ao estudo da realidade nacional miscigenada. Diante dessa constituição brasileira peculiar, em desacordo com os preceitos das teorias sociais, com a presença de elementos brancos, negros e índios, houve uma adequação dessas teorias por parte de escritores brasileiros. Às categorias de meio e raça foram incorporadas outras duas: nacional e popular.

Dentre as diversas manifestações, tidas como “folclóricas”, registradas nos estudos de Gustavo Barroso, a poesia foi, amiúde, retratada com reverência:

“Duma riqueza sem par, cheia de saudade, suave e dolorida quase sempre, ela chora o amor romantico e a separação, como o violão e como a viola choram. Tem reflexos de luar sertanejo, cantos de passaros selvagens, pios de juritis solitárias e, às vezes, um grito bárbaro de araponga. É toda a alma duma raça mestiça e, pela sua psiqué, saudosa de outras terras, perdida nas vastidões das chapadas e na aspereza do sertão.

Assim, ela resôa nos cantos do Natal, mestiça no *Bumba meu boi*, africana nos *Congos*, peninsular nos *Fandangos*. Assim, ela vibra nos *desafios* e *martelos*, em que se empavona a fama dos poetas.”²³¹

²³¹ BARROSO, Gustavo. *As Colunas do Templo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932, p. 33.

Segundo o autor a saudade foi marcante devido à formação mestiça da população, constituída por povos oriundos de lugares, continentes diferentes. Mas além dessa identificação às características de mestiçagem, a saudade também foi vinculada ao afastamento e isolamento das localidades sertanejas entre si e entre os centros urbanos.

Ao constatar o forte tom saudoso da poesia sertaneja, Barroso pareceu querer mostrar ao leitor a origem de sua saudade, uma vez que a sua vivência no sertão foi apresentada como importante para seu processo de formação, se constituindo, também, em fonte de inspiração. Como já foi ressaltado, o estilo de sua escrita foi pautado por sua relação pessoal com situações, coisas, pessoas e lugares. O convívio no sertão foi explicitado como importante na sua formação pessoal e intelectual. Em diversas ocasiões ele elaborou uma narrativa como se fosse o registro de uma conversa, um diálogo, uma observação de algo visto, um relato de algo vivido diretamente. A saudade dele foi explicitada a partir da compreensão de sua ausência da terra natal e da distância daquela época de menino e primeiro momento de sua juventude. Mas essa distância também se fez sentir pela transformação dessas manifestações populares, que se modificaram pelo próprio transcurso da vida. Diante dessas ausências, ele escreveu. E escreveu com nostalgia.²³² A saudade esteve em seus livros de memória, mas também, disseminada nos “estudos de folclore” e de “sociologia sertaneja”. Demarcou e defendeu o seu lugar como “intelectual do folclore”, legitimado por uma experiência de intimidade com a vida popular.²³³ Também seus três livros de memória, *Coração de Menino*,

²³² De acordo com De Certeau quanto ao exercício da escrita: “Por um lado, no sentido etnológico e quase religioso do termo, a escrita representa o papel de um *rito de sepultamento*; ela exorciza a morte introduzindo-a no discurso.” DE CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forence universitária, 1982, p. 107. E Barroso alardeou sua saudade a partir do registro escrito de tantas ausências.

²³³ Foi comum encontrar essa relação entre estudo do folclore e saudade, com relatos pessoais de folcloristas da ambiência de Barroso. Para um aprofundamento das trajetórias desses folcloristas cf. VILHENA, Luís Rodolfo. *op. cit.* 1997.

Liceu do Ceará e *O Consulado da China*, publicados entre 1939 e 1941, estiveram repletos de narrativas de episódios da cultura popular. Desse modo, a escrita da saudade é o que vai aproximá-lo da cultura popular, mas também distanciá-lo, nas vezes em que ele circunscreve o oral por meio do escrito.

Quando Barroso se reportou ao valor do folclore diante das características da composição étnica da nacionalidade explicitou:

“O folclore brasileiro é um dos mais ricos do mundo, estou certo, e apresenta fisionomia toda especial por nele se mostrarem as tendências, as tradições e os característicos de quantas raças teem contribuído para a formação da nacionalidade.”²³⁴

Como se observa nesse trecho do livro *As Colunas do Templo* (1932) a variedade da composição étnica no Brasil foi pensada como favorável, uma vez que, ao folclore foi associada a qualidade de riqueza por sua diversidade. A origem diversa da formação nacional foi exposta como um dos elementos responsáveis pelas feições particulares das manifestações populares no Brasil. Ou seja, uma característica peculiar da composição da nacionalidade foi orientada a partir do seu processo de miscigenação.²³⁵ Mas, como Barroso pensou nessa questão da miscigenação em outras

²³⁴ BARROSO, Gustavo. *As Colunas do Templo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932, p. 20.

²³⁵ No que diz respeito a essa discussão, marcante nos idos de Barroso, acerca da mestiçagem e a viabilidade nacional analisou Luís Rodolfo: “A hipótese formulada por Romero acerca de nosso caráter nacional, visto por ele como ainda indefinido, mas em processo de resolução na medida em que avançasse a mistura racial, teve diversos desdobramentos. Mas, em alguns dos autores que seguiram suas pegadas, surgiram várias dúvidas acerca da possibilidade da esperança alimentada por esse autor na emergência de um tipo homogêneo como resultado desse processo. É o caso de Nina Rodrigues, para quem a mestiçagem seria ‘um fator de inferioridade tão problemático quanto a presença do negro’ (Seyfert, 1995: 182; ver também, Rodrigues 1954: 90); dúvidas que também encontramos em Euclides da Cunha ([1902]: 51).” E ainda quanto a Silvio Romero que se destacou por seu “estudo folclorista”, comentou ter sido esse o primeiro a sistematizar o propalado elogio da mestiçagem, incorporado por Gilberto Freyre, na perspectiva do culturalismo. VILHENA, Luís Rodolfo. *op. cit.*

páginas? Com a análise dos textos de Gustavo Barroso, foram sendo compreendidas essas relações entre folclore, tradição popular e invenção da pátria. O folclore foi definido como o lugar reservado da expressão cultural popular, defendida e classificada como um dos elementos alicerçadores da brasilidade, por propiciar uma identificação coletiva através da tradição e de um passado compartilhado.

Gustavo Barroso se apropriou da categoria raça em seus estudos. Mesmo admitindo uma maior participação branca e indígena nesse processo, pelo menos no Ceará, apontou a necessidade do estudo da influência negra, por considerar ter sido essa maior do que se pensou. Em 1912 escreveu:

“As velhas contadôras de historias, os cantadôres rusticos, são os principaes agentes de transmissão de todas essas lendas, nas quaes se chocam e emmaranham as crendices de três raças oppostas, que viveram durante seculos em contacto, que se vão fundindo uma nas outras e se misturando de tal modo até formarem dentro em pouco um typo ethnico, que será a resultante de toda essa ancestralidade e enfeixará todas as suas inclinações, sendo o typo exacto do brasileiro do Norte...”²³⁶

O tema da miscigenação foi tratado por Barroso de modo positivo e negativo para o processo de constituição identitária, dependendo do tipo de herança adquirida e da ocupação social. A discussão quanto ao tema étnico ainda era implementada a partir da divisão racial, daí o autor ter citado, inúmeras vezes, o termo raça, ou melhor, ter classificado a composição a partir do termo “três raças”. O debate acerca da identidade nacional na ambiência de Gustavo Barroso transitou entre noções de meio, raça e elementos culturais do regional, nacional e popular.

²³⁶ BARROSO, Gustavo. *Terra de Sol*. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguilã Editor, 1912, p. 272.

Essa discussão do ser nacional foi complementada pela reflexão a respeito das características regionais. Daí o autor se referir ao “typo exacto do brasileiro do Norte” no seu livro *Terra de Sol* (1912), que teve como subtítulo *Natureza e Costumes do Norte*. Desse modo, ao conhecimento da vida nacional, foi tido como imprescindível o registro de um saber sobre experiências diversas das regiões que compunham o território brasileiro, tanto observando a natureza, quanto os costumes. Estudar as tradições populares desses rincões favoreceu na delimitação das peculiaridades e das semelhanças regionais, que compuseram e formaram a nação, na opinião de Barroso. Nessa perspectiva, quando o autor especificou como sendo do Norte esse “typo exacto do brasileiro” a sua referência não era de contraposição entre o regional e o nacional, mas de complemento e aprofundamento das reflexões do projeto de escrita de um saber nacional.

Ao comentar acerca do tipo de moradia e da hospitalidade no sertão, assim mencionou Barroso:

“Sois toscas e humildes como tudo o que produz a sub-raça ignorante e infeliz do Norte; mas guardais na pobreza do vosso aspecto, na singeleza de vossa construção, a physionomia bem nacional dessa gente simples em cujas veias não corre sangue estrangeiro e consubstancia o verdadeiro typo ethnico da nacionalidade brasileira!”

237

Esse trecho foi publicado no livro *Terra de Sol*, em 1912. No livro *Ao Som da Viola*, de 1921, Barroso também se referiu ao sertanejo como “(...) typo ethnico da sub-raça nordestina, vinda do luso e do indio(...)”. No livro *As Colunas do Templo* (1932), também fez uso desse termo ao citar as poesias sobre os cangaceiros: “(...) exprimem todo o ardor da sub-raça

²³⁷ BARROSO, Gustavo. *Terra de Sol*. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguilã Editor, 1912, p. 194.

áspera e forte(...).”²³⁸ Ao passo em que fez alusão ao mestiço como o modelo da nacionalidade, também propôs medidas para eliminar os cangaceiros e os beatos, tanto em *Terra de Sol* (1912), quanto em *Heróis e Bandidos* (1917) e *Almas de Lama e de Aço* (1930). Identificou na carência de estradas e de escolas, por exemplo, as causas da existência desses personagens no sertão e sugeriu medidas para acabar com tais manifestações. Como já foi explicitado, no capítulo *O Homem* do livro *Terra de Sol: Natureza e Costumes do Norte* (1912), Barroso dividiu a população do sertão a partir da seguinte tipologia: *Typos Anormáes* e *Tipos Normáes*. Fez adaptações dos temas da hereditariedade racial e da influência do meio na definição de perfis identitários. Esse recurso ao tema da hereditariedade tanto foi interpretado a partir de fatores positivos, como também, a partir de heranças tidas como degenerativas. Mas, o estudo tanto partiu de elementos concernentes ao meio e raça, quanto a dimensões culturais. No item em que definiu os *Typos Anormáes*, classificados como o cangaceiro e o curandeiro, foi comum o uso dessas explicações. Assim, quanto ao cangaceiro comentou: “(...)brancos cerebros de degenerados que já o são todos elles quase, na raça pelo cruzamento, na moral pelo atavismo, pelas influencias externas e pela hereditariedade.”

239

A respeito das práticas do curandeiro, o segundo tipo do grupo considerado pelo autor de *anormal*, lê-se: “(...)As reminiscências das bruxarias africanas e indigenas formam a base de todas as feitiçarias onde as européas apparecem apagadamente, com o seu cunho religioso velado pelo fetichismo das duas raças inferiores.(...)”²⁴⁰ Foi perceptível a

²³⁸ BARROSO, Gustavo. *As Colunas do Templo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932, p. 36.

²³⁹ BARROSO, Gustavo. *Terra de Sol*. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguilá Editor, 1912, p. 154.

²⁴⁰ BARROSO, Gustavo. *Terra de Sol*. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguilá Editor, 1912, p. 154-155.

recorrência ao discurso sobre o atavismo racial, ou melhor, da hereditariedade racial como algo degenerativo entre esses moradores do sertão. Diante de práticas religiosas, de crenças, comparou o europeu ao negro e ao índio, concluindo que esses dois últimos, diante das experiências de crenças, eram “raças inferiores”. Isso remete à teoria evolucionista e a um pensamento eurocêntrico, em que ao europeu foi associado o papel de referência desse processo evolutivo.

Mas o posicionamento de Gustavo Barroso, expresso no livro *Terra de Sol* (1912), quanto ao tema da mestiçagem teve também outra perspectiva. Ao se referir aos tipos tidos como *normães* (o sertanejo, o fazendeiro e o vaqueiro), o autor identificou os aspectos de positividade dessa fusão. Referindo-se a esse grupo concluiu: “(...) Geralmente bom e honrado, o eterno combate com o meio envolvente desenvolve-lhe a inteligência e a coragem que já lhe legára a raça, o cruzamento ancestral.”

241

Ora, nessa passagem ficou explicitado um valor positivo. Quando fez menção à ancestralidade se reportou à herança indígena, negra e branca (portuguesa) na composição do perfil desse grupo. Perfil esse, positivo pela coragem e pela inteligência. Desse modo, o “*typo ethnico da nacionalidade brasileira*” defendido por Barroso corresponde, em especial, ao tipo que compõe esse grupo intitulado de “*normães*”, ou seja, o sertanejo, o vaqueiro e o fazendeiro. Porém, isso não quer dizer que Gustavo Barroso tenha desconsiderado completamente os cangaceiros, uma vez que o seu discurso acerca deles foi construído com ambigüidades.

Ainda em *Terra de Sol* (1912), há outra categoria interpretativa acerca do homem do sertão:

“Enfim, um dia, o gado começa a cair de fome, de sede e de fadiga.
É a época mais terrível: é quando o nortista mostra a sua energia

²⁴¹ BARROSO, Gustavo. *Terra de Sol*. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguilã Editor, 1912, p. 167.

inflexível, quando mais se acrisolam suas faculdades combativas, e mais se enrija, e mais se robustece sua titanica virilidade. Um minuto de fraqueza, um momento de desanimo, um instante de desencorajamento – e o sertão esmagal-o-á. Mas elle não se abranda e nem se verga. Só contra a impassibilidade da natureza, lucha, lucha sempre. Alguns desertam as fileiras; mas os que ficam continuam o combate.

E dahi, não seja, talvez, paradoxo o dizer – que a sêcca é um factor de progresso, porque fôrma e molda uma raça de fortes.”²⁴²

Com a ênfase ao meio na constituição de uma identidade do sertanejo, houve apropriações da tese do determinismo geográfico oriunda das teorias sociais do século XIX europeu. Essa reapropriação foi algo presente entre estudiosos da temática regional e nacional entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX no Brasil.²⁴³ Gustavo Barroso fez uso dos temas do meio e raça apropriando aspectos sociais em suas análises. Foi um autor do período de transição entre um regionalismo naturalista, com inspiração nos fatores do meio e da raça na demarcação de elementos identitários e, de um “novo regionalismo” mais pautado em dimensões históricas e sociológicas da vida regional e nacional.²⁴⁴

²⁴² BARROSO, Gustavo. *Terra de Sol*. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguilã Editor, 1912, p. 25. Essa idéia de que a seca é um dos elementos de composição do caráter foi defendida pelo escritor cearense Barão de Studart em 1908: “(...) A secca, encarada sob esse aspecto não é um mal, me parece, pois que forma o caracter do cearense como as fúrias do oceano formam o caracter do marinheiro.” AMARAL, Eduardo Lúcio. *op.cit.*, p. 42.

²⁴³ Acerca da diversificação de reapropriação das teorias sociais européias do século XIX no Brasil escreveu Lilia Moritz: “Aqui se fez um uso inusitado da teoria original, na medida em que a interpretação darwinista social se combinou com a perspectiva evolucionista e monogenista. O modelo racial servia para explicar as diferenças e hierarquias, mas, feitos certos rearranjos teóricos, não impedia pensar na viabilidade de uma nação mestiça. Este já é, porém, um debate que pressupõe a reflexão sobre a excelência da cópia e a especificidade desta no pensamento nacional (...)” cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *op. cit.*, p. 65.

²⁴⁴ Quanto ao debate acerca das diferenciações do pensamento regionalista nesse período de transição escreveu Durval Muniz: “À medida que o saber naturalista, de base evolucionista e biológica, entre em crise, é o saber sociológico, preocupado com as

A seca e a natureza no sertão aparecem como fatores positivos para a definição de aspectos dessa identidade. Dentre as características, associadas ao sertanejo, a força foi ressaltada freqüentemente. Barroso, inclusive, citou Euclides da Cunha, definindo a “raça do norte” como: “rocha viva de nossa nacionalidade.”²⁴⁵ É possível concluir que Gustavo Barroso ficou vivamente impressionado com a leitura de *Os Sertões* (1902) de Euclides da Cunha, obra de fôlego, reportagem jornalística, relato cientificista de um ex-aluno da Politécnica, romance que o crítico Afrânio Coutinho situava na mesma estante de *A Ilíada* ou *Guerra e Paz*. A sugestão euclidiana da “alegoria do granito” também exerceu influência na argumentação de Barroso. Euclides da Cunha (que escreveu *Os Sertões* enquanto trabalhava como engenheiro no interior de São Paulo) usava como metáfora da nacionalidade a procura pelo granito, que Euclides avisava não se fazia na superfície. Aí teríamos o quartzito, a areia, o cascalho, as pequenas britas... A “pedra bruta” seria encontrada adentrando-se e aprofundando-se no solo. Essa imagem retomava a oposição entre litoral e sertão, entre o cosmopolitismo e o insulamento.

A avaliação desse processo de fusão como contribuição ou atraso dependeu das características herdadas, bem como, da ocupação social. Então, se por um lado Barroso tratou da mestiçagem como positiva para a composição nacional, identificando o sertanejo como componente do tipo exato da nacionalidade, com ricas manifestações folclóricas, justamente por sua diversidade, por outro, apontou o cruzamento como responsável

questões sociais e culturais, que vai assumindo um papel de suma importância na definição de uma identidade para o brasileiro e para o Brasil, bem como na definição de suas regiões e de seus tipos regionais.” Ainda quanto aos autores desse pensamento de transição escreveu: “Como um pensamento de transição, o de Freyre dialoga o tempo inteiro com o saber anterior, dele se afastando em muitos pontos, mas também reproduzindo vários de seus conceitos, temas e estratégias. Mesmo procurando combater o uso de noções como raça e atavismo étnico, para definir comportamentos sociais, Freyre muitas vezes se deixa contaminar por tal discurso (...).” ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *op.cit*, p. 93-94.

²⁴⁵ BARROSO, Gustavo. *Terra de Sol*. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguilá Editor, 1912, p. 171.

pela degenerescência. Inclusive, propôs medidas para dirimir expressões comuns ao sertão como o cangaço e o “fanático religioso”, apontados como “inferiores”. Porém, no discurso de Barroso há uma ambigüidade quanto ao cangaceiro que é apresentado como bandido e também como herói. Assim, a miscigenação ora é elogiada, ora é criticada por Barroso. Mas mesmo classificando o homem do sertão entre “tipos normais e anormais”, tanto em *Terra de Sol* de 1912 quanto em *As Colunas do Templo* de 1932 ele definiu o sertanejo como “tipo da nacionalidade”, mas isso é apresentado como promessa, ou melhor, como expectativa. Segundo Barroso, o tempo da consubstanciação desse modelo de brasileiro é visto no futuro, a viabilidade do Brasil estaria no devir. E essa idéia de país jovem e visto com otimismo numa perspectiva futura foi e é refeita constantemente. A escrita da nacionalidade foi organizada por Gustavo Barroso tanto a partir da sistematização da cultura popular de rincões distantes das grandes cidades, pensando o “folclore” a partir do pitoresco e do exótico, quanto através da constituição de uma história pátria, com a identificação de um passado nacional exemplar.

CAPÍTULO III

O *Culto da Saudade* no Museu Histórico Nacional

3.1 O objeto histórico preservado e exibido no Museu Histórico Nacional

Gustavo Barroso quis ser lembrado como um “missionário” da História nacional e da memória, não foi à toa que publicou uma trilogia de memórias. Nessa “missão” houve uma intenção, um desejo e uma prática de registrar, guardar e tornar conhecidas as memórias de si, do popular e do nacional. Desejou ser conhecido pela sua vocação de intérprete do Brasil, como estudioso do “folclore” e intelectual pioneiro na preservação do passado. Apresentava-se como memorialista, (des)norteado pelas ausências. No seu livro *Coração de Menino* (1939) expôs:

“Numa manhã de chuva, ao voltar dum passeio com minha tia Nenen, deparo o uru da Teresa, como chamava aquele cesto indígena, esfiapado, abandonado no meio da rua, sob a chuvinha miúda que chorava a sua desgraça. Tinha largado a alça e não podia mais servir. Parei com as lágrimas a me espocarem dos olhos (...) Não compreendia que se pusesse fora um objeto que houvesse servido à casa muito tempo. Entendia que aquele servidor inanimado merecia uma aposentadoria silenciosa a um canto, entre as cousas velhas que se finavam na companhia das baratas e das teias de aranhas.”²⁴⁶

A narrativa emocionada e emocionante é algo característico da escrita de memória inspirada nos idos da infância e nos primeiros anos de juventude. Sendo algo marcante no estilo do autor, o recurso a esse traço pode ser pensado a partir da intenção de conquistar a simpatia entre o público leitor, uma vez que trata de uma época de encantos primaveris. Por intermédio das lembranças de menino, Barroso teceu sua personalidade, quis mesmo sensibilizar e convencer o leitor de seus atributos morais e intelectuais. Na intenção de enaltecer as escolhas do

²⁴⁶ BARROSO, Gustavo. *Coração de Menino*. 3ª ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000, p.72.

adulto, comentou acerca de seu apego aos objetos, às coisas, desde tenra idade, como se a sua experiência no campo da memória histórica, do patrimônio, estivessem sendo traçadas desde a lonjura da meninice, se configurando num dom.

Dos personagens presentes nessas narrativas, seu padrinho, Capitão Antônio Leal de Miranda, foi citado marcando sua infância com narrativas de guerra, a ponto do mesmo ter querido seguir carreira militar. Do pai, que foi Coronel da Polícia e oficial da Guarda Nacional, além dessas histórias, ouviu falar de outras: dos significados dos nomes das ruas da cidade, e de um modo geral acerca da necessidade de preservação das tradições pátrias. Gustavo Barroso comentou um dos passeios com seu pai pela cidade de Fortaleza:

“Meu pai começa a caminhar, levando-me pela sua mão para casa e concluindo; - Os nomes das ruas duma cidade, meu filho, refletem a sua vida e resumem a sua história. É um erro, senão mesmo um crime, mudá-lo a cada passo, sobretudo para homenagear individualidades passageiras. Destrói-se a tradição que deve ser sagrada, porque é a alma duma Pátria. Não pode haver pátria sem tradição. (...) Desde o alvorecer de minha vida, ouvira-o falar sempre desta maneira das cousas antigas, como rebento de gente tradicional em nossa terra.”²⁴⁷

Foi desenhando tanto uma imagem de menino zeloso pelos objetos, quanto atento aos preceitos no trato com a tradição pátria, como se fosse ensinamento lembrado desde esse tempo.

Barroso acalentava, ainda com pouca idade, o desejo de seguir carreira militar, argumentando, para tanto, ser esse seu desejo decorrente das histórias “heróicas” ouvidas do pai e do padrinho. Percebe-se que ele identificou na infância a origem de ensinamentos vários, mas também de desejos e sonhos. Esse procedimento poderia enaltecer seus livros de

²⁴⁷ BARROSO, Gustavo. *Coração de Menino*. 3ª ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000, p. 25.

memória, tendo em vista a importância creditada a essas lembranças na vida adulta. O interesse pela carreira militar e pelas narrativas de guerra foi expresso, com frequência, em sua obra:

“Minha vida é povoada de recordações militares e gosto tanto de tudo o que se refere à vida guerreira que todos os amigos e conhecidos de meu pai me auguram um futuro de soldado. Na nossa família há o culto da tradição da pátria e a estima pela bravura pessoal. Quando brigo com outros meninos na rua, se apanho, fico calado para que se não saiba, porque ninguém toma minhas dores. Meu pai repete sempre que um homem aprende a defender-se à sua custa. Se bato e vêm fazer-lhe queixa, não me castiga por isso. Seu lema é que não se traz desaforo para casa.”²⁴⁸

Escreveu em tom de reclame a não realização do desejo pela carreira militar. A força de seu inconformismo foi apresentada em cada momento em que relembrou a recusa familiar em dar atenção ao seu desejo. Mesmo passados tantos anos daquela época de garoto em Fortaleza, Barroso fez questão de relatar dolorosamente essa recordação, de expor a tragédia de um desejo incompreendido. Relatou que o resultado dessa contraposição quanto à carreira que deveria seguir teve como desfecho o seu ingresso na Faculdade de Direito, tida como a preferência de sua família:

“Quando eu revelava minhas tendências para militar, era um Deus nos acuda de protestos. Desde a mais tenra idade o ambiente doméstico guerreava as minhas aspirações. A guerra foi tal que acabei bacharel contra a vontade. Sinto dentro em mim sempre uma revolta surda.”²⁴⁹

²⁴⁸ BARROSO, Gustavo. *Coração de Menino*. 3ª ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000, p. 84.

²⁴⁹ BARROSO, Gustavo. *Coração de Menino*. 3ª ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000, p. 30.

Ora, o autor recorreu às memórias não só para atenuar sua saudade, mas para vangloriar seus feitos. O Barroso adulto consolou a dor do menino dando atenção ao tema militar na prática intelectual. Em complemento a isso, ao relatar a desolação pela incompreensão de sua “tendência militar” quis também valorizar sua incursão por esse tema, uma vez que decorrente do sonho infantil. É interessante observar as considerações de Barroso quanto a essa temática:

Apesar de não ser militar, são militares os pendores do meu espírito, que seguiu, contrariado pelas circunstâncias, rumos diversos do que almejava. Desde minha mocidade me dediquei ao estudo e ao comentário de nossos fatos guerreiros, em todos ou em quase todos os seus aspectos. Durante muitos anos me tenho entregue à patriótica e muitas vezes incompreendida tarefa de restaurar o brilho de nossas esquecidas glórias e tradições militares.”²⁵⁰

O enaltecimento do sonho militar do menino foi mesmo um argumento afirmativo de sua incursão entre escritos e objetos de cunho militar na vida adulta. Barroso quis justificar sua produção bibliográfica e sua atividade no Museu Histórico Nacional através de suas narrativas de memória repletas de exemplos e ensinamentos. A defesa de uma relação pedagógica com o passado, e no caso com o passado militar brasileiro, foi um componente de sua prática intelectual, tanto na ação museológica quanto na publicação de livros e artigos de história militar, com narrativas de guerras e de personagens militares. Dessa bibliografia destacam-se os

²⁵⁰ BARROSO, Gustavo. Esquematização da História Militar do Brasil. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942, p. 402.

seguintes livros: *Caxias; Guerra do Lopez: contos e episódios da campanha do Paraguai e História Militar do Brasil*.²⁵¹

Defendeu a criação de políticas de preservação no ano de 1917, sendo esboçada a idéia de passado com caráter educativo e exemplar na consolidação de um sentimento de pertencimento nacional. Uma das iniciativas intelectuais do autor encampadas nas páginas de jornais e de livros se relacionou à criação de instituições de memória:

“Porque não o temos ainda, precisamos crear o culto de nossas tradições, especialmente das tradições militares. Sem o amor do passado e a lição dos feitos antigos, não póde haver nacionalidade. Amar a história é amar a terra. Uma não passa de corollario da outra. Até hoje, quasi não temos esforços nesse sentido. Façamo-lo. (...)”

Seria de grande alcance, para tal fim, remmemorar constantemente ao povo as coisas antigas, collecionando em museus adequados objetos representativos da vida militar da nação, expondo-os, explicando sua significação, familiarizando as gentes com elles.

Somos o povo que menos guarda e, portanto, menos estima as coisas do passado. Necessitamos ser educados.”²⁵²

Na defesa de um museu militar fez comparações entre o Brasil e outras nações, especialmente européias, tidas como exemplos na experiência de guardar objetos referentes à história das guerras, com seus armamentos e documentos, enfim com suas tradições militares. O autor lamentou e denunciou a situação de dispersão e mesmo desaparecimento de objetos referentes às experiências militares no país. A perpetuação dessas tradições foi tida como indispensável para o afloramento do sentimento comum de combate e defesa nacional. Segundo Barroso, as

²⁵¹ BARROSO, Gustavo. *Guerra do Lopez: contos e episódios da campanha do Paraguai*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Getulio M. Costa, 1939; *História Militar do Brasil*. São Paulo: Companhia editora nacional, 1935, *Caxias*. Rio de Janeiro: Livraria Agir editora, 1945.

²⁵² BARROSO, Gustavo. Os Dragões da Independência. In: *Idéas e Palavras*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1917, p. 37.

lembranças de guerra compunham um passado onde a nação foi gestada, desse modo, os objetos que lembrassem a defesa do território nacional mereciam ser guardados e expostos para a composição da história brasileira. Na sua opinião, esse museu poderia favorecer ao (re)conhecimento e divulgação da história militar, aproximando presente e passado através de objetos.

A afirmação do sentimento de pertencimento a uma nação passou pela construção da narrativa histórica, pelo re-conhecimento com eventos e personagens comuns. Ou seja, nessa narrativa nacional foi indispensável a identificação com um pretérito partilhado, daí a justificativa de Barroso pela campanha de criação de um museu para reavivar um passado por meio de objetos. Para o autor, os fatos que não poderiam ser esquecidos foram delimitados em torno das iniciativas militares encampadas em nome da nação. Ao passado foi atribuído um sentido exemplar para as novas gerações, e uma das funções desse valor educativo foi de despertar sentimentos nacionalistas. Essa história sugerida por Gustavo Barroso seria marcada menos pela ruptura e mais pela continuidade, uma vez que teria o papel de despertar sentimentos de amor ao pretérito. Desse modo, à história caberia esse caráter exemplar, uma identificação do norte, do rumo a ser seguido no presente, e mesmo o aflorar de uma saudade das experiências e personagens relembrados nos objetos selecionados para figurar num museu.

Da campanha em prol de um Museu Militar Barroso passou para a defesa mais ampla de um “Museu Histórico Brasileiro” intitulando assim a matéria publicada na revista *Ilustração Brasileira* em 1921, portanto um ano antes da fundação do Museu Histórico Nacional. Barroso reclamou do Brasil não possuir um Museu Histórico, reclame idêntico quanto à inexistência de um Museu Militar. Mais uma vez, fez denúncia acerca da situação de preservação desses objetos, acrescentando ao fator de dispersão, a venda de artefatos a colecionadores de fora do Brasil, significando, de acordo com o autor, a emigração das próprias “lembranças

históricas”. Acusou o governo pelo descaso com a salvaguarda dessas “reliquias”, argumentando que tal cuidado se devia mais à iniciativa de particulares do que à ação dos poderes públicos. Desse modo, concluiu que por não haver uma política de preservação, por meio de jornais e leilões eram vendidas peças que deveriam ser destinadas a um museu, apontando o caso de móveis oriundos do Paço Imperial. Enfatizou a apatia governamental diante desse quadro numa matéria da revista *Ilustração Brasileira*:

Entretanto, ainda era tempo duma ação salvadora, de se realizar a fundação dum verdadeiro Museu Histórico, no qual se pudessem reunir, para ensinar o povo a amar o passado, os objetos de tōda a sorte que êste representa.

Os que se preocupam com essas coisas, raros e criticados, sabem que no Arquivo Nacional há a cadeira ou trono em que o Imperador se sentava no Senado, um capacete da Imperial Guarda de Honra de D. Pedro I e outras reliquias; que na igreja da Cruz dos Militares se acham feixes de bandeiras tomadas aos paraguaios: que no Museu Naval estão os grossos canhões do forte do Príncipe da Beira; que nas estrebarias do Ministério da Guerra existe o velho carrinho em que Osório fazia suas campanhas (...).

Nada se guarda. Nada se conserva. Um pouco caso criminoso. E isto não vem do fato de ser o Brasil uma nação nova, ainda em formação, caldeando-se na fusão de muitas raças. Não. Os Estados Unidos são mais eivados de cosmopolitismo do que o Brasil. Entretanto, possuem museus, conservam costumes e uniformes, fazem cortejos históricos, realizam festas nacionais e guardam com carinho, mobiliadas como eram outrora, as casas de Washington, de Grant e de Longfellow.

(...) Bastaria um pequeno gesto governamental criando um Museu Histórico no Rio de Janeiro e entregando sua organização a pessoa ativa e competente para que, dentro em pouco, nêle se reunissem reliquias veneráveis, hoje esparsas em várias repartições públicas ou

detidas por particulares, que as não oferecem ao poder público por conhecerem em demasia seu descaso proverbial.

A esperança, porém, dum Museu Histórico no Brasil não sorri a ninguém que se preze de ter um pouco de inteligência. Não temos sido educados no Culto da Saudade. Não o poderemos ter tão cedo.”²⁵³

Esse artigo de 1921 foi reeditado nos *Anais* do Museu Histórico Nacional - M.H.N de 1942, publicado em 1945, o que já é um demonstrativo das iniciativas em demarcar o pioneirismo tanto concernente a esse Museu quanto ao seu diretor-fundador, uma vez que várias páginas dos *Anais* foram escritas para relembrar os feitos dessa Instituição na política de salvaguarda de uma história nacional.

O autor fez desse texto um programa, a proposta inicial de um Museu Histórico e nele foram vislumbradas noções referentes à delimitação de temas e conteúdos através da seleção de objetos a merecer figurar nas salas de um museu definido como histórico. A compreensão dessas noções indica já uma concepção de história pautada nas temáticas militares e políticas. Mesmo argumentando que os objetos a serem reunidos seriam aqueles que representassem o povo, a ênfase foi para aqueles vinculados às histórias de guerra e defesa territorial relacionadas a individualidades, em especial, militares. Mesmo com a ampliação da noção de Museu Militar para Museu Histórico, o destaque continuou para os objetos militares, o que demonstra uma noção de fato histórico delimitado num passado institucional, dos grandes feitos de destacadas personalidades definidas como heróis nacionais e, por sua vez, exemplos a seguir.

No reconhecimento dos objetos citados para compor esse Museu Histórico, Barroso questionou o leitor quanto ao destino das fortificações espalhadas pelo país e indagou acerca da artilharia e dos seus canhões.

²⁵³ Essa matéria de autoria de Gustavo Barroso foi citada por: DUMANS, Adolpho. A Idéia de Criação do Museu Histórico Nacional. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 388-392.

Dentre tantos objetos tidos como relevantes destacou quadros, urnas, lápides, espadas, capacetes, bandeiras, trono, estátuas, autógrafos, carruagens, louças, baixelas, porcelanas, cristais, tinteiros, móveis, uniformes... Ao selecionar tais objetos, teve o cuidado de apontar a importância na identificação de sua origem. Foi recorrente a citação à D. João VI, Osório, Duque de Caxias, D. Pedro I e D. Pedro II como personagens da história nacional. Ao propor uma relação entre passado e presente por meio de um “culto da saudade” observa-se uma inspiração no pensamento romântico, se referindo ao passado como um modelo, um exemplo ideal.

Tendo em vista esses aspectos do pensamento do autor quanto à defesa de um Museu Militar e posteriormente Museu Histórico e, por sua vez, das próprias noções de história, é importante questionar essas proposições à luz de sua atuação junto ao Museu Histórico Nacional, ou seja, observar temas, objetos, concepções expressados por Gustavo Barroso a partir do Museu Histórico Nacional.

Gustavo Barroso publicou o artigo *O Culto da Saudade* pelo *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro em 1912, onde teceu considerações quanto ao descaso com as tradições nas cidades brasileiras, referindo-se, em especial, ao Rio de Janeiro:

“O que se dá com os objetos históricos verifica-se com os costumes tradicionais das regiões, das cidades e dos bairros. (...) Nunca se viu uma cidade assim, em que a vida das grandes arterias condensadoras do movimento, das avenidas, matasse a phisionomia costumeira das festas annuaes. O Rio não tem mais tradições. Como cidade, é um exemplo unico á face da terra. (...) Paris, com toda a sua refulgencia e atracção, nunca perdeu os velhos habitos. (...) Não ha cidade européa que não festeje uma data historica, annual ou centenaria. (...) Ouro-Preto, ninho de tradições e glorias, derroca-se, esboroa-se. (...) Olinda enche-se de capim. Na remodelação da Bahia nada se poupou. No Rio, todas as tradições se apagaram. O passado não merece consideração.

Vá alguém de encontro ao descaso geral. (...) Faça um cortejo histórico, organize uma cavalgada tradicional, recordando a fundação da cidade por Mem de Sá com índios de cocares e arcabuzeiros de morrião; restaure o préstito que levou Tiradentes a forca da Lampadosa; todo o mundo rirá da *mascarada*. Nunca mais se livrará do ridículo.

O culto da saudade ainda não é para nós.”²⁵⁴

Na comparação entre a cidade do Rio de Janeiro e Paris, entre Brasil e Europa, observa-se que Gustavo Barroso foi um oponente ao rumo tomado pelo processo de modernização nas grandes cidades brasileira, em especial a capital federal, opondo tradição e modernidade, remodelação e costume, velocidade e hábitos, ruína e construção. As modificações da paisagem urbana foram apontadas como responsáveis pelo desaparecimento de tradições e pela desconsideração com o passado.

Barroso tomou como modelo de relação entre modernidade e tradição algumas cidades européias, em especial a capital francesa. Também se referiu aos Estados Unidos como exemplo na experiência com museus militares, na intenção de enfraquecer a argumentação de que o motivo do descaso com o passado no Brasil se devesse ao fato do mesmo ser um país jovem, uma vez que os Estados Unidos também eram um país novo. Assim ele argumentou quanto à responsabilidade governamental na elaboração de políticas públicas de preservação, fazendo referência também à necessidade de ações educativas e criação de “lugares de memória”.²⁵⁵

Diante das transformações na urbe o autor lançou o mote do *culto da saudade*, destinando aos fatos, feitos e à tradição uma situação de

²⁵⁴ BARROSO, Gustavo. O Culto da Saudade. In: *Jornal do Comércio*, 1912. Essa matéria foi reeditada num livro de sua autoria, conferir: *Idéas e Palavras*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1917, p. 33-36.

²⁵⁵ NORA, Pierre. *op. cit.*

imobilidade, abordando o costume e o passado como algo estático a ser preservado, melhor dizendo, como algo que deveria ser preservado das mudanças do presente. Percebe-se um olhar conservador do autor ao pensar no duplo passado e presente a partir de uma relação de continuidade em contraposição às transformações, há um viés romântico em seu pensamento ao se referir ao passado através de uma relação sentimental, com conotação nostálgica e mesmo saudosista. Repetido noutras matérias assinadas por Barroso o título *O Culto da Saudade* se constituiu em mote de sua ação em prol da memória e da história, enfim, de sua campanha pela criação de um Museu Militar, ampliado para “Museu Histórico Brasileiro”.

Enfim, em 24 de agosto de 1922, Gustavo Barroso publicou um artigo expressando suas expectativas quanto ao Museu Histórico Nacional M.H.N recém fundado:

“Para felicidade nossa, acabou-se no Brasil a era do descaso pelo nosso passado. Coube ao Exmo. Sr. Presidente Epitácio Pessoa a glória de ter instituído no seu país natal, cujas tradições tanto o estreito sectarismo positivista se tem esforçado por matar, o Culto da Saudade. Ele o iniciou, revogando o banimento da Família Imperial e fazendo com que viessem repousar na pátria querida as cinzas daqueles que, durante meio século de bondade, dirigira seus destinos. Ele o cimenta instituindo o Museu Histórico que custodiará as lembranças mais importantes da nossa vida militar, naval, política e social, durante os mais notáveis períodos. E ele terminará a obra fazendo renascer na sua fita azul a estrela de cinco pontas dessa ordem genuinamente nacional do Cruzeiro, que brilhou sobre o fardão dos nossos melhores estadistas e sobre o largo peito dos nossos heróis”.²⁵⁶

²⁵⁶ Esse texto de Barroso está no artigo de: DUMANS, Adolpho. O Museu Histórico Nacional Através de seus 19 anos de Existência. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941, p. 212.

A fundação do M.H.N. deu-se na ambiência da comemoração do centenário da “Independência”. Através das páginas de jornais e revistas, segmentos das elites intelectuais travaram debates, em cujas pautas estiveram questões como o papel da História nos contornos da identidade nacional e inserção do Brasil na cadência do progresso.²⁵⁷

Setores da intelectualidade tomaram como incumbência, como tarefa urgente e patriótica, a escrita de uma história do país. O estudo e o conhecimento de vestígios do passado poderiam apontar os caminhos a serem seguidos no presente, para a partir daí, forjar-se a própria nação, o sentimento nacionalista e a esperança de um futuro áureo e glorioso. São tentativas de (re)começo a partir de parâmetros da História, que são agudizadas em momentos de comemoração. Logo, eram inadiáveis a

²⁵⁷ Marly Mota iniciou seu trabalho, intitulado *A Nação faz Cem Anos*, retomando a discussão travada no contexto ulterior à Proclamação da República (1889) referente à constituição e comemoração de lugares da memória nacional. Um dos eixos centrais da discussão nessa época se baseou na polêmica a respeito de qual seria o episódio que poderia ser considerado como portador e criador do sentido de nacionalidade brasileira. À recém proclamada República correspondia um sentimento de inquietação diante do fato de o grito do Ipiranga, ou seja, a propalada Independência do Brasil, ser associado ao mais importante lugar da lembrança brasileira. Ora, para que o novo regime pudesse ser legitimado era necessário não apenas uma mudança nas esferas sociais e políticas, mas era de fundamental relevância a produção de tradições, buscadas em um passado que possibilitasse a sacralização da nação, bem como, de lugares eleitos como portadores de identidade, firmando assim, todo um corpo simbólico e ritualístico em prol e benefício da República. Nessa perspectiva, se a Independência era relacionada a um feito heróico da Monarquia, então, esta estava se constituindo em uma pedra no meio dos caminhos republicanos. Entre acirrados e divergentes debates uma das soluções aventadas baseava-se em uma postura mediadora. Assim, alguns setores das elites letradas retomaram o 7 de setembro de 1822 a partir das reapropriações de um discurso que buscava desvencilhar a Independência da Casa Imperial de Orleans e Bragança, elegendo heróis como José Bonifácio de Andrade e Silva, cognominado como “O Patriota”. Também, classificando esse fato (a Independência) como um elemento imprescindível ao processo histórico que culminou na Proclamação republicana. Dessa forma, o 7 de setembro foi reapropriado com comemorações já a partir de 1895, marcadas, entre outros aspectos, por paradas militares, algo bem ao gosto republicano. Após fazer a análise dos discursos de setores intelectuais, nesse período posterior à Proclamação do 15 de novembro, a Proclamação da República, acerca dos lugares da memória e da escrita da História, Marly Mota remeteu o leitor ao debate realizado quando da comemoração do centenário da independência, em especial no ano de 1922. Sobre essas discussões e iniciativas das elites intelectuais e políticas em torno das medidas de organização dos festejos do Centenário da Independência, cf. MOTTA, Marly Silva da. *A Nação faz 100 anos. A questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992.

invenção e institucionalização de novos “lugares de memória”. O processo de modernização em cidades como o Rio de Janeiro expressou a aceleração das mudanças, que por sua vez foi acompanhada por demolições, construções e modificações em esferas variadas da cidade.²⁵⁸ Veio, então, a necessidade de dar mais atenção à organização desses lugares destinados a registrar símbolos constituintes da nacionalidade e exibir vestígios do passado. Este olhar a partir da História creditou um valor especial ao passado e aos objetos que guardassem traços de tradição.

Gustavo Barroso foi o primeiro diretor do M.H.N, atuando nessa instituição por 36 anos. Quanto às primeiras iniciativas de escrita da história nacional por meio dos objetos expostos pelo Museu recentemente instituído podem ser destacadas as seguintes fotografias:

²⁵⁸ O sociólogo Sérgio Miceli fez uma significativa síntese dos anos de 1920 a 1940, referindo-se a essas modificações: “As décadas de 1920, 1930 e 1940 assinalaram transformações decisivas nos planos econômicos (crise do setor agrícola voltado para a exportação, aceleração dos processos de industrialização e urbanização, crescente intervenção do Estado em setores-chaves da economia etc.), social (consolidação da classe operária e da fração de empresários industriais, expansão das profissões de nível superior, de técnicos especializados e de pessoal administrativo nos setores público e privado etc.), político (revoltas militares, declínio político da oligarquia agrária, abertura de novas organizações partidárias, expansão dos aparelhos do estado etc.) e cultural (criação de novos cursos superiores, expansão da rede de instituições culturais públicas, surto editorial etc.)”. MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-45)*. *op. cit*, p. 77.



Sala de exposição do M.H.N em outubro de 1922, data da inauguração das exposições. *Anais M.H.N.* 1945, vol. 3, p.389.



Sala de exposição de inauguração em outubro de 1922. *Anais M.H.N.* 1945, vol. 3, p. 391

Essas duas fotos retratam respectivamente as duas primeiras salas de inauguração do Museu Histórico Nacional, pelo que indicou o seu secretário em 1942, Adolpho Dumans, em artigo intitulado *A Idéia de Criação do Museu Histórico Nacional* publicado em 1945 nos *Anais do Museu Histórico Nacional*.²⁵⁹ Observando a primeira foto verifica-se que houve um destaque para a estátua eqüestre de D. Pedro II. Como é possível observar, no culto ao passado manifestado no Museu Histórico Nacional, reservou-se lugar de destaque para o Estado Monárquico, tido pelo seu diretor fundador como um dos responsáveis principais pela construção da nação. Daí o desejo de aglutinar um grande acervo da Família Imperial. No período de (co)memoração da República, quando vários segmentos intelectuais estavam envolvidos nas iniciativas de consolidação de uma memória e tradição republicanas, no Museu Histórico, foram evocados e guardados objetos relacionados à tradição do Império e à aristocracia. Na perspectiva de Gustavo Barroso, este momento de comemoração de independência política era a continuidade do percurso histórico brasileiro, e não uma ruptura.²⁶⁰

No meio intelectual dos anos 20, intensificaram-se as relações entre uma significativa parcela dos intelectuais e o Estado. Estado e elites letradas eram vistos como os portadores do instrumental teórico e político para a delimitação do “caráter nacional”. A legitimação da atividade política passou, por seu turno, pela confirmação de um saber científico. O reconhecimento desta “vocação nacional” da intelectualidade, com uma ampliação do seu papel e valorização do saber especializado, materializou-se com a criação de uma série de órgãos e instituições, como é o caso do

²⁵⁹ DUMANS, Adolpho. A idéia da criação do Museu Histórico Nacional. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol. 3, 1945.

²⁶⁰ A respeito da acepção oriunda do M.H.N acerca da periodização da História do Brasil baseada na noção de continuidade histórica entre Colônia, Império e República, conferir o trabalho de Regina Abreu que analisou a experiência do Museu Histórico Nacional a partir, principalmente, da coleção de Miguel Calmon. ABREU, Regina. *op.cit.* 1996.

Museu Histórico Nacional. Mas o engajamento destes homens também se efetivou na esfera política, com a filiação a partidos e a disputa por cargos eletivos, e com o envolvimento em ligas, movimentos e associações variados.²⁶¹

No debate intelectual dos primeiros anos do século XX, questões referentes às semelhanças e diferenças nacionais ou às perspectivas quanto ao futuro nacional estiveram na pauta do dia. O debate acerca da questão nacional esteve intenso, associado à discussão da “vocação nacional” dos intelectuais.²⁶² Intelectuais e Estado estabeleciam aproximações, (intensificadas no governo varguista), tendo em vista um interesse comum: o de garantir a efetivação do projeto nacional, sem esquecer a garantia de ascensão profissional; ambos intitulado-se como os responsáveis principais e como os mais aptos para tal intento. No que diz respeito à possibilidade de ascensão social e ao deslocamento desses profissionais do saber para o Rio de Janeiro, comentou o historiador Nicolau Sevcenko:

(...) “a proximidade da sede do governo federal, reformado e ampliado, oferecia inúmeras oportunidades adicionais aos letrados, desde os simples empregos burocráticos até aos cargos de representação, as comissões e as delegações diplomáticas. Igualmente importantes eram a tutela oferecida pelo Estado a organizações culturais e institutos superiores e o mecenato declarado do Ministério

²⁶¹ Este contexto intelectual foi marcado pela heterogeneidade de correntes de pensamento, com reapropriações diversas das teorias positivista, darwinista social, evolucionista, da psicologia das massas, cientificista e nacionalista. O ponto convergente desta intelectualidade foi o aspecto da “vocação nacional” com papel de elite dirigente. Havia os católicos, os antiliberais, nacionalistas conservadores e autoritários. 1922 foi comemorado como marco, aglutinando a criação oficial de movimentos tais como: Semana de Arte Moderna, lançamento do Manifesto Integralista, fundação do Centro D. Vital, Revolta Tenentista e Fundação do Partido Comunista Brasileiro. Cf. PÉCAUT, Daniel. *Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

²⁶² Essa denominação de “vocação nacional” referente aos intelectuais das décadas iniciais do século XX no Brasil foi oriunda da leitura do livro do sociólogo francês: PÉCAUT, Daniel. *op. cit.*

das relações exteriores aos grandes expoentes das letras. O Rio de Janeiro oferecia pois um campo ímpar de atuação para os intelectuais em um país pobre e quase que totalmente analfabeto”.²⁶³

A "missão política" dos intelectuais estendia-se para a ocupação de cargos burocráticos, de prestígio social e cargos políticos. O saber foi sendo instrumentalizado para ações da vida social e política. Por sua vez, estes homens concorreram para a legitimação de suas manifestações políticas e condições econômicas. A partir de suas posturas como “homens das letras”, destacaram-se na literatura, na imprensa, em órgãos diretamente ligados à produção do saber e do poder, como institutos e academias.

Este momento marcou o surgimento do Museu com caráter histórico que se constituirá em marco na tradição dos museus brasileiros. Mas antes da fundação do M.H.N. existiam outros museus no Brasil: o Museu Nacional ou Museu Real (1808), o Museu Paulista ou Museu do Ypiranga (1824) e o Museu Paraense Emilio Goeldi (1866).

No período de repercussão das teorias sociais que conferiam um demasiado valor ao meio e à raça na compreensão da composição da identidade do Brasil, surgem esses museus “enciclopédicos” e “etnográficos”, no Rio de Janeiro, em São Paulo e, no Pará. De modo geral, o perfil destes museus configurava-se em “depósito ordenado de uma cultura fetichizada e submetida a uma lógica evolutiva” e, esta lógica passou por reapropriações e adequações para a realidade do país, apontando como necessários o estudo e compreensão desta realidade miscigenada para apontar os caminhos de superação, sendo a idéia de branqueamento uma das saídas vislumbradas.²⁶⁴ O papel destes museus na explicação da evolução do homem, no caso brasileiro, deu-se a partir do

²⁶³ SEVCENKO, Nicolau. *op. cit.*, 1999, p. 94.

²⁶⁴ A este respeito cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *op. cit.*

uso de um cabedal das ciências naturais e da antropologia física, como explicitou Lilia Moritz:

“Mas, para além das especificidades de cada um dos museus, é possível dizer que cumpriram um papel relevante no incentivo de estudos e pesquisas em ciências naturais e antropologia física no país, bem como personificaram um certo ideal de cientificidade e objetividade, muito estimado naquele momento em especial. (...)”

A partir desse tipo de produção, à primeira vista tão longínqua do debate político que se travava entre nós, os museus buscaram, mesmo que de forma específica, discutir o homem brasileiro. Partindo da flora e da fauna para chegar ao homem, ao recolher, analisar, classificar, hierarquizar e expor, os museus pretenderam trazer um pouco de ciência e ordem a esse meio tão carente de produções intelectuais dessa categoria.”²⁶⁵

Levando-se em conta o perfil e a trajetória dos “museus etnográficos”, compondo o debate acerca da constituição nacional, adotando e adaptando modelos evolucionistas e darwinistas sociais, privilegiando os métodos e os objetos das ciências naturais, é interessante compreender quais as fontes de inspiração teórica para a estruturação e composição do Museu Histórico Nacional.

O rastro seguido leva em conta a “tradição” dos Institutos Históricos, na discussão da idéia de História e do papel que lhes é reservado no debate acerca da definição, classificação e explicação dos traços componentes da identidade nacional. Fundado em 1838, quando na Europa à História foi creditado um estatuto de disciplina, um caráter de ciência, o Instituto Histórico foi pensado como o lugar de onde a História do Brasil seria escrita, por uma elite intelectual inspirada pelas idéias e ideais iluministas:

²⁶⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Idem*, p. 91.

“É, portanto, a tarefa de pensar o Brasil segundo os postulados próprios de uma história comprometida com o desvendamento do processo de gênese da Nação que se entregam os letrados reunidos em torno do IHGB. A fisionomia esboçada para a Nação brasileira e que a historiografia do IHGB cuidará de reforçar visa produzir uma homogeneização da visão de Brasil no interior das elites brasileiras. É de novo uma certa postura iluminista – o esclarecimento, em primeiro lugar, daqueles que ocupam o topo da pirâmide social, que por sua vez encarregar-se-ão do esclarecimento do resto da sociedade – que preside o pensar a questão da Nação no espaço brasileiro.”²⁶⁶

Para além do apontamento da gênese e dos princípios nacionais, a produção destes intelectuais intentava incorporar à nação uma “tradição” de civilização e progresso, a partir de uma perspectiva linear, de uma linha evolutiva da história da humanidade. A escrita desta história teria um papel pedagógico e uma missão de relevo, apontando os aspectos que dessem embasamentos para a idéia da “mescla das três raças” e que sustentassem a visão do homem branco como principal agente civilizador. Além da atenção voltada para os documentos escritos no Instituto também houve a preocupação com a coleta de objetos na estruturação do museu do IHGB como pode ser observada na carta de seu sócio Rodrigo de Souza e Silva Pontes de 1842, analisada por José Neves Bittencourt, especialista em história dos museus no Brasil com várias publicações nos *Anais* do M.H.N:

(...) para cabalmente preencher toda a amplitude de sua instituição, precisa de criar um museu, em que não só colija e guarde os produtos naturais do país, mais ainda e principalmente quanto possa servir de

²⁶⁶ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: N° 1, 1988, p. 6.

prova do estado de civilização, indústria, usos e costumes dos habitantes do Brasil (...).²⁶⁷

Apesar desse museu ter se constituído em um “gabinete de história natural”, sendo superado “quase no ocaso do Império do Brasil”, Bittencourt expôs que a seção de medalhas e moedas foi uma das que tiveram grande crescimento, “mapa material da trajetória da história do Império”. Em parágrafo conclusivo assim se referiu José Neves quanto ao perfil da memória defendida nessa instituição:

“O Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cuja existência foi prevista desde os primeiros tempos da agremiação, parece cumprir a função de marcar, com vistas ao futuro, a trajetória da monarquia brasileira. Lá estão representados os palcos onde, tinha-se certeza, a Nação surgira: o palco interno e o internacional – este no Medalheiro, aquele na coleção de objetos tridimensionais. Lá estão o passado da pátria, o tempo heróico da colonização, os antepassados – sejam autóctones ou europeus, os soberanos e os eventos de países estrangeiros (como a Inglaterra e a França) e moderno (como a Argentina); também se encontram referências a eventos de alguma forma relacionados com a nação (a Revolução Francesa, o centenário de Camões). Mas está contada, em detalhes, a trajetória do monarca brasileiro. O Museu é um suporte de memória, na mais completa acepção da palavra.”²⁶⁸

Desse modo, além dos museus de história natural do século XIX a história dos museus brasileiros também contou com o museu do IHGB, guardando um suporte material concernente, em especial, à memória imperial. Gustavo Barroso, ao defender uma “ação salvadora” para com o

²⁶⁷ PONTES, Rodrigo de Souza e Silva. Carta estudada por: BITTENCOURT, José Neves. Memória para o Futuro. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e seu museu, 1839-1889. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. 37. Rio de Janeiro: IPHAN, 2005, p. 200.

²⁶⁸ BITTENCOURT, José Neves. *Idem*, p. 214.

passado brasileiro enfatizou a necessária fundação de um “verdadeiro Museu Histórico”, talvez a sua referência fosse ao modelo dos “museus etnográficos”. Se antes esses museus eram estruturados numa perspectiva evolutiva, comparativa e classificatória, herdada dos métodos e preceitos das ciências físicas e naturais, neste novo Museu apontava-se numa dimensão de evolução e num processo de construção da nação. Explicando melhor: os acervos e exposições dos museus chamados etnográficos e enciclopédicos e/ou museus de história natural privilegiavam elementos da fauna, flora, elementos exóticos, utensílios singulares a certos “povos” e “culturas”. No Museu Histórico Nacional enfatizava-se o ordenamento, zelo e exibição de suportes materiais simbólicos que favoreceriam a visualização pedagógica da História do Brasil.

“A chegada dos anos 20 marca o final dessa ‘era dos museus nacionais’. (...) Idealizados enquanto locais dedicados ao desenvolvimento de ‘uma ciência pura e afastada dos obstáculos do cotidiano’ (AMN, 1926), os museus revelavam nesse momento, no entanto, não só sua produção tacanha, como o caráter pouco pragmático e aplicado de suas pesquisas. (...) A chegada dos anos 30 marcará o fim da ‘era dos museus etnográficos’ como fenômeno mundial. Atrelados à crítica radical que incide sobre o paradigma evolucionista nesse momento, tais museus levarão tempo para se reestruturar em outras bases teóricas.”²⁶⁹

Diante do lugar reservado ao passado, na ambiência de comemoração do “centenário da independência”, para a escrita nacional depreende-se a importância da criação de um Museu de História do Brasil, contribuindo para a elaboração e invocação de uma memória nacional e de

²⁶⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *op.cit.* p. 94-95-96.

um conhecimento acerca dos aspectos fundantes da nação, inscritos, por sua vez, na cultura material guardada e exposta no espaço museal.

Ora, na campanha pelo *Culto da Saudade* Gustavo Barroso não se cansou de apontar o M.H.N e suas iniciativas como pioneiras na atenção ao passado nacional. Comemorando a fundação do M.H.N escreveu: “Pra felicidade nossa, acabou-se no Brasil a era do descaso pelo nosso passado.” Mas não fez referência ao Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sendo importante ressaltar que tanto nesse Museu quanto no M.H.N. à coleção de medalhas e moedas foi reservado um lugar de destaque, organizada em seção, contando com um amplo acervo, como será observado no próximo item da tese. À memória imperial foi destinada atenção especial em ambas instituições. A atenção ao passado nacional, como foi visto, contou desde o século XIX com a ação do IHGB, tendo, inclusive, alguns aspectos de seus pressupostos teóricos, como inspiração para o Museu Histórico Nacional, como, por exemplo, uma noção de história como “mestra da vida” e um olhar de destaque aos feitos, fatos e heróis nacionais, com ênfase ao período imperial. Além disso, Barroso justificou a criação de um Museu Militar argumentando, repetidas vezes, que no Brasil não havia o “culto das tradições militares”, mas como afirmou o secretário do M.H.N, Adolpho Dumans, em matéria enaltecida das ações de Barroso e do Museu em seus primeiros 19 anos, a própria composição do acervo desse Museu dispôs de objetos concernentes ao Museu de Artilharia do Arquivo Nacional e da Seção de Numismática da Biblioteca Nacional. Assim, a memória militar brasileira, tão defendida por Barroso como uma ação de pioneirismo, teve um museu no Arquivo Nacional. Mesmo sendo uma matéria laudatória publicada nos *Anais* do Museu Histórico Nacional sublinhando Barroso como o fundador do M.H.N foi também a partir dela que os limites do discurso precursor de Gustavo Barroso foram configurados.²⁷⁰

O passado defendido por Gustavo Barroso no Museu Histórico Nacional foi, sobretudo, dos segmentos ligados ao Estado Imperial, e esse foi mais um aspecto de aproximação entre o M.H.N e o IHGB, marcado por uma relação direta de seus intelectuais com a monarquia:

“Se uma inter-relação entre Estado e produção do discurso historiográfico no Brasil no século XIX já se fazia sentir desde a fundação do IHGB, tal dinâmica tenderá a assumir formas mais claras e diretas a partir de 1849-50, coincidindo com a estabilidade do poder central monárquico e de seu projeto político centralizador. Escrever a história brasileira enquanto palco de atuação de um Estado iluminado, esclarecido e civilizador, eis o empenho para qual se concentram os esforços do Instituto Histórico.”²⁷¹

Em matéria de 1942, publicada nos *Anais* em 1945, intitulada *Esquemática da História Militar do Brasil* Gustavo Barroso veiculou uma série de fotos referentes às exposições de diversas salas do Museu,²⁷² sendo já um indício das características das exposições:

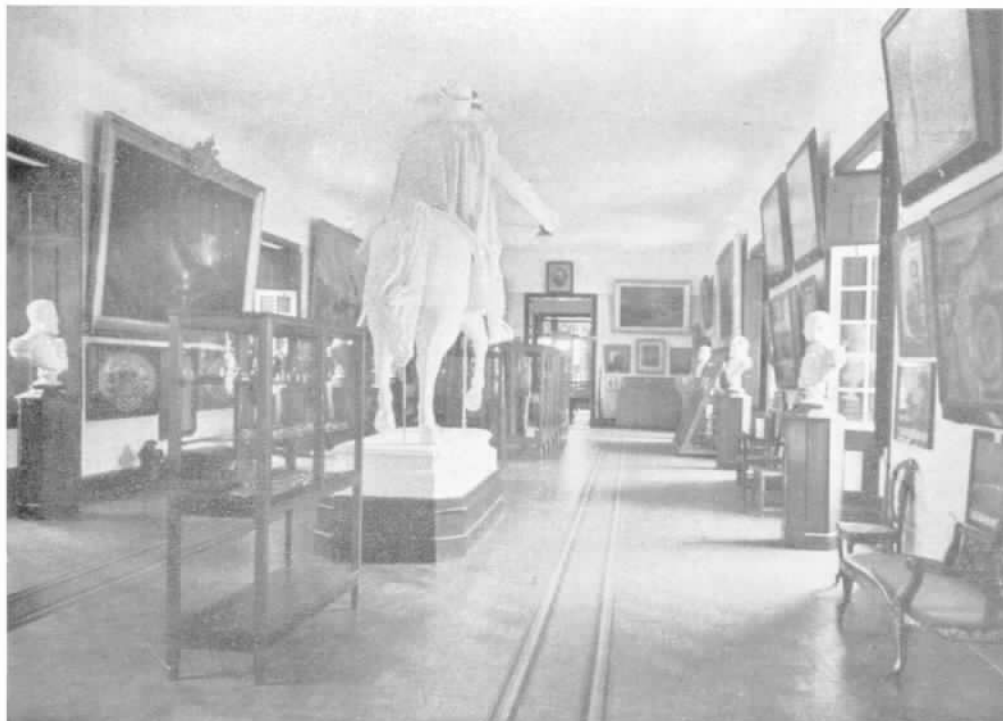
²⁷⁰ DUMANS, Adolpho. O Museu Histórico Nacional Através dos seus 19 Anos de Existência. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.

²⁷¹ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *op.cit.* p. 10.

²⁷²As onze fotos apresentadas foram publicadas por: BARROSO, Gustavo. *Esquemática da História Militar do Brasil*. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 400-430.



Sala "Duque de Caxias". *Anais M.H.N.* 1945, vol. 3, p. 407.



Sala "Duque de Caxias". *Anais M.H.N.* 1945, vol. 3, p. 408.



Sala "Duque de Caxias". *Anais M.H.N.* 1945, vol. 3, p. 415.



Sala "Conde de Bobadela". *Anais M.H.N.* 1945, vol. 3, p. 406.



Sala "Conde de Bobadela". *Anais M.H.N.* 1945, vol. 3, p. 405.



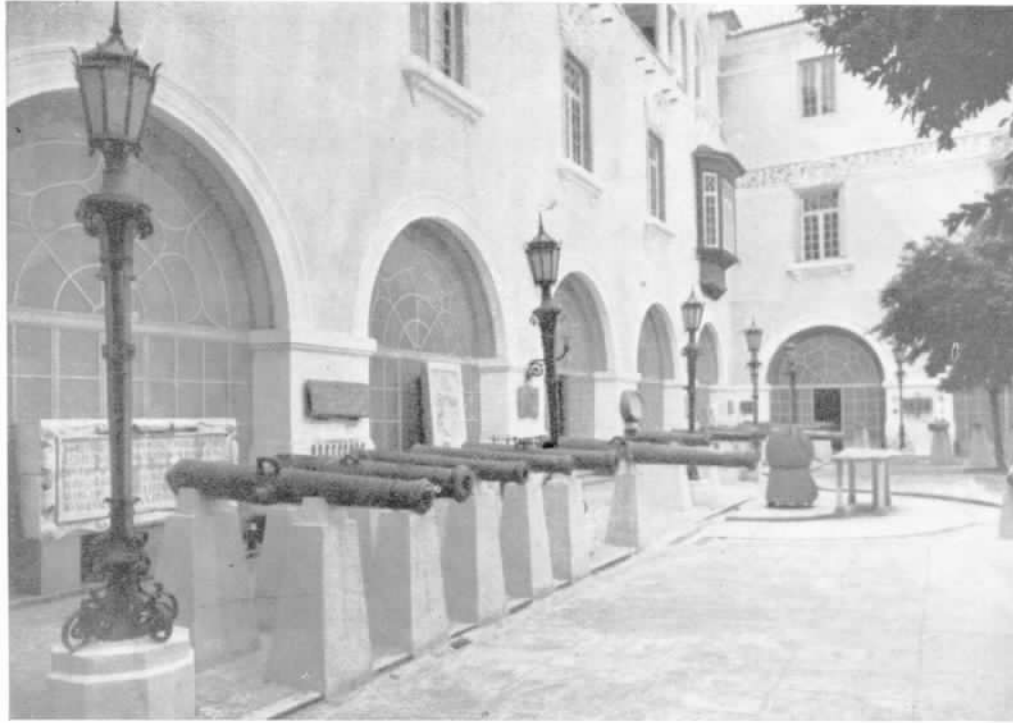
Sala "Conde de Pôrto Alegre". *Anais M.H.N.* 1945, vol. 3, p. 402.



Sala "Conde de Pôrto Alegre". *Anais M.H.N.* 1945, vol. 3, p. 404.



Sala "General Osório". *Anais M.H.N.* 1945, vol. 3, p. 412.



Pátio “Epitácio Pessoa”. *Anais M.H.N.* 1945, vol. 3, p. 416.



Pátio "Epitácio Pessoa". *Anais M.H.N.* 1945, vol. 3, p. 419.



Pátio "Epitácio Pessoa". *Anais M.H.N.* 1945, vol. 3, p. 420.

Ao passado foi creditado um valor positivo para a construção da identidade nacional, uma vez que poderia propiciar um sentimento de comum pertencimento. A escrita da história foi associada à inscrição de uma cultura material evocativa e mobilizadora das reminiscências de uma nação, na intenção de propiciar mais vigor para o culto ao passado. Coleções de armas, retratos de ministros de Guerra e da Marinha, estátuas de membros das elites, como é o caso da estátua em gesso de D. Pedro II, troféus, bustos e canhões tomados aos paraguaios, holandeses, franceses e espanhóis, compõem essas fotografias. A nomeação das salas onde esses objetos foram agrupados remete a personagens da História militar e política como é o caso das salas Duque de Caxias, Gal. Osório e o Pátio Interno denominado Epiácio Pessoa, até hoje reservado aos canhões. Desse modo, esses objetos expostos em várias salas remetem, sobretudo, à memória militar e monarquista.

Analisando a tradição antiquária no trato com os objetos no Museu Histórico Nacional a partir de dois documentos principais: o *Catálogo Geral* de 1924, mais especificamente, a Secção de *Arqueologia e História* e o *Guia de Visitantes* de 1955, a historiadora Aline Montenegro traçou as principais características das exposições nesse Museu. Estudando o *Catálogo Geral*, referente à década de 1920, expôs:

“O desejo de fazer com que os visitantes do Museu amassem o passado, mais do que o compreendessem, a partir da sua presentificação nos objetos, era maior do que uma preocupação historiográfica, que, inclusive, não aparece. O passado a ser conhecido e cultuado estava implícito na seleção dos objetos que comporiam o acervo museológico, e não numa intenção propriamente didática, explícita na intervenção humana de organização dos objetos nos espaços de exposição. Cada objeto fechava em si o conhecimento do tempo ao qual pertencera, como uma parte remetendo a um todo que lhe conferia sentido enquanto relíquia. Neste sentido, é observado que

os esforços de Gustavo Barroso nos primeiros anos de funcionamento do Museu voltaram-se para o recolhimento do passado para dentro deste lugar de memória, considerado a Casa do Brasil, para que fosse ressuscitado. A própria aura que envolvia o conjunto arquitetônico do Museu Histórico Nacional, fundado no século XVIII, com funções militares, possibilitava a sensação de que, ao transpor sua entrada, passava-se a viver no passado, como numa espécie de máquina do tempo.”²⁷³

Nesse artigo, Aline Montenegro comenta que a década de 1930 “foi um divisor de águas no processo de construção do passado”. Assim, tecendo comparações entre esses dois momentos, comentou quanto às exposições a partir de 1930, documentadas, por sua vez, no *Guia de Visitantes*:

“O que estava em questão não era mais a ressurreição do passado, mas o culto aos heróis consagrados pela história, como um ato sagrado de reverência aos ‘santos’, exemplos a serem seguidos pelos cidadãos para a construção do presente e do futuro. As salas de exposição passaram a corresponder a períodos e acontecimentos históricos, possuindo o nome dos vultos a serem cultuados. Além da aura de antigüidade, somou-se aos objetos expostos nesses espaços a aura de relíquia, por terem eles entrado em contato com o sagrado, de acordo com a classificação de Krzysztof Pomian.”²⁷⁴

Dos objetos selecionados deveriam emanar os valores modelares de personagens tidas como as principais agentes de construção da História do

²⁷³ MAGALHÃES, Aline Montenegro. Cultuando a saudade... Sobre antiquariado e escrita da história no Museu Histórico Nacional. In: *História Representada: o dilema dos museus*. Rio de Janeiro: M.H.N, 2003, p. 103.

²⁷⁴ MAGALHÃES, Aline Montenegro. *idem*. p. 104.

Brasil e, por seu turno, da nação. A exposição desses objetos na primeira Secção de História se deu a partir da distribuição nas seguintes salas: D. João XI, D. Pedro I e D. Pedro II, Deodoro da Fonseca, Tamandaré, Duque de Caxias e Guilhermina Guinle.²⁷⁵ Essa última sala foi reservada, principalmente, para aqueles acervos e coleções particulares considerados importantes para o Museu, como é o caso do acervo de Miguel Calmon, doado por sua viúva Alice da Porciúncula Calmon du Pin e Almeida.²⁷⁶ Essa Secção também contou com outras exposições:

“Noutras salas os retratos da época colonial e dos 1º e 2º Reinados; o de D. Carlota Joaquina; e de Dona Escolástica, e o de sua filha, a marquesa de Santos, favorita de Dom Pedro I; o de Dom Luiz de Vasconcelos e Souza, o ilustre vice-rei; o de Dom João VI; o de D. Pedro I, D. Pedro II e de D. Maria I; os dos generais Osorio e Camara; maquetes das estátuas dos imperadores D. Pedro I e D. Pedro II, da imperatriz D. Thereza Christina, princesa Isabel e outras muitas produzem impressão duradoura, revelam um passado tranqüilo e magnífico, revivendo flagrantes, materializados de eras brasileiras.”²⁷⁷

A estruturação das exposições do M.H.N operou-se a partir de uma ordem, de uma perspectiva linear e evolutiva do tempo histórico, mais um aspecto de aproximação entre os preceitos desse Museu e do IHGB, inspirados no ideário iluminista. A distribuição desta galeria de personagens apontava para a fixação dos períodos a partir dos acontecimentos políticos e militares, divididos em: Brasil Colônia, Reino,

²⁷⁵ DUMANS, Adolpho. O Museu Histórico Nacional através dos seu 19 anos de existência. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol. 1, 1941.

²⁷⁶ Acerca do estudo desta coleção cf. ABREU, Regina. *op. cit.* 1996.

²⁷⁷ DUMANS, Adolpho. O Museu Histórico Nacional através dos seu 19 anos de existência. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol. 1, 1941, p 215.

Império e República.²⁷⁸ Esta história seria escrita a partir das continuidades deste processo histórico, sendo Portugal o país responsável pela civilização neste país do novo mundo. Vislumbra-se uma noção de História pautada pela continuidade, como se não houvesse, ou não devesse haver rupturas, assim a relação entre passado e presente se daria num processo de aperfeiçoamento, ou seja, numa perspectiva de progresso linear.²⁷⁹

E nessa “missão” de reconhecimento do passado nacional manifestado na cultura material, além daquela exibida no M.H.N, Barroso elaborou um projeto de um “Museu Ergológico Brasileiro”. Apesar dessa proposta não ter saído do papel, vale a pena perceber alguns de seus aspectos, tendo em vista a experiência do autor num Museu de caráter histórico, bem como, nos “estudos de folclore” com vários livros abordando essa temática, analisados no segundo capítulo.²⁸⁰

No seu projeto de um “Museu Ergológico”, como também nos livros de sua autoria, o “folclore” foi observado a partir de diversas formas: das artes aos artefatos, das lendas as parlendas, do trabalho às festas e danças. Justificando tal projeto, escreveu Barroso que é “justamente a parte ergológica a que permite a boa organização dos museus folclóricos”. Assim, estas manifestações estavam organizadas nessa proposta a partir da seguinte classificação: “Artes da habitação, Arte naval, Arte da pesca,

²⁷⁸ *Idem.*

²⁷⁹ José Carlos Reis, no livro *Identidades do Brasil*, esquematiza os “tipos ideais” de narrativa nacional em dois eixos: um pró-Portugal, priorizando a continuidade histórica numa atitude tradicionalista, cujos autores principais seriam Varnhagen e Gilberto Freyre, e um outro representado, em especial, por Capistrano de Abreu e Sérgio Buarque de Holanda que enfatizaram a ruptura, a mudança frente à continuidade numa perspectiva moderna. A esse respeito ver: REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

²⁸⁰ Dentre esses livros destacam-se: BARROSO, Gustavo. *Terra de Sol*. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguiar Editor, 1912; *Ao Som da Viola (Folk-Lore)*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, 1921; *O Sertão e o Mundo*. Rio de Janeiro: Editora – Livraria Leite Ribeiro, 1923; *Através dos Folk-Lores*. São Paulo, Cayeiras e Rio de Janeiro: Comp. Melhoramentos de São Paulo, 1927; *As Colunas do Templo: Erudição, Folclore, História, Crítica e Filologia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932.

Arte da caça, Arte do preparo de alimentos, Artes domésticas, Artes do artesanato, Arte das representações, Arte coreográfica, Arte dos mecanismos, Arte da destilação, Arte da feitiçaria, Arte funerária, Arte da criação dos bichos e Artes diversas.”²⁸¹ Na defesa desse “Museu Ergológico” o autor expôs:

“Um museu dessa espécie poderia ser dividido em sectores relativos às regiões características do Brasil: Amazônia, Nordeste, São Francisco, Centro-Sul. Oeste, Planalto Paranaense, Vale do Itajaí, Pampa. E nele se poderiam ver as artes e ofícios tradicionais da nossa gente, bem como estudar sua origem, evolução e finalidades, através desses produtos de utilidade (...) A paisagem da vida brasileira, da verdadeira vida popular e tradicional que o bulício e o cosmopolitismo das cidades nos faz esquecer, se apresentaria nas suas variadas formas (...).”²⁸²

Nessa perspectiva, a elaboração de uma identidade nacional seria possibilitada com o reconhecimento de expressões regionais, com o destaque das peculiaridades que constituiriam os aspectos de semelhança do “povo brasileiro”. E, estes aspectos estariam marcados numa paisagem sertaneja, no campo, mas perceptíveis também em povoados litorâneos, com seus pescadores, suas jangadas, seus costumes e suas lendas relacionadas ao mar, não incorporadas ao cosmopolitismo e supostamente isentos da superficialidade, individualismo e influências externas, tidos como característicos das grandes cidades.

²⁸¹ BARROSO, Gustavo. Em Torno da Criação de um Museu Ergológico Brasileiro. O desenvolvimento dos estudos folclóricos Brasileiro. O desenvolvimento dos estudos folclóricos em nosso País. Um esquema ergológico. In: *A Manhã*. Rio de Janeiro: 29/12/1942, p. 3. Esse projeto também foi publicado nos *Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

²⁸² BARROSO, Gustavo. Em Torno da Criação de um Museu Ergológico Brasileiro. O desenvolvimento dos estudos folclóricos em nosso País. In: *A Manhã*. Rio de Janeiro: 29-12-1942, p. 3.

A tarefa política e intelectual de redescobrimento do Brasil, não poderia ignorar ou prescindir das “tradições populares”, que representavam, para Barroso, o próprio espírito nacional, o alicerce do sentimento de coesão e irmandade. A preocupação com a tradição popular, os usos e costumes indicava para a tarefa de sistematização do “folclore”, através de catalogação, elaboração de séries e fixação destas “produções do espírito e da alma” em um lugar dirigido por especialistas e intelectuais, os chamados homens de erudição. Lançando um olhar que hierarquizava, estes estudiosos intentavam coligir, comparar e estabelecer classificações para, a partir daí, apontar e divulgar os elementos identitários. Ou seja, com esse projeto de um “Museu Ergológico” ou “museu do folclore”, Gustavo Barroso pretendeu assinalar os componentes mais marcantes da formação popular brasileira, seus tipos, costumes, usos, artes e artefatos. Na diretoria do Museu Histórico Nacional, o autor de *Terra de Sol* privilegiou a compilação, catalogação e exibição de rastros ligados à tradição imperial, militar, administrativa e ao universo das “belas artes”. Também em suas obras de estudo da vida popular o intelectual cearense buscou apreender, analisar e explicar aspectos e episódios que concorreriam para um melhor entendimento da terra e das gentes da nação. Esses escritos foram, amiúde, entrelaçados por Gustavo Barroso a sentimentos de ausência e saudade do povo.

Ao Museu Histórico associava-se a função de delimitação da origem e dos princípios nacionais, interessando coligir, catalogar e preservar artefatos oriundos dos círculos políticos, intelectuais e militares, especialmente, imperiais e aristocráticos, bem como, as coleções e arquivos particulares. Ao “Museu Ergológico” caberia a tarefa de indicar os elementos demarcados como específicos, singulares da “vida popular” brasileira. De acordo com Barroso, neste Museu “se poderia ver as artes e ofícios tradicionais da nossa gente, bem como estudar sua origem,

evolução e finalidades (...)”²⁸³. Ora, essa divisão demarcou, ainda mais, o caráter do Museu Histórico, onde a ampla maioria dos objetos expostos se relacionavam a setores das elites e de segmentos letrados. Por seu turno os artefatos da “vida popular” pouco apareceram nas exposições desse Museu, sendo praticamente excluídos. Levando-se em conta essa divisão, nota-se que a história contada no M.H.N foi, eminentemente, política, dos feitos de personalidades, apontando o passado como modelo para o presente, algo característico na experiência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que se inspirou nos preceitos iluministas.²⁸⁴

Destinou-se ao M.H.N o papel pedagógico de contribuir para a conformação do sentimento nacional, a partir das lições do passado. Neste sentido, a História foi vista como mestra da vida, narrada a partir das grandes realizações, dos heróis nacionais. Os agentes desta história contada no Museu Histórico foram aqueles tidos como principais responsáveis para a consolidação do país, nas delimitações e defesa do território nacional.

O argumento de Gustavo Barroso para a ênfase em uma memória militar no Museu foi tecido ao longo de seu artigo sobre a história militar brasileira. Nele o autor enalteceu as campanhas militares “brasileiras” do período colonial à independência, considerando “uma das mais brilhantes do mundo”.²⁸⁵ A essa história foram vinculados exemplos de glória de grandes homens e lições de patriotismo, tidos como inspiração para as novas gerações que deveriam aprender a defender e combater pelo país.

²⁸³ *Idem.*

²⁸⁴ A respeito dessa divisão entre Museu Histórico Nacional e Museu Ergológico, numa diferenciação entre museu das elites e museu do povo no discurso de Gustavo Barroso conferir o artigo de: ABREU, Regina. Os museus enquanto sistema: por uma revisão da contribuição de Gustavo Barroso. In: *Ideólogos do Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro: Secretaria de Cultura-PR, 1991, p. 91-97, (Caderno de DEBATES, nº 1). Também: OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. O conservadorismo a serviço da memória: tradição, museu e patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso. Rio de Janeiro: PUC-RJ, Dissertação de Mestrado, mimeo, 2003.

²⁸⁵ BARROSO, Gustavo. Esquematização da História Militar do Brasil. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 400.

Além disso, Barroso expôs a relação do exército com a tradição. De acordo com ele “não se cria mística militar sem invocar a tradição”.²⁸⁶ Assim, tradição e patriotismo eram os ensinamentos maiores para aqueles que viessem a conhecer a história militar do Brasil. E como à história era reservado um papel de destaque para a consecução do projeto nacional, então sentimentos de amor à pátria e respeito às tradições seriam componentes indispensáveis para uma comoção e identificação coletivas. O passado defendido pelo autor era demarcado por uma lição de moral, ensinada por meio do contato com objetos de um pretérito beligerante, tidos como testemunhos factuais. Assim, armarias, canhões, bustos, estátuas, retratos ganhavam lugar de evidência nas exposições do M.H.N por se constituírem em prova do passado e sugerirem uma moral para a história.

A defesa dessa memória da tradição do Exército no Museu Histórico pode ser pensada também como uma expressão da experiência de Gustavo Barroso no Movimento Integralista, uma vez que Barroso atuou nesse movimento como intelectual e militante, produzindo várias obras, artigos na imprensa e proferindo cursos, conferências e palestras pelo país. A bibliografia de autoria de Barroso na década de 1930 foi de forte cunho integralista e anti-semita, desde obras mais específicas desse pensamento (com títulos tais como: *O que o integralista deve saber*, *O integralismo em marcha*, *A palavra e o pensamento integralista*, *Judaísmo*, *maçonaria e comunismo*) à obras de história, como, por exemplo, a trilogia *História Secreta do Brasil*, sendo assim divididos: *Do descobrimento à abdicação de P. Pedro I*, *Da abdicação de D. Pedro I à maioria de D. Pedro II* e *Da maioria de D. Pedro II à República*.²⁸⁷

²⁸⁶ BARROSO, Gustavo. Esquematização da História Militar do Brasil. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 400.

²⁸⁷ BARROSO, Gustavo. *O integralismo em marcha*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933; *O que o integralista deve saber*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1935; *A palavra e o pensamento integralista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1935; *Judaísmo*,

O ideal disciplinar e a defesa da honra, da moral e da tradição da e nas Forças Armadas estavam bem ao gosto do ideal integralista propalado nesses livros do autor. Na exposição de seu pensamento autoritário, Barroso não se furtou a publicar um símbolo representativo do Estado Integral em que defendeu a organização de uma Milícia Nacional, alicerçada pela Marinha e pelo Exército.²⁸⁸

Ao repetir em diversas páginas sobre seus pendores militares e, por sua vez, a não realização daquele sonho de menino, Gustavo Barroso quis mesmo justificar o seu afinco por essas cercanias, fosse via Museu Histórico ou mesmo, via Movimento Integralista. Essa motivação afetiva foi também enaltecida naquele artigo sobre a história militar, na intenção de dar maior legitimidade à sua incursão por essa temática. Atuando como diretor do Museu por 36 anos, Barroso soube imprimir esse pendor para as fardas do país nessa instituição de memória. Não é à toa que muitas salas guardavam, ou melhor, expunham objetos de uma tradição militar, como é possível perceber por meio das fotos expostas. E esse perfil militarizado é um demonstrativo da presença do pensamento de Barroso nessas exposições, esboçado naqueles primeiros artigos em que defendeu uma ação de preservação através da criação de museus, antes da fundação do M.H.N. Com a extinção do Museu Naval em 1932, ocorreu a incorporação de seu acervo ao M.H.N implicando na inauguração de três salas destinadas à Marinha. Como foi dito, o pátio interno, ou Pátio Epitácio Pessoa expõe até hoje uma variedade de canhões, retratados anteriormente. Mas além desse traço militar também foi valorizada a memória monarquista e aristocrática.

maçonaria e comunismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1937; *História secreta do Brasil*. Primeira parte. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937; *História secreta do Brasil*. Segunda parte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1937 e *História secreta do Brasil*. Terceira parte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1938.

²⁸⁸ BARROSO, Gustavo. *O que o integralista deve saber*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1935, p. 208.

Elogiando a fundação dessa instituição pelo presidente Epitácio Pessoa, Barroso enalteceu a sua iniciativa de ter revogado o banimento do Brasil da Família Real. Desde sua fundação, ao Museu foi sendo incorporada uma série de objetos da tradição bragantina, muitos depois agrupados ao Museu Imperial de Petrópolis. Dentre eles é possível citar: manto imperial, retrato, busto e pintura a óleo de D. Pedro I, cetro usado por D. Pedro II, álbum das armas imperiais pertencente a D. Pedro I, álbum de aquarelas da princesa Isabel, estatueta em gesso da imperatriz Teresa Cristina, fardões de D. Pedro II, dentre outros objetos transferidos para o Museu Imperial.²⁸⁹ Na acepção de Gustavo Barroso o período imperial foi tido como “meio século de bondade”.²⁹⁰ A fundação do Museu remete à efeméride do centenário da independência do Brasil e, a memória que foi realçada foi àquela referente, em especial, ao período imperial. Dos três grandes temas do século XIX: Independência, Abolição e República, dois trazem a marca da monarquia.

Ao Museu foram acrescentadas coleções particulares oriundas de doações de famílias da aristocracia brasileira, como é o caso da família Guinle e Calmon. Em estudo acerca das doações do acervo particular de Miguel Calmon para o M.H.N assim se referiu Regina Abreu:

“(...) As elites aristocráticas formavam o segmento de maior penetração no Museu Histórico Nacional. Trocas rituais e simbólicas efetuavam-se por meio dessas doações, e a instituição muito contribuiu para reabilitar o prestígio ameaçado desse grupo social. (...) A Coleção Miguel Calmon – ainda hoje uma das maiores e mais expressivas coleções do Museu Histórico Nacional – representa de

²⁸⁹ M.H.N. Relação dos objetos transferidos do Museu Histórico Nacional para o Museu Imperial. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941, p. 212.

²⁹⁰ Esse trecho de Barroso está citado por: DUMANS, Adolpho. O Museu Histórico Nacional Através de seus 19 anos de Existência. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941, p. 212.

maneira singular algumas formas de perpetuação da nobreza enquanto grupo social e enquanto valor.”²⁹¹

Os primeiros anos do Museu Histórico foram apresentados, em textos dos *Anais* publicados a partir de 1941, como um período de escassez de recursos, dependendo da assistência de particulares para a composição de parte de seu acervo. A composição do acervo do M.H.N se deu a partir das coleções de repartições públicas, de doações particulares e, principalmente, a partir da década de 1930, de doações do governo federal. Assim, quanto aos incentivos recebidos no governo Vargas escreveu o secretário do Museu, Adolpho Dumans:

“No governo do Dr. Getúlio Vargas, a situação mudou por completo. S. Exa tornou-se o Grande Protetor do Museu Histórico, prestigiando-o e dando-lhe meios para atingir o alto ponto de desenvolvimento em que se encontra. Além dessa contribuição como administrador, S. Exa tem contribuído pessoalmente para o enriquecimento das coleções com seguidas e preciosas dádivas. Pode, sem favor, ser considerado um benemérito do Museu Histórico, que deve ao Sr. Epitácio Pessoa a sua fundação e ao Dr. Getúlio Vargas o seu grande enriquecimento.”²⁹²

A Era Vargas marcou a fundação de uma série de instituições, como, por exemplo, museus e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dividindo as responsabilidades e o poder na deflagração dos símbolos da tradição nacional, ao governo de Getúlio Vargas foi atribuída importância de enriquecer as coleções do Museu Histórico Nacional. Na década de 1930, intensificou-se a participação dos intelectuais na vida

²⁹¹ ABREU, Regina. *op. cit.* 1996. p. 200-201.

²⁹² DUMANS, Adolpho. A Idéia da Criação do Museu Histórico Nacional. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 393-394.

política com a atuação mais constante do Estado na criação de instituições públicas, sob o signo do saber científico, associado à busca de redescobrimento do Brasil. Essa prática de incentivos se relacionou à política cultural do governo de estimular o funcionamento de instituições de memória, tendo em vista o valor do passado para a escrita de uma tradição nacional, como também, agrupar segmentos da intelectualidade na ocupação de repartições públicas existentes e recém fundadas.

Membro de uma “elite intelectual” que, nas primeiras décadas do século, tomou para si (com a desejosa anuência e apoio do Estado) a incumbência de operar um “novo descobrimento do Brasil”, Barroso dirigiu o M.H.N organizado não a partir da evolução das espécies em um tempo físico, mas voltado para a evolução das culturas em determinadas épocas, por meio de objetos históricos. Nas exposições foi enfatizada a importância creditada aos episódios e feitos positivos do passado e, os objetos históricos preservados e exibidos eram, sobretudo, aqueles referentes às elites e ao Estado. Esse aparato museológico foi utilizado pedagogicamente, uma vez que a concepção de história expressada nas exposições foi pautada por lições de moral, tidas como imprescindíveis para o afloramento de sentimentos de reconhecimento e identificação nacional.

3.2 A palavra impressa e encadernada: Os *Anais* do Museu Histórico Nacional

A publicação dos *Anais* do Museu Histórico Nacional - M.H.N. teve início em 1941. Levando-se em conta a importante assertiva de que a palavra impressa e encadernada é um acontecimento, vale a pena perguntar sobre as intenções oriundas do M.H.N. com a criação de um órgão de imprensa na década de 1940. Como foi construída a memória a respeito de Gustavo Barroso nessas páginas? Os *Anais* priorizados para esse estudo correspondem ao período de 1940 e 1950, e são os números que contaram com a direção de Barroso, mesmo que publicados em anos posteriores.

As edições correspondentes às décadas de 1940 e 1950 tiveram um total de 14 números, sendo publicadas em períodos posteriores, como é o caso dos *Anais* de 1940, lançado em 1941. À distribuição das páginas correspondiam a capa, o sumário, os artigos e uma última parte denominada apêndice. Quanto ao número de páginas prevaleceu algo em torno de 250, sendo que dois contaram com 400, um com 500 e outro com 600 páginas. O modelo de capa de seu primeiro número foi mantido ao longo dessas duas décadas, tendo logo acima, o nome do Ministério da Educação e Saúde, o que demonstra o aval e apoio governamentais. Não foi à toa que esse expediente impresso começou a circular na década de 1940, tendo em vista a política cultural do Estado Novo, colaborando para a consecução dos *Anais* que estavam previstos no projeto inicial do Museu Histórico Nacional. Assim, além das doações de objetos para o acervo, o governo varguista também contribuiu financeiramente para a realização de projetos do Museu, desde que não fossem esquecidos os agradecimentos e fossem feitas as devidas referências ao apoio recebido.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

ANAIIS
DO
MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

VOL. I

1940

IMPrensa NACIONAL
RIO DE JANEIRO — 1941

Capa dos *Anais* correspondente ao primeiro número.

De acordo com levantamento nos *Anais*, os artigos foram escritos principalmente pelos conservadores, designação dos especialistas formados no Curso de Museologia implementado pelo M.H.N, por professores desse Curso e, enfim, por outros membros dessa Instituição. A consecução dos estudos teve como fonte prioritária as exposições e o acervo do Museu Histórico Nacional. Foi possível dividir o seu corpo editorial a partir de artigos que trataram das ações encampadas pelo Museu, matérias de História do Brasil, estudos de arte e textos biográficos.²⁹³

A utilização desse expediente impresso fez parte dos intuitos de empreender um perfil científico às experiências museológicas por meio da escrita da história, além daquele voltado para as exposições dos objetos em suas diversas salas. Esses artigos foram produzidos visando dar maior legitimidade à história contada a partir dos artefatos. Por meio do estudo de objetos pertencentes ao Museu, vários textos foram compostos. Dentre esses objetos, destacam-se: moedas, brasões, mobiliário, bandeiras, armaria, medalhas, gravuras, pinturas, retratos e estátuas. A atenção especial voltada para esses artefatos se deve ao fato deles estarem relacionados à memória do Estado, de segmentos das elites, tidos como protagonistas na história escrita no M.H.N.

A importância do acervo de numismática foi tal que houve uma Secção no Museu dedicada à exposição desse material, sendo composta por coleções de moedas e cédulas, sigilografia e filatelia. Intentando

²⁹³ Em artigo editado nos *Anais* do Museu Histórico José Neves analisou as características dessa publicação em suas duas fases. A primeira que engloba os seus 26 volumes iniciais e a segunda que se inicia com sua retomada em 1995. Dentre essas características da fase inicial, ele concluiu que os artigos dos *Anais* foram embasados, principalmente, no acervo do M.H.N. Assim, as temáticas foram delimitadas a partir desses objetos, como, por exemplo, os artigos sobre numismática baseados no acervo correspondente. BITTENCOURT, José Neves. Um museu em tinta e papel. Os *Anais* do Museu Histórico Nacional, 1940-1995. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. 36. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004, p. 181-202. No item Anexo há uma relação dos autores e respectivos artigos publicados nos *Anais*, entre o volume 1 (1941) e o 26 (1975). Tal relação foi editada, por sua vez, nos *Anais* de 1995, volume 27.

legitimar tal apreciação para a pesquisa histórica, assim se referiu a conservadora Nilza Botelho:

“Uma das mais interessantes maneiras para estudar a história de um país é, sem dúvida, através das medalhas – ao mesmo tempo monumento artístico e documento histórico.

Muitas vezes, uma época e uma civilização nelas se refletem, permitindo-nos observar o desenvolvimento artístico do povo que os gerou.

Podemos, também, pelos seus tipos, admirar e rememorar grandes feitos ou recordar a vida de ilustres personagens neles representados; e, até pelo metal de que é feita a medalha, conclue-se do bom ou mal estado das finanças e da riqueza do país que as produziu.”²⁹⁴

Nesse artigo a autora escreveu sobre uma medalha, pertencente ao acervo do M.H.N, cunhada para homenagear as tropas navais brasileiras quando do episódio da passagem pela fortaleza paraguaia de Humaitá, concessão feita pelo decreto de 1868 por ordem de D. Pedro II. Tendo em vista a intenção de escrever o passado da nação marcado pela memória do Estado, em especial imperial, a partir de uma noção de história como “mestra da vida”, os objetos que simbolizaram esse pretérito de glórias foram destacados tanto nas exposições quanto nos *Anais*. Estudando o conteúdo simbólico do nacionalismo Montserrat Guibernau escreveu:

“Os símbolos e rituais são fatores decisivos na criação da identidade nacional. (...) A consciência de formar uma comunidade é criada através do uso de símbolos e da repetição de ritos que dão força aos membros individuais da nação.”²⁹⁵

²⁹⁴ BOTELHO, Nilza. A medalha na passagem de Humaitá. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, p. 242.

Verificando que as medalhas figuram como símbolos comemorativos referentes, em especial às elites, compreende-se a publicação nos *Anais* de vários artigos a partir desses objetos, uma vez que a história contada no Museu celebrou vultos e fatos da história política e militar da nação. A exposição dessas condecorações, e por sua vez, o seu estudo nos *Anais* foi orientado pela noção de que à história caberia o ensinamento de lições de civismo e patriotismo.

²⁹⁵ GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos: O estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997, p. 91.



Reverso da Medalha da Passagem de Humaitá, com os dizeres: “Aos da Passagem de Humaitá.” Acervo do M.H.N. *Anais do M.H.N.* vol. 2, 1943, p. 249.

Das exposições de objetos à impressão da história deflagra-se a intenção de assegurar uma memória e um sentimento nacionais, numa época em que na política cultural empreendida e estimulada pelo governo de Getúlio Vargas se tornou imprescindível cultivar o passado para alicerçar o pertencimento pátrio:

“Projetar o Estado nacional significa construir uma ‘nova’ nação, o que se faz através de um ‘novo’ modelo técnico-administrativo de Estado. É exatamente nesses períodos que a atenção dos que dirigem o aparelho de Estado busca uma ‘nova’ legitimidade, voltando-se para a mobilização de recursos simbólicos considerados essenciais, e de forma alguma secundários ou reflexos da realização de seus projetos, sobretudo quando estes assumem uma perspectiva de longo prazo. Era o que ocorria no Estado Novo, que, buscando demarcar ‘seu’ lugar na história, precisava refazer o próprio ‘sentido’ da história do país. Projetar um novo Estado era, assim, investir na produção de lealdade-legitimidade, que englobaria os futuros cidadãos e, sem dúvida, aqueles já definidos (ou ao menos potencialmente definidos) como tais. O futuro não se faz sem o passado, e este é um ato humano de rememoração. Seria básica a realização de um processo de ‘narração’ da história, que identificasse os acontecimentos, os personagens e ‘os sentidos’ de seus atos.”²⁹⁶

Na História do Brasil contada nas páginas dos *Anais* do Museu Histórico a memória das elites ganhou ênfase, com estudos de uma série de objetos pertencentes a essa tradição, como mostra a conservadora Jenny Dreyfus em estudo sobre D. Pedro II a partir da própria sala de exposição do Museu classificada com o nome desse monarca:

²⁹⁶ GOMES, Ângela de Castro. *op. cit.*, 1996, p. 22-23.

“Embora a Casa do Brasil possua um extenso acervo fotográfico de D. Pedro II, limitar-nos-emos àquela sala, por ser a repositora das relíquias do velho monarca, guardando dignamente tudo quanto se prende a mais de meio século, período êste em que aparece àquela nobre figura da nossa história vinculada à própria vida da Pátria.

Naquelas vastas paredes, vemo-lo em tôdas as fases de sua vida. Ali o temos ainda menino com a bela cabecinha dourada, sem graves preocupações que tão cedo o afligiriam; mais adiante, já na maioridade antecipada, onde aparece em telas verdadeiramente magníficas; um pouco mais além, no apogeu da Monarquia, na plenitude de sua idade e energia; acolá, o mesmo homem, porém mais severo, deixando transparecer a preocupação e a tristeza pelo sangue derramado em lutas que o Brasil, muito a contragosto, foi forçado a manter; naquele outro ângulo, quanta amargura se percebe na sua fisionomia envelhecida prematuramente pelos desgostos e lutos que tanto o abalaram; finalmente, os últimos, no-lo mostram no exílio e na morte. ”

297

Desse modo, a autora desenvolveu esse artigo a partir do acervo iconográfico referente a D. Pedro II localizado nessa sala. Publicou uma série de imagens composta de óleos, gravuras, litografia e fotografias, retratando vários momentos da vida do Imperador e enaltecendo a sua imagem de monarca dedicado às chamadas belas-artes. D. Pedro II havia sido patrono e presidente de honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e desfrutava da aura de “monarca ilustrado”.

Observa-se um posicionamento comum entre essa conservadora e o diretor Gustavo Barroso, uma vez que na defesa do “culto da saudade” Barroso considerou a memória da Família Imperial como uma das mais

²⁹⁷ DREYFUS, Jenny. D. Pedro II através de sua iconografia. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 4. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p. 338.

importantes lembranças a figurar num Museu Histórico, e também por abordar os períodos históricos numa perspectiva de continuidade.²⁹⁸



Óleo de autor desconhecido retratando D. Pedro II na época de sua maioridade. Acervo do M.H.N. *Anais M.H.N.* vol. 4, 1947, p. 398.

²⁹⁸ O artigo em que Barroso faz essa defesa está inserido em: DUMANS, Adolpho. O Museu Histórico Nacional Através de seus 19 anos de Existência. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941, p. 212.

Além do estudo de objetos da numismática e iconografia, um outro tema abordado com frequência diz respeito à heráldica. Há um longo artigo de Gustavo Barroso intitulado *A Heráldica dos Vice-Reis*, publicado nas páginas do volume III, em 1945. Assim explicitou:

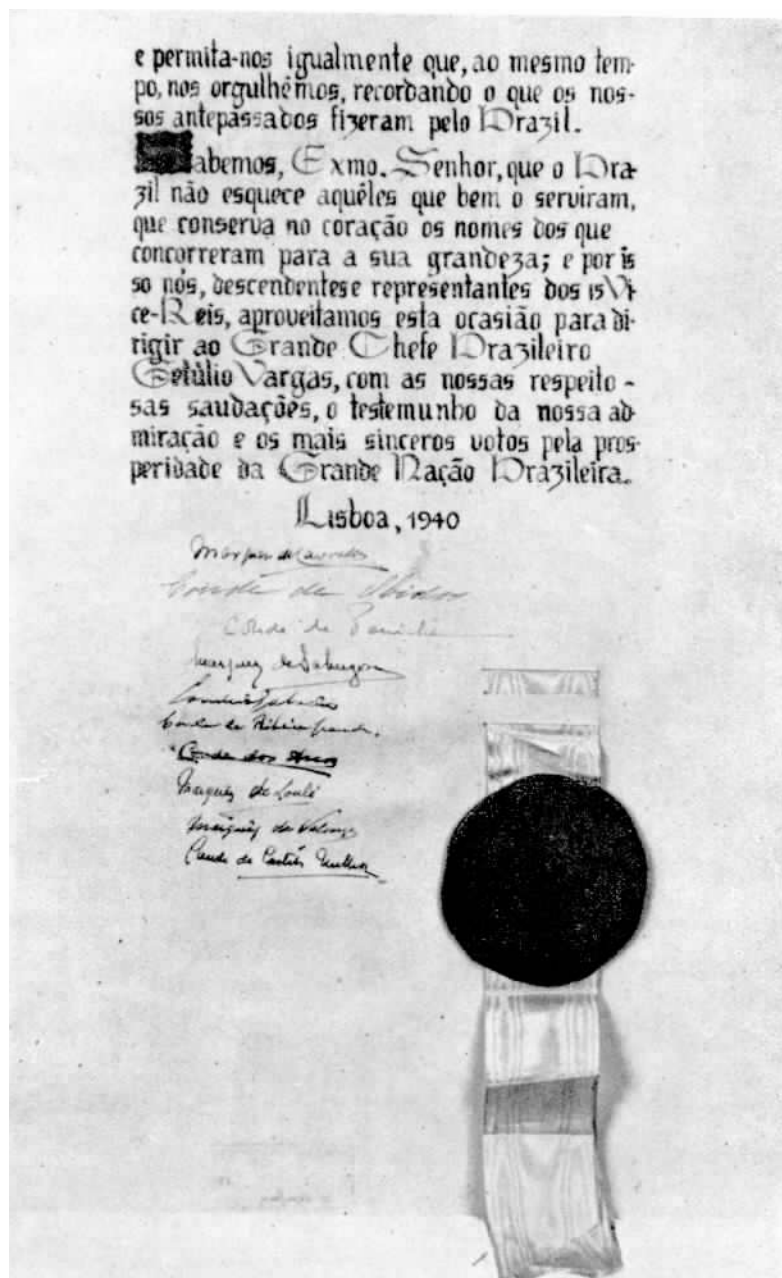
“A Ciência Heróica ou Arte Heráldica é uma linguagem simbólica que data dos tempos mais antigos e foi definitivamente regulada pelos Reis de Armas. Arautos e tratadistas da matéria, do século XIV ao século XVIII. Sem o seu conhecimento perfeito é impossível interpretar inúmeros documentos iconográficos e classificar relíquias e objetos artísticos e históricos. Esse curiosíssimo código hieroglífico obedece a regras imutáveis e baseia-se em conhecimento complexo.”²⁹⁹

A Heráldica liga-se aos estudos genealógicos, ou seja, às linhagens familiares e às marcas distintivas de “status” e propriedade de determinadas greis ou clãs. No desenvolvimento do texto Barroso fez o mapeamento dos brasões dos vice-reis no Brasil, explicando as características desses esmaltes heráldicos. Denota-se que essa documentação corresponde ao estudo do que o autor chamou de nobreza, apontando aspectos como a sua genealogia e titulações. Desse modo, o foco dessa abordagem foi para uma história de individualidades, no caso, representantes do reino português no Brasil. E essa foi a linha de pensamento de Gustavo Barroso, ou seja, escrever uma história a partir de uma documentação oficial e marcada pelos grandes personagens do poder político.

²⁹⁹ BARROSO, Gustavo. *A Heráldica dos Vice-Reis*. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 5.



“Pergaminho heráldico contendo a Mensagem dos descendentes dos Vice-Reis do Estado do Brasil ao Presidente Getúlio Vargas em 1940, doado pelo mesmo ao Museu Histórico. Vêm-se nitidamente os brasões.” *Anais do M.H.N.* 1945, vol 3, p. 117-118.



“Segunda página do mesmo pergaminho”.

Como foi explicitado no item anterior, a disposição das salas de exposição da Secção de História do Museu foi pautada a partir da seguinte periodização: Colônia, 1º e 2º Reinados e República. Por seu turno, os textos que corresponderam à História do Brasil englobaram assuntos concernentes a essa compreensão de história cronológica com ênfase para fatos políticos e administrativos, a partir da ação de destacadas personalidades, em especial, identificadas à vida imperial, militar e aristocrática, como D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II. Em complemento aos textos de História do Brasil foram publicados textos biográficos, com ênfase para esses segmentos. Além desses personagens, outros foram enaltecidos, oriundos da aristocracia e das altas patentes das Forças Armadas, tanto pela sua importância para essa história política, quanto por terem seu acervo particular doados ao Museu.

Em artigo biográfico sobre o príncipe espanhol D. Sebastião Gabriel de Bourbon e Bragança, que teve seu retrato inicialmente confundido com D. Pedro, a conservadora Jenny Dreyfus concluiu:

“Compreendemos perfeitamente que essa pintura tenha sido rotulada como retrato de D. Pedro, pois, tendo saído do Paço de São Cristóvam e sendo a figura representada a de um Bourbon Bragança, não permitia dúvida a respeito.

Entretanto, o trabalho do Conservador não se resume a aceitar a indicação da peça conforme entre em um Museu; depois de sua entrada, é convenientemente estudada, a fim de não sofrer nenhuma crítica pelos visitantes desses estabelecimentos.”³⁰⁰

Foi por meio do Curso de Museus que os chamados conservadores foram formados, passando a compor o quadro profissional dos museus e de outras repartições ligadas à memória e ao patrimônio. Como foi

³⁰⁰ DREYFUS, Jenny. D. Sebastião Gabriel de Bourbon e Bragança. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1950, p. 146.

explicitado, a publicação dos *Anais* contou, em sua maioria, com artigos feitos por esses conservadores, sendo um demonstrativo das intenções em cientificizar as práticas museológicas, fosse através da organização das exposições em períodos históricos, fosse por meio de publicação de pesquisa de seu acervo através do trabalho desses especialistas. A esses profissionais foi reservado o papel de pesquisar minuciosamente a origem e a autenticidade dos objetos, amparados por uma formação que contemplava ensinamentos de técnicas de museu, história e arte.

Alfredo Teodoro Rusins, conservador do Museu, publicou nos *Anais* um estudo sobre carruagens, descrevendo sua origem até sua chegada no Brasil, argumentando sobre a importância de guardar objetos pertencentes ao Império no M.H.N. Dentre essas peças do acervo do Museu Histórico, indicou dois coches de gala e um de serviço diário de D. Pedro II, e restos de um carro da época de D. João VI e D. Pedro I. Quanto ao papel dos museus na escrita da história escreveu:

“Reconstituir nosso passado tal qual fora o mais veridicamente possível, com os documentos que chegaram até nossos dias, resistindo ao clima, à incúria de muitos dos seus possuidores e zelarem por eles, será a missão dos nossos museus, em plena fase de evolução nos moldes mais aprimorados de época atual.”³⁰¹

O documento foi enaltecido como prova do pretérito, mas o mais importante foi evidenciar a sua autenticidade. A concepção de história concernente tanto à *Secção de História* das exposições, quanto a que correspondeu à palavra impressa dos *Anais* contemplou uma abordagem do passado a partir de datas marcantes e dos grandes feitos dos heróis, especialmente do poder político, marcados no tempo cronológico. A

³⁰¹ RUSINS, Alfredo Teodoro. As carruagens imperiais do Brasil. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, p. 221-222.

história que foi referendada nos *Anais* correspondeu ao registro de um passado glorioso.

Dentre os artigos veiculados no primeiro volume dos *Anais* se observa uma matéria retrospectiva intitulada *O Museu Histórico Nacional através de seus 19 anos*. Nela o secretário do museu Adolfo Dumans iniciou escrevendo sobre o período de fundação desse órgão de memória naquele ano de 1922, relacionado às comemorações em torno do centenário da “Independência política” do país. Dentre as intenções governamentais com essa iniciativa, Dumans destacou o interesse cívico e cultural por uma instituição que reunisse “tudo aquilo que lembrasse um fato, que marcasse episódios das nossas glórias do passado.”³⁰² Delimitada essa intenção, o autor relatou as principais ações vinculadas ao M.H.N. Contou da estruturação das exposições com a Secção de Numismática e a Secção de História. Finda essa parte expôs sobre o papel educativo e cultural do M.H.N. com a criação da Inspetoria dos Monumentos Nacionais – I.M.N. em 1934 e o Curso de Museus datado de 1932. Contou da política de incentivo ao Museu por parte do governo de Getúlio Vargas, citando suas doações e, por fim, apontou um inventário de 1940 dos objetos referentes a secções supracitadas. Nele figuram conjuntos intitulados de armas defensivas e ofensivas, condecorações, objetos de arte, indumentária, jóias, pinturas, fotografias, coleção de arte religiosa e biblioteca.

No escopo de fortalecer as estruturas do Estado nacional e consolidar um sentimento de nacionalidade foi intensificada no governo varguista uma política de cientificação, uma política cultural de incentivo às instituições, bem como a criação de uma série de órgãos visando aglutinar os intelectuais. A escrita da História nacional teve relevante papel, uma vez que esse sentimento de irmandade e pertencimento

³⁰² DUMANS, Adolpho. *O Museu Histórico Nacional Através dos seus 19 Anos de Existência*. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941, p. 211.

nacionais passava, não só pela delimitação territorial, mas pelo reconhecimento de um passado comum. Desse modo, foi possível compreender essa política de investimento e estímulo às instituições de memória, de preservação e restauração patrimonial. Com a criação dessas instituições fez-se necessário um corpo profissional especializado, daí a iniciativa da instauração de cursos de especialização profissional.

Esse ambiente de cientifização do saber foi perceptível na experiência do M.H.N, especialmente a partir da década de 1930. Nesse período foi fundado o Curso de Museus destinado a formar os conservadores, ou seja, os especialistas no campo da museologia, como também para a ocupação do próprio corpo profissional do M.H.N.³⁰³ Gustavo Barroso coordenou e ministrou aulas nesse Curso, inicialmente com duração de dois anos e com a distribuição das seguintes matérias: História do Brasil, Numismática e Sigilografia, História da Arte Brasileira, Arqueologia e Técnica de Museus.³⁰⁴

Dentre as iniciativas oriundas do Museu Histórico Nacional na política de preservação de uma memória nacional e mais especificamente no campo patrimonial foi fundada a Inspetoria de Monumentos Nacionais I.M.N, órgão vinculado ao M.H.N.³⁰⁵ No volume V dos *Anais*, do ano de 1944, publicado em 1955, a maioria das páginas foi dedicada às ações dessa Inspetoria na restauração e preservação de igrejas, capelas, chafarizes, casas e pontes na Cidade de Ouro Preto. E com a publicação, nesse mesmo volume, dos Planos e Relatórios das restaurações dessa

³⁰³ A respeito do Curso de Museologia conferir o artigo: MAGALHÃES, Aline Montenegro. O que se deve saber para escrever história nos museus. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 34. Rio de Janeiro: O Museu, 2002.

³⁰⁴ DUMANS, Adolpho. O Museu Histórico Nacional Através dos seus 19 Anos de Existência. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941, p. 219.

³⁰⁵ Quanto à I.M.N, cf. MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Colecionando relíquias...Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais. (1934-1937)*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, Dissertação de Mestrado, mimeo, 2004.

cidade foi perceptível a intenção de demarcar a ação precursora da I.M.N, e por sua vez do próprio Museu Histórico, diante da fundação em 1937 do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN. Barroso publicou nos *Anais*:

“Sinto-me honrado e envaidecido nesse trabalho árduo e às vezes pouco compreendido que dura há mais de quatro lustros, com vida pública e oficial de 1922 até hoje, em ter sido o fundador e primeiro diretor do Museu Histórico, o criador e primeiro inspetor da Inspeção de Monumentos Nacionais, berço do atual Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que não passa de sua ampliação com maiores recursos.”³⁰⁶

Ora, a começar pelo título desse artigo *A Defesa do Nosso Passado*, observa-se que a escrita dessas páginas esteve relacionada à necessidade de lembrar, uma vez que tal necessidade pode estar relacionada ao fato da memória já não guardar mais a força desejada.³⁰⁷ Como foi expresso no primeiro capítulo, na ambiência de fundação de instituições ligadas à memória e história nacionais foi criado o SPHAN, que era independente do M.H.N e, por sua vez, substituiu a Inspeção de Monumentos Nacionais. Analisando a trajetória da Inspeção de Monumentos Nacionais na cidade de Ouro Preto a historiadora Aline Magalhães refletiu acerca das polêmicas e disputas entre esses órgãos. A longa citação a seguir é justificada pela sua importância em elucidar as diferenciações entre a I.M.N e o SPHAN:

³⁰⁶ BARROSO, Gustavo. *A Defesa do Nosso Passado*. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 4. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p. 585.

³⁰⁷ Diante da criação de lugares de memória comentou Nora: “Menos a memória é vivida do interior, mais ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas.” Acerca das relações entre História e memória, bem como, da instituição de “lugares da memória”, cf. NORA, Pierre. *op. cit.*, p. 14.

“Algumas questões podem ser levantadas diante da escolha pela preservação de uma edificação em detrimento da outra, visto que ocupavam praticamente a mesma paisagem. A lógica de preservação de Barroso invertia a hierarquia de prioridades dos moradores de Ouro Preto. D. Epomina coloca em sua carta que a conservação da casa merecia urgência: primeiro por seu valor de raridade artística, diferenciando-se de outras construções coloniais; segundo, por ameaçar um habitante da cidade a perder sua residência. Talvez o fato de a casa ser um imóvel particular e o chafariz, uma construção pública se apresente como um problema. O curto tempo de funcionamento da Inspetoria, assim como as verbas disponíveis para os trabalhos, também podem ser postos como justificativa. Entretanto, nos primeiros escritos de Barroso sobre a antiga Vila Rica aos projetos de restauração da Inspetoria, o que lhe desperta interesse são as pontes, os chafarizes e as igrejas – únicas edificações previstas nos primeiros orçamentos. Outro aspecto que pode ser levado em consideração é a hipótese de Barroso ter se apropriado da tradição antiquária – sobre a qual fala Françoise Choay – em que os monumentos eram preservados independentemente da paisagem que integravam. Apesar de toda a cidade histórica mineira ter sido elevada a monumento nacional em 1933, somente com a institucionalização do SPHAN as atividades de preservação estarão voltadas para conservação do centro urbano histórico como um todo monumental, por meio da política de tombamento. No período barroceano, apenas as construções representativas da ação de um Estado como agente da civilização foram contempladas.”³⁰⁸

Foram inaugurados museus como, por exemplo, o Museu da Inconfidência em Minas Gerais e o Museu Imperial localizado em Petrópolis. Com a instauração desses órgãos houve a perda da hegemonia

³⁰⁸ MAGALHÃES, Aline Montenegro. *op. cit.*, 2004, p. 119. No que diz respeito à organização do SPHAN e à atuação de seus membros na política de preservação patrimonial cf. CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *op. cit.*, 1998.

na política de preservação por parte do Museu Histórico acarretando reações tais como a defesa de uma memória precursora desse órgão. Dentre essas iniciativas foi encampada a defesa desse pioneirismo do M.H.N na política patrimonial e, por seu turno essas ações foram diretamente relacionadas à atuação de Gustavo Barroso. Observou-se o anseio de fazer lembrar o valor desse Museu, fundado em 1922, como a primeira instituição com perfil histórico de preservação e exposição de objetos do passado brasileiro. Barroso não se furtou de relembrar o seu “trabalho árduo” na fundação dessa instituição, querendo mesmo ter sua memória incorporada à memória dessa Casa. A recorrência ao passado primordial foi uma tentativa de delimitação, na década de 1940, dos espaços desse Museu, como se a lembrança desse marco de 1922 pudesse demarcar um poder de saber bem guardar a propalada tradição nacional.

Nos *Anais* de 1942, publicado em 1945, o secretário e conservador Adolpho Dumans lançou o artigo *A Idéia de Criação do Museu Histórico Nacional* onde veiculou trechos de artigos de Gustavo Barroso publicados em jornais acerca de sua campanha de fundação de um museu, inicialmente militar e depois Histórico. Ao indicar o período dessas matérias Dumans ressaltou a datação anterior a 1922, portanto, antes da fundação do M.H.N. Assim, sugeriu, ou mesmo quis provar, a antecipação de Gustavo Barroso quanto à idéia de criação do Museu Histórico no Brasil.³⁰⁹

A coordenadora do Curso de Museologia, Nair de Moraes Carvalho, publicou artigo nos *Anais* de 1959, apresentando o programa de comemoração em torno do aniversário de 70 anos de Gustavo Barroso. Dentre os organizadores e convidados, destacou a presença de membros do Museu, da Academia Brasileira de Letras, jornalistas, editores, representantes da Universidade do Brasil, do Ministério de Educação e

³⁰⁹ DUMANS, Adolpho. A Idéia de Criação do Museu Histórico Nacional. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 383-394.

Cultura e o Diretor da Biblioteca do Exército. A referida programação contou com a inauguração do retrato de escritor na Livraria São José. Da fala de Barroso em agradecimento às palavras laudatórias proferidas nessa solenidade destacou Nair de Moraes:

“Entristecia-o, porém, disse, que a eterna destruição a que estão sujeitas todas as manifestações do pensamento o levassem a olhar com dúvida e melancolia as perspectivas do futuro, nas quais talvez se apagassem de todo as idéias que pusera nos seus livros.”³¹⁰

Diversas páginas assinadas por Barroso receberam esse tom de angústia diante da possibilidade do esquecimento e, por sua vez, o próprio registro dessa preocupação já é uma tentativa de construir e fazer lembrar a memória que se deseja perenizar. O desejo de Gustavo Barroso foi de ser lembrado pela sua incursão entre o mundo das letras e dos objetos. A escrita se constituiu em acontecimento tanto para registrar e tornar público um pensamento quanto para demarcar uma memória do autor. E o registro dessa tristeza foi acompanhado por um alento de ter comemorado os seus 70 anos no Museu, com discursos orientados por uma retrospectiva biográfica. Diante da dúvida quanto ao futuro, o registro impresso se tornou uma (re)ação na defesa de uma memória desejada, assim a comemoração de seu setuagésimo aniversário teve registro escrito e fotográfico nas páginas dos *Anais* com detalhada descrição da programação, bem como dos pronunciamentos.

Dos discursos proferidos em homenagem a Barroso foi destacado o da coordenadora Nair de Carvalho:

³¹⁰ CARVALHO, Nair de Moraes. As comemorações do setuagésimo aniversário do fundador do M.H.N. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 10. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959, p. 264.

“Todavia como deixar de lembrar que pela idéia da sua criação se bateu na imprensa desde 1911 até 1922, quando o benemérito Presidente Epiácio Pessoa a concretizou e em boa hora lhe confiou a execução do Decreto presidencial. Nomeado em agosto de 1922, em outubro inaugurava a Repartição que de então por diante veio num crescente admirável. Espantoso mesmo, tanto do ponto de vista material, como mostruário de relíquias preciosas, quando não únicas, quanto do ponto de vista espiritual, como escola de civismo, incentivo de cultura, foco de culto à tradição, documentário vivo e palpitante da história, dínamo propulsor de variados estudos. O Museu acabou imortalizando-se nas criações diretas que tem realizado e nas indiretas de que tem sido a viva sugestão. Entre as primeiras, o Curso de Museus, hoje de mandato universitário, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, simples desdobramento da sua antiga, modesta e eficiente Inspeção de Monumentos Nacionais. Entre as segundas, outros museus, outros cursos e o amor que se vai espalhando pelas nossas coisas do passado.”³¹¹

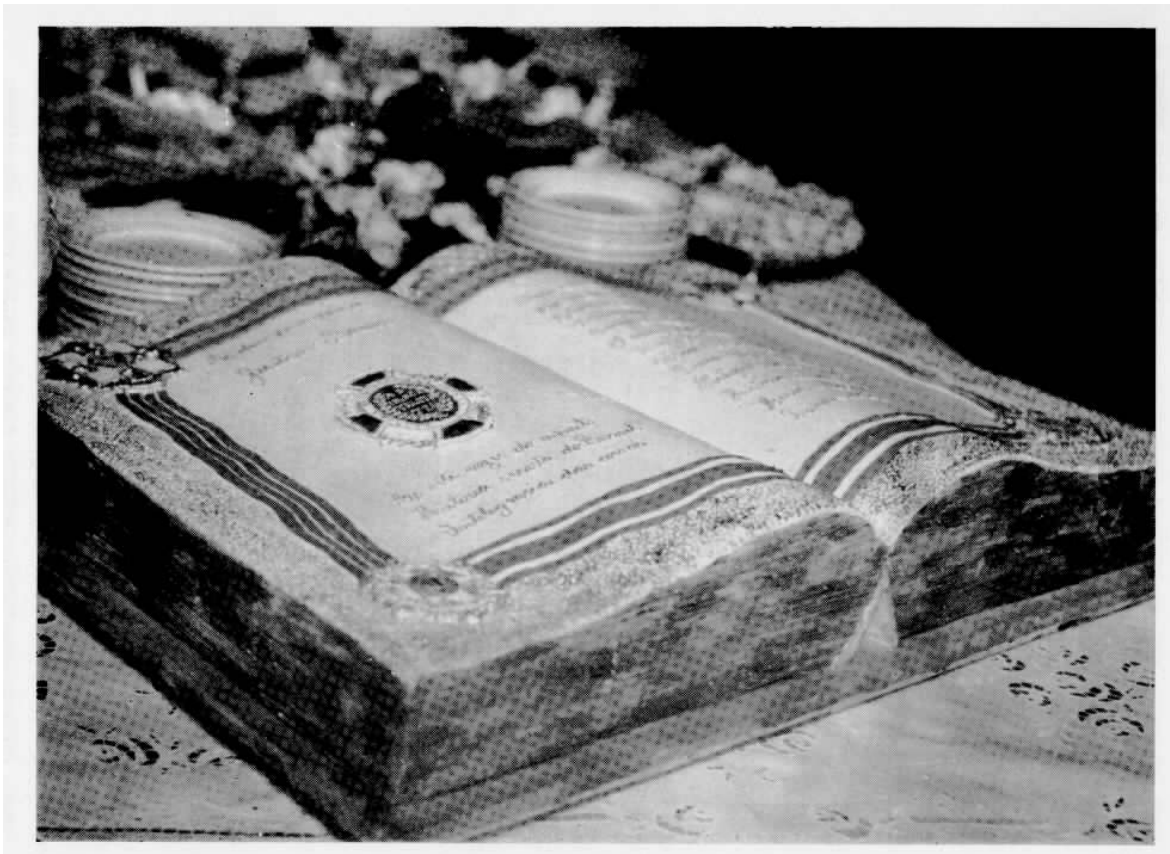
Há uma intenção de criar uma memória, através dos *Anais*, sobre um intelectual e uma instituição na iniciativa de guardar coisas do passado nacional. Dos temas principais explicitados, as atividades do Museu ganharam considerável espaço, como as exposições, a política de aquisição, o Curso de Museus e a Inspeção de Monumentos Nacionais. Desse modo, esse expediente impresso foi o porta-voz do M.H.N.

Esse discurso de Nair de Carvalho foi o modelo dos vários discursos. Depreende-se dessas falas que a memória de Gustavo Barroso foi confundida com a memória do próprio Museu Histórico Nacional uma vez que as principais iniciativas desse órgão foram vinculadas às ações de seu diretor fundador, sendo ressaltado com freqüência a sua permanência na

³¹¹ CARVALHO, Nair de Moraes. As comemorações do setuagésimo aniversário do fundador do M.H.N. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 10. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959, p. 267.

direção dessa Casa por mais de 30 anos. E essa associação foi comum nos artigos que trataram das variadas atividades desenvolvidas no M.H.N. Também foi comum relacionar a fundação do Museu com a campanha de Barroso nos jornais pela criação de um museu de história no Brasil.

Nos demais discursos proferidos foram feitas sínteses biográficas do aniversariante, com destaque para essa sua atuação no M.H.N, bem como, para sua extensa produção bibliográfica com títulos de história, filologia, sociologia, folclore, biografia, poesia e memória. Além do registro da programação e dos discursos uma série de fotos foi publicada nesse artigo comemorativo. Numa nítida intenção de consolidar e enaltecer a sua memória do escritor polígrafo, preocupado com a temática da brasilidade, com o culto ao passado nacional, foi oferecido a ele um grande bolo em forma de livro, com a inscrição de títulos dessa vasta bibliografia.



Bolo em forma de livro do aniversário de 70 anos de Gustavo Barroso. *Anais M.H.N.* vol. 10, 1959, p. 286.



Homenagem a Gustavo Barroso na livraria São José. *Anais M.H.N.* vol. 10, 1959, p. 268.



Agradecimento de Gustavo Barroso na cerimônia de inauguração de seu busto de bronze no Pátio de Minerva no M.H.N. Apesar da foto está escurecida é perceptível a localização do busto no lado direito, estando Barroso em primeiro plano de perfil. *Anais M.H.N.* vol. 10, 1959, p. 274.

Na descrição do programa comemorativo, Nair de Moraes ressaltou como “a principal cerimônia” essa que foi retratada, realizada no prédio do Museu culminando com a inauguração do busto de bronze de Gustavo Barroso no Pátio junto à arcada principal, com vários pronunciamentos na intenção de legitimar a homenagem prestada:

“O seu coroamento, que devemos assinalar, diante desta memória cinzelada pela mão dum servidor humilde que êle salvou numa encruzilhada dos seus caminhos, é o Museu Histórico Nacional. Idealizou-o, fundou-o, criou-o pedaço por pedaço, ultimou-o deu à Nação êste presente régio, transmitiu à posteridade as mensagens do nosso passado.(...)”

Neste bronze, *aes perennis*, põem os seus colaboradores no Museu, onde vive há 36 anos, os votos para que pelo tempo além se conserve a sua memória. Êste bronze guarda em si a alma desta casa, onde o trabalho eleva e dignifica por todos os títulos.”³¹²

Se não bastasse o registro impresso foi erguido um busto em bronze, prefigurando a memória em monumento, o que poderia dar mais força ao desejo de ter perenizada tanto a memória de Barroso quanto a memória do Museu, uma vez que ambas histórias foram incansavelmente confundidas. Desse modo, dentre os discursos dessa comemoração foi possível observar o desejo de ter guardado tanto o pretérito do seu diretor fundador, quanto a trajetória da Instituição.

Em variados artigos dos *Anais* do Museu Histórico Nacional foi ressaltado o traço preservacionista em Barroso e o pioneirismo de um Museu Histórico no Brasil. Dos intuitos destinados aos *Anais* um deles diz da sua caracterização como um veículo de propaganda dessa Instituição.

³¹² CARVALHO, Nair de Moraes. As comemorações do setuagésimo aniversário do fundador do M.H.N. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 10. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959, p. 270.

Das várias intenções com a publicação dos *Anais* foi perceptível o anseio de construir uma memória dessa Instituição, com a demarcação de suas diversas campanhas realizadas e defendidas. Nos artigos de caráter retrospectivo das ações do Museu, Gustavo Barroso foi enaltecido como o principal sujeito dessas iniciativas, sendo desenhada uma imagem de intelectual missionário na luta pela memória nacional. Também, a intenção destinada à palavra impressa e encadernada do M.H.N foi de produzir uma História do Brasil através do estudo do acervo dessa Casa e, por sua vez, orientada por uma concepção de História como “mestra da vida”.

Considerações Finais

Aos 22 de janeiro de 1961, dois anos após a morte de Gustavo Barroso, foi publicado na imprensa cearense um artigo que tratou da doação dos Fardões e do Espadim da Academia Brasileira de Letras pertencentes a Barroso. Nele lê-se:

“Como se sabe, o autor de “Terra do Sol” tinha um verdadeiro amôr ao Ceará e um dos seus desejos, muitas vezes revelado na presença de amigos e admiradores, era de que, após a sua morte, os seus despojos fossem sepultados no Cemiterio de São João Batista, aqui em Fortaleza, como prova de reconhecimento e gratidão à terra que lhe serviu de berço. (...) Notando que não era possivel satisfazer seu desejo de ser sepultado em terras cearenses e que a morte, de foice em punho, aproximava-se de seu leito apressada e irremediavelmente, chamou a sua dileta esposa e pediu-lhe que tão logo fechasse os olhos para sempre enviasse ao Museu Histórico do Ceará suas fardas de gala e seu espadim.”³¹³

A viúva Antonieta Barroso atendeu ao pedido do marido. Assim, enviou tais objetos junto com uma carta à escritora cearense Henriqueta Galeno que intermediou a doação entre a Casa Juvenal Galeno e o Museu Histórico do Ceará. Hoje em dia o Fardão de Gustavo Barroso encontra-se exposto nesse Museu.

³¹³ DAMASCENO, Pantaleão. Fardões e Espadim Pertencentes a Gustavo Barroso Doados por sua Família ao Museu Histórico do Ceará. In: *Jornal Unitário*. Caderno Letras e Artes. Fortaleza: Ano LVII, nº 31.818, domingo, 22 de janeiro de 1961, p. 1-1.

Aos 31 de agosto de 1962 foi inaugurada na Praça do Liceu do Ceará a estátua de Gustavo Barroso, estando até hoje nesse local. Posteriormente, essa praça recebeu seu nome:

“À tarde de hoje, em solenidade a realizar-se na Praça Fernandes Vieira, em frente ao nosso Liceu, o Ceará vai resgatar uma dívida contraída com Gustavo Barroso, inaugurando a sua estátua.

Gustavo Barroso, cujo nome glorioso ocupou lugar de prestígio inigualável, durante largo período da história da inteligência brasileira, foi, antes e acima de tudo, cearense. Amou a sua terra, povoou-a com as páginas mais vibrantes da sua veneração e do seu afeto.”³¹⁴

Uma das justificativas para a homenagem se deveu ao fato de Barroso ter estudado no Liceu do Ceará, inclusive, dando o nome desse colégio ao seu segundo livro de memórias lançado em 1940.

Aos 29 de dezembro de 1965, quando Gustavo Barroso completaria 77 anos, seus “despojos fúnebres”, transladados do Rio de Janeiro para Fortaleza, foram depositados ao pé de sua estátua na Praça do Liceu. A esse respeito escreveu o historiador cearense Raimundo Girão:

“como recomendara o dono, eram depositados, trazidos pelo contrator-pedeiro ‘Pará’ e com honras oficiais, ao pé de sua estátua, em frente ao Liceu dos seus amores. (...) E estava satisfeita a sua vontade. Fortaleza guarda, agora, daquele modo, o filho que vira nascer em 29 de dezembro de 1888.”³¹⁵

³¹⁴ *Jornal Unitário*. Coluna “Tópicos”. Fortaleza: Ano XLIII, nº 33.193, sexta-feira, 31 de agosto de 1962, p. 1-6.

³¹⁵ GIRÃO, Raimundo. Depoimento de Raimundo Girão sobre Gustavo Barroso. In: *Revista da Academia Cearense de Letras*. Fortaleza: ACL, Ano XCII, nº 47, 1987/1988, p. 35.

Em 1989 fui fazer o 1º ano científico no Liceu do Ceará. Foram inúmeras as vezes que passei pela praça e pela estátua de Gustavo Barroso sem, sequer, me perguntar quem teria sido aquele que, para mim, não passava de um ilustre desconhecido. Seria eu uma jovem desatenta? Ou aquilo que prendia minha atenção estava longe do que significava o bronze e o nome de uma praça?

Gustavo Barroso lutou para não ser esquecido. Escreveu muito e com forte tom memorialístico. Há em sua bibliografia, sobretudo, entre 1912 e 1941, muito de auto-biografia. No Circuito das Letras em Fortaleza a memória que prevaleceu a seu respeito foi a de um intelectual telúrico. Assim, há vários artigos nos jornais da capital cearense, bem como, nas *revistas* da Academia Cearense de Letras e do Instituto do Ceará homenageando o autor.

No Rio de Janeiro os trabalhos acadêmicos dos últimos anos deram ênfase, principalmente, à atuação de Gustavo Barroso junto ao Museu Histórico Nacional (M.H.N). Nos *Anais* desse Museu, que voltaram a ser editados na década de 1990, há uma variedade de artigos que analisaram aspectos diversos das “idéias barrosianas” referentes à sua experiência museológica, valendo lembrar que o mesmo foi diretor do M.H.N por mais de 30 anos.

Mas, seu nome também foi lembrado por sua atuação junto ao Integralismo, com sua feição anti-semita. A discussão acerca da Ação Integralista escapou às intenções principais do meu estudo. Todavia, pode-se supor que as definições de Gustavo Barroso acerca do “folclore”, da cultura popular, da identidade nacional, articulam-se à exacerbação política do Integralismo. Melhor dizendo, tem-se a hipótese segundo a qual a base deste pensamento parece ter encontrado alicerce na produção de Barroso acerca da cultura popular na definição do que seria o nacional. E essa suposição é uma perspectiva de abordagem a merecer análises mais acuradas.

O meu interesse com esse trabalho foi de analisar as construções de memória em Gustavo Barroso. Como ele defendeu a memória pessoal, regional e nacional, tanto em sua trilogia de memórias *Coração de Menino* (1939), *Liceu do Ceará* (1940) e *O Consulado da China* (1941), quanto em seus “estudos de folclore”, “sociologia sertaneja”, publicado entre 1912 e 1941, como também sua ação/memória no Museu Histórico Nacional. Por ter a compreensão de que um trabalho de História não esgota as possibilidades de análise, desejo que essa tese inspire novos estudos.

Anexo

Relação dos autores dos ANAIS do MHN, do volume 1 ao 26, e seus artigos.

A. S. M.

O museu histórico do Brasil. 1942. vol. 3

Alvim, Marco Paulo

Introdução ao estudo do mobiliário Modern Style e a sua época. 1971. vol. 22

Barata, Mário

Mapas antigos, o Barão do Rio Branco e catálogo publicado pelo Itamarati. 1953. vol. 14

O problema da primeira Casa da Moeda do Brasil. 1941. vol. 2

Barbosa, Valdemar de Almeida

A bandeira de Fernão Dias Pais e a integração nacional. 1974. vol. 25

Toponímia mineira. 1968. vol. 20

Barros, Alfredo Solano de

O Brasil colonial e seu meio circulante. 1945. vol. 6

Estudo crítico e doutrinário sobre Medalhas militares brasileiras. 1941. vol. 2

A gênese da Numismática brasileira. 1940. vol. 1

Gravadores e abridores de cunho. 1941. vol. 2

O "Regimento" do Conde de Óbidos diante da história e da legislação monetária; (regimento de 7 de julho de 1663 - séc. XVII). 1943. vol. 4

Barros, Sigrid Porto de

Armas que documentam a guerra holandesa. 1949. vol. 10

A condição social e a indumentária feminina no Brasil-Colônia. 1947. vol. 8

Introdução ao estudo das armas defensivas. 1968. vol. 19

A mensagem cultural do museu. 1952. vol. 13

O museu e a criança. 1948. vol. 9

Barroso, Gustavo

O álbum das lágrimas de ouro. 1949. vol. 10

As armas dos Góis no Museu Histórico. História e tradição. 1941. vol. 2

A arte cristã no Museu Histórico. 1943. vol. 4

O assassinio de Damião de Góis. História e tradição. 1941. vol. 2

Um capítulo de arte popular. 1941. vol. 2

A caricatura inglesa no Museu Histórico. 1941. vol. 2

A carreira de conservador. 1947. vol. 8

A casa de Marília. 1944. vol. 5

A cidade sagrada. 1944. vol. 5

Classificação geral dos móveis antigos. 1943. vol. 4

A defesa no nosso passado. 1943. vol. 4

Documentário da ação do Museu Histórico Nacional na defesa do patrimônio tradicional do Brasil. 1944. vol. 5

Documentário iconográfico de cidades e monumentos do Brasil. 1946. vol. 7

Esquemática da história militar do Brasil. 1942. vol. 3

Exame de consciência. 1943. vol. 4

A Exposição Histórica do Brasil em Portugal e seu catálogo. 1940. vol. 1

A força do Tiradentes. História e tradição. 1941. vol. 2

A França Antártica. 1965. vol. 15

A heráldica dos vice-reis. 1942. vol. 3

As igrejas de Minas e a Sé Velha da Bahia. 1944. vol. 5

O Iluminismo bávaro no Brasil. 1948. vol. 9
O libertador de Anahuac. História e tradição. 1941. vol. 2
Mobiliário luso-brasileiro. 1940. vol. 1
Museu Ergológico Brasileiro; o desenvolvimento dos estudos folclóricos em nosso país - um esquema ergológico - outras notas. 1942. vol. 3
Os museus e a guerra. 1942. vol. 3
Oratórias coloniais. História e tradição. 1941. vol. 2
Plano de restauração em Ouro Preto; 1935. 1944. vol. 5
As pratas de Diamantina. 1947. vol. 8
A presença do Império em Buenos Aires. 1945. vol. 6
O Rei da Patagônia. História e tradição. 1941. vol. 2

Bornay, Clóvis

Estácio de Sá - primeiro conquistador e fundador desta terra e cidade. 1965. vol. 15
A personalidade marcante de José de Alencar. 1968. vol. 19
Victor Meireles. 1953. vol. 14

Botelho, Nilza Maria Vilela

Estudo sobre a Ordem do Cruzeiro. 1940. vol. 1
Evocações de Botafogo antigo. 1942. vol. 3
A medalha da Passagem de Humaitá. 1941. vol. 2
Serpentinas e cadeirinhas de arruar. 1943. vol. 4

Bragança, Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e, dom

O ramo brasileiro da Casa de Bragança; apontamentos genealógicos. 1968. vol. 18
São Pedro, uma igreja do Brasil no Egito. 1969. vol. 21
Vultos do Brasil Imperial na Ordem Ernestina da Saxônia. 1951. vol. 12

Brandão, Ecila Castanheira

Um desenho de Parreiras. 1949. vol. 10
A vida e a arte de Thorwaldsen em um pequeno grupo de biscuit do M.H.N.. 1948. vol. 9

C.X.

Biografia do Marechal de Campo José Luiz Menna Barreto. 1941. vol. 2

Calmon, Pedro

Osório; síntese da palestra proferida no Museu Histórico Nacional, 8 de junho de 1966. 1967. vol. 17

Carrazoni, Maria Elisa

Batina negra: alma branca?; a estranha personalidade do Padre Cícero Romão Batista e o triste episódio do Juazeiro. 1966. vol. 16
Estágio de Museologia na França. 1968. vol. 19

Carvalho, Afonso Celso Vilela de

Aspectos da conquista da capitania do Cabo do Norte no século XVII. 1971. vol. 22
Caminhos de sofrimento. 1974. vol. 25
O centenário natalício de Dom Pedro II, nos jornais do Rio de Janeiro, em dezembro de 1925. 1973. vol. 24
As comemorações do centenário de D. Pedro II em 1925. 1975. vol. 26
A Imperial Guarda de Honra. 1972. vol. 23

- Carvalho, Gerardo A. de**
 Dez estatuetas baianas. 1949. vol. 10
 Os instrumentos musicais primitivos afro-brasileiros no Museu Histórico Nacional. 1948.
 vol. 9
 Um sistema de documentação didática para o Curso de Museus. 1968. vol. 19
- Carvalho, Maria de Lurdes Rodrigues de**
 Coleção Nilo Peçanha. 1952. vol. 13
 O Prefeito Pereira Passos; resumo histórico de uma grande administração. 1966. vol. 16
 Museus no Japão. 1971. vol. 22
- Carvalho, Nair de Moraes**
 O Barão da Vitória no Museu Histórico. 1942. vol. 3
 O capitão-mor do Itú. 1943. vol. 4
 A coleção Cotegipe. 1945. vol. 6
 As comemorações do septuagésimo aniversário do fundador do M.H.N.. 1949. vol. 10
 A jangada libertadora. 1940. vol. 1
 Marcas de porcelana de Saxe. 1948. vol. 9
 O nascimento da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro. 1965. vol. 15
 Os painéis dos antigos Passos da Baía. 1941. vol. 2
 Papel educativo do Museu Histórico Nacional. 1947. vol. 8
- Castro, Guerreiro de**
 As armas da Casa de Beire. 1943. vol. 4
- Cortês, José**
 Comunicação sobre o serviço brasonado do Visconde de Beire. 1945. vol. 6
- Costa, Angione**
 As aculturações oleiras e a técnica da cerâmica na Arqueologia do Brasil. 1945. vol. 6
 Ainda sobre Lund e a Lagoa Santa. 1940. vol. 1
 Ladislau Neto. 1941. vol. 2
 Manifestações de arte na Arqueologia do Brasil. 1943. vol. 4
 Significado e correlação da tanga com a arqueologia do Brasil. 1942. vol. 3
- Del Negro, Nicolau**
 Relatório sobre a restauração do quadro "Sagração e coroação de D. Pedro I" Prof. Jean
 Baptiste Debret - 1828. 1973. vol. 24
- Del Negro, Nicolau et alii**
 Museu Histórico Nacional; Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1968 relatório preliminar.
 1971. vol. 22
- Dreyfus, Jenny**
 O escudo d'armas de D. Teresa Cristina Maria de Bourbon. 1940. vol. 1
 Esfragística medieval portuguesa. Sinais públicos e rodas. 1948. vol. 9
 D. Pedro II através de sua iconografia. 1943. vol. 4
 D. Sebastião Gabriel de Bourbon e Bragança. 1945. vol. 6
 João Manso e sua suposta fábrica de louças. 1953. vol. 14
 A lenda das Artes Menores. 1968. vol. 20
 A louça brasonada no Museu Histórico Nacional. 1942. vol. 3
 Louça da Independência do Brasil. 1972. vol. 23
 Louça de D. Pedro II. 1974. vol. 25

- Medalhões franceses; séculos XV a XIX. 1952. vol. 13
A Quinta da Boa Vista - uma dádiva generosa. 1965. vol. 15
A sigilografia no Museu Histórico. 1941. vol. 2
Sigilografia; síntese da Cadeira do Curso de Museus. 1969. vol. 21
- Dumans, Adolfo**
A idéia da criação do Museu Histórico Nacional. 1942. vol. 3
O Almirante Visconde de Inhaúma. 1943. vol. 4
O Marechal Barão de Taquarí. 1941. vol. 2
O Museu Histórico Nacional através de seus 19 anos de existência. 1940. vol. 1
- Dyer, Em**
Catálogo informativo da Coleção Pedro II no Museu Histórico Nacional. 1975. vol. 26
- França, Dirceu Pinho**
Manuel de Araújo Porto Alegre e o quadro de sua autoria "Coroação de Dom Pedro II", restaurado no Museu Histórico Nacional. 1975. vol. 26
- França, Mário Ferreira**
A Arcádia Ultramarina. 1971. vol. 22
- Freitas, Vicente de et alii**
Museu Histórico Nacional - gabinete de Restauração. 1972. vol. 23
- Freixeiro, Fábio**
A documentação literária e paraliterária do Museu Histórico Nacional. 1974. vol. 25
O documento e o sonho. 1973. vol. 24
- Galvão, Hélio**
A capela de Canhaú. 1942. vol. 3
- Gonçalves, Maria Bernardete Fernandes**
Um monumento à memória de Dom Pedro II. 1974. vol. 25
Viagens do Imperador D. Pedro II na medalhística do Museu Histórico Nacional. 1975. vol. 26
- Guerra, Lauriston**
O Barão de Mauá e a crise de 1875. 1975. vol. 26
A mesa da Constituinte. 1972. vol. 22
Pedro II e os partidos políticos. 1974. vol. 25
- Hobson, R. L.**
Arte chinesa. 1943. vol. 4
- Jansen, José**
Introdução ao nobiliário maranhense. 1969. vol. 21
Subsídios para a história das telecomunicações, no Brasil e no mundo. 1969. vol. 21
- Lacerda, Simão Woods de**
Execução dos serviços. 1944. vol. 5
- Levy, Fortunée**
A Casa da Moeda da Baía. 1940. vol. 1

A circulação fiduciária no Distrito Diamantino. 1941. vol. 2
Crentes e bandidos. 1947. vol. 8
As minas, as lendas, a arte dos prateiros. 1945. vol. 6
Moedeiros. 1942. vol. 3
As mulheres e as armas. 1943. vol. 4

Leão Filho, Joaquim de Sousa

Humboldt e o Brasil. 1971. vol. 22
As tapeçarias das Índias. 1969. vol. 21

Lopes, Gilda Marina de Almeida

Apontamentos sobre a história da República; (sumário de um curso). 1969. vol. 21
A história que os pintores contaram... 1972. vol. 23
Um "homem" e duas canetas. 1968. vol. 19
A morte do Barão do Rio Branco. 1966. vol. 16
Uma rua chamada Marrecas. 1965. vol. 15
São Vicente de Fora e os nossos imperadores. 1947. vol. 8
Uma preciosa miniatura. 1948. vol. 9
Um presente régio. 1973. vol. 24
1º. compromisso constitucional. 1952. vol. 13

Ludolf, Dulce Cardoso

A Casa da Moeda do Rio de Janeiro; do desenvolvimento econômico e da necessidade da moeda metálica. O comércio. O meio circulante até 1695. 1968. vol. 19
Classificação geral da Numismática. 1953. vol. 14
Breve roteiro da Numismática brasileira. 1974. vol. 25
Estudo sobre uma moeda híbrida. 1945. vol. 6
Exemplar único de uma pequena cunhagem. 1947. vol. 8
Nova diretriz dos museus. 1952. vol. 13
Patações imperiais. 1972. vol. 23

Macedo, Epaminondas de

Relatório das restaurações. 1944. vol. 5

Mariano Filho, José

Influências muçulmanas na arquitetura tradicional brasileira. 1943. vol. 4

Martins Filho, Enéas

As cartas de amizade do Marquês do Lavradio. 1969. vol. 21

Matias, Herculano Gomes

O comércio e a indústria no Segundo Reinado. 1975. vol. 26
Documentos da Independência do Museu Histórico Nacional. 1972. vol. 23
Machado de Assis e o jogo de xadrez. 1952. vol. 13
Fontes para a história do Segundo Reinado. 1975. vol. 26
A fundação de Nova Friburgo na imprensa da época. 1953. vol. 14
O Imperador D. Pedro II no Museu Histórico Nacional. 1975. vol. 26
A imprensa periódica no Brasil. 1974. vol. 25
Da Inconfidência à Independência. 1973. vol. 24
O Palácio do Catete. 1965. vol. 15
O Tiradentes e a cidade do Rio de Janeiro. 1966. vol. 16
Voltando às "Cartas Chilenas". 1969. vol. 21

Maurício, Augusto

A Coroa de Portugal. 1973. vol. 24
Escolas municipais; São Sebastião - a primeira. 1974. vol. 25
Largo do Paço; suas relíquias, suas lembranças. 1966. vol. 16

Melo Júnior, Donato

A abertura do rio Amazonas ao comércio mundial em Belém Pará a solenidade histórica em 1867. 1971. vol. 22

Miranda, Mário Cardoso de

Museu Imperial. 1944. vol. 5

Montelo, Josué

Apresentação. 1965. vol. 15
Bocage no Brasil. 1966. vol. 16

Museu Histórico Nacional

Arquitetura nacional. 1942. vol. 3
Colaboração com os Ministérios da Guerra e da Educação. 1944. vol. 5
O Curso de Museus. 1944. vol. 5
Uma doação preciosa. 1940. vol. 1
Dois canhões históricos. 1941. vol. 2
Dragões da Independência - Escola Militar - Batalhão de Guardas. 1944. vol. 5
Duas preciosidades iconográficas. 1940. vol. 1
Um enigma heráldico. 1940. vol. 1
Uma exposição do Primeiro Reinado no Museu Histórico Nacional. 1972. vol. 23
Exposições no estrangeiro. 1944. vol. 5
Igrejas e capelas em Ouro Preto; 1935. 1944. vol. 5
Inspetoria de Monumentos Nacionais. 1944. vol. 5
Museu da Aeronáutica. 1944. vol. 5
Ordem do Mérito Civil. 1944. vol. 5
Uma peça admirável. 1941. vol. 2
O que diz o guia de Ouro Preto. 1944. vol. 5
Regulamento da Ordem Nacional do Mérito Civil. 1944. vol. 5
Regulamento do Museu da Cidade do Rio de Janeiro. 1944. vol. 5
Relação da guerra da Nova Colônia do Sacramento. 1941. vol. 2
Relação dos objetos transferidos do Museu Histórico Nacional para o Museu Imperial de Petrópolis. 1940. vol. 1
Relatório ao Presidente Antônio Carlos. 1944. vol. 5
Relíquia dos tempos coloniais. 1941. vol. 2
Resumo de chafarizes e fontes existentes em Ouro Preto; 1935. 1944. vol. 5
Resumo das pontes existentes em Ouro Preto; 1935. 1944. vol. 5
Os Símbolos Nacionais. 1944. vol. 5
Tocante solenidade. 1942. vol. 3
O tombamento de Diamantina. 1944. vol. 5
Um valioso presente para o Museu Histórico. 1942. vol. 3

Olinto, Paulo

Aspectos do Rio Antigo; Jacques Arago e os desenhistas das expedições científicas francesas entre 1817 e 1840. 1942. vol. 3
Uma jóia da Armaria. 1941. vol. 2
Lenço comemorativo da República Rio-Grandense. 1940. vol. 1

Oliva, Meneses de

- Os falsos painéis de Leandro Joaquim. 1940. vol. 1
- A Santa do Pau Ôco. 1943. vol. 4
- Tentativa de classificação dos balangandãs. 1941. vol. 2

Oliveira, Otávia Correia dos Santos

- Archeiros do Paço. 1945. vol. 6
- A atuação de Gomensoro no combate naval do Riachuelo. 1940. vol. 1
- O baile da Ilha Fiscal. 1941. vol. 2
- "Ídolo gigante"; (monólito de Tiahuanaco). 1943. vol. 4
- O néo-rococó no Museu Histórico. 1952. vol. 13
- Ourivesaria brasileira. 1948. vol. 9

Peregrino, Umberto

- Batalha de Tuiuti segundo testemunhos da época; (14 maio 1866). 1967. vol. 17
- O Exército através da formação brasileira. 1968. vol. 20
- A Guerra do Paraguai na obra de Machado de Assis. 1966. vol. 16
- Militares escritores no Brasil; valores exponenciais. 1974. vol. 25

Poliano, Luís Marques

- A moeda da Independência. 1972. vol. 23
- Moedas da Soberana Ordem do Hospital de São João Batista de Jerusalém. 1940. vol. 1
- Moedas do Brasil-República; 1889-1942. 1974. vol. 25
- Ordens honoríficas do governo provisório. 1941. vol. 2
- Uma pedra brasonada do Rio Antigo. 1943. vol. 4

Pondé, Francisco de Paula e Azevedo

- De Monte Caseros à Tuiuti; história, armas e fardamentos. 1967. vol. 17
- Os museus e emblemas do Arsenal de Guerra do Rio. 1971. vol. 22
- Os transportes no Segundo Reinado. 1975. vol. 26

Portugal, Iolanda Marcondes

- A cerâmica na Numismática. 1941. vol. 2
- O culto da Virgem Maria na Numismática. 1942. vol. 3
- A moeda na voz do povo. 1945. vol. 6
- Nossa Senhora da Glória do Outeiro. 1943. vol. 4
- Moedas comemorativas do Brasil. 1940. vol. 1

Raposo, Cursino

- Autógrafos de Vespasiano Ramos. 1973. vol. 24

Ribeiro, Luciano

- Onde nasceu Camões. 1943. vol. 4

Ribeiro, Maria Laura

- Estudo da moeda de 960 réis ou três patacas criada na regência do Príncipe D. João - 1799-1818. 1947. vol. 8
- Dom Pedro I e a maçonaria. 1972. vol. 23
- O mobiliário da sala D. João VI no Museu Histórico Nacional. 1966. vol. 16
- O testamento do Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira. 1968. vol. 19

- Romero, Edgar de Araújo**
 Catálogo das moedas do Museu Histórico Nacional; moedas da República 1889-1946. 1950. vol. 11
 Circulação do ouro em pó e em barras. As casas de fundição. 1942. vol. 3
 O estado do Maranhão e o seu meio circulante. 1941. vol. 2
 O meio circulante no Brasil holandês. 1940. vol. 1
 Numismática brasileira; reinado de D. Maria I - 1777-1805. 1945. vol. 6
 Numismática brasileira; reinado de D. José I - 1750-1777. 1943. vol. 4
- Rusins, Alfredo Teodoro**
 Brigadeiro João Guilherme Bruce. 1940. vol. 1
 As carruagens imperiais do Brasil. 1941. vol. 2
- Rêgo, Orlando L. M. de Morais**
 Curiosidades do Museu Histórico do Pará; o canhão do Una. 1971. vol. 22
- Santos, J. F. de Assunção**
 Domingos Antunes Maciel; autos de nobilidade probanda. 1953. vol. 14
- Sarmiento, Teresinha de Morais**
 Um auto-retrato no Museu da República. 1952. vol. 13
 Breve relato sobre a igreja do Carmo. 1965. vol. 15
 Caricaturas no Museu da República. 1966. vol. 16
 Um preguiçoso no Museu Histórico Nacional. 1969. vol. 21
 Retrato de Silva Jardim. 1968. vol. 19
- Schaeffer, Enrico**
 Chineses no Brasil. 1971. vol. 22
 Um pintor holandês no Brasil (1637-1644). 1968. vol. 20
- Sequeira, João Manuel de**
 Memória sobre a decadência das três capitanias de Minas e os meios de a reparar. 1968. vol. 20
- Thut, Roberto**
 Um enigma heráldico. 1942. vol. 3
- Viana, Marfá Barbosa**
 Antiga Fazenda Real de Santa Cruz; um pouco de história e de lendas. 1965. vol. 15
 A estátua mais bonita da Guanabara nas coleções do Museu Histórico. 1952. vol. 13
 A Galeota Imperial. 1945. vol. 6
 Pátio Epitácio Pessoa: lição de nossa história ao vivo. 1968. vol. 19
 O negro no Museu Histórico Nacional. 1947. vol. 8
- Vieira, Rejane Maria Lobo**
 Os primeiros selos brasileiros. 1975. vol. 26
- Winz, Antônio Pimentel**
 Bicentenário da Casa do Trem; como foi o mesmo comemorado no Museu Histórico Nacional. 1953. vol. 14
 Conhecimentos. 1948. vol. 9
 Considerações sobre a conservação da coleção fiduciária existente na Divisão de Numismática e Sigilografia do Museu Histórico Nacional. 1953. vol. 14

O corso e a pirataria na América Espanhola. 1947. vol. 8
Iconografia do Rio de Janeiro segundo a coleção fiduciária existente no Museu Histórico Nacional. 1949. vol. 10
Metodologia de pesquisa; a dispersão de documentos referentes a um mesmo assunto. 1968. vol. 19
A moeda fiduciária da Divisão de Numismática e Sigilografia do Museu Histórico Nacional. 1952. vol. 13
Notas históricas sobre Nossa Senhora de Copacabana. 1965. vol. 15
Um pouco de poesia... 1968. vol. 19
A presença de Diogo Antônio Feijó no Museu Histórico Nacional. 1969. vol. 21
O problema da classificação da coleção fiduciária da Divisão de Numismática e Sigilografia do Museu Histórico Nacional. 1953. vol. 14
A prospectiva de Bobadela. 1966. vol. 16
Sugestões sobre a utilização cultural do acervo fiduciário da Divisão de Numismática e Sigilografia do Museu Histórico Nacional. 1953. vol. 14

Willeke, Venâncio

A primeira Ordem se estabelece no Brasil. 1973. vol. 24

Esta relação de autores e títulos editados nos *Anais* do Museu Histórico Nacional, do volume 1 (1940) ao volume 26 (1975), foi publicada nos *Anais*, de volume 27, do ano de 1995. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. 27. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995, p. 149-157.

Fontes

- Bibliografia de Gustavo Barroso

BARROSO, Gustavo. (João do Norte). *Terra de Sol (Natureza e costumes do Norte)*. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguilã Editor, 1912.

_____. (João do Norte). *Praias e Várzeas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves/ Aillaud Bertrand, 1915.

_____. (João do Norte). *Heróis e Bandidos (Os Cangaceiros de Nordeste)*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1917.

_____. (João do Norte). *Idéas e Palavras*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro e Maurillo, 1917.

_____. (João do Norte). *Ao Som da Viola (Folk-lore)*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1921.

_____. (João do Norte). *O Sertão e o Mundo*. Rio de Janeiro: Leite e Ribeiro, 1923.

_____. (João do Norte). *Através dos Folk-Lores*. São Paulo, Cayeiras e Rio de Janeiro: Comp. Melhoramentos de São Paulo, 1927.

_____. (João do Norte). *Almas de Lama e de Aço (Lampeão e outros cangaceiros)*. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1930.

_____. (João do Norte). *Luz e Pó*. Rio de Janeiro: Renascença Editora, 1932.

_____. (João do Norte). *As Colunas do Templo (Erudição, Folclore, História, Crítica, Filologia)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1932.

_____. *O Integralismo em Marcha*. Rio de Janeiro: Livraria Schmidt, 1933.

_____. *O Que o Integralista deve saber*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

_____. *A Palavra e o Pensamento Integralista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

_____. *História Militar do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

_____. *Integralismo e Catolicismo*. Rio de Janeiro: Editora ABC, 1937.

_____. *Judaísmo, Maçonaria e Comunismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

_____. *História Secreta do Brasil*. 1ª parte. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

_____. *História Secreta do Brasil*. 2ª parte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1937.

_____. *História Secreta do Brasil*. 3ª parte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1938.

_____. *Comunismo, Cristianismo e Corporativismo*. Rio de Janeiro: Editora ABC, 1938.

_____. *Guerra do Lopez: contos e episódios da Campanha do Paraguai*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Getulio M. Costa, 1939.

_____. *Caxias*. Rio de Janeiro: Liv. Agir editora, 1945.

_____. *Coração de Menino*. 2ª. ed. In: _____. *Memórias de Gustavo Barroso*. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989.

_____. *Liceu do Ceará*. 2ª. ed. In: _____. *Memórias de Gustavo Barroso*. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989.

_____. *Consulado da China*. 2ª. ed. In: _____. *Memórias de Gustavo Barroso*. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989.

_____. *Coração de Menino*. 3ª. ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000.

_____. *Liceu do Ceará*. 3ª. ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000.

_____. *Consulado da China*. 3ª. ed. Fortaleza: UFC e Casa de José de Alencar/Programa Editorial, (Coleção Alagadiço Novo), 2000.

- Artigos de Gustavo Barroso

BARROSO, Gustavo. A Força de Tiradentes. História e Tradição. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

_____. Esquematização da História Militar do Brasil. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

_____. Em torno da criação de um Museu Ergológico Brasileiro. O desenvolvimento dos estudos folclóricos em nosso país. Um esquema ergológico. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

_____. A Heráldica dos Vice-Reis. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

_____. A defesa do nosso passado. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

_____. Documentário da Ação do Museu Histórico Nacional na Defesa do Patrimônio Tradicional do Brasil. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1955.

_____. Visões do Passado. In: *Revista da Academia Cearense de Letras*. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, Ano LVII, N.º 25, 1953.

- Discursos e Homenagens de Gustavo Barroso

BARROSO, Gustavo. Discurso do Sr. Gustavo Barroso. In: *Recepção do Sr. Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1924.

_____ e TAVARES, Ademar. Homenagem ao Sr. Gustavo Barroso. In: *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: Ano 24, N.º 134, 1933.

- Revista da Academia Cearense de Letras

ADERALDO, Mozart Soriano. Gustavo Barroso. In: *Revista da Academia Cearense de Letras*. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, Ano XCII, N.º 47, 1987-1988.

AMORA, Manoel Albano. Os 70 Anos de Gustavo Barroso. In: *Revista da Academia Cearense de Letras*. Fortaleza: Imprensa Universitária, Ano LXIII, N.º 28, 1959.

ATHAYDE, Austregésilo de. Gustavo Barroso. In: *Revista da Academia Cearense de Letras*. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, Ano XCII, N.º 47, 1987-1988.

BRAGA, Oswaldo Melo. Gustavo Barroso. In: *Revista da Academia Cearense de Letras*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, Ano LXVI, N.º 31, 1962.

CRUZ FILHO. Saudando Gustavo Barroso. In: *Revista da Academia Cearense de Letras*. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, Ano XCII, N.º 47, 1987-1988.

GALENO, Henriqueta. Gustavo Barroso e a Casa de Juvenal Galeno. In: *Revista da Academia Cearense de Letras*. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, Ano XCII, N.º 47, 1987-1988.

GIRÃO, Raimundo. A Alma Cearense de Gustavo Barroso. In: *Revista da Academia Cearense de Letras*. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, Ano XCII, N.º 47, 1987-1988.

_____. A minha saudade de Gustavo Barroso. In: *Revista da Academia Cearense de Letras*. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, Ano XCII, N.º 47, 1987-1988.

JACQUES, João. Coração de Menino. In: *Revista da Academia Cearense de Letras*. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, Ano XCII, N.º 47, 1987-1988.

LIMA, Filgueiras. Evocação a Gustavo Barroso na Academia Cearense de Letras. In: *Revista da Academia Cearense de Letras*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, Ano LXVI, N.º 31, 1962.

LIMA, Herman. Gustavo Barroso. In: *Revista da Academia Cearense de Letras*. Fortaleza: Imprensa Universitária, Ano LXIV, N.º 29, 1960.

MACEDO, Denizard. Gustavo Barroso – escritor militar. In: *Revista da Academia Cearense de Letras*. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, Ano XCII, N.º 47, 1987-1988.

- Revista do Instituto do Ceará

CÂMARA, José Aurélio. Um Cearense Integral. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, Ano LXXXI, Tomo LXXXI, 1967.

CAMPOS, Eduardo. Vida e Glória de Gustavo Barroso. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, Ano CII, Tomo CII, 1988.

CARVALHO, Nair de Moraes. Gustavo Barroso. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, Ano LXXVIII, Tomo LXXVIII, 1964.

GIRÃO, Raimundo. Gustavo Barroso. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, Ano LXIII, Tomo LXIII, 1959.

SOBREIRA, Azarias. Gustavo Barroso – Fascinante Individualidade. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, Ano LXXV, Tomo LXXV, 1963.

SUCUPIRA, Luís. Gustavo Barroso. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, Ano LXXX, Tomo, LXXX, 1966.

STUDART, Barão. Para a história do Jornalismo Cearense. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, Tomo XLVII, Vol. XLVII, 1933.

- Anais do Museu Histórico Nacional

Anais em CD-Rom (1941-1998)

Artigos dos *Anais* citados no decorrer da tese:

BOTELHO, Nilza. A medalha na passagem de Humaitá. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

CARVALHO, Nair de Moraes. As Comemorações do Setuagésimo Aniversário do fundador do Museu Histórico Nacional. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. 10. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959.

DREYFUS, Jenny. D. Pedro II através de sua iconografia. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

_____.D. Sebastião Gabriel de Bourbon e Bragança. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1950.

DUMANS, Adolpho. O Museu Histórico Nacional através de seus 19 anos de existência. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.

_____. A idéia de criação do Museu Histórico Nacional. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. 3. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945.

Museu Histórico Nacional. Relação dos Objetos Transferidos do Museu Histórico Nacional para o Museu Imperial. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.

_____. Museu Imperial. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1955.

RUSINS, Alfredo Teodoro. As carruagens imperiais do Brasil. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

- Fontes Hemerográficas

Unitário (Fortaleza) 1960-1961-1962.

O Povo (Fortaleza) 1988.

A Manhã (Rio de Janeiro) 1942.

Vida Literária (Rio de Janeiro) 1939.

Acção (Rio de Janeiro) 1943.

Jornal do Comércio (Rio de Janeiro) 1912.

A Pátria (Rio de Janeiro) 1922.

- Bibliografia Específica

ADERALDO, Mozart Soriano. *História Abreviada de Fortaleza e Crônicas sobre a Cidade Amada*. 3ª ed. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar Programa Editorial, 1998, (Coleção Alagadiço Novo- 40).

AMORA, Manoel Albano. *A Academia Cearense de Letras. Síntese Histórica 1894 -1956*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1957.

ANDRADE, Mário Raul Moraes de. *Vida Literária*. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1993.

AZEVEDO, Otacílio de. *Fortaleza Descalça*. 2ª ed. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar Programa Editorial, 1992, (Coleção Alagadiço Novo- 36).

AZEVEDO, Raul de. *Bazar de Livros (Commentarios)*. Rio de Janeiro: Adersen Editores, 1934.

AZEVEDO, Sânzio de. *Literatura Cearense*. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1976.

BARREIRA, Dolor. *História da Literatura Cearense*. Fortaleza: Batista Fontenele Editora, Monografia N.º 18, Tomo III, 1954.

_____. *História da Literatura Cearense*. Fortaleza: Batista Fontenele Editora, Monografia N.º 18, Tomo IV, 1962.

_____. *História do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1986.

CÂMARA, José Bonifácio. *Personas. Notas de um Bibliófilo cearense*. Fortaleza: Casa de José de Alencar/UFC, 1999, (Coleção Alagadiço Novo 223).

CAMPOS, Eduardo. *Gustavo Barroso. Sol, Mar e Sertão*. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 1988.

CAMPOS, Humberto de. *Perfis (Crônicas)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Editores, 1945.

CAMPOS, Humberto de. *Crítica*. 2ª ed. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Editores, 1945.

CAMPOS, Humberto de. *Antologia da Academia Brasileira de Letras (Trinta*

Anos de Discursos Acadêmicos 1897 – 1927). 2ª ed. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Editores, 1945.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Rio de Janeiro: Edições De Ouro, 1954.

_____. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 9ª ed. São Paulo: Global, 2000.

_____. *Contos Tradicionais do Brasil*. 9ª ed. São Paulo: Global, 2001.

COLARES, Otacílio. *Lembrados e Esquecidos II (Ensaio sobre Literatura Cearense)*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1976.

COUTINHO, Afrânio (Org.) *A Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana, Vol. I, Tomo II, 1955.

FALCÃO, Rubens. *Páginas Avulsas*. Rio de Janeiro: Batista de Souza & Cia, 1964.

GIRÃO, Blanchard. *Mucuripe: De Pinzón ao padre Nilson*. Fortaleza: Edições Fundação Demócrito Rocha, 1998.

_____. *O Liceu e o Bonde. Na Paisagem Sentimental da Fortaleza-Província. Memórias*. 2ª ed. Fortaleza: Ed. ABC, 1997.

GIRÃO, Raimundo. *Geografia Estética de Fortaleza*. 2ª ed. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 1997, (Coleção Alagadiço Novo- 111).

_____. *Fortaleza e a crônica histórica*. ed. especial. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 2000, (Coleção Alagadiço Novo).

LIMA, Alceu de Amoroso. (Tristão de Athayde). *Estudos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

LIMA, Alceu de Amoroso. (Tristão de Athayde). *Companheiros de Viagem*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

LIMA, Herman. *Poeira do Tempo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

_____. *Imagens do Ceará*. 2ª ed. Fortaleza: UFC/Casa de José Alencar Programa Editorial, 1997, (Coleção Alagadiço Novo- 126).

LOPES, Marciano. *Royal Briar. A Fortaleza dos Anos 40*. 4ª ed. Fortaleza: Ed. ABC, 1996, (Coleção Nostalgia).

MAGALHÃES, Basílio. *O Folclore no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1932.

MARTINS FILHO, Antônio e GIRÃO, Raimundo (Org.). *O Ceará*. 3ª ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1966.

MENEZES, Raimundo de. *Dicionário Literário Brasileiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

MONTENEGRO, Abelardo F. *O Romance Cearense*. Fortaleza: Batista Fontenele Editora (Tip. Royal), 1953.

MORAIS FILHO, Melo. *Festas e Tradições Populares do Brasil*. 2ª ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, (Coleção Biblioteca Básica Brasileira).

MOTA, Leonardo. *A Padaria Espiritual*. 2ª ed. Fortaleza: UFC /Casa de José de Alencar, 1994.

NOBRE, Geraldo. *Introdução à História do Jornalismo Cearense*. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1975.

SABÓIA, Boanerges. *O LICEU que Conheci*. Fortaleza: Tip. Minerva, 1995.

SERAINÉ, Florival. *Antologia do Folclore Cearense*. 2ª ed. Fortaleza: Edições UFC, 1983.

SILVEIRA, Aureliano Diamantino. Gustavo Barroso. In: *Elogios Acadêmicos*. Rio de Janeiro: Academia Cearense de Ciências, Letras e Artes do Rio de Janeiro, Vol. II, 1988.

STUDART, Barão. *Annaes da Imprensa Cearense*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

_____. *Diccionario Bio-Bibliographico Cearense*. Fortaleza: Typo-Litographia A Vapor, 1910.

_____. *Comemorando o 1º Centenário do Jornalismo Cearense*. (Imprensa, Jornais, Ligeiras Notas) (Extracto do livro 'Geographia do Ceara'). Fortaleza: Typografia Minerva, 1924.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Regina. *A Fabricação do Imortal. Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco/Lapa, 1996.

_____. Os museus enquanto sistema: por uma revisão da contribuição de Gustavo Barroso. In: *Ideólogos do Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro: Secretaria de Cultura/PR, 1997, p. 91-97. (Caderno de DEBATE, nº 1)

AGUIAR, Joaquim Alves. *Espaços de memória. Um estudo sobre Pedro Nava*. São Paulo: EDUSP: Fapesp, 1998, (Ensaio de Cultura- 15).

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 1999.

AMARAL, Eduardo Lucio Guilherme. *Intelectuais e Política no Instituto do Ceará (1887-1920)*. São Paulo: PUC, Dissertação de Mestrado, 2002.

_____. *Barão de Studart: memória da distinção*. Fortaleza: Museu do Ceará/SECULT, 2002. (Coleção Outras Histórias, 9)

ASSARÉ. Patativa. *Cante Lá que Eu Canto Cá. Filosofia de um trovador nordestino*. Petrópolis e Ceará: Vozes e Fundação Pe Ibiapina, 1992.

BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular Na Idade Média e No Renascimento. O contexto de François Rabelais*. 4ª ed. São Paulo: HUCITEC/Ed. Universidade de Brasília, 1999, (Coleção Linguagem e Cultura- 12).

BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____, HORKHEIMER, Max, ADORNO, Theodor W. HABERMAS, Jürgen. *Textos Escolhidos*. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

BERLIN, Isaiah. *Limites da Utopia. Capítulos da História das Idéias*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

BITTENCOURT, Circe Maria. *Pátria, Civilização e Trabalho. O Ensino de História nas Escolas Paulistas (1917 – 1939)*. São Paulo: Loyola, 1990.

BITTENCOURT, José Neves. Um museu em tinta e papel. Os Anais do Museu Histórico Nacional, 1940-1995. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. 36. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

_____. Memória para o futuro. O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e seu museu, 1839-1889. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. 37. Rio de Janeiro: IPHAN, 2005.

BOLLÈME, Geneviève. *O Povo Por Escrito*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BORGES, Vavy Pacheco. História e Política: Laços Permanentes. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, Vol. XII, N.º 23/24, 1991-2.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velho*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

BRESCIANI, Maria Stela; NAXARA, Márcia. (Orgs.). *Memória e (re)sentimento. Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001.

BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna. Europa, 1500-1800*. 2ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

_____. *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. *O Mundo como teatro. Ensaios de Antropologia Histórica*. Lisboa: Difel, 1992.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. 12ª reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARDOSO, Gleudson. *As Repúblicas das Letras Cearenses. Literatura, Imprensa e Política*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, Dissertação de Mestrado, mimeo, 2000.

_____. *Padaria Espiritual. Biscoito fino e travoso*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secult-Ce, 2002, (Coleção Outras Histórias- 8).

CASTRO, Fernando Luiz Vale. *As Colunas do Templo: folclore e história no pensamento de Gustavo Barroso*. Niterói: UFF, Dissertação de Mestrado, mimeo, 2001.

CATROGA, Fernando. *Nação, Mito e Rito. Religião Civil e Comemoracionismo. (EUA, França e Portugal)* Fortaleza: Edições NUDOC/Museu do Ceará, 2005.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: *Estudos Avançados*. São Paulo: USP, Vol. 5, Nº 11, jan./abr. 1991.

_____. Cultura Popular: Revisitando um conceito historiográfico. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Vol. 06, N.º 16, 1993.

_____. *Cultura Escrita, Literatura e História*. Porto Alegre: Ed. ARTMED, 2001.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Amaral, 2000.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os Arquitetos da Memória: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional do Brasil. (anos 30 e 40)*. Niterói: UFF, Tese de Doutorado, mimeo, 1998, vol. I e II.

CORDEIRO, Raimundo Barroso. *A Legião do Trabalho: Política e Imaginário no Integralismo Cearense (1931 – 1937)*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, Dissertação de Mestrado, 1992.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Integralismo e anti-semitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 30*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Dissertação de Mestrado, mimeo, 1992.

DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do Povo. Sociedade e Cultura no início da França Moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, (Coleção Oficinas da História).

DE DECCA, Edgar Salvadori. *1930. O Silêncio dos Vencidos. Memória, História e Revolução*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DE CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

_____. A Beleza do Morto. In: *A Cultura no Plural*. São Paulo: Papyrus, 1995.

DIAS, Romualdo. *Imagens da Ordem: A Doutrina Católica sobre autoridade no Brasil*. São Paulo: UNESP, 1996.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2000.

- ECO, Umberto. *O Nome da Rosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
- ELIADE, Mircea. *Mito e Realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. 1. uma história dos costumes*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. 3ªed. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e História Social: Historiografia e Pesquisa. In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, N.º 10, dez. 1993.
- _____. E.P. Thompson. História e Política. In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, N.º 12, 1995.
- FERNANDES, Florestan. *O Folclore em questão*. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1989.
- FERREIRA, Jerusa Pires. *Cavalaria em Cordel. O passo das Águas Mortas*. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- FERREIRA, Jorge Luiz. *Trabalhadores do Brasil. O Imaginário Popular*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- FERRO, Marc. *A História Vigiada*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- FURTADO FILHO, João Ernani. *O Combate ao Samba e o Samba de Combate. Música, Guerra e Política, 1930 – 1945*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, Dissertação de Mestrado, mimeo, 1998.
- _____. Modernismo Café-com-leite: Intelectuais, Arte e Política, 1922-1945. In: *Revista Trajetos*. V.3, nº 6. Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2005, p. 85-100.
- _____. *O Canto Alegre de Três Raças Tristes? Do samba educado ao samba educativo*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secult, 2006. (Cadernos Paulo Freire, 4).
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método 1*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. 3ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

- GAY, Peter. *O Estilo na História*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- GHIRALDELLI Jr., Paulo. *História da Educação*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1994, (Coleção magistério. Série formação do professor).
- GINZBUG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores. A Política Cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- GUATTARI, Felix. Cultura: um conceito reacionário? In: _____; ROLNIK, Suely. *Micropolítica, cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos*. São Paulo: Jorge Zahar Editores, 1997.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, N.º 01, 1988.
- _____. A cultura histórica oitocentista: a construção de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. (org.) *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 4ª ed. Rio de Janeiro: D. P. e A Editora, 2000.
- HILTON, Stanley. *O Ditador e o Embaixador: Getúlio Vargas, Adolf Berle Jr. E a Queda do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- HOBSBAWN, Eric J. & RANGER, Terence. (Org.) *A Invenção das Tradições*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- HORTA, José Silvério Baía. *O Hino, o sermão e a ordem do dia. A Educação no Brasil (1930 – 1945)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.
- HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *O coronelismo: uma política de compromisso*. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. Gustavo Barroso: Vida, Contexto e Idéias. In: *Cadernos do Núcleo de Documentação Cultural- NUDOC*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/NUDOC, N.º 6, 1990.

KUNZ, Martine. Cordel: a voz do verso. Fortaleza: Museu do Ceará; Secult-CE, 2001, (Coleção Outras Histórias- 6).

KURY, Mário da Gama. *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

LATOURET, Bruno. *Jamais fomos modernos. ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4ª ed. São Paulo: UNICAMP, 1996.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. 2ª ed. São Paulo: Papirus/UNICAMP, 1989.

_____. *Nazismo: O Triunfo da Vontade*. São Paulo: Ática, 1991.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, N° 17, 1998.

LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: UNESP, 1999.

MACFARLANE, Alan. *A Cultura do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

MACHADO, Roberto. *Zaratustra, tragédia nietzschiana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. Ouro Preto entre antigos e modernos. A disputa em torno do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante as décadas de 1930 e 1940. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. 33. Rio de Janeiro: SPHAN, 2001.

_____. O que se deve saber para escrever história nos museus? In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. 34. Rio de Janeiro: SPHAN, 2002.

_____. Cultuando a saudade. Sobre antiquariado e escrita da história no Museu Histórico Nacional. In: *BENCHETRIT, Sarah Fassa. BITTENCOURT, José Neves. TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. (orgs.) História representada: o dilema dos museus*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003.

_____. *Colecionando relíquias...Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937)*. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado, mimeo, 2004.

MACIEL, Laura Antunes. *A Nação por um Fio. Caminhos, práticas e imagens da "Comissão Rondon"*. São Paulo: EDUC, 1998.

MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Ed. Unesp/Moderna, 1997.

MAIO, Marcos Chor. *Nem Rotschild nem Trotsky: o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

MAIO, Marcos Chor. Qual anti-semitismo? Relativizando a questão judaica no Brasil dos anos 30. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

MALUF, Marina. *Ruídos da Memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.

MELO NETO, João Cabral de. *Morte e Vida Severina e outros poemas em voz alta*. 27ª ed. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1989.

MENESES, Ulpiano Bezerra. Para que serve um Museu Histórico? In: *Como explorar um Museu Histórico*. São Paulo: Museu Paulista; USP, 1992.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

MONARCHA, Carlos. (Org.) *Lourenço Filho: outros aspectos, mesma obra*. São Paulo: Mercado de Letras/UNESP, 1997.

MONTENEGRO, José Alfredo de Souza. *Integralismo no Ceará. Variações Ideológicas*. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1986.

MOREIRA, Afonsina Maria Augusto. *A Juventude da Pátria A(r)mada: O Centro Estudantal Cearense em Fortaleza, 1931 – 1945*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, Dissertação de Mestrado, mimeo, 1999.

MOTTA, Marly Silva da. *A Nação faz 100 Anos. A Questão Nacional no Centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1992.

MUNAKATA, Kazumi. *A Legislação Trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e Sensibilidade Romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Ed. UnB, 2004.

NERUDA, Pablo. 20 Poemas de Amor e uma Canção Desesperada. 7ª ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1980.

NIETZSCHE, Friedrich. *Assim falava Zarathustra*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

_____. *Genealogia da moral. Uma polêmica*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. *Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário*. São Paulo: HUCITEC: Fapesp, 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, N.º 10, 1993.

OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. O conservadorismo a serviço da memória: tradição, museu e patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso. Rio de Janeiro: PUC, Dissertação de Mestrado, mimeo, 2003.

OLIVEIRA, Catarina Maria de Saboya. *Fortaleza: seis romances, seis visões*. Fortaleza: EUFC, 2000.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Elite Intelectual e debate político nos anos 30*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

OLIVEIRA, Raimunda Rodrigues. Gustavo Barroso: A Tragédia Sertaneja. A Criação do Personagem Popular. Fortaleza: UFC, Dissertação de Mestrado, mimeo, 2004.

ONG, Walter. *Oralidade e cultura escrita*. São Paulo: Papirus, 1998.

ORTIZ, Renato. *Românticos e Folcloristas. Cultura Popular*. São Paulo: Olho d'Água, 1992.

_____. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PARENTE, Josênio C. *ANAUE. Os Camisas Verdes no Poder*. Fortaleza: Edições UFC, 1986.

PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil. Entre o Povo e a Nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PINTO, Júlio Pimentel. *Uma Memória do Mundo. Ficção, memória e história em Jorge Luis Borges*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

_____. Os muitos tempos da memória. In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, N° 17, 1998.

PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social 1860-1930*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1993.

PRADO, Antonio Arnoni. *1922 – Itinerário de uma falsa vanguarda. Os dissidentes, a Semana e o Integralismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

QUINTANA, Mário. “Imaginação...”. In: _____. *80 Anos de Poesia*. São Paulo: Globo, 1986.

RAGO FILHO, Antonio. *A Crítica Romântica à Miséria Brasileira: O Integralismo de Gustavo Barroso*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, Dissertação de Mestrado, mimeo, 1989.

RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

RAMOS, Francisco Regis Lopes. *O Verbo Encantado: A construção do Pe. Cícero no imaginário dos devotos*. Ijuí-RS: Ed. UNIJUÍ, 1998.

_____. Narrativas em fogo cruzado: Padre Cícero, Lampião e a Guerra de 14. In: *Revista Trajetos*. Vol. 2, N° 3. Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2002, p. 153-184. (Dossiê: História, Memória e Oralidade.)

_____. *A danação do objeto. O museu no ensino de história*. Chapecó: Argos, 2004.

REIS, José Carlos. *A História: entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Ática, 1996, (Série Fundamentos-125).

_____. *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2001.

_____. *História e Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIBEIRO, João Ubaldo. *Sargento Getúlio*. 18ª impressão. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1982.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tomo III. São Paulo: Papyrus, 1997.

RIVIÈRE, Claude. *As Liturgias Políticas*. Rio de Janeiro: Imago, 1989.

SANTOS, Laymert Garcia. Questão de método. In: _____. *Desregulagens*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Extático na Metrópole*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

_____. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870 – 1930*. 4ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHWARZ, Roberto. *Que Horas São? Ensaio*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

SILVA, Marcos. (org.) *Dicionário Crítico Câmara Cascudo*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. *Fortaleza: imagens da cidade*. Fortaleza: Museu do Ceará/SECULT, 2001. (Coleção Outras Histórias, 1)

SOUSA NETO, Manoel Fernandes. *Senador Pompeu: Um Geógrafo do Poder no Brasil do Império*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Dissertação de Mestrado, 1997.

SOUSA, Simone de. (Org.) *História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/UFC, 1989.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum. Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os Intelectuais e a Política Cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1987.

VICO, Giambattista. *A Ciência Nova*. (1744). Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1999.

VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e Missão. O movimento folclórico brasileiro 1947-1964*. Funarte: FGV, 1997.

WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade. Na História e na Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.